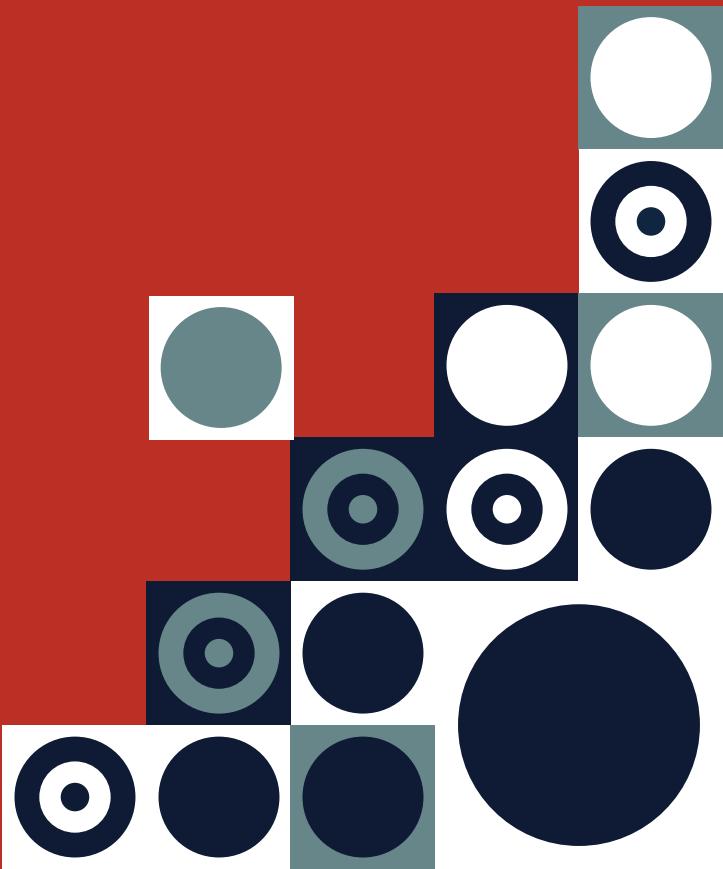


CONSENSO, DISSENSO E MUDANÇA SOCIAL

CONTRIBUTO DO JORNALISMO DISSENSUAL
À DELIBERAÇÃO POLÍTICA

HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA

LABCOM
LABORATÓRIO DE
COMUNICAÇÃO



CONSENSO, DISENSO E MUDANÇA SOCIAL

**CONTRIBUTO DO JORNALISMO DISSENSUAL
À DELIBERAÇÃO POLÍTICA**

HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA

LABCOM
LABORATÓRIO DE
COMUNICAÇÃO

Ficha Técnica**Título**

Consenso, Disenso e Mudança Social:
Contributo do Jornalismo Dissensual à Deliberação Política

Autor

Heitor Costa Lima da Rocha

Editora Labcom

www.labcom.ubi.pt

Coleção

Livros de Comunicação

Direção

Gisela Gonçalves

Design Gráfico

Cristina Lopes

ISBN

978-989-9229-57-0 (papel)

978-989-9229-58-7 (pdf)

Dep. Legal

558679/26

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama
6201-001 Covilhã
Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2025

© 2025, Heitor Costa Lima da Rocha.

© 2025, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.



Índice

Prefácio - João Carlos Correia	11
Introdução	23
PARTE 1	23
1.1 Um novo paradigma científico da comunicação	51
1.2 O Antigo Paradigma Positivista	53
1.2.1 O positivismo e a sociologia da comunicação norte-americana	55
1.2.2 O Marxismo Economicista e o Positivismo Latente	68
1.3 Os Fundamentos Pragmáticos da Comunicação	72
1.3.1 John Dewey, Comunicação e Democracia	75
1.3.2 A Divulgação Comunicativa	79
1.3.3 As bases pragmáticas da sociologia do Interacionismo simbólico	81
1.3.4 A Filosofia Pragmática e os problemas práticos	87
1.4 A Contribuição de George Mead à uma Nova Teoria da Comunicação	91
1.4.1 Fundamentação epistemológica dos paradigmas científicos	91
1.4.2 A pragmática e o entendimento comunicativo	93
1.5 Peirce e a Teoria Consensual da Verdade	116
1.5.1 A Filosofia Pragmática e a Semiótica	116
1.5.2 O Processo de Semiose	119
1.5.3 A semiose peirceana e o enquadramento das notícias	130
1.6 A Importância da Interação no Conceito de "Sociação" de George Simmel	133
1.7 A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz	138
1.7.1 O Conceito de Mundo da Vida	140
1.7.2 Realidades Múltiplas e Províncias de Significado	143
1.7.3 O Significado da Ação Social	148
1.7.4 Tipificação e a Estrutura de Relevâncias	151
1.7.5 A Importância de Schutz para a Teoria da Comunicação	154
1.7.6 Fenomenologia Social e Comunicação de Massa	161
1.8 A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt	166

1.8.1 A Nova Escola de Frankfurt e a Reificação	174
1.8.2 Os Recursos Simbólicos e uma Nova Teoria Geral da Comunicação	179
1.8.3 A Teoria Crítica e o Panorama Atual das Ciências Sociais	181
1.8.4 A crítica ao positivismo na antiga e nova Escola de Frankfurt	182
1.9 A teoria da Ação Comunicativa e a Democracia Deliberativa	185
1.9.1 Novas Tendências da Pesquisa Social e a Teoria Crítica	192
1.9.2 Discussão do Paradigma Construtivista Emergente	195
1.9.3 A Origem Comum Kantiana	196
1.9.4 Mílovic e a argumentação como fundamento da ética	199
1.9.5 Tradição, Comunicação e os desafios da modernidade	202
1.9.6 Thompson e o paradoxo da reprodução e da mudança social	203
1.9.7 A Esfera Pública Plataformizada e a Deliberação política	207
PARTE 2	217
2.1 A crise do jornalismo e a autoridade jornalística	219
2.2 A influência recíproca entre autoridade do público e autonomia do jornalista	221
2.3 Por uma perspectiva construtivista do jornalismo	223
2.4 A objetividade positivista e a intersubjetividade construtivista	229
2.5 A hegemonia e a mudança social	232
2.6 Determinação da estrutura e autonomia relativa dos jornalistas	236
2.7 A ideologia epistêmica positivista da objetividade no Jornalismo	239
2.8 A autoria humana da realidade social e o jornalismo multiperspectivas	242
2.9 A autoridade epistemológica sobre a noção da verdade e a notícia	252
2.10 O jornalismo e a construção social da realidade	255
2.11 A ideologia epistêmica positivista da objetividade e a cognição humana	257
2.12 A notícia como um mundo possível	260
2.13 Fenomenologia social, qualidade da notícia e a crise do jornalismo	263
2.14 Jornalismo, a recepção do público e os efeitos perversos da mídia	268
2.15 As ameaças políticas e econômicas à autonomia do jornalista	272
2.16 Categorias para análise do jornalismo	280
2.17 A comercialização e as novas técnicas da mídia	293

2.18 A crítica de Habermas e Bourdieu à Teoria da Diferenciação	297
2.19 A ideologia na notícia como discurso cognitivo e sociocultural	302
2.20 Teorias do Jornalismo	314
2.21 Teoria do Espelho	315
2.22 A Teoria do Gatekeeper	316
2.23 A Teoria Organizacional	319
2.24 A Teoria da Agenda Setting	324
2.25 A Teoria da Ação Política	333
2.26 O caso do New York Times 2002-2004	343
2.27 A Teoria Estruturalista	345
2.28 Os <i>Media</i> e a Opinião Pública	354
2.29 A Teoria da Produção da Notícia – News Making	359
2.30 Objetividade, Conjecturas e a Teia de Facticidade	362
2.31 A Abordagem Etnometodológica	369
2.32 Os fundamentos pragmáticos das teorias construtivistas	371
2.33 Teoria da ação jornalística	375
2.34 Os sintomas da distorção de informações	377
2.35 A questão maior do interesse	379
2.36 A Pesquisa	380
2.36.1 Tema	382
2.36.2 Metodologia	383
2.37 Resultados alcançados na fase 1	389
2.37.1 Folha de São Paulo – Frequências	389
2.37.2 O Globo – Frequências	390
2.37.3 Jornal do Commercio – Frequências	392
2.37.4 Diario de Pernambuco – Frequências	393
2.38 Análise dos resultados da Fase 1	394
2.39 Resultados alcançados na Fase 2	395
2.40 Análise das entrevistas com os jornalistas	397
2.40.1 FD1 - Autonomia plena	397
2.40.2 FD2 – Dependência Direta e Estrutural	398
2.40.3 FD3 - Autonomia Relativa	399

2.40.4 FD1 - Autonomia plena – Análise das SD's	399
2.40.5 FD2 – Dependência Direta e Estrutural – Análise das SD's	402
2.40.6 FD3 - Autonomia Relativa - Análise das SD's	405
2.41 Relevância e impacto da pesquisa	408
Referências	411

PREFÁCIO

A presente obra, *Consenso, Disenso e Mudança Social: contributo do jornalismo dissensual à deliberação política*, da autoria de Heitor Rocha, representa um notável e inovador esforço epistemológico de pesquisa: parte da crítica à visão positivista dos estudos de jornalismo de viés funcionalista influenciados pela *mass communication research* norte-americana para, em seu lugar, estabelecer um olhar construtivista, que reivindica o caráter interpretativo e potencialmente transformador da atividade jornalística.

Um dos traços vibrantes desta obra é a discussão sobre o papel do jornalista enquanto mediador simbólico e coautor da realidade social. Em vez de o conceber como simples transmissor neutro de acontecimentos, Heitor Rocha recorre a diversos referenciais teóricos (da filosofia pragmática à sociologia interacionista, da fenomenologia à teoria crítica) para esclarecer a agência do jornalista no processo comunicativo. A pluralidade de autores convocados – John Dewey, Charles S. Peirce, George H. Mead, Alfred Schutz, António Gramsci, Jürgen Habermas, Stuart Hall, Norman Fairclough, Warren Breed, John Soloski, entre outros – mostra a natureza interdisciplinar da reflexão e a riqueza de perspectivas modelarmente integradas.

Tal esforço epistemológico explora a tensão entre consenso e dissenso no campo jornalístico e as suas implicações na deliberação política. Historicamente, as teorias clássicas da esfera pública – inspiradas por ideais iluministas – conceberam o espaço público e os media como instrumentos vocacionados para a formação de consensos racionais que exprimem a vontade coletiva. Contudo, as dinâmicas sociais atuais mostram

que a vida política, sobretudo em democracia, não se reduz à procura do consenso; pelo contrário, integra como parte indissociável uma “maré de dissensos” que impulsiona a crítica e a transformação social.

Para compreender a tensão entre consenso e dissenso no jornalismo, a obra parte de um contraste entre dois paradigmas opostos: o positivismo objetivista e o construtivismo de base pragmatista. O paradigma positivista – hegemônico durante boa parte do século XX – sustenta a conceção do jornalismo como “espelho da realidade”, na qual os fatos existem de forma objetiva e separada dos juízos de valor, cabendo ao jornalista simplesmente recolhê-los e apresentá-los com neutralidade. Assente numa epistemologia empirista, esta visão fomentou o mito da separação absoluta entre factos e valores, produzindo a ideia do “facto em si” como este fosse uma realidade completamente independente da interpretação humana. Tal conceção consolidou-se académica e profissionalmente, sobretudo através da influência da *Mass Communication Research* norte-americana, que, entre as décadas de 1920 e 1960, privilegiou modelos funcionalistas, quantitativos e alegadamente neutrais na investigação sobre os *media*. Nesta trajetória, houve uma marginalização deliberada de abordagens teóricas que expunham os conflitos sociais e as violências simbólicas reproduzidas pela comunicação – marginalização essa visível, por exemplo, no apagamento da tradição pragmática e crítica (Peirce, Dewey, Mead, etc.) durante a ascensão do positivismo mediático.

Em contrapartida, o paradigma construtivista – reivindicado e descrito de modo exemplar na obra – propõe uma ruptura com o mito do espelho e com a ideologia da objetividade estrita. Sob influência do pragmatismo filosófico, do interacionismo e da fenomenologia, defende-se que a realidade social – e, em particular, a “realidade” noticiosa – não é uma entidade fixa e dada *a priori*, mas antes uma construção histórica e intersubjetiva. O jornalista, longe de ser um observador passivo, é entendido aqui como um agente que participa ativamente na construção de sentidos sobre o mundo. O jornalismo é uma forma social de conhecimento inserida na práxis, um momento

da autoconstrução histórica humana. O conhecimento jornalístico não reflete simplesmente um mundo externo e alheio aos sujeitos, mas resulta de um processo ativo em que sujeito e objeto se co-constroem dialeticamente. Recuperando com rigor tradições intelectuais negligenciadas pela pesquisa positivista, o autor fundamenta a proposta epistemológica subjacente ao livro: a de um jornalismo entendido como inquérito público permanente, onde os “fatos” ganham significado no confronto de perspectivas e na intercompreensão linguística de uma comunidade comunicativa.

Adotar um prisma construtivista significa, por conseguinte, desmontar a “teoria naturalizadora” do jornalismo que toma os produtos mediáticos como evidências transparentes. Ao invés, concebe-se o jornalismo enquanto estrutura de comunicação historicamente condicionada e forma social de conhecimento ligada aos processos de produção e reprodução da sociedade. A alegada objetividade neutra é desmascarada enquanto ideologia proveniente das relações sociais capitalistas, fundada na reificação – isto é, na transformação de construções históricas em “coisas” aparentes e inquestionáveis. Dizer que o jornalista deve cingir-se “exclusivamente aos factos” implica, nessa ótica, aceitar acriticamente critérios de seleção e enquadramento pautados por uma cosmovisão burguesa dominante. Em contrapartida, o construtivismo jornalístico reivindica a possibilidade de outras epistemologias do real, reconhecendo o caráter interpretativo e potencialmente transformador da atividade jornalística. Este paradigma permite preservar a consciência da autoria humana sobre o mundo social – um mundo que está sempre em construção e nunca apresenta um sentido único e fechado.

Importa salientar que esta reorientação epistemológica tem também um cariz crítico e emancipatório. Ao desvendar os pressupostos ideológicos do positivismo (por exemplo, a objetividade como “valor científico” incontestável), a obra coloca em evidência como tal visão serviu, em larga medida, para excluir do debate académico e profissional elementos incômodos – nomeadamente, aqueles que revelam conflitos de poder e assimetrias de voz na esfera pública.

Heitor Rocha recorre a diversos referenciais teóricos (da filosofia pragmática à sociologia interacionista, da fenomenologia à teoria crítica) para iluminar, de modo outro, a agência do jornalista no processo comunicativo. Avançando para o pragmatismo, Heitor Rocha recupera a visão de Dewey do jornalismo como instrumento de educação pública e participação democrática. Recupera a noção de Mead que reforça a centralidade da comunicação e a teoria de que é através da interação simbólica – da linguagem e dos signos partilhados – que o “self” e a sociedade se constroem reciprocamente. Ressalta o falibilismo peirceano e o caráter processual da semiose, e sua aplicação ao enquadramento das notícias, ressaltando a natureza dinâmica e provisória de toda a representação jornalística. A concepção de “sociação” de Simmel é evocada para sublinhar a tensão entre diferenciação social e integração comunicativa, demonstrando que a pluralidade de mundos de sentido não tende à fragmentação caótica, mas sim à formação de uma malha de interdependências social. Da fenomenologia social, destaca os contributos de Alfred Schutz para pensar a comunicação como elemento decisivo na constituição da sociabilidade. A originalidade da abordagem da fenomenologia social de acordo com os caminhos abertos por Schutz reside em mostrar que o jornalista transita entre diferentes “províncias de significado”. Assim, a influência de Schutz reforça o argumento central: o jornalista é um mediador de realidades – alguém que traduz e constrói significado social, não um simples espelho translúcido de factos isolados e em si. Finalmente, a genealogia da Escola de Frankfurt e a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas apontam caminhos normativos para a deliberação democrática e ressignificam a esfera pública, especialmente na era digital. Habermas fornece um quadro conceitual da argumentação como centro da ética discursiva, preparando terreno para as análises empíricas subsequentes. Heitor Rocha percorre a evolução da Escola de Frankfurt, da dialética negativa de Adorno e Horkheimer à reflexão sobre reificação e cultura de massa. Termina com a apresentação da concepção habermasiana de Ação Comunicativa que, ao reivindicar a argumentação racional como fundamento da ética discursiva, oferece um

quadro normativo para a deliberação política e uma saída para as aporias da dialéctica negativa centrada na razão instrumental.

Na segunda parte da obra realiza-se o diagnóstico da crise de audiência, credibilidade e missão do jornalismo. Heitor Rocha aplica o paradigma construtivista ao jornalismo, contrapondo objetividade positivista e inter-subjetividade. A pretensão de “fato puro” cede lugar à noção de notícia como “mundo possível”, que se legitima na validez discursiva e no consenso crítico da comunidade de comunicação.

A obra revisita com significativo rigor Gramsci, Stuart Hall e Fairclough para mostrar como o jornalismo integral pode articular ações de hegemonia e contra-hegemonia, e como a crise do modelo objetivista abre espaço para iniciativas externas (movimentos sociais, mobilizações digitais) que reconfiguram a agenda pública. Gramsci legou-nos o conceito de hegemonia, descrevendo como uma classe dirigente mantém a dominação não apenas pela força, mas conquistando o consenso das classes subalternas através de uma direção moral e intelectual difundida na sociedade. O jornalismo insere-se nesse processo como terreno de luta pela hegemonia cultural: os *media* podem funcionar como “intelectuais orgânicos” da classe dominante, difundindo a visão de mundo que legitima a ordem vigente, ou, em alternativa, abrindo caminho a projetos contra-hegemónicos.

Heitor Rocha sublinha, com Gramsci, que nenhum discurso hegemónico é monolítico. Para se impor como universal, a ideologia dominante carece de se articular com elementos de visões subalternas e subordinadas (ainda que de forma controlada e secundária). Essa incorporação estratégica de certos valores ou reivindicações das classes dominadas confere um caráter ambíguo e dinâmico à hegemonia. Norman Fairclough, figura cimeira da análise crítica do discurso citada na obra, destaca que a ordem do discurso numa formação social é, ela própria, contraditória, combinando elementos autoritários com elementos democráticos e igualitários. Aplicado ao jornalismo, tal significa que o discurso mediático raramente fala de modo unívoco: ele contém tensões internas, sinais de valores concorrentiais, pretensões de

validade contraditórias que refletem disputas pela definição da realidade. Assim, enquanto certas tipificações e enquadramentos noticiosos reproduzem fielmente a ideologia dominante, outros elementos – por vezes presentes na própria linguagem “objetiva” da notícia – podem abrir brechas para perspetivas dissidentes, mais orientadas para o dissenso do que para a fabricação do consenso.

O livro recorre ainda à sociologia da produção noticiosa e as Teorias do Jornalismo para entender até que ponto o jornalista pode ser agente de mudança ou mero executor de políticas editoriais decididas pelos acionistas e administrações. O autor apresenta um inventário crítico das principais teorias jornalísticas – do espelho ao gatekeeping, da Agenda Setting ao Estruturalismo passando pela Teoria da Acção Política, Teoria Organizacional e News Making (produção noticiosa) – usando a sua fundamentação para indagar problemáticas associadas às distorções informativas, às restrições económicas e políticas, a maior ou menor autonomia dos jornalistas e à cognição coletiva dos receptores.

Heitor Rocha segue, nomeadamente, de perto a Teoria Organizacional de Breed no modo como este refutou a visão funcionalista ingénua de que cada jornalista trabalha em plena liberdade individual e define sozinho o enquadramento das notícias. Breed mostrou que as normas internas, as orientações subtis dos superiores e a cultura profissional conduzem a um alinhamento relativamente estável com a linha editorial. No extremo, a teoria marxista estruturalista mais mecanicista de fundo economicista, influenciada nomeadamente por Althusser, sugeriria que o jornalista não teria nenhuma autonomia, sendo totalmente determinado pela ideologia da classe dominante. A posição defendida reconhece dialeticamente os fortes condicionamentos estruturais sobre o jornalista, mas também identifica margens de manobra e contradições que podem ser exploradas para introduzir dissenso. Insere-se aqui a análise de John Soloski, cujos trabalhos sobre a ideologia do profissionalismo jornalístico são convocados para explicar o mecanismo de autocontrolo presente na profissão. Segundo Soloski, as normas do profissionalismo – como a pretensão de objetividade, imparcialidade

e ética deontológica – atuam como um método eficaz e económico de as empresas de *media* controlarem o comportamento dos jornalistas, sem necessidade de coerções hierárquicas constantes. Os próprios jornalistas, ao orgulharem-se de serem “profissionais objetivos”, acabam por se autocensurarem complementando a censura direta (ainda que velada) das chefias editoriais. Esse profissionalismo interiorizado leva-os muitas vezes a aderir espontaneamente aos enquadramentos e limites do “controle simbólico” estabelecido pelo sistema. Contudo, o discurso ideológico nunca é completamente monolítico, deixando espaço para a ação e criatividade do jornalista. O discurso jornalístico inevitavelmente desafia a imposição de significados únicos, abrindo brechas para interpretações alternativas. Por exemplo, valores profissionalizantes como a imparcialidade, a neutralidade e o *fairness* foram historicamente incorporados na ideologia do jornalismo em parte por pressão de jornalistas e do público, precisamente para permitir alguma diversidade de enquadramentos noticiosos além da versão dominante. Ou seja, embora o núcleo duro da objetividade positivista permaneça muitas vezes intocado – garantindo nas questões estratégicas a prevalência da visão hegemónica – existe uma face pluralista no profissionalismo que não pode ser ignorada.

Um ponto enfatizado é que a reconfiguração das esferas do consenso e do dissenso torna particularmente urgente repensar a missão deliberativa do jornalismo. Se no passado a imprensa podia, de certa forma, “ditar” a agenda e canalizar o debate dentro de certos limites (privilegiando uma esfera de consenso alargado e confinando visões alternativas às margens ou ao silêncio), hoje tal centralização rui. Por um lado, posições que outrora ficavam remetidas à “esfera do desvio” (usando a célebre tipologia de Daniel Hallin) encontram agora meios de circular e ganhar apoio através das redes sociais e *media* alternativos. Isso pode significar que certos consensos artificiais construídos pelo discurso mediático dominante são expostos como parciais ou excludentes, e contestados abertamente no espaço público digital. A obra cita, a propósito, a classificação de Hallin das três esferas – consenso, controvérsia legítima e desvio – para ilustrar como o jornalismo objetivista tradicional frequentemente hipertrófiou a esfera

do consenso, apoiado na ideia de “pensamento único”. Nesta situação, os jornalistas, escudados na teoria do espelho e no suposto consenso social já estabelecido, não se sentiam obrigados a dar voz a perspectivas dissensuais ou contra-hegemónicas, empurrando-as para fora do debate visível. O resultado, como indica Habermas (1984) citado pela obra, é muitas vezes um “pseudo-consenso”: um acordo aparente que oculta dissensos latentes e exclui deliberadamente certos grupos e ideias. Ora, a implosão desse pseudo-consenso na era digital, com a cacofonia de opiniões a emergir, pode ter consequências ambivalentes.

Por outro lado, a fragmentação do espaço informativo comporta riscos de balcanização do debate – a criação de “bolhas” onde o consenso interno de um grupo é alcançado à custa do isolamento em relação a outros pontos de vista. A obra não deixa de abordar este paradoxo: a abertura proporcionada pela nova esfera pública pode tanto enriquecer o pluralismo deliberativo quanto aprofundar polarizações e dificultar a formação de qualquer base comum para discussão. Nesse contexto, qual deve ser o lugar do jornalismo profissional? Heitor Rocha sugere que, longe de tornar o jornalismo irrelevante, a conjuntura atual reclama um jornalismo ainda mais apto a mediar construtivamente – um jornalismo que funcione como plataforma de encontro entre diferenças, que esclareça o debate público sem suprimir o conflito essencial que move a democracia. A crise de autoridade pode assim ser vista como uma oportunidade para uma autoridade renovada, assente não na posição privilegiada de detentor exclusivo da informação, mas na credibilidade conquistada através da transparência, da abertura ao contraditório e do compromisso com a verdade dialogada.

Nos últimos capítulos, Rocha analisa quatro jornais brasileiros (*Folha de São Paulo*, *Globo*, *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco*) com recurso a análise de discurso e a entrevistas semiestruturadas com jornalistas. Os resultados convergem para a constatação de que, embora domine uma “teia de facticidade” interiorizada e partilhada, ocorrem brechas de dissenso e oportunidades de repensar o enquadramento informativo dominante. Com efeito, a estratégia metodológica mista seguida permitiu mapear tanto

“o que” os media estão a publicar – com medições de frequência de determinados enquadramentos, presença (ou ausência) de vozes dissidentes, relevância atribuída a temas oriundos de movimentos sociais, etc. – quanto “como” os jornalistas percebem e justificam as suas práticas e os constrangimentos enfrentados. Os resultados quantitativos apresentados (abrangendo conteúdos de 2021 a 2023) revelam padrões interessantes: por exemplo, quantas notícias dão espaço a perspectivas contra-hegemónicas, quais os temas sistematicamente empurrados para as margens, ou em que medida há variação entre publicações em abrir brechas para o contraditório. Já as entrevistas qualitativas trazem à luz um aspeto raramente quantificável: as atitudes críticas e de resistência de jornalistas individuais face às orientações conservadoras ou elitistas de certas políticas editoriais. Segundo a pesquisa, identificaram-se profissionais que, mesmo operando em ambientes editoriais adversos, cultivam estratégias para ampliar a diversidade de vozes nas notícias – seja selecionando fontes alternativas, seja argumentando internamente a favor de coberturas mais equilibradas. Este dado empírico é alentador, pois demonstra concretamente a existência de “ilhas de dissenso” mesmo em redações alinhadas com interesses dominantes.

Um dos fios condutores que perpassa pelas duas partes da obra é, assim, de modo claro, a exploração do caráter ambíguo e contraditório da ideologia do profissionalismo jornalístico. Esta ideologia – entendida como o conjunto de valores, rotinas e mitos que sustentam a identidade do jornalista “imparcial” e “objetivo” – mostrou-se, na análise do autor, uma espada de dois gumes. Por um lado, serviu historicamente aos interesses das empresas mediáticas e das estruturas de poder, ao inculcar nos jornalistas uma percepção de neutralidade que os dissuadia de questionar as bases da ordem dominante. Dessa forma, o profissionalismo atuou como instrumento de despolitização: jornalistas formados nessa ideologia tendem a rejeitar o envolvimento com causas ou pontos de vista “parciais”, mesmo quando tais pontos de vista representem segmentos marginalizados da sociedade ou evidenciem conflitos legítimos. A ideologia profissional ajudou, assim, a manter nas notícias uma aparência de consenso, naturalizando escolhas editoriais que, no fundo, refletiam opções políticas (por exemplo, o critério

noticioso frequentemente privilegia vozes oficiais e eventos institucionais, enquanto ignora iniciativas de base ou denúncias de minorias). Nesse sentido, diversos críticos apontam que o profissionalismo “à americana” – forjado em meados do século XX – funcionou como ideologia de legitimação do modelo liberal-capitalista, associando implicitamente o bom jornalismo à manutenção da ordem estabelecida. A análise presente no livro alinha-se com esta crítica, mostrando como o “núcleo duro” positivista do profissionalismo (a crença num real absoluto cognoscível independentemente do sujeito) sustenta uma epistemologia que esvazia a agência do jornalista e o reduz a executor de uma suposta racionalidade técnica do sistema.

Por outro lado, a obra evidencia que dentro dessa mesma ideologia se abrigam elementos potencialmente contraditórios com a lógica da hegemonia dominante. Valores como a imparcialidade e o equilíbrio, introduzidos como padrões profissionais, acabaram por dotar os jornalistas de um discurso legitimador para exigir espaço a vozes divergentes em nome da equidade informativa. Além disso, a ideologia profissional incorporou a ideia de que o jornalismo é um serviço público – a clássica imagem do “quarto poder “ao serviço da cidadania – o que traz consigo uma tonalidade que escapa à estreita lógica utilitária e mercantil. John Soloski sublinha esse aspecto ao afirmar que a ideologia profissional possui componentes que escapam às exigências do lucro e do mercado, manifestos na ideia de dever para com a sociedade, que entram frequentemente em conflito com os objetivos comerciais das empresas de *media*. Em termos práticos, essa contradição intrínseca pode levar jornalistas, imbuídos de rigor profissional e dever cívico, a confrontar decisões editoriais motivadas exclusivamente por cálculo de audiência ou pressão de anunciantes. O autor documenta casos em que profissionais resistem quando, por exemplo, a administração do jornal impõe cortes numa investigação sensível por temer retaliação de poderosos ou prejuízo financeiro – apoiados justamente numa ética profissional que preza a verdade e a *accountability* acima de conveniências. Assim, sempre que a “ideologia do capitalismo” puramente corporativo colide frontalmente com a “ideologia do profissionalismo” jornalístico, gera-se um potencial de conflito interno

que pode, em certas circunstâncias, beneficiar a lógica de serviço público que integra a autoperceção do campo jornalístico.

Heitor Rocha enfatiza, portanto, que a ambivalência da ideologia profissional deve ser reconhecida e explorada pelos que desejam uma imprensa mais plural. Essa ambivalência não é um defeito acidental, mas sim reflexo das tensões mais amplas entre democracia e mercado, entre conhecimento e poder, que permeiam o campo mediático. Dito de outra forma, a contradição interna do profissionalismo jornalístico espelha a contradição da própria esfera pública numa sociedade desigual: de um lado, a promessa de um debate inclusivo e orientado para o bem comum; do outro, as forças que tentam capturar esse debate a favor de interesses particulares. A plena compreensão teórica dessa dialética, proporcionada por *Consenso, Disenso e Mudança Social*, é um passo importante. Mas a obra vai além, sugerindo também implicações práticas: identificar as brechas no discurso dominante onde se pode alavancar mudanças, incentivar formações e políticas de redação que reforcem o sentido crítico dos jornalistas em vez da obediência cega a protocolos, e fomentar uma cultura profissional que entenda a neutralidade não como silêncio submisso, mas como uma postura justa e englobante para com todas as partes legítimas no debate público.

No que tange a consequências normativas, *Consenso, Disenso e Mudança Social* oferece um robusto e rigoroso contributo para o debate sobre a ética e a função social do jornalismo. Ao dissecar a ambiguidade da ideologia profissional e evidenciar as limitações do modelo objetivista, Heitor Rocha repensa implacavelmente os princípios normativos do jornalismo. Uma conclusão subjacente é que a excelência jornalística, em contexto democrático, não pode ser avaliada apenas pelo critério estreito da neutralidade ou da velocidade informativa, mas antes pela capacidade de fomentar uma deliberação pública esclarecida. Isso implica cultivar um jornalismo inclusivo e plural, que trate a diversidade de interpretações e opiniões não como uma ameaça a evitar, mas como uma fonte de riqueza que urge saber gerir. Tal postura valoriza não só o que está convencionado pelo consenso social atual, mas também as aspirações que valorizam o dissenso, se afirmam

como contra-hegemónicas e mesmo contra-factuais e que, no limite, almejam construir uma sociedade mais justa e menos violenta. Em suma, Heitor Rocha sugere uma ética jornalística que combina a busca da verdade com a inclusão do dissenso: o jornalismo deve tanto reportar com exatidão factos verificáveis quanto assegurar que as vozes dissonantes – aquelas que apontam injustiças, que desafiam a ordem estabelecida – tenham a oportunidade de ser ouvidas e escrutinadas no fórum público.

As respostas sugeridas ao longo da obra convergem com sageza e maestria numa visão do jornalismo como prática intrinsecamente ética e política, no sentido forte do termo: ética, por requerer permanente exame de consciência crítico sobre seus pressupostos de verdade e seus deveres para com o público; política, porque é um espaço de poder onde se joga a disputa de visões de mundo, e cuja configuração influencia a deliberação coletiva e o rumo da sociedade. Este livro, com a sua abordagem reflexiva, analítica e prática levanta problemas que mobilizam académicos, estudantes e profissionais e cumpre o objetivo de estimular o debate informado. Nele, o leitor encontrará não apenas a crítica de paradigmas ultrapassados, mas também o pulsar vibrante de uma teoria do jornalismo adaptada aos desafios do século XXI – uma teoria que reconhece no dissenso não uma anomalia a suprimir, mas uma força que mantém viva a democracia, e que vislumbra no consenso não um fim em si mesmo, mas um ponto de partida a ser continuamente testado e renovado pela participação do diálogo público. O livro de Heitor Rocha configura-se como referência para estudos avançados em jornalismo crítico e democracia deliberativa. Suas categorias de análise podem ser aplicadas a novos contextos – plataformas de redes sociais, jornalismo hiperlocal, projetos independentes –, e servem de base para investigações comparativas. Além disso, ao destacar a centralidade ética da participação pública, abre horizonte para iniciativas pedagógicas e de formação profissional voltadas à consolidação de um “jornalismo integral” capaz de engendrar mudança social.

João Carlos Correia
Covilhã e UBI, 16/07/2025

INTRODUÇÃO

A ideia de elaboração deste livro surgiu a partir da experiência em dois momentos de estudos na Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal), no pós-doutoramento no período de setembro de 2014 a agosto de 2015, com a supervisão do professor João Carlos Correia, e no desenvolvimento de pesquisa, no período de março e junho de 2019, sob a supervisão da professora Anabela Gradim, quando tornou-se clara a evidência de um fenômeno na literatura do jornalismo quanto à ausência de uma discursão aprofundada e sistemática sobre o conflito de interesses ideológicos existente nos veículos de comunicação entre, de um lado, os controladores das ações do investimento de capital no “negócio das notícias” e seus dirigentes de confiança, e, por outro, os jornalistas funcionários nestas organizações empresariais. Este embate implica em relevantes consequências quanto à reprodução da ideologia dominante e manutenção da realidade estabelecida, por um lado, e de outro com a possibilidade de ocasional prevalência de dissensos contra hegemônicos para conquista de posições pela mudança social.

Assim, nos estudos em Jornalismo algumas questões encontram-se, de forma quase generalizada, sistematicamente esquecidas ou mesmo ocultadas: a divisão social do trabalho na instituição jornalística entre os proprietários e seus dirigentes de confiança, por um lado, e os jornalistas empregados, por outro, com a tradição ideológica de interesses entre estas duas partes (1); a responsabilidade pela definição dos conteúdos como sendo responsabilidade maior ou quase exclusiva dos controladores acionários dos veículos e seus dirigentes e não dos jornalistas como se costuma acreditar (2);

e a eventualidade de o público exercer autoridade para obrigar os veículos a alinharem com os interesses da coletividade e o bem comum (3).

A maneira completamente irrefletida ou acrítica com que, em geral, são tratadas estas questões, estigmatizando as denúncias de manipulação do grande capital, que monopoliza a propriedade da mídia tradicional, sobre a produção de notícias como sendo resultado de teorias conspiratórias, é uma postura quase padrão no estado da arte da área, com exceção de poucos autores. Este posicionamento se enquadra no que podemos denominar de um **tabu ideológico**, pela proibição sofrida pelo assunto, a exemplo do que acontece com o que Warren Breed (2016) denomina de tabu ético, o esforço que os donos de veículos e os seus dirigentes fazem para dissimular a disposição de obrigar os jornalistas funcionários/empregados e se conformarem nos limites da política editorial da organização empresarial.

Segundo Warren Breed, este tabu tem uma significação ética porque está baseado na ameaça de que transpareça para a sociedade e a opinião pública que a direção do veículo censura e opriime os jornalistas para enquadrá-los nos seus pontos de vista, o que acarreta a perda de credibilidade do veículo por atentar contra a ética da compreensão compartilhada socialmente de que os meios de comunicação devem defender exclusivamente os interesses da coletividade e não interesses particulares dos grupos que controlam o aparelho de Estado e as corporações do mercado. Esta ética é reconhecida pelo público e assumida publicamente pelos veículos como o compromisso exclusivo com a verdade, configurando o que Habermas (1997) denomina autocompreensão normativa dos meios de comunicação.

Portanto, a contradição existente na instituição jornalística (veículos noticiosos privados ou públicos) entre proprietários/dirigentes x jornalistas é, de forma quase unânime, ignorada pela grande maioria dos estudiosos, com exceção de Warren Breed (2016), John Dewey (2004), Herbert Gans (1979, 2004) e poucos outros, e atinge até autores como Stuart Hall (2016) e outros da Universidade de Birmingham, que denunciam que o profissional, quase sempre, não é o definidor primário do enquadramento da notícia,

mas sim as fontes oficiais da estrutura de poder, não vislumbrando, porém, a possibilidade de o jornalista agir na produção noticiosa, como concebe Chaparro (1994), de forma consciente, voluntária e deliberadamente contra-hegemônica quando articula a periferia como iniciativa externa à estrutura de poder, com a formação de opinião consistente, vontade política e poder comunicativo respaldado na solidariedade de manifestações de reivindicações para criação de novas leis progressistas e inclusivas, mudando o funcionamento dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Diante desta possibilidade auspíciosa da mudança social, como vislumbram alguns autores, Stuart Hall (2016, p. 340) acusa a atribuição de intencionalidade ao jornalista de incorrer em teoria conspiratória, invocando a posição marxista economicista de Louis Althusser para considerar que o alinhamento aos interesses da estrutura de poder na instituição jornalística se dá “involuntariamente e através das suas próprias vias ‘autônomas’”. A adesão ao projeto dominante da estrutura de poder pelos jornalistas, assim, é vista como completamente inconsciente devido à influência da ideologia capitalista burguesa. A despeito da denúncia da primazia das fontes oficiais da burocracia do aparelho de estado e das corporações do mercado na definição das notícias, Hall não concebe o conflito de interesses existente dentro das organizações empresariais de mídia noticiosa entre os seus controladores acionários e seus dirigentes, ao lado dos posicionamentos favoráveis à preservação do *status quo*, e os jornalistas funcionários/empregados, em geral, identificados com as demandas progressistas e os interesses da maioria da sociedade.

Na compreensão deste embate por Herbert Gans (1979, p. 82) como “um cabo de guerra” em que os jornalistas e o público sofrem um processo de desempoderamento político e econômico, a reflexão de John Soloski é estratégicamente relevante para evidenciar como a ideologia do profissionalismo jornalístico, como autocensura, complementa a censura direta, mesmo que dissimulada, da política editorial dos veículos, instrumentalizando os posicionamentos da maquinaria de controle simbólico do sistema como algo a que os profissionais, muitas vezes, aderem espontaneamente.

Desta maneira, segundo Soloski (2016, p. 133-134), o profissionalismo se constitui em método eficiente e econômico para as organizações empresariais controlarem o comportamento discricionário dos jornalistas, combinando com as limitações impostas pelas suas políticas editoriais.

Contudo, como toda linguagem não pode deixar de desafiar a negociação de significados idênticos para atingir o entendimento através da comunicação, coloca-se como incontornável a condição ambígua, ou pelo menos não monolítica, do discurso ideológico para se tornar dominante no processo de hegemonização concebido por Antonio Gramsci (1978), ao ter que articular, evidentemente de forma secundária e subordinada, elementos da ideologia das classes e grupos desfavorecidos, para viabilizar a adesão desses setores sociais ao seu projeto hegemônico como se fosse universal.

Neste sentido, é possível fazer uma analogia com a ideologia do profissionalismo jornalístico, na qual pode ser reconhecido um núcleo duro da epistemologia positivista da objetividade com o mito da separação entre fato e juízo de valor/opinião. A concepção epistemológica do fato puro, absoluto, e seu conhecimento como pré-existente ao esforço cognitivo do jornalista para apreender a realidade, não autoriza qualquer possibilidade de interpretação diversa daquela apresentada como unívoca e de inquestionável facticidade pela ideologia dominante. Assim, pode-se pressupor que os componentes de imparcialidade, neutralidade e “*fairness*” foram agregados à ideologia do profissionalismo jornalístico por pressão dos jornalistas e do público para garantir alguma diversidade nos enquadramentos das notícias além da versão dominante, mesmo que, nos momentos estratégicos e decisivos, o núcleo duro prevaleça para garantir o enquadramento com o juízo monológico da ideologia hegemônica.

Nesta engenharia, que se enquadra na expressão de Weber “domesticção dos dominados”, registrada por Bourdieu (1989, p. 11), no entanto, Soloski observa a ambiguidade na ideologia do profissionalismo jornalístico, apontando situações em que os jornalistas invocam a ideologia do profissionalismo jornalístico para se contrapor – podemos considerar de forma mais

abrangente – não só às metas comerciais, mas também aos posicionamentos político-ideológicos dominantes.

(...) os objetivos e os procedimentos das organizações comerciais burocráticas levarão inevitavelmente ao conflito com os objetivos e os procedimentos dos seus profissionais. Por outras palavras, a fidelidade dos profissionais às normas deontológicas leva-os a entrar em conflito com intuições lucrativas da organização comercial. (...) a ideologia do capitalismo e a ideologia do profissionalismo não são compatíveis. Aparentemente, a ideologia do profissionalismo tem fortes componentes antilucro e antimercado que estão manifestos na ideia do serviço para a sociedade. O custo não é visto como sendo um fator determinante na distribuição dos serviços profissionais (Soloski, 2016, p. 137).

A consecução do percurso analítico para aprofundamento do estado da arte no estudo do jornalismo desta aporia, problema de difícil solução, sobre a determinação da definição da interpretação sobre a realidade, na instituição jornalística (e dentro desta na margem de manobra e autonomia relativa dos jornalistas diretamente diante da política editorial, mas também indiretamente no contexto ambíguo da ideologia do profissionalismo jornalístico), necessariamente, implica desde a revisão dos fundamentos epistemológicos dos paradigmas científicos, da concepção das metodologias adequadas para investigação das questões relativas à comunicação e ao jornalismo até a aplicação dos pressupostos epistemológicos e metodológicos na avaliação da realidade empírica.

Neste contexto, configura-se uma falsa polarização entre a concepção do funcionalismo estrutural norte-americano de que o jornalista seria o responsável exclusivo na definição do enquadramento da notícia trabalhando em situação de liberdade absoluta, por um lado, e de outro a concepção marxista mecânica (Hall, 2016) que percebe a ação do jornalista completamente determinada pela ideologia capitalista/burguesa, de acordo com a visão marxista estruturalista de Louis Althusser (1983).

Se a concepção funcionalista estrutural da responsabilidade exclusiva do jornalista na definição da notícia é refutada de forma categórica pela Teoria Organizacional de Warren Breed (2016), por outro lado, Gramsci (1978) desconstrói a determinação absoluta da consciência reificada do sujeito no marxismo economicista, ao salientar que, “para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido” (p. 69).

Portanto, a perspectiva positivista do jornalismo objetivista resulta numa epistemologia que concebe a determinação completa da estrutura, do fato “real”, absoluto, com o seu conhecimento completo sobre a realidade do mundo independente do sujeito cognoscente, no caso o jornalista como agente, a sua capacidade de agir. Embora este seja o núcleo duro da epistemologia da ideologia do profissionalismo jornalístico, pode-se verificar uma certa ambiguidade e contradição, como de resto em todo o âmbito do significado, do conhecimento e do discurso, quando a versão monológica da ideologia dominante se desestabiliza e se impõe, através das concepções de imparcialidade, neutralidade, *fairness* e equilíbrio, a necessidade de fazer interagir interpretações díspares de múltiplas realidades/verdades como províncias de significado finito (Schutz, como citado em Correia, 2005).

Na fundamentação epistemológica da sua concepção dialética da ideologia hegemônica como sendo dependente de um “equilíbrio instável” sempre necessitando da validação do consenso da comunidade de comunicação, na linha da teoria consensual da verdade do paradigma construtivista, em substituição da determinação completa e absoluta da teoria da verdade como correspondência entre a representação e a própria realidade, característica do paradigma tradicional positivista, Gramsci (1978) questiona como ideológica a postura científica tradicional que considera: “ser objetivo, realidade objetiva, aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo.” (p. 69)

Gramsci (1978) ainda observa que:

O senso comum afirma a objetividade do real na medida em que a realidade, o mundo, foi criado por deus independentemente do homem; ela é, portanto, expressão da concepção mitológica do mundo; senso comum, ademais, ao descrever esta objetividade, incide nos erros mais grosseiros; em grande parte, ele ainda permanece na fase da astronomia ptolomaica, não sabendo estabelecer os nexos reais de causa e efeito, etc., isto é, ele afirma ser ‘objetiva’ uma certa ‘subjetividade’ anacrônica, já que nem sequer pode conceber a possibilidade de existência de uma concepção subjetiva do mundo, bem como o que ela queira ou possa significar. Mas tudo isso que a ciência afirma é ‘objetivamente’ verdadeiro? De modo definitivo? Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para felicidade da ciência. Mas se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução. (pp. 69–70)

No pensamento de Gramsci, o que interessa à ciência é como o homem elabora seus métodos de pesquisa, retificando continuamente os seus instrumentos materiais e lógicos de discriminação e de verificação, a cultura, a concepção do mundo, a relação entre o homem e a realidade mediada pela tecnologia. Portanto, segundo o pensador italiano, se constitui em paradoxo a ciência buscar a realidade fora dos homens, num sentido religioso ou metafísico, perguntando-se o que seria a realidade do universo sem o homem.

Toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, que seria a objetividade? Um caos, isto é, nada, o vazio, se é que é possível dizer assim, já que, realmente, se se imaginar que o homem não existe, não se pode imaginar a língua e o pensamento” (Gramsci, 1978. p. 70).

Ao se contrapor à noção da determinação do marxismo economicista da estrutura sobre a superestrutura, a concepção de hegemonia de Gramsci, segundo Luciano Gruppi (1978, p. 75), “dá o máximo destaque ao momento ideológico, cultural, ao momento da intervenção crítica, ao sujeito revolucionário, ou seja, à consciência”.

É desse conceito de hegemonia que parte a crítica de Gramsci às deformações do marxismo, entendido como materialismo mecânico e vulgar, que explica mecanicamente tudo e reduz tudo à economia. A polêmica de Gramsci é voltada contra toda uma interpretação do marxismo, aquela da II Internacional, que deforma Marx em sentido positivista. Nessa interpretação, perde-se de vista o momento da luta política, da ação cultural, da influência das ideias, que já para Engels aparecia como a terceira frente de luta, ao lado da econômica e da política. O materialismo mecânico concebe o desenvolvimento social como rigorosamente determinado por causas objetivas, que não deixam espaço efetivo para o sujeito, para o partido, para a iniciativa política. (Gruppi, 1978, pp. 75-76)

Assim, Gramsci (1978. p. 70) salienta que, “para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido”.

Neste sentido, Norman Fairclough (2001, p. 122) observa que

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em alianças com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcialmente e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

Por isso, Fairclough (2001, p. 123) vai chamar a atenção para o marco delimitador da luta hegemônica que são os ‘complexos ideológicos’, estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados, a partir de uma ordem do discurso que pode ser considerada “como faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia”.

O caráter ambíguo e contraditório é também registrado por Fairclough (2001, p. 124) ao destacar que

(...) a ordem de discurso rearticulada é contraditória: elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários (...) e elementos patriarcais com elementos feministas. Além disso, a rearticulação das ordens de discurso é obtida não apenas na prática discursiva produtiva, mas também na interpretação.

Com esse entendimento, este livro considera que a ambiguidade existe na ideologia do profissionalismo jornalístico, ao conceber contraditorialmente o esforço da organização empresarial jornalística para, além da política editorial do veículo, controlar em função de seus interesses ideológicos o comportamento “discricionário dos jornalistas”, como observa Soloski, enquanto em outros momentos funciona para os profissionais como instrumento a ser invocado na tentativa de expandir os limites da política editorial, de acordo com Warren Breed (2016).

O papel institucional do Jornalismo e a formação da identidade. É crescente o reconhecimento da importância da comunicação na sociedade contemporânea, especialmente quanto ao jornalismo como setor da mídia onde são tratadas mais apropriadamente as questões de interesse coletivo, geral e público, com um caráter central e estratégico na maneira como os sujeitos fundamentam suas ações e assumem suas identidades individuais e coletivas. Neste sentido, reveste-se de um significado de relevância especial o esforço para a consolidação deste campo científico, pois, ao almejar o fortalecimento da epistemologia do jornalismo e, por consequência, o aperfeiçoamento do próprio produto que o jornalismo oferece à sociedade para lhe conferir mais sentido e legitimidade social, as iniciativas podem

pretender inserir-se no amplo movimento iluminista de superação da minoridade, do compromisso com o esclarecimento que o jornalismo desde os seus primórdios sempre alimentou.

Os estudos sobre o jornalismo vêm sendo desenvolvidos há mais de três séculos. Em 1690, Tobias Peucer apresentou na universidade de Leipzig, na Alemanha, a primeira tese de doutorado nesta área. Segundo Jorge Pedro Sousa (2004, p. 31), Tobias Peucer foi um progenitor da teoria do jornalismo, tratando no seu estudo de questões como a ética jornalística, critérios de noticiabilidade e agendamento. Posteriormente, o jornalismo veio a ser considerado, mais do que a instrução pública (letramento), um fator de esclarecimento e de avanço no processo civilizatório.

No entanto, a despeito do inquestionável nível dos estudos seculares sobre o jornalismo, persiste residualmente de forma renitente um considerável espaço de falta de consenso, com uma controvérsia teórica persistente sobre a epistemologia (a forma como o jornalista constrói conhecimento sobre a realidade dos acontecimentos), o seu exercício prático discursivo (os procedimentos de construção da notícia, com a apresentação de versões e fontes) e o papel que a instituição jornalística deve cumprir para satisfazer as necessidades do conjunto da sociedade e de consolidação do processo de democratização de deliberação nas questões coletivas.

Entretanto, em muitos casos, infelizmente, prevalece a preocupação exclusiva com a lógica de mercado, sendo negligenciado o compromisso com o interesse público. Isso acontece em alguns trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, reféns da fundamentação empíricista do positivismo, de uma maneira geral, e particularmente no jornalismo com a teoria do espelho, mas, sobretudo, nas redações dos grandes veículos cujas políticas editoriais refletem tendências econômicas, políticas e ideológicas conservadoras vinculadas aos interesses da estrutura de poder e das elites. Neste sentido, persiste a lacuna no estado da arte no estudo do jornalismo de uma reflexão sistemática sobre o conflito ideológico existente na instituição jornalística entre os interesses dos controladores acionários do investimento de

capital no negócio da indústria de notícias, com a sua política editorial, por um lado, e os interesses da maioria dos jornalistas e do público, por outro, pode ser considerado um “tabu ideológico”, pela percepção do assunto como algo proibido e a quase generalizada recusa em reconhecer esta questão como crucial para entendimento da função desempenhada pelo jornalismo, pretensamente fundamentada na hegemonia da ideologia epistêmica do funcionalismo estrutural e seus pressupostos positivistas disseminados pela *Mass Communication Research* norte-americana.

Assim, toda essa maquinaria ideológica éposta em funcionamento a partir de uma epistemologia funcionalista estrutural que, refém dos pressupostos positivistas, nega e oculta as contradições sociais, considerando a sociedade um “organismo” no qual todas as partes se mobilizam pela harmonia do corpo social e acusando de ideológicas todas as reflexões sociais que fujam à camisa de força da avaloratividade científica e neutralidade axiológica, com resultados altamente prejudiciais nas ciências sociais e humanas, especialmente no jornalismo com a teoria do espelho e a mitificação do conceito da objetividade esvaziando a sua capacidade crítica de transformação da realidade social. Na teoria do jornalismo, inclusive, a distorção ideológica é atribuída exclusivamente à presença de crenças do jornalista nas notícias e não à distorção sistemática da comunicação articulada pela estrutura de poder para fabricar um consenso fabricado para exclusão da discussão pública dos temas e reivindicações dos setores desfavorecidos da periferia social composta por intelectuais, artistas, professores, estudantes, movimentos sociais e sindicais e demais cidadãos contrários à ideologia dominante.

Na verdade, o atraso que a ideologia epistêmica positivista da objetividade provoca, com os seus pressupostos de aplicação metodológica de naturalização (simples transferência dos procedimentos das ciências naturais para as ciências humanas e sociais), avaloratividade científica e neutralidade axiológica, não atinge só o jornalismo e a comunicação, mas o conjunto das ciências humanas e sociais, prejudicando a contribuição que a investigação científica nestas áreas pode oferecer para a evolução social e, consequentemente, para a emancipação, ou pelo menos superação gradativa, dos mecanismos

de dominação, alienação e opressão dos cidadãos, de uma maneira geral, mas também especificamente para a qualidade do jornalismo praticado e suas consequências no processo de construção social da realidade.

O avanço deste esforço civilizatório, porém, enfrenta o que Adorno e Horkheimer (1985, pp. 120-122) classificaram de “idioma da naturalidade”, que cria “o paradoxo da rotina travestida de natureza”, procurando blindar a ordem institucional de questionamentos ao colocar “as formas reais do existente como algo de absoluto”. Neste sentido, se pode perceber a reificação como resultado do processo de naturalização, conforme a definição de Peter Berger e Thomas Luckmann (1985, pp. 122-123):

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado.

Portanto, neste processo de objetivação, o mundo social passa a ser percebido pelo homem como algo situado fora dele, como uma facticidade não-humana, e “os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da natureza das coisas” (Berger; Luckmann, 1985, p. 123).

O paradigma científico construtivista, no sentido contrário, apresenta um inegável componente ético ao chamar a atenção das pessoas para o fato de que têm a capacidade transcendental de transformar a si próprias e ao mundo participando da construção social da realidade. Uma vez cientes desta possibilidade construtiva, característica de um nível de consciência moral pós-convencional, as pessoas não podem deixar de assumir a

responsabilidade de exercer sua cidadania na discussão pública que o jornalismo articula sobre os rumos que a sociedade pode e deve tomar.

Portanto, esta pesquisa pretende aprofundar a compreensão sobre a ambiguidade que a produção jornalística evidencia ao propiciar, por um lado, a possibilidade do sistema político funcionar democraticamente dentro do estado de direito, possibilitando ao público ao qual se dirige o direito de se informar e participar da discussão sobre as questões coletivas na política e na economia, garantindo ainda aos representados uma fiscalização efetiva sobre a ação e/ou omissão dos seus representantes, ao cobrar destes responsabilidade quanto aos problemas existentes; bem como, por outro lado, também de se constituir a mídia noticiosa em instrumento de manipulação da estrutura de poder sobre a consciência e inconsciência do público, representando uma extraordinária indução ao conformismo e à alienação característica das posições colonizadas.

Na instituição jornalística, esta ambiguidade, conforme observa João Pissarra Esteves (2003, p. 153), enseja a contradição entre a legitimação social, respaldada na interação simbólica propiciada pelo consenso autêntico resultante do embate entre pretensões de validez em que prevalece exclusivamente a lógica do melhor argumento (ou seja, a validade), no seu aspecto positivo; e em uma legitimação sistêmica baseada na influência dos meios de controle dinheiro e poder, que comprometem pessoas com situações nas quais não reconhecem sentido, para angariar vantagens pecuniárias ou evitar ameaças e coações externas (facticidade), no seu ângulo negativo.

As concepções de mundos “real”, de “referência” e “possível” de Miquel Rodrigo Alsina (2009); de esferas do consenso, da controvérsia legítima e do desvio no jornalismo de Daniel Hallin (1994); e de modelos de acesso interno, de mobilização e de iniciativa externa às deliberações públicas articuladas no espaço jornalístico de Habermas (1997) oferecem uma descrição detalhada de como esta ambiguidade se verifica no jornalismo, servindo como referência para a distinção dos papéis desempenhados na prática do ofício jornalístico.

O modelo de Alsina (2009) descarta categoricamente a concepção da teoria do espelho (Traquina, 2001) ao explicitar o processo de construção da notícia como uma aproximação discursiva sempre construída e reconstruída da realidade, jamais a sua reprodução perfeita como um espelho. Para Alsina (2009, p. 299), “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. Assim, a notícia é construída pelo jornalista como um **mundo possível**, ao se utilizar dos esquemas interpretativos do **mundo de referência** para dar sentido ao **mundo real** dos acontecimentos. O inter-relacionamento dos três mundos fica evidente na afirmação de que o mundo possível em que se constitui a notícia será construído pelo jornalista levando em conta o mundo real e um mundo de referência escolhido.

No entanto, Alsina (2009, p. 308) adverte que o jornalista não pode conceber qualquer mundo como possível, pois “precisa levar em conta os fatos que ele conhece sobre o assunto que pretende relatar e as características do mundo de referência a que os fatos remetem. Esse mundo possível construído dessa forma terá as marcas pertinentes do mundo de referência, das diversas interpretações explicativas compartilhadas socialmente.

Na qualificação da participação na definição da situação da realidade, é auspíciosa a classificação das três esferas do jornalismo analisadas por Daniel Hallin (1986 *apud* Traquina, 2004, p.114). A **esfera do consenso** (1) comprehende, paradoxalmente, a grande maioria das matérias elaboradas sob a égide do pensamento único, uma vez que os jornalistas, respaldados na concepção objetivista da teoria do espelho, não se sentem obrigados, diante do consenso social estabelecido pelo discurso ideológico dominante, de apresentarem as versões dissensuais, contra-hegemônicas ou contra-factuais. Desta maneira, o consenso a que Hallin se refere é elaborado, sob a influência do discurso ideológico hegemônico, nas interações simbólicas da vida social e não na forma como se dá o processo de construção de sentidos, identidades e decisões operada na discussão pública articulada pela mídia noticiosa.

Nesta construção, o debate torna-se refém de uma “teia de facticidade” (Tuchman, 1999) e é esvaziado com a exclusão dos posicionamentos que se distanciam do consenso social. Ocorre, então, o seu deslocamento para a **esfera do desvio** (2), que fica assim hipertrofiada tanto quanto a ilegitimidade do “consenso” produzido na dita esfera do consenso, que, assim, seria melhor denominada de esfera do “pseudo-consenso” (Habermas, 1984).

A **esfera da controvérsia legítima** (3), o grande ideal comunicativo da teoria democrática, por fim, fica reduzida a uma dimensão extremamente restrita, diante da prevalência da teoria do espelho, que considera o compromisso do jornalismo com a diversidade significativa existente na sociedade uma fraqueza devido à sua presunção de apresentar a verdade absoluta dos fatos, relegando o debate pluralista àquelas situações em que não pode esconder as dúvidas e controvérsias sempre existentes sobre a realidade.

A classificação de Hallin, em grande medida, corresponde à concepção de Habermas das três formas de deliberação na esfera pública: o **modelo de acesso interno** nas tomadas de decisão na esfera pública articulada pela mídia equivale à esfera do consenso (ou pseudo-consenso) de Hallin, uma vez que o resultado das questões tratadas pela mídia noticiosa fica determinado pela lógica interna da estrutura de poder, sistematicamente omitindo os movimentos sociais e os setores menos favorecidos, que formam a periferia do sistema.

Segundo Daniel Hallin (1994, p. 30), Habermas tem razão quando aponta a impossibilidade de a estrutura de poder construir sentido intersubjetivamente compartilhado. Daí a eventualidade dos jornalistas conseguirem furar o determinismo das políticas editoriais dos veículos pautando temas inconvenientes à estrutura de poder. Isto acontece quando o monopólio da estrutura de poder (fontes oficiais) no acesso à visibilidade do espaço público é quebrado pela ação de um jornalista, que abre uma brecha (Warren Breed, 2016) e expande a política editorial da empresa onde trabalha, ou por pressão dos movimentos sociais.

Então, nesta circunstância, segundo Habermas (1997) verifica-se o **modelo de mobilização**, em que a tomada de decisão nos assuntos depende do veredicto das “galerias da opinião pública” e não mais está refém da lógica interna da estrutura de poder, o que pode ser entendido como similar à controvérsia legítima de Hallin. Porém, ainda neste caso, o resultado das questões, geralmente, devido às enormes diferenças estruturais entre as condições de participação dos atores, beneficia os interesses particulares poderosos do sistema, que detêm o poder político do aparelho de estado para forçar adesões e o poder econômico das corporações do mercado para cooptar apoios.

Contudo, em situações de crise, acontece de os movimentos sociais não só conseguirem institucionalizar na pauta jornalística temas que a estrutura de poder gostaria de manter ocultos, configurando o modelo de mobilização, mas também arregimentar solidariedade suficiente para formar opinião e vontade política como poder comunicativo capaz de obrigar o Legislativo a elaborar leis que contemplam seus direitos, como também o Judiciário e o Executivo a cumprirem estas leis. Estes casos representam o **modelo de iniciativa externa**.

Assim, o profissional deve perceber que a sua lealdade maior, para conquista de um conceito de excelência profissional, é com a objetividade entendida de forma deflacionada, humanizada, como aquilo que é intersubjetivamente reconhecido como válido pelo contexto de seu auditório, mas também que leve em conta que ele é composto por pessoas em processo de aprendizagem. Isto implica numa concepção de verdade normativa de postura pós-convencional (Habermas, 1989), que contemple não só o que está convencionado no consenso social, mas também as aspirações dissensuais, contra-hegemônicas e contrafactuals que almejam a construção de uma sociedade com menores potenciais de conflito e violência e, consequentemente, com uma vida menos ameaçada e mais autêntica.

No atual contexto ampliado da esfera pública plataformizada, evidencia-se ainda mais a necessidade de inclusão das posições dissensuais para

consequção da aposta da política deliberativa de que é possível melhorar nossas convicções em disputas políticas e aproximar uma solução mais eficiente para os problemas. Assim, além do pano de fundo consensual sobre os princípios da constituição que legitimam a disputa política, Habermas (2023, p. 43) chama a atenção para o fato de que “o processo democrático como um todo consiste em uma maré de dissensos, que é constantemente agitada pelos cidadãos na busca, orientada à verdade, por decisões racionalmente aceitáveis”.

Com esse entendimento, Habermas (2023) considera a constituição, não como obra acabada, mas como uma construção em constante processo de atualização, sempre passível de modificações. Portanto, assegura que, neste sentido, o fundamento da constituição não é o consenso, mas o dissenso consentido.

(...) uma teoria política que hoje pode simplesmente tomar ciência de que com a ideia transcendente de Constituição democrática uma tensão entre a validade positiva das normas constitucionais coercitivas e a realidade constitucional penetra na realidade das próprias sociedades modernas e, em casos de dissonância drasticamente visível, até hoje pode desencadear uma dinâmica de protesto que mobiliza em massa, precisa tomar conhecimento de sua tarefa reconstrutiva. (Habermas, 2023, p. 36)

Neste sentido, na teoria da informação noticiosa, pode-se considerar como adequada a denominação de **jornalismo dissensual** quando contempla, com seu desempenho profissional, a inclusão da “maré dos dissensos” dos posicionamentos das classes e movimentos sociais excluídos. Com isso o jornalismo dissensual integra organicamente a busca dos jornalistas por procedimentos profissionais para abrir brechas nas barreiras impostas pela estrutura de poder para ampliar os limites da política editorial do veículo, mas também o significado social desta atuação auspíciosa para democratizar o processo de deliberação política.

O caráter deliberativo da formação da vontade e da opinião é medido, na esfera pública política, pelo resultado da qualidade discursiva das contribuições, não pelo objetivo de um consenso que, aliás, é inatingível; pelo contrário, a orientação à verdade pelos participantes deve incentivar uma disputa aberta de opinião na qual emergem opiniões públicas concorrentes. Essa dinâmica de um dissenso persistente na esfera pública também caracteriza a concorrência entre os partidos e a disputa entre governo e oposição, bem como as diferenças de opinião dos especialistas; o estoque de opiniões mobilizados dessa forma pode, então, informar as decisões vinculantes a serem tomadas de acordo com o procedimento nos locais correspondentes do sistema político. (Habermas, 2023, p. 44)

Descrição do conteúdo da primeira parte do livro

Na primeira parte, é desenvolvida, inicialmente, uma pormenorizada discussão sobre os fundamentos epistemológicos das teorias da comunicação de George Mead, da filosofia pragmática da Comunicação e da Teoria da Ação Comunicativa, a partir dos critérios de validação das concepções de conhecimento, razão e verdade, envolvendo as implicações teóricas e epistemológicas, bem como as implicações éticas e ideológicas da aplicação na realidade empírica das diversas concepções sobre a comunicação, especialmente vinculadas ao modelo “realista” e ao modelo construtivista ou da construção social da realidade. Esta reflexão é desenvolvida em torno da chamada guinada linguística/pragmática e de seus pressupostos a partir das concepções de George Mead, Charles Peirce, John Dewey, Alfred Schultz, Jurgen Habermas, João Pissarra Esteves, entre outros teóricos, sobretudo quanto à ideologia, à avaloratividade científica e ao mito da objetividade.

Incidentalmente, a análise atinge a questão epistemológica dos paradigmas científicos tradicional e emergente, especialmente quanto às teorias da comunicação, com o intuito de resgatar a importância epistemológica/teórica deste campo de investigação devido à posição desvalorizada e

menosprezada a que a filosofia de ciência positivista os relegou historicamente e que, infelizmente, insistem em persistir em muitas academias e redações jornalísticas.

Após a detalhada refutação do paradigma tradicional de ciência positivista e das limitações teóricas/epistemológicas da chamada sociologia da comunicação dominante norte-americana, a chamada *Mass Communication Research*, inclusive com a denúncia de sua estreita vinculação ideológica com os interesses do grande capital e de sua indústria cultural, bem como da hegemonia política dos EUA, numa perspectiva de ideologia epistêmica contrária à do funcionalismo estrutural, é analisada a tendência marxista economicista, que também menospreza e diminui o papel da comunicação e da reprodução simbólica na definição social da realidade, ao conceber as formas de consciência, a superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, das relações de produção econômicas, expressando, assim, um positivismo latente ao não vislumbrar a possibilidade do público de, eventualmente, exercer autoridade para modificar os enquadramentos da grande mídia noticiosa.

Então, a filosofia pragmática da comunicação vem substituir, em relação ao paradigma tradicional, a filosofia da consciência de um sujeito transcendental imaginado fora do mundo e da história. Em relação ao marxismo economicista, a teoria da ação comunicacional vai se contrapor ao evolucionismo determinista da filosofia marxista da história, considerando ficcional sua intenção de estabelecer uma dependência direta e absoluta entre infraestrutura e superestrutura, da mesma maneira que descartou a ilusão de que no desenvolvimento das forças produtivas existiria automaticamente um processo de emancipação da repressão e libertação.

Nas reflexões de George Mead (2021) é destacado o reconhecimento da comunicação como o fator distintivo da humanidade, no seu desenvolvimento filogenético, diante das outras espécies de animais vertebrados, tendo em vista o grande salto alcançado pelo ser humano, quando substitui a integração baseada por gestos e sons pela integração social regulada por símbolos.

Vale também salientar na obra de Mead a relevância do entendimento, na dimensão ontogenética, de que a construção da identidade, do *self*, só acontece com a comunicação com os demais seres humanos, ou seja, com a sociedade, devendo ser compreendida como um produto social e não individual.

No processo de construção de significados analisado na semiótica peirciana, como ciência dos signos, verifica-se uma concepção pragmática do modelo de comunicação que contempla o interpretante, como estrutura de sentidos que viabiliza o entendimento, e o intérprete, configurando uma epistemologia da comunicação consistente e muito mais sofisticada do que a que veio a ser imposta a partir da década de 30 do século XX, com a supremacia do funcionalismo estrutural e sua ideologia epistêmica de ciência positivista. A teoria consensual da verdade e da realidade, fundamentada com a noção do falibilismo que atesta a impossibilidade da teoria da verdade como correspondência perfeita com a realidade, também se constitui numa relevante contribuição de Peirce ao refletir sobre a questão da certeza e da dúvida nas investigações científicas.

A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz (Correia, 2005) é discutida como a grande contribuição da fenomenologia social para desenvolvimento de uma aplicação do construtivismo nos campos da comunicação e do jornalismo. Neste sentido, as limitações da concepção weberiana da ação racional são superadas na reflexão de Schutz sobre a atitude natural, com sua suspensão da dúvida sobre as crenças para viabilizar a ação do agente no mundo da vida, por um lado, mas também, por outro lado, através da superação da transcendência subjetiva de outrem com a objetivação social de um acervo partilhado intersubjetivamente, é identificada na comunicação a condição de ser estruturante da própria sociabilidade. Esta concepção liberta a noção de ação racional encerrada numa concepção de racionalidade instrumental, restrita ao mentalismo, à atividade atomizada do indivíduo isolado, para a perspectiva intersubjetiva da comunidade de comunicação no paradigma da linguagem/comunicação.

Descrição do conteúdo da segunda parte do livro

Na segunda parte do livro são discutidas as teorias do jornalismo (Gatekeeper, Organizacional, *Agenda Setting*, Ação Política, Estruturalista, *News Making* e da Teoria Pragmática da Ação Jornalística) que, em maior ou menor intensidade, adotam uma perspectiva construtivista, atribuindo ao jornalismo e ao jornalista certa autonomia e participação, logo também responsabilidade, na construção social da realidade. Neste debate, vislumbra-se a controvérsia sobre a possibilidade de autonomia do jornalista perante a política editorial do veículo e a capacidade do jornalismo de influenciar mudanças de comportamento e, por conseguinte, da realidade social.

Diante deste cenário de orientações teóricas epistemológicas divergentes sobre o jornalismo, é apresentada a pesquisa realizada com bolsa de produtividade do CNPq sobre a cobertura política de jornais de referência nacionais (*Folha de São Paulo* e *O Globo*) e pernambucanos (*Jornal do Commercio* e *Diario de Pernambuco*) nos anos de 2021, 2022 e 2023. Com metodologia quantitativa simples, sem utilização de procedimentos estatísticos sofisticados, foram mensurados conteúdos através de variáveis como a relevância e irrelevância na seleção da pauta, bem como a frequência nas matérias de representação da diversidade significativa ou marginalizada de versões e tipos de fontes na discussão articulada e mediada pelos veículos jornalísticos.

Com metodologia qualitativa, foram realizadas entrevistas em profundidade com jornalistas dos jornais investigados, nas quais puderam ser identificadas posições críticas e de resistência ao posicionamento conservador, autoritário e elitista da política editorial dos veículos, comprometido com a ideologia hegemônica. Esta atitude contrafactual e contra hegemônica de jornalistas evidenciou como pertinentes a reflexão de que, apesar dos mecanismos dissimulados de imposição da política editorial dos jornais, não existe determinação absoluta uma vez que, devido ao “tabu ético” de que fala Warren Breed, em face da autoridade do público de exigir a afirmação na visibilidade midiática de uma auto-compreensão normativa dos veículos de comunicação de compromisso exclusivo com os interesses da

coletividade e do bem-comum, os profissionais conseguem manter um espaço de luta em que são negociados enquadramentos que podem ampliar o alcance dos conteúdos críticos de suas matérias para um contingente maior da audiência, da sociedade.

Neste contexto, é discutida a qualidade da notícia diante das manipulações e as ameaças à autonomia do jornalista. Na análise dos estudos sobre o jornalismo, Christofeletti (2018) observa que um dos temas mais discutidos é a qualidade, cuja avaliação envolve uma tensa e permanente discussão sobre os critérios jornalísticos adotados, as metas comerciais impostas, as preocupações sociais e as pressões políticas. Entre os fatores comprometedores da qualidade do jornalismo, Chritofeletti (2018, p. 78) destaca que os “aspectos estruturais, como concentração do mercado, propriedade cruzada e coronelismo eletrônico, são determinantes, não apenas na produção de conteúdos informativos, mas também em distribuição, equilíbrio, pluralidade e diversidade”.

A manipulação da informação acontece quando a notícia tem um tratamento tendencioso ou objetiva mostrar tão somente alguns aspectos. Assim o fazer jornalístico está sofrendo interferências de caráter político para atender interesses particulares em detrimento do interesse da coletividade. Isso sedimenta a ideia de que a manipulação é uma ação deliberada, planejada, premeditada ou resultado da convicção de que é preciso intervir. Não é um ato inadvertido. (Christofeletti, 2018, p. 60)

O esforço de investigação e denúncia das ocorrências de manipulação vem acontecendo como “um serviço recorrente da crítica de mídia no Brasil, identificando práticas indesejáveis e, indiretamente, contribuindo para o aperfeiçoamento de procedimentos e para a criação e implementação de controle de qualidade nas organizações jornalísticas” (Christofeletti, 2018, p. 77).

Entre os críticos de mídia, segundo Danilo Rothberg (2010, p. 21), um dos posicionamentos que se destaca como contribuição para definição de um conceito de qualidade da notícia é o que distingue o jornalismo como uma

“atividade comprometida com o aprofundamento da democracia”, apontando “os obstáculos à plena realização dessa função pelas mídias comerciais”.

Neste sentido contrário ao que se pode conceber como qualidade no jornalismo, o pesquisador lamenta que não tenham sido atendidas pelo jornalismo comercial as demandas cognitivas necessárias ao exercício dos direitos civis e políticos, o que “fundamenta a percepção de que o conceito de notícia hoje praticado por editorias de política está cada vez mais distante das exigências do que se tem chamado de cidadania informada” (Rothberg, 2020, p. 22).

Assim, diante da ameaça à qualidade do jornalismo como atividade comprometida com o aprofundamento da democracia e das demandas cognitivas que respaldam o exercício dos direitos civis e políticos, especialmente, pelas políticas editoriais das mídias comerciais, a cidadania informada só pode ser vislumbrada a partir de um grau de autonomia do jornalista, cuja possibilidade de existência, por sua vez, depende de uma opinião pública vigilante para exigir respeito aos interesses da coletividade como norma de legitimação da atuação dos veículos de comunicação, conforme a auto compreensão normativa cobrada dos meios noticiosos.

Assim, não é razoável imaginar uma dicotomia excludente entre a consciência autônoma plena e a ausência completa de reflexividade crítica (heteronomia ou reificação absoluta), conforme parece conceber Adorno (1987, p. 295) na sua pertinente acusação à indústria cultural de impedir “a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”, que “constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não poderia salvaguardar e desabrochar senão através de homens não tutelados”. A dependência ou autonomia total parecem ser as duas únicas alternativas absolutas nesta perspectiva, sem pressuposição de gradações entre essas posições.

Neste sentido, é interessante a reflexão de Aldo Schmitz (2018) sobre os graus de autonomia do jornalista, concebendo-a, na linha de Bourdieu, como uma autonomia sempre relativa, podendo se distinguir no conceito três

possibilidades: a autonomia ideal, que o jornalista atribui a si guiando-se pelos valores da profissão; a autonomia percebida no ambiente de trabalho; e a autonomia efetiva, que pode ser mensurada na produção jornalística. Assim, para Schmitz, a questão não se reduz a saber se existe ou não autonomia ou dependência no exercício profissional do jornalista, mas sim diz respeito ao seu grau de autonomia ou dependência em função dos interesses particulares poderosos, embora a sua investigação nos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora tenha constatado uma patente vinculação aos interesses da estrutura de poder (grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado).

De acordo com Bourdieu (1997, pp. 101-102), a influência do jornalismo está cada vez mais sujeita às exigências que o “mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem, em primeiro lugar sobre os jornalistas (...) e, em seguida, e em parte através deles, sobre os diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico, campo científico”. Segundo ele, a lógica do mercado e as forças externas dos leitores e anunciantes influem no grau de autonomia tanto das organizações empresariais quanto dos jornalistas, conferindo à estrutura de poder constituída pelos grupos que controlam o aparelho de Estado e as corporações econômicas, a capacidade de determinar em grande medida a produção autônoma da informação.

(...) Os diferentes poderes, e em particular as instâncias governamentais, agem não apenas pelas pressões econômicas que estão em condições de exercer, mas também por todas as pressões autorizadas pelo monopólio da informação legítima – especialmente das *fontes oficiais* –; em primeiro lugar, esse monopólio proporciona às autoridades governamentais e à administração, à polícia por exemplo, mas também às autoridades jurídicas, científicas etc., armas na luta que as opõe aos jornalistas e na qual tentam manipular a informação ou os agentes encarregados de transmiti-las, ao passo que a imprensa tenta, por seu lado, manipular os detentores da informação para tentar obtê-la e assegurar para si sua exclusividade. Sem esquecer o poder simbólico excepcional conferido

às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc.), *a ordem do dia* e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais. (Bourdieu, 1997, pp. 102-104)

Com o advento da industrialização dos jornais, Edward Ross (2016) observa a substituição dos jornalistas pelos homens de negócios na gestão dos veículos, que não entendiam porque não deveriam atuar como donos de circo ou parque de diversões, demonstrando o malefício do jornalismo comercial. Para enfatizar que a maior ameaça à qualidade do jornalismo, no entanto, não é comercial, mas ideológica, Ross (2008, pp. 87-88) denuncia que

A maioria das críticas contra os jornais aponta um objetivo equivocado. É evidente que os jornais sensacionalizam o vício e o delito, exageram banalidades, exploram a vida privada de pessoas proeminentes, confundem os acontecimentos e ofendem o bom gosto com alarde, estrondo e colorido. Todas essas coisas podem ser somente meios para satisfazer a demanda, “dar ao público aquilo que esse deseja”. (...) Mais precisamente, há uma falta tremenda, irrecusável, que deve ser imputada contra o modo como o jornal está evoluindo e essa diz respeito, concretamente, a como não publica as notícias. Apesar de todos esses prodígios tão proclamados de uma “empresa” jornalística cara, dos repórteres investigadores e correspondentes apressados, as linhas alugadas e os trens especiais, as notícias, as boas notícias “vivas”, “material vermelho vivo”, estão sendo deliberadamente suprimidas ou distorcidas.

A pesquisa, convergindo com trabalhos de outros autores como Alsina (2009), Charaudeau (ANO), Cristina Ponte (2005), Schudson (2010), Herbert Gans (1979, 2003) João Carlos Correia (2005), João Pissarra Esteves (2003), entre outros, verificou na produção das organizações jornalísticas investigadas problemas em relação aos requisitos de pluralidade e relevância. O objeto empírico abordado na pesquisa no final da segunda parte do livro corrobora com os posicionamentos estabelecidos na discussão do estado da arte no objeto epistemológico com adoção da perspectiva construtivista e

sua aplicação na produção noticiosa por entender que a autonomia dos jornalistas é condição para a mediação e articulação da discussão pública para garantia da diversidade significativa de versões e fontes, de maneira consequente com a deliberação política democrática.

PARTE 1

1.1 UM NOVO PARADIGMA CIENTÍFICO DA COMUNICAÇÃO

O campo de estudos da comunicação, bem como os das ciências humanas e sociais como um todo, tem o seu estatuto científico questionado a partir de um conceito que considera imprescindível às disciplinas um consenso expressivo sobre os seus cânones e metodologias. No entanto, como observa Adriano Duarte Rodrigues (2012), este conceito incorre numa contradição de princípio, tendo em vista que este também não é um posicionamento consensual nos meios científicos.

Para o pensador português, esta discussão, porém, tem o mérito de evidenciar as confusões decorrentes da filosofia de ciência positivista que incorre numa visão instrumental da comunicação, ao considerar que o termo comunicação apenas

designa o conjunto dos dispositivos, ou dos *media*, que os indivíduos ou as sociedades humanas utilizam para transmitir informações. A redução dos estudos da comunicação à aprendizagem, quer do funcionamento dos *media*, quer das técnicas empresariais de marketing e de relações públicas, decorre claramente desta visão instrumental. Da diversidade de abordagens da comunicação retira-se, por isso, muitas vezes, a conclusão de que a sua escolha depende da sua eficácia na promoção de bens, de serviços ou de ideologias. Esta conclusão tornou-se hoje muito frequente, devido à convergência da visão instrumental da comunicação com os interesses econômicos, institucionais e políticos que veem habitualmente nela um precioso

aliado para as suas estratégias. Esta visão está associada à constituição da comunicação como o mito do mundo contemporâneo, encenado nos rituais midiáticos (Rodrigues, 2011, pp. 10-11).

Assim, a perspectiva positivista não reconhece na comunicação a sua dimensão distintiva da espécie humana, negando seu papel imprescindível na constituição da identidade do indivíduo e na construção social da realidade, o que só pode ser adequadamente concebido através do paradigma construtivista. Por isso, na visão instrumental positivista, o critério para aferir o valor da comunicação não é científico, mas estratégico ao reduzi-la à “manipulação de técnicas promocionais, tendo como objetivo a promoção de produtos, a imposição de crenças ou a propaganda de ideologias” (Rodrigues, 2011, p. 11).

Contudo, pode-se identificar o ceticismo que esta concepção menosprezada implica na concepção de comunicação dos filósofos sofistas na Grécia antiga, que a restringia às estratégias de persuasão desvinculando-a de suas consequências sociais e negando sua vinculação com a verdade, mesmo que numa perspectiva consensual como veio a conceber a filosofia pragmática. Por isso, Rodrigues (2011, p. 127) chama atenção para o fato de que

(...) É ainda hoje indispensável ler o *Górgias*, diálogo que dá conta do confronto entre Sócrates e o sofista. Como não verificar a perenidade deste confronto numa época, como a nossa, em que proliferam as estratégias discursivas que pretendem levar os outros a aceitar opiniões falsas como se fossem verdadeiras e a leva-los a agir, nos domínios político, profissional ou econômico, em função de interesses particulares nem sempre legítimos.

Desta maneira, o estatuto científico do campo de estudos da comunicação se reveste de um significado bastante diferenciado de acordo com os pressupostos teóricos/epistemológicos utilizados. Portanto, a comunicação, historicamente, tem o seu estatuto científico acentuadamente desvalorizado tanto na tradição da ideologia epistêmica (Piaget; Garcia, 2012) de direita, com o funcionalismo estrutural, quanto na tradição da ideologia

epistêmica de esquerda, com o marxismo economicista. Nas duas abordagens diametralmente opostas com relação ao compromisso de preservação ou transformação da realidade social, o papel da comunicação na construção social da realidade é menosprezado diante de fatores sistêmicos e estruturais. Portanto, a questão dos efeitos da comunicação na vida social está no âmago da controvérsia ideológica sobre o seu estatuto científico. No caso do funcionalismo estrutural, os conceitos de razão e verdade são concebidos no âmbito da filosofia da consciência de um sujeito imaginado fora do mundo, numa posição a-histórica, ou seja, sem sofrer influências sociais/culturais/ideológicas. No caso do marxismo economicista, as formas de consciência – consequentemente o que se tem como racional e verdadeiro – são concebidas através de uma filosofia da história que as confina ao âmbito superestrutural como mero reflexo condicionado da infraestrutura, do modo de produção econômico.

1.2 O ANTIGO PARADIGMA POSITIVISTA

Paradigma de Ciência Tradicional Positivista	Teoria da Verdade como Correspondência entre Representação e Realidade Guinada Pragmática/ Linguística	Objetividade Mitificada Neutralidade Axiológica Cientificismo
Paradigma Científico Construtivista	Teoria Consensual da Verdade	Objetividade Humanizada Intersubjetividade Compromisso com a emancipação - Desafio colocado à Ciência de se tornar senso comum

Na transição do pensamento teocêntrico para o pensamento antropocêntrico, as imagens religiosas do mundo vivenciam um processo de desencantamento/racionalização (Weber) que gera três esferas com mecanismos de legitimação próprios: a ciência, concebida como vinculada ao

mundo objetivo das coisas e estados de coisas, sobre o qual se afirmam pretensões de verdade; o direito e a moral, condizentes com o mundo social constituído pelas relações interpessoais legitimamente estabelecidas nos grupos e/ou na sociedade como um todo, no qual se apresentam pretensões de correção ou retitude; e da arte, como expressão do mundo subjetivo a que só o indivíduo tem acesso privilegiado, e no qual se apresentam pretensões de sinceridade ou autenticidade.

Neste contexto, a ciência surge com o desafio de se afirmar se distinguindo do senso comum, como único tipo de conhecimento válido (cientificismo) e concebida estritamente no âmbito da natureza (naturalismo), desenvolvendo uma tradição positivista a partir de Augusto Comte, na qual prevalece a epistemologia da teoria da verdade como correspondência perfeita entre a representação e a própria realidade, fundamentada na presunção de numa concepção mitificada da objetividade em que se acredita no “verificacionismo”, ou seja, na possibilidade de identificação da propriedade última de leis de causa e efeito universais, ou seja, de um conhecimento completo, perfeito, não passível de questionamento e aperfeiçoamento, uma verdade absoluta.

Contra essa presunção epistemológica temerária, Paulo Serra apresenta a seguinte argumentação na discussão sobre a teoria da verdade:

não há uma verdade objetiva, única e absoluta, mas uma verdade intersubjetiva, múltipla e relativa, resultante do confronto das diversas verdades e dos diversos saberes (dos diversos discursos). Emergindo no espaço agonístico da interlocução, a verdade torna-se eminentemente pragmática e retórica. Perdida a ilusão da “realidade objetiva” e da “verdade absoluta”, resta-nos uma realidade caleidoscópica e fragmentada a que só pode corresponder um saber também caleidoscópico e fragmentado. (Serra, 1998, p. 78)

Desta maneira, esta ideologia epistêmica positivista transforma a ciência em fetiche e, como ideologia social, se constitui num instrumento muito mais irresistível e abrangente do que as ideologias do tipo antigo, porque obscurece as questões práticas, justifica o interesse de dominação parcial de

uma classe determinada, oprime aquelas de posição subalterna e compromete o próprio interesse emancipatório da espécie humana. A consciência tecnocrática, desenvolvida a partir do senso comum positivista, escamoteia o sistema de referência da interação em linguagem corrente, onde podem ser refletidas a dominação e a ideologia, mesmo que sob as condições de uma comunicação deformada. Portanto, a despolitização das massas, legitimada pela consciência tecnocrática, é vista como resultado não só da auto-objetivação do homem nas categorias do agir racional-com-respeito-a-fins, como também naquelas do comportamento adaptativo, porque os modelos coisificados das ciências materializam-se no mundo sócio-cultural e exercem poder sobre a autocompreensão, eliminando a diferença entre *práxis* e técnica, o que compõe o núcleo ideológico dessa consciência (Habermas, 1987)

Nesta linha, é criticada a pretensão positivista de tentar erigir o absolutismo da metodologia sob uma rotina investigatória fática, restrita “ao âmago das (suas) sentenças básicas, dentro de uma teoria do conhecimento que não pressupõe o sujeito que conhece, limitando-se a um sistema de proposições e modos de proceder, como um complexo de regras com base nas quais as teorias são construídas e controladas” (Habermas, 1987, p. 90).

1.2.1 O positivismo e a sociologia da comunicação norte-americana

Dentro da tradição positivista, no paradigma dominante na sociologia da comunicação norte-americana, a partir da década de 30 do século XX, a discussão sobre os efeitos da comunicação na sociedade evidencia nítidos contornos ideológicos, ao se deslocar num extremo da concepção hipodérmica – que pressupõe o poder de influir de forma total e indiferenciada sobre uma massa de pessoas tão desprotegidas às suas mensagens quanto um indivíduo diante de uma bala disparada à queima roupa –, ainda muito utilizada, especialmente pela propaganda em geral, mas mais especificamente na política, até o outro extremo da teoria dos efeitos limitados, que, na prática, não lhe atribui poder algum de modificar as opiniões.

É pertinente observar que a primeira concepção prevalecia nos períodos (e ainda prevalece nos momentos) em que as considerações sobre as consequências éticas negativas de sua atuação não são levadas em conta, o que aconteceu mais fortemente nas décadas de 20, 30 e começo da de 40 do século passado, quando os totalitarismos ainda enfrentavam pequenas resistências na opinião pública. Bem como que, depois do desfecho da 2ª Guerra Mundial, o receio de fanatização da sociedade em novas aventuras totalitárias e bélicas tornou inconveniente para a indústria cultural do grande capital a presunção hipodérmica e levou ao desenvolvimento da teoria dos efeitos limitados, que ainda hoje pretende eximir de qualquer responsabilidade a mídia diante dos problemas de anomia, fragmentação da consciência, atomização dos indivíduos, reificação e crescente crise estrutural de sentidos.

Devido ao fato de ainda, em muitas situações, sermos assombrados pelo fantasma dos mitos positivistas da neutralidade axiológica e avaloratividade científica, que apresentam uma extraordinária capacidade de persistirem através dos convencionalismos nos meios científicos (Honneth, 1999), temos certa dificuldade em creditar essas estratégias ideológicas ao obscurantismo e muito frequentemente consideramos a sua denúncia como paranoia da teoria da conspiração.

Para Jean Piaget e Rolando Garcia (2010), ao contrário, a ciência é condicionada pela cultura e história sociais, e o quadro epistêmico vigente sempre funciona como a ideologia científica dominante.

a cada momento histórico e em cada sociedade, predomina um determinado quadro epistêmico, produto de paradigmas sociais e origem de um novo paradigma epistêmico”. Mas, uma vez constituído um determinado quadro epistêmico, torna-se impossível dissociar a contribuição proveniente do componente social daquela que é intrínseca ao sistema cognitivo. Assim constituído, o quadro epistêmico começa a atuar como uma **ideologia** (grifo nosso) que condiciona o desenvolvimento posterior da ciência. Essa ideologia funciona como um obstáculo epistemológico

que não permite qualquer desenvolvimento fora do quadro conceitual aceito. É apenas nos momentos de crise, de revoluções científicas, que há uma ruptura com a ideologia científica dominante e que se passa a um estado diferente com um novo quadro epistêmico, distinto do precedente. (Piaget; Garcia, 2010, pp. 344-345)

Assim, as crenças e o saber são questionados sempre que há uma ruptura com a tradição e a substituição de sua ordem histórica por outra. Por isso, Piaget e Garcia (2010, pp. 346-347), asseguram que o

progresso científico, a pesquisa de determinadas formas de explicação, a aceitação ou a rejeição de conceitos e de certas teorias, respondem mais comumente a um jogo de interações complexas, em que os fatores sociais e as exigências internas do próprio sistema cognitivo são complementares, reforçando-se, ou opostos, atenuando-se.

Com este entendimento, desde a década de 1960, argumentos, que passaram a ser consensuais nos meios científicos, refutaram com veemência a pretensão positivista do verificacionismo – capacidade de comprovação da propriedade última das proposições científicas como conhecimentos completos, acabados e expressão perfeita da verdade absoluta. Inicialmente, ainda foi tentado o falsificacionismo de Karl Popper, atribuindo a responsabilidade de identificação da probabilidade da verdade a uma série de testes de refutação ou falsificação. No entanto, como assegura Thomas Kuhn, não existe nenhum tipo de cálculo que substitua a autoridade democrática do consenso dos investigadores científicos para atestar a validade das proposições científicas.

Na escolha de um paradigma, – como nas revoluções políticas – não existe critério superior ao consentimento da comunidade relevante. Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade dos cientistas (Kuhn, 2007, p. 128).

Assim, na história das Teorias da comunicação, quando consideramos as exclusões e marginalizações a que foram condenadas durante décadas as reflexões da Filosofia Pragmática da Comunicação e do Interacionismo Simbólico, nos Estados Unidos, e da “Ciência dos Jornais” de Otto Groth, na Alemanha, precisamos descrever com clareza em que consiste a ameaça que constituíam essas teorias científicas para “a ideologia positivista”, que acompanhou a formação da sociedade industrial, segundo Michel Foucault (2000, p. 63).

O filósofo francês, poeticamente, reporta e se questiona sobre o desafio e o medo que desperta a comunicação no indivíduo, independentemente da posição de poder que ocupe na sociedade.

(...) inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia, cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas e vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as disparidades. Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo? (Foucault, 2000, p. 8)

Na sequência, Foucault (2000, p. 9) apresenta a sua concepção de disciplinamento ideológico, argumentando que, em qualquer sociedade, o discurso é produzido de forma, “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Com a mesma preocupação, Eduardo Meditsch e Liriam Sponholz (2011, p. 12) registram o esquecimento, “pela corrente hegemônica dos journalism studies contemporâneos”, da primeira tese de doutorado sobre jornalismo, defendida por Tobias Peucer, na Alemanha, em 1690. Este fato, para

Meditsch e Sponholz (2000, p. 11), evidencia o esforço de apagamento do passado de uma tradição científica, a Ciência dos Jornais, “uma tentativa surgida no final do século XIX e início do século XX na Alemanha, que se propunha a investigar cientificamente um fenômeno novo para a época, a imprensa de massa”.

Meditsch e Sponholz, no prefácio da edição brasileira do livro de Otto Groth “O Poder Cultural Desconhecido: Fundamentos da Ciência dos Jornais”, relatam que no início do século XX a tentativa de analisar cientificamente o jornalismo vivenciou um grande impulso, com a criação de inúmeros institutos de pesquisa e até mesmo a primeira cátedra em uma universidade na Alemanha, em Muenchen, em 1924.

Apesar do desenvolvimento avançado desta Ciência dos Jornais na Alemanha, faltava um corpo de conhecimento próprio que justificasse por que deveria haver uma ciência própria dos jornais. (...) O que faz uma nova ciência é uma forma própria de contemplação de um objeto, que não só analisa, observa o novo objeto, mas também o produz. E foi esta a contribuição pioneira que Groth forneceu com a sua obra: um sistema de leis próprias, uma análise profunda da essência do periódico e com isso os fundamentos epistemológicos para uma Ciência dos Jornais (Meditsch; Sponholz, 2000, p. 12).

Embora tenha sido marginalizado no campo institucional por ser judeu, Groth é considerado por Meditsch e Sponholz o teórico mais importante da Ciência dos Jornais. O obscurantismo nazista, inclusive, consegue o banimento do campo acadêmico da Ciência dos Jornais e o esquecimento de Otto Groth. No mesmo sentido, citam uma reação semelhante nos Estados Unidos, onde o esforço de guerra levou ao desenvolvimento da chamada *Mass Communication Research*, que marginalizou a fértil tradição científica do Interacionismo Simbólico com a criação de uma nova disciplina científica sob a denominação de “Ciência da Comunicação”, com rígida orientação positivista.

“Se até então o estudo do jornalismo estava vinculado ao papel inquestionável da atividade como um dos pilares da democracia norte-americana, a nova disciplina vinha substituir a ‘ciência da liberdade’ por uma ‘ciência do controle’ da opinião pública”, criticam Meditsch e Sponholz (2000, p. 14). No mesmo sentido, posiciona-se Francisco Rüdiger ao registrar a oposição que o funcionalismo estrutural colocou à concepção da Filosofia Pragmática da Comunicação, distinguindo dois partidos:

Os setores politicamente conservadores e tecnocráticos predaram a necessidade e a legitimidade das práticas de propaganda, seguindo uma posição exemplarmente elaborada por Lippmann e Lasswell. Os setores politicamente progressistas e humanistas, antes a denunciaram, passando a pregar o combate à sua influência através educação, conforme fica claro lendo autores como por Lumley e Dewey. Os primeiros viram na propaganda um instrumento para o manejo político dos diversos assuntos sociais numa era de crescente massificação, procurando justificar o emprego dos seus meios e técnicas com vistas à prevenção de crises e manutenção da ordem (...) Os segundos viram na propaganda um novo meio de influência e disputa social, procurando revelar o emprego politicamente negativo dos meios de comunicação, sem deixar de crer na capacidade de o público, com a ajuda desses meios, pensar por conta própria e aprender a respeito de seus próprios interesses, visando “[...] assumir seu devido papel como cidadãos na Grande Sociedade. (Rüdiger, 2014, p. 47)

Naquela época, segundo Rudiger, os movimentos contra o regime econômico vigente e pelo avanço do socialismo foram contidos com um misto de repressão e desenvolvimento de um conjunto de instituições oriundo da atividade empresarial, no âmbito de um vasto processo de reorganização do capitalismo integrando as camadas assalariadas à ordem econômica estabelecida, mediante à expansão do seu poder de consumo e à influência da indústria cultural e do entretenimento. Neste processo, o desenvolvimento “da cidadania política, prometido pelos democratas, e o controle do processo de produção, sonhado pelos socialistas, começaram a ser desviados para o

cultivo da vida privada, através da conversão dos hábitos de consumo em prática de lazer e base do modo de vida” (Rüdiger, 2014, p. 56).

A mudança de orientação promovida pelo obscurantismo positivista também ficou associada à rebelião verificada na American Sociological Society, em 1935, por ocasião da aposentadoria do jornalista Robert Park do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, quando setores reagiram contra a influência da filosofia pragmática e da sociologia Interacionista Simbólica, o que culminou com a instalação da hegemonia funcionalista centrada em Harvard, sob a liderança de Talcott Parsons (Vilanova, 1998, pp. 100-101).

Com a mesma ênfase crítica, Adelmo Genro Filho (1987, p. 41), de forma categórica, denuncia que nesta nova corrente “o positivismo, base teórica mais ampla do funcionalismo, é o desenvolvimento sistematizado do ‘senso comum’ reificado, produzido espontaneamente pelo capitalismo”. Para este autor, o funcionalismo é resultado do empenho de Durkheim em enquadrar as ciências sociais no paradigma das ciências naturais, conforme a proposta de August Comte.

Nos Estados Unidos, depois da 1ª Guerra, consolida-se a perspectiva funcionalista no estudo da comunicação social, alicerçada em estudos de natureza empírista que se utilizam de modelos formais e matemáticos. Essa corrente, que pretende atribuir-se uma aura de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos Estados Unidos e também na América Latina. O desenvolvimento dos meios de comunicação e do próprio jornalismo são analisados como processos independentes em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, ou seja, apartados do movimento histórico em seu conjunto. Ao contrário, os meios de comunicação são tomados apenas como ‘função orgânica’ da sociedade capitalista contemporânea, entendida esta como paradigma do progresso e da normalidade (Genro Filho, 1987, p. 33).

Carlos Alberto Araújo (2001, p. 119-120) também lamenta que a Filosofia Pragmática de Charles Peirce, Robert Park, William I. Thomas, Burgess e Cooley, bem como o Interacionismo Simbólico de George Mead e Herbert Blumer, tenham sido relegados à marginalização e só tenham voltado a exercer influência depois da década de 60, quando a chamada “Guinada Linguística/Pragmática” restaurou tradições científicas histórico-hermenêuticas e críticas.

Todas essas tradições de estudo só foram retomadas nesse período, quando então fizeram sentir sua influência sobre o conjunto de estudos em comunicação em todo o mundo. Isso porque, entre os anos 20 e 60, os estudos norte-americanos foram marcados pela hegemonia de um campo de estudos denominado *Mass Communication Research* (Araújo, 2001, p. 120).

Assim, vale lembrar a contribuição da teoria consensual da verdade do pragmatismo, que pressupõe que “a veracidade de sentenças só pode ser determinada por meio de um processo de concordância sobre o êxito da ação nelas baseada e não na sua correspondência com uma realidade não-interpretada” (Joas, 1999, p. 599), como concebia a perspectiva da teoria positivista da verdade como correspondência perfeita entre a representação e a realidade, a ciência como espelho da natureza.

Neste sentido, não se pode descartar a bastante plausível possibilidade do não reconhecimento da importância do exercício profissional do jornalismo, bem como do campo científico que se dedica a estudá-lo, como evidência de uma ação deliberada e sistemática de exclusão de todos os elementos que exponham os conflitos sociais e os mecanismos de violência simbólica que se articulam buscando a reprodução das condições de sua persistência.

Portanto, a brilhante reflexão de Adelmo Genro Filho (1987) configura-se como uma consistente contribuição no desenvolvimento do projeto de elaboração de uma apropriação do paradigma construtivista no campo do jornalismo, ou seja, da concepção de uma teoria construtivista do jornalismo. Para ele, o jornalismo se constitui num dos aspectos da dimensão

ontológica do ser humano e expressa a forma social de construção do conhecimento, sendo um momento da práxis. Numa clara descrição da dimensão construtivista da comunicação social, observa que

O homem é um ser que domina e comprehende o mundo simultaneamente e, nessa medida, transforma a si mesmo e amplia o seu universo. A comunicação está no âmago da atividade prática coletiva, da produção social do conhecimento que emana dessa atividade e, ao mesmo tempo, a pressupõe. Portanto, está no âmago da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana (Genro Filho, 1987, p. 215).

Para refutar as alegações funcionalistas quanto ao compromisso da comunicação com o “equilíbrio do sistema social”, Genro Filho (1987, p. 216) destaca o papel concreto do jornalismo no processo histórico da autoconstrução objetiva e subjetiva dos seres humanos, pois a sociedade humana, embora apresente momentos e aspectos nitidamente sistêmicos, “não é um sistema que busca somente a reprodução e o equilíbrio, mas um fazer histórico prioritariamente prático que se abre, a cada instante, em novas possibilidades aos sujeitos”.

Esses pressupostos, segundo Genro Filho (1987), compreendem a comunicação no interior da práxis e permitem superar os enfoques a-históricos ou puramente ideológicos do discurso naturalizador do jornalismo, concebendo-o, ao contrário, enquanto estrutura de comunicação historicamente condicionada e forma social de conhecimento articulada à autoprodução histórica do homem. Neste contexto de emancipação das amarras da teoria positivista do espelho, localiza a origem da confusão teórica e semântica da “objetividade jornalística” na “própria ideologia que emana positivamente das relações de produção capitalistas, da reificação que está na base dessa ideologia”.

Quando se diz que o jornalismo deve se ater “exclusivamente aos fatos”, está implícito um determinado critério de elaboração mental alicerçado na cosmovisão e na ideologia burguesas. A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma

realidade *não reificada*, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária (Genro Filho, 1987, p. 217).

Evidencia-se nessa perspectiva que só no paradigma construtivista é possível conceber e preservar a consciência da autoria humana da realidade social – “como uma realidade que está se desenrolando, se autoproduzindo e que não apresenta um sentido fechado e nitidamente delimitado” (Genro Filho, 1987, p. 220).

Desta maneira, fica patente que o paradigma construtivista tem o mérito de propiciar um aprofundamento significativo dos estudos na área do jornalismo capaz de expor e esclarecer o papel central e estratégico que este campo desempenha na definição dos sentidos e ideologias que orientam a ação das pessoas na sociedade contemporânea. Assim, também é possível identificar os motivos ideológicos que fizeram o funcionalismo estrutural condenar a filosofia pragmática à marginalidade das discussões acadêmicas.

Coerente com os mesmos pressupostos, João Pissarra Esteves (2003, p. 77) atribui à chamada *Mass Communication Research*, constituída em torno da problemática dos efeitos e formalizada pelo modelo *two step flow of communication*, a influência mais determinante no desenvolvimento da sociologia da comunicação norte-americana, embora saliente que esta hegemonia não se deu exclusivamente pela ideologia epistêmica, mas sobretudo pelos condicionamentos impostos pela ideologia social vigente na época. A partir da fragilidade teórico-epistemológica deste paradigma dominante da sociologia da comunicação norte-americana, Esteves (2003) salienta que

a transformação de uma proposta científica em paradigma é à primeira vista dependente de condições estritamente científicas, isto é, atributos objetivos como a delimitação de novas áreas de investigação, trama conceptual, metodologias inovadoras e, em última instância, os resultados obtidos. Tanto ou mais que esses atributos, é determinante para a afirmação dos paradigmas científicos outro tipo de fatores: as *condições*

metateóricas (não de ordem científica), que dizem respeito ao contexto social, político, económico, tecnológico, etc. Das propostas científicas, e que determinam as suas possibilidades concretas de aplicação e aceitação social (p. 79)

Assim, evidenciam-se os fatores estranhos à ciência que prevaleceram na definição da concepção de comunicação estabelecida como dominante, inicialmente nos Estados Unidos, mas posteriormente à quase totalidade do mundo ocidental em virtude da posição hegemônica exercida por este país. Segundo Esteves (2003, p. 89), a *Mass Communication Research* procurou adquirir as bases financeiras para se expandir através de “uma convergência substancial de interesses com as principais instituições dinamizadoras do progresso em marcha – as empresas, as grandes corporações e as fundações privadas”.

Na consecução deste projeto hegemônico, é destacado o papel de Paul Lazarsfeld que, contratado pela Fundação Rockefeller, passa a liderar as pesquisas com uma orientação de rigorosa ênfase na

investigação empírica (em termos positivistas) e na erradicação da influência filosófica até então predominante – A Pragmática. É o jovem Lazarsfeld que inicia, então, a sua carreira fulgurante – um sucesso que fica a dever-se não apenas aos seus dotes de académico brilhante, mas também às qualidades de verdadeiro *manager* universitário, que o levaram a dinamizar e a erguer num curto período uma gigantesca estrutura de investigação, com a colaboração do meio empresarial da indústria da comunicação (então em franca expansão). (Esteves, 2003, p. 80)

A partir do conceito de “empirismo abstrato” com o qual Wright Mills (1959, p. 83, como em Esteves, 2003, p. 81) enquadra a orientação deste enorme aparato de investigação que abandona as verdadeiras preocupações científicas e exclui da pesquisa os grandes problemas sociais e as questões humanas de nosso tempo, Esteves observa, no entanto, que não se pode entender isso no sentido de um abstracionismo em sentido absoluto, pois ao seu abandono dos compromissos científicos corresponde uma total adesão

à ordem social e ao sistema de poder instituídos. Por isso, o pensador português lamenta que a dinâmica da problematização científica tenha sido substituída por um ponto de vista burocrático, absorvido pelos problemas típicos das instituições e das organizações sociais, em primeira instância os interesses corporativos da indústria da comunicação, com pretensões hegemônicas: problema administrativos e de gestão estratégica de recursos.

Em obediência a interesses externos, a sociologia dos efeitos não se limita a dar conta da *ordem estabelecida*, mas aceita-a como tal, e em conformidade trata os efeitos da comunicação no quadro restrito de uma única utilização particular dos media (precisa e perfeitamente ajustada a interesses particulares bem definidos). (Esteves, 2003, pp. 81-82)

A história da sociologia norte-americana dos efeitos da comunicação coincide nas suas características essenciais com a própria história dos *mass media* no mundo ocidental, ambas condicionadas pelo desenvolvimento capitalista e a resultante sociedade de consumo de massa, nos quais os *media* e estes aparelhos científicos são instrumentos fundamentais, através das novas técnicas de venda, de publicidade e de marketing.

O saber proporcionado por estas pesquisas sociológicas resume-se, basicamente, a um vasto conjunto de técnicas e métodos quantitativos de análise, cuja origem mais remota se encontra nas práticas publicitárias e de marketing, as quais, depois, seriam também as suas principais destinatárias. Vemos assim que não é despropositada a afirmação de que o valor paradigmático deste tipo de pesquisa se fica a dever, numa importante medida, à gratificação concedida pelo sistema económico – os “serviços” prestados justificaram plenamente o louvor e a distinção. (Esteves, 2003, p. 83)

O papel menosprezado a que a ciência, de uma maneira geral, mas também a comunicação e o jornalismo, especificamente, são relegados pode ser reconhecido através de fatos objetivos como o agradecimento de Katz e Lazarsfeld a Everett R. Smith, presidente da Macfadden Publications, uma grande empresa mediática editora de múltiplas publicações populares, interessada especialmente num conhecimento mais rigoroso das reações do

seu público. Neste contexto, pode-se perceber como esta concepção, que entendia ser equivalentes funcionais a soberania do consumidor e a democracia, conferiu à *mass communication research* a condição de ideologia do modelo político dominante a partir da 2ª Guerra Mundial.

A sociologia da comunicação dominante nos Estados Unidos serviu tão bem o sistema econômico de consumo quanto o sistema político correspondente, fornecendo a um e ao outro instrumentos técnicos de intervenção e uma base de legitimação (o “saber”); como contrapartida, recebeu de ambos o reconhecimento oficial e autorizado que lhe garantiu uma posição hegemônica e a força de paradigma científico. (Esteves, 2003, p. 86)

Como consequência da presença do positivismo, a atitude de Katz e Lazarsfeld não poderia deixar de incorrer numa fetichização da realidade social, ao pretender estabelecer uma equivalência metodológica entre voto e a compra de sabonetes.

A *comensurabilidade da política e do comércio*, que Lazarsfeld e seus discípulos pressupõem, não é apenas um equívoco do trabalho empírico mas um verdadeiro pressuposto teórico que, no entanto, não é objeto de qualquer justificação: tem por base, simplesmente, uma unidade de análise postulada, a *influência considerada em termos de mudança de atitude*. Desta forma, embora teórico, este princípio é essencialmente ideológico: produz um “efeito de realidade” que obscurece a própria realidade, pois não permite discernir os diferentes níveis e implicações do processo da opinião. (Esteves, 2003, pp. 93-94)

O esforço de tentar tornar indistintos e de mesma natureza fenômenos como a compra de detergentes ou alimentos e as opiniões políticas, para Esteves (2003, p. 94), não pode ser considerado científico, devendo ser antes entendido como uma estratégia que nada ajuda a esclarecer a verdadeira natureza dos problemas em causa. Pelo contrário, o seu resultado é antes a opacificação, produzir um *efeito de verdade*: intervir sobre a realidade social para conformá-la a determinados interesses em jogo.

Para a chamada sociologia dos efeitos limitados, o poder não é apenas reduzido a uma espécie de mercadoria acessível no mercado, mas também considerado como disponível numa base de *equidade* mais ou menos perfeita – a transposição para a política da ideologia liberal do mercado (da livre-concorrência e justa distribuição). (...) Trata-se de uma *visão behaviourista* do poder, ou assumida de forma explícita como reação ao paradigma científico que põe o acento tónico nas estruturas padronizadas do poder estabelecido e na sua forma marcadamente hierárquica e elitista. A ideia subjacente – ou, mais propriamente, a ideologia – é a de perfeito *pluralismo político* (concretizado na forma de influência pessoal) e perfeito *equilíbrio de poder*. (Esteves, 2003, pp. 94-95)

Para exemplificar o comprometimento da *Mass Communication Research* com as necessidades do sistema político norte-americano e com os grandes conglomerados do mercado, é esclarecedor o episódio da relação atribulada de Lazarsfeld com Adorno, durante a permanência deste nos Estados Unidos. Após atender a um convite do próprio Lazarsfeld, em 1938, para dirigir a secção musical do *Office Radio Research* da Universidade de Columbia, Adorno vê-se frustrado porque, devido à sua inflexível posição crítica, a Fundação Rockefeller rejeita o seu projeto de trabalho.

No âmbito do *Princeton Project* existia pouco espaço para uma pesquisa social crítica; a sua orientação, ditada pela Fundação Rockefeller, estipulava expressamente que as investigações deviam ser conduzidas nos limites do sistema radiofónico comercial vigente nos Estados Unidos; o que implicava que o próprio sistema, as suas consequências culturais e sociológicas e os seus pressupostos sociais e económicos não se destinavam a ser analisados” (Adorno, 1969, p. 343 conforme Esteves, 2003, p. 103)

1.2.2 O Marxismo Economicista e o Positivismo Latente

Na filosofia da história marxista, a mudança da sociedade está concebida como resultado (síntese dialética) das contradições entre as condições que os capitalistas e proletários ocupam no âmbito infraestrutural da produção

econômica e o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas. O economicismo marxista realiza, desta maneira, uma cruel desvalorização da importância da comunicação na reprodução ou transformação simbólica da estrutura normativa que coordena a ação dos cidadãos na construção social da realidade, portanto, na construção da própria realidade. Pois é através da comunicação que se constitui o

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo (fazer fazer), portanto (poder de transformar) o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de “força ilocucionária”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (Bourdieu, 1989, pp. 14-15)

Desta maneira, se evidencia o que Paulo Serra (1998, pp. 22-23) considera o equívoco do marxismo economicista, uma vez que,

de acordo com a concepção geral que Marx resume no Prefácio à crítica da Economia Política, a sociedade humana é um “edifício” cuja base ou infraestrutura é constituída por uma estrutura económica (composta pelas relações de produção, a que correspondem determinadas forças produtivas), que suporta uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas “formas de consciência social” (ou ideologias). No conjunto da vida social e da evolução histórica, é, portanto, à estrutura económica que cabe o papel determinante. Neste sentido, a

ideologia não tem história, isto é, uma história autônoma, constituindo uma espécie de “emanação” ou “reflexo” da estrutura económica. (Serra, 1998, p. 22-23)

Esta radicalização, de certo modo, pode ser vista como decorrente do empenho de Marx de refutar o pressuposto idealista da dialética hegeliana e fundar a dialética materialista histórica. Porém,

esta concepção de Marx – levada ao extremo por uma certa vulgata “marxista” que se lhe seguiu – esquece que a própria estrutura econômica da sociedade só é possível mediante a existência de uma esfera simbólica e imaginária que permite que os seres humanos vivam e trabalhem em conjunto, cooperem e lutem entre si, elaborem os seus projetos de vida e as suas concepções acerca da morte, criem as suas teorias científicas e filosóficas. Como têm mostrado os trabalhos de diversos historiadores e sociólogos, as ideias, as crenças, os valores, as concepções do mundo e da vida – o “imaginário social e cultural” – têm um lugar fundamental na forma como se projeta e desenrola a história humana (o que não implica, como é óbvio, esquecer o papel das outras dimensões da vida social, e nomeadamente da económica). (Serra, 1998, p. 23)

Também para Paul Ricoeur (2008) a posição do marxismo economicista deprecia a função simbólica e menospreza a comunicação e o que ela significa para a luta política. Para ele, o equívoco está na própria teoria:

se admitirmos que os conflitos possuem apenas uma origem econômica, ficaremos sem defesa contra a patologia propriamente política e, mais especificamente, contra a patologia que sempre pode se enxertar na resolução política dos conflitos econômicos. Somente aqueles que reconheceram, teórica e praticamente, a natureza irredutivelmente polêmica e conflitual do exercício do poder – como Maquiavel, Rousseau, Hegel, Max Weber – podem se considerar armados contra a patologia engendrada por esta estrutura conflitual. O caráter de decisão que se

vincula ao político enquanto tal, com seu cortejo de coação, de força e de violência, parece constituir um traço essencial da ação política, tal como a conhecemos nos nossos dias. (Ricoeur, 2008, pp. 171-172)

Especificamente no microcosmo do jornalismo, Bourdieu (1997) observa as leis próprias desse campo que é definido por sua posição no mundo global, com as atrações e repulsões que sofre dos outros microcosmos, mas cuja autonomia e o que se passa nele não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. Por conta desse pressuposto, o pensador francês refuta a explicação do que se passa no jornalismo exclusivamente pelos fatores econômicos.

Por exemplo, não se pode explicar o que se faz na TF1 apenas pelo fato de que essa emissora é propriedade de *Bouygues*. É evidente que uma explicação que não levasse em conta esse fato seria insuficiente, mas a que levasse em conta apenas isso não seria menos insuficiente. E o seria ainda mais porque teria a aparência de ser suficiente. Há uma forma de materialismo curto, associado à tradição marxista, que não explica nada, que denuncia sem esclarecer nada. (Bourdieu, 1997, pp. 55-56)

No mesmo sentido, Mikhail Bakhtin (2002), no livro Marxismo e filosofia da linguagem, lamenta a inexistência na literatura marxista de uma descrição definitiva e universalmente reconhecida da realidade específica dos problemas ideológicos envolvidos na reprodução simbólica da realidade social, em geral atribuídos à reificação e reduzidos às particularidades da consciência e do psiquismo.

Segundo ele, “categorias do tipo mecanicista implantaram-se solidamente em todos os domínios a respeito dos quais os pais fundadores – Marx e Engels – pouco ou nada disseram. Esses domínios, portanto, encontram-se, com respeito ao essencial, no estádio do materialismo mecanicista pré-dialético”.

Todos os domínios da ciência das ideologias acham-se, atualmente, ainda dominados pela categoria da causalidade mecanicista. Além disso,

persiste ainda a concepção positivista do empirismo, que se inclina diante do “fato”, entendido não dialeticamente, mas como algo intangível e imutável. Praticamente, o espírito filosófico do marxismo ainda não penetrou nesses domínios. (Bakhtin, 2002, pp. 25-26 – Grifo nosso)

Para João Pissarra Esteves (2003, p. 65), a mudança de perspectiva quanto ao problema da resistência e da contestação estabelece-se em referência negativa à lógica social marxista, especialmente a duas das suas principais premissas: a relação infraestrutura/superestrutura (uma lógica funcionalista que em Marx funda o optimismo e a esperança no futuro, enquanto em Adorno tem efeito antagônico) e a generalização dos conflitos de classe a todos os níveis da realidade social.

1.3 OS FUNDAMENTOS PRAGMÁTICOS DA COMUNICAÇÃO

A famosa controvérsia sociológica sobre a influência na constituição da sociedade (agência X Estrutura) entre a determinação do meio social em confronto com a capacidade dos indivíduos participarem na instituição da realidade social foi objeto de uma esclarecedora contribuição da Filosofia Pragmática da Comunicação, apresentando-se como uma teoria da ação que não descuida de seus efeitos recíprocos práticos e sua interação com a sociedade.

O pragmatismo é uma filosofia da ação. (...) O pragmatismo desenvolveu o conceito de ação a fim de superar os dualismos cartesianos. Desse empreendimento surgiu uma compreensão da intencionalidade e da sociabilidade radicalmente diferente da compreensão do utilitarismo. O conceito de racionalidade e o ideal normativo desse modo de pensamento inserem-se teoricamente na ideia de ação auto-regulada. A teoria pragmática da ordem social é, pois, orientada pela concepção do controle social no sentido de auto-regulação e solução de problemas coletivos. Essa concepção da ordem social é moldada por ideias sobre democracia e estrutura da comunicação nas comunidades científicas. (Joas, 1999, pp. 132-133)

A crítica da dúvida cartesiana apresentada pela pragmática é, portanto, um argumento “em defesa da verdadeira dúvida, em defesa do enraizamento da cognição em situações concretas. A noção central cartesiana do eu solitário que duvida sucumbe à ideia de uma busca coletiva da verdade para solucionar os problemas concretos no curso da ação”. (Joas, 1999, p. 134)

Assim, o pragmatismo questiona a dúvida cartesiana, não a fim de defender as autoridades indiscutíveis contra a pretensão emancipadora do ego pensante, mas para argumentar em favor de uma dúvida mais substancial, ou seja, no assentamento da cognição em situações problemáticas reais.

No pragmatismo, a ideia-guia do ego dubitativo é substituída pela ideia de uma busca cooperativa da VERDADE para superar os reais problemas da ação. A dúvida real ocorre na ação, concebida como uma sucessão cíclica de fases. Assim, toda e qualquer percepção do mundo e toda e qualquer ação nele realizada estão radicadas em uma crença irrefletida nas condições auto-evidentes e nos hábitos bem-sucedidos. Mas esses modos habituais de atuar defrontam-se constantemente com a resistência do mundo, que é considerada a fonte da destruição das expectativas irrefletidas. (Joas, 1996, p. 599)

Neste sentido, os pragmáticos identificam em na ação humana a oposição entre hábitos de ação irrefletidos e realizações criativas, que caracterizam realizações em situações que exigem uma solução, mais do que como a criação irrestrita de algo novo sem um background constitutivo em hábitos irrefletidos. A partir desse modelo básico de pragmatismo, podem ser derivadas outras reivindicações centrais do pragmatismo, como a que concebe a realidade não de forma determinística, mas, ao contrário, permitindo e exigindo uma ação criativa.

Na epistemologia do pragmatismo, o conhecimento não é a reprodução da realidade, mas um instrumento para tratá-la com êxito. A semântica do pragmatismo localiza o significado de conceitos nas consequências práticas para a ação resultantes de seu uso ou de sua diferença em relação a outros conceitos. Assim, na teoria da verdade do pragmatismo,

a veracidade de sentenças só pode ser determinada por meio de um processo de concordância sobre o êxito da ação nelas baseada e não, digamos, na sua correspondência com uma realidade não-interpretada. (Joas, 1996, p. 599)

Neste contexto epistemológico, a ideia orientadora da reflexão filosófica muda toda a relação entre cognição e realidade. Assim, o conceito de verdade já não justifica a correta representação da realidade na cognição, deixando de ser considerada uma espécie de metáfora de uma cópia para o aumento do poder de agir em relação ao ambiente e concebendo de uma nova maneira todas as etapas da cognição – da percepção sensorial, da extração lógica de conclusões até a auto-reflexão.

Por isso, a crítica pragmática volta-se sobretudo contra teorias que reduzem a ação a uma conduta determinada pelo meio. Entretanto, Hans Joas (1999) observa que essa crítica revela também a modificação do significado da intencionalidade em comparação com as teorias que têm a ação como a concretização de fins predeterminados, ou seja, marcando sua diferença com o utilitarismo. Assim, a posição pragmática de John Dewey alinha-se com os pensadores pragmáticos anteriores que, desde o fim da Guerra Civil Americana, criticavam o **individualismo atomístico** e passaram a buscar novos modelos teóricos e práticos de formação da comunidade.

Dewey defende uma teoria que parte do processo de ação coletiva. Essa ação se depara com problemas e provoca consequências involuntárias e inesperadas, que podem ser reflexivamente “processadas” pela coletividade atuante. (...) Nesse processo de interpretar e confirmar as consequências da ação coletiva, a comunicação entre todos os envolvidos desempenha um papel relevante; quem quer que tenha sido afetado se dispõe a participar dessa comunicação, a mostrar que também foi atingido, a confirmar suas preocupações com as consequências. Desse modo, a filosofia política de Dewey não considera como ponto de partida um antagonismo entre o indivíduo e o Estado, mas os problemas internos da ação de grupo. O público fundado na ação de grupo, como

comunidade de comunicação constituída por todos aqueles que sofrem as consequências dessa ação, é constituído tanto pelo Estado independente quanto pelo indivíduo autônomo. (Joas, 1999, pp. 141)

Portanto, para Joas (1999, p. 142), a reflexão de Dewey contrapõe-se explicitamente à ‘naturalização’ do mercado e à concepção de que ele é um mecanismo de solução de problemas, auto-regulador, que prescinde de participação dos cidadãos, pois, ao contrário, chama a atenção para “as consequências da interconexão de ações dotadas de fins comuns que exigem interpretação e confirmação coletiva”. Deste modo, a noção de “controle social” utilizada pelos pragmáticos “não aponta para uma garantia de conformidade social, mas, antes, para uma auto-regulamentação consciente, para a ideia de autogoverno efetivada por intermédio da comunicação e entendida como a solução de problemas coletivos”.

1.3.1 John Dewey, Comunicação e Democracia

Numa observação sobre as novas tecnologias da comunicação que ainda surpreende pela sua atualidade, embora tenha sido feita há quase um século, John Dewey já alertava para a necessidade destas ferramentas expressarem as aspirações capazes de constituir o público como protagonista das definições da realidade, superando a condição de mera massa manipulada devido à reificação, fragmentação da consciência, atomização e passividade que a caracteriza.

Hoje dispomos, como nunca tivemos antes, das ferramentas físicas da comunicação. Mas os pensamentos e as aspirações congruentes com elas não se comunicam e, portanto, não são comuns. Sem essa comunicação, o público seguirá ensombrecido e informe, perdido numa busca espasmódica de si mesmo, mas abarcando e sustentando sua sombra em vez de sua substância. Enquanto a Grande Sociedade não se converta num Grande Comunidade, o público seguirá eclipsado. Só a comunicação pode criar uma grande comunidade. Nossa Babel não é de línguas, senão de signos e símbolos sem os quais é impossível a experiência compartilhada (Dewey, 2004, p. 134).

É razoável se supor que quaisquer mudanças que possam ocorrer na máquina democrática atual serão transformações que farão dos interesses do público um guia e um critério superiores para a atividade governamental, permitindo que o público se forme e se revele com maior autoridade. Neste sentido, “a cura para os males da democracia é mais democracia. A principal dificuldade é descobrir os meios pelos quais um público disperso, móvel e múltiplo pode reconhecer a si mesmo ao ponto de se definir e poder expressar seus interesses”. (Dewey, 2004, p. 137)

Neste sentido, Dewey salienta que, a rigor, o público não pode se constituir enquanto tal sem uma plena publicidade sobre todas as consequências que lhes dizem respeito. Portanto, tudo o que obstrua e restrinja a publicidade, limita e distorce a opinião pública, esvaziando e deformando a reflexão sobre as questões sociais, que só se desenvolve com uma comunicação livre e sistemática, porque sem liberdade de expressão nem sequer se podem desenvolver métodos de investigação social.

o conhecimento é comunicação além de compreensão. Só se conhece algo quando é difundido, partilhado e acessível socialmente. A informação e a comunicação são essenciais para o conhecimento. O conhecimento fechado em uma consciência privada é um mito, e o conhecimento dos fenômenos sociais depende de maneira peculiar de divulgação, já que só com ela esse conhecimento se pode obter ou verificar. Com a comunicação dos resultados da investigação social acontece o mesmo que se verifica com a formação da opinião pública, que representa uma das primeiras ideias forjadas com o desenvolvimento da democracia política, mas também uma das últimas a ser realizada. Porque a opinião pública é o juízo que se forma e mantém pelos que compõem o público e se refere aos assuntos públicos. (Dewey, 2004, pp. 151-153)

No tocante ao método de seleção da pauta no Jornalismo, o filósofo norte-americano chama a atenção para o fato de que se concebe a Notícia como uma novidade que se desprende da rotina, do velho e costumeiro. No entanto, seu significado está condicionado pelo seu relacionamento com a

dimensão social, com a sua importância derivada das suas consequências sociais. Assim, determinar a importância da novidade implica na sua contextualização/interpretação do acontecimento, do fato estabelecido, que se incorporou na noção de realidade das pessoas. Neste sentido, considera imprescindível que a notícia realize uma interpretação da realidade social que contemple as suas consequências para o público.

‘Notícia’ significa algo que acabou de acontecer, algo novo precisamente porque se aparta do velho e regular. Porém seu significado depende de seu relacionamento com sua dimensão social, com a sua importância, com quais sejam as suas consequências sociais. Essa importância não se pode determinar a menos que a notícia se situe em relação com o antigo, com o que ocorreu e se integrou no curso dos acontecimentos. Sem coordenação e sem um caráter consecutivo, os acontecimentos não são mais que simples eventos abruptos; um acontecimento implica que a partir dele ocorre algo. (Dewey, 2004, p. 154)

Portanto, Dewey lamenta que, além da perversa influência dos interesses privados na promoção da censura, do segredo e manipulação, ainda se pode atribuir a isto a explicação da trivialidade e do caráter “sensacional” de grande parte do que se considera como notícia, com ênfase no catastrofismo, sensacionalismo, especialmente relatos de crimes, acidentes, disputas familiares, confrontos e conflitos pessoais, que são as formas mais óbvias de quebra de continuidade do rotineiro e que motivara a crítica de Dewey em sua época. Assim, prevalece no que se considera a notícia por excelência o elemento de impacto emocional mais próximo ao mundo da sensação, o que, segundo Dewey, é tão comum que não se consegue distinguir a atualidade dos acontecimentos sem se recorrer à data de fechamento do periódico para verificar se ocorreram no ano passado ou neste.

Estamos tão acostumados a este método de seleção, registro e apresentação das mudanças sociais que pode soar ridículo afirmar que a autêntica ciência social manifestaria sua realidade na imprensa diária, enquanto livros e artigos acadêmicos proporcionariam e aperfeiçoariam

as ferramentas para a investigação. Mas a única investigação que pode gerar conhecimento como uma condição prévia de juízos públicos tem de ser contemporânea e cotidiana. Inclusive, se as ciências sociais estiverem mais avançadas do que estão, serão ainda impotentes na função de dirigir a opinião pública sobre assuntos que interessem ao público, enquanto se mantenham dissociadas de uma aplicação à construção diária e incessante da interpretação da “notícia”. (Dewey, 2004, pp.154-155)

As formas políticas de democracia e os hábitos quase democráticos de pensamento sobre questões sociais têm suscitado um certo grau de debate e ao menos a simulação de consulta geral na hora da tomada de decisões políticas. O governo representativo deve, pelo menos, parecer fundado nos interesses públicos tal como se revelam à crença pública.

Passaram os dias em que se podia governar sem precisar fingir reconhecer os desejos dos governados. Em teoria, os governantes têm que contar com o seu consentimento. Nas formas mais antigas, não havia necessidade de turvar as fontes de opinião sobre questões políticas. Delas não fluía corrente alguma de energia. Hoje, apesar de todos os fatores contrários, os juízos sobre assuntos políticos formados pela população são tão importantes que todos os métodos que influem em sua formação têm sido enormemente revalorizados. (Dewey, 2004, p. 155)

Neste aspecto, Dewey teve a rara perspicácia de distinguir as aspirações dos jornalistas daquelas da política editorial imposta pelos controladores acionários da grande mídia, da indústria cultural.

A maneira mais fácil de conseguir o controle da direção política é controlar a opinião pública. Enquanto os interesses pecuniários são poderosos e enquanto o público não se localize e identifique a si mesmo, quem têm esse interesse terá motivos irresistíveis para tentar forçar todos a acompanharem sua direção política em tudo o que afeta seus fins. Do mesmo modo que na direção da indústria e do comércio normalmente o “negócio” obscurece, desvia e transborda o fator tecnológico, assim também ocorre na gestão particular da publicidade. A seleção e venda de material

que tenha importância pública forma parte do atual sistema pecuniário. Da mesma forma que uma indústria dirigida por engenheiros sobre uma base tecnológica real seria muito diferente do que é atualmente, a construção e informação de notícias também seria algo muito diferente se se deixasse que atuassem livremente os autênticos interesses dos repórteres. (Dewey, 2004, p. 155)

1.3.2 A Divulgação Comunicativa

A frequente e costumeira afirmação de que a evolução e o aperfeiçoamento da cobertura jornalística não teriam nenhum efeito especial, porque a massa do público leitor não tem interesse em conhecer nem assimilar os resultados de uma investigação precisa, é categoricamente refutada por Dewey. Segundo ele, esta argumentação de que uma apresentação técnica e culta só atrairia aos tecnicamente eruditos e não seria notícia para as massas perde força se for levado em conta o imenso potencial da arte. Por isso, a divulgação tem uma importância fundamental e, desde logo, é uma questão de arte.

Na justificativa de sua posição, Dewey reconhece que, sem dúvida, um periódico que não fosse mais que a edição diária de uma revista trimestral de sociologia ou de ciência política teria uma circulação limitada e sua influência seria escassa. Contudo, salienta que, ainda assim, a mera existência e acessibilidade desse material teria certo efeito regulador. O material teria uma relevância humana tão enorme e ampla que só a sua existência seria um convite irresistível a sua apresentação com atrativo popular. Em outras palavras, “a liberação do artista na apresentação literária é uma condição prévia da desejável criação de uma opinião adequada sobre os assuntos tão importantes como a liberação da investigação social” (Dewey, 2004, pp. 155-156).

Para Dewey, a função da arte sempre foi romper a rigidez da consciência convencional e de rotina que muitas vezes faz a vida consciente da opinião e do juízo dos homens se desenvolverem em um plano superficial e trivial, mas suas vidas sempre alcançam um nível mais profundo.

A poesia, o teatro, a novela são provas de que o problema da apresentação não é insolúvel. Os artistas sempre têm sido os autênticos provedores de notícias, porque o que é novo não é o evento externo em si mesmo, senão o fato de que através dele se aviva a emoção, a percepção e o entendimento. (Dewey, 2004, pp.155-156)

As condições que devem ser cumpridas para que surja um público organizado e articulado capaz de transformar a sociedade de massas numa Grande Comunidade, uma sociedade em que as consequências em expansão constante e complexamente ramificadas das atividades associadas se conheçam no pleno sentido desta palavra, dependem, garante Dewey, que um tipo mais elevado e difícil de investigação junto com a arte da comunicação e, inclusive, do jornalismo, que seja criativa, util, viva e perceptiva, tome posse da maquinaria física de transmissão e circulação da comunicação para insuflar-lhe vida. Portanto, só

quando a era mecânica tenha aperfeiçoado sua maquinaria, esta será um meio de vida e não seu amo despótico. A democracia alcançará seu pleno sentido, pois democracia é uma palavra que denota uma vida de comunhão livre e enriquecedora. Se consumará quando a livre investigação social tornar-se indissoluvelmente unida à arte de uma comunicação plena e intensa. (Dewey, 2004, p.156)

Diante destas características críticas, democráticas e emancipatórias do pragmatismo, não é difícil entender a sistemática oposição que a ideológica epistêmica exercida pelo funcionalismo estrutural passou a lhe dirigir a partir da conquista de sua hegemonia no período entre as duas grandes guerras, especialmente depois na época da Guerra Fria. Quando a sociologia americana iniciou sua influência hegemônica pelo mundo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, “a combinação Lazarsfeldt-Merton foi denominada o método sociológico”, juntando “uma pesquisa social empírica quantitativamente orientada e sofisticada com uma teoria estrutural-funcionalista”; “sem dúvida, a hegemonia desta ideologia epistêmica foi comprada ao preço escorchanter da supressão daquelas tradições que, só com muita dificuldade,

podiam ser integradas à nova imagem da sociologia” (Joas, 1999, pp. 127-128). Nesse sentido, é compreendida a ausência completa de referência na obra de Talcott Parsons (a grande liderança do funcionalismo estrutural) às realizações da filosofia social pragmática de John Dewey, Charles Peirce e George Herbert Mead, nem aos trabalhos metodológicos pioneiros da Escola de Chicago com as implicações teóricas de suas abrangentes pesquisas empíricas em sociologia.

1.3.3 As bases pragmáticas da sociologia do Interacionismo simbólico

O termo interacionismo simbólico para designar uma linha de pesquisa sociológica foi cunhado em 1938 por Herbert Blumer, atribuindo-lhe como enfoque central os processos de interação em que a ação social é concebida como uma orientação imediatamente recíproca, constituindo um processo que privilegia o caráter simbólico da ação social. No seu caso específico, a ação social adota a condição de possibilidade de transformação de regras fixas em ações que definem relações propostas e estabelecidas, de forma recíproca e conjunta. “Assim, as relações sociais são vistas, não como algo estabelecido de uma vez por todas, mas como algo aberto subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade” (Joas, 1999, p. 130).

Desta maneira, a Escola de Chicago é descrita como combinação de uma filosofia pragmática, de uma orientação política reformista para as possibilidades da democracia num quadro de rápida industrialização e urbanização, e dos esforços para transformar a sociologia numa ciência empírica, sem deixar de atribuir grande importância às fontes pré-científicas do conhecimento experimental; uma realização parcial, do ponto de vista teórico, das possibilidades inerentes à filosofia social do pragmatismo.

No seu advento histórico, o Interacionismo Simbólico resgatou, como fonte filosófica da Escola de Chicago, as ideias fundamentais sobre as teorias da ação e da ordem social da filosofia pragmática, bem mais relevantes para a tarefa teórica da sociologia contemporânea do que as concepções

funcionalistas estruturais reinantes na época. Esses fundamentos da teoria da ação e da ordem social não estavam adequadamente integrados à sociologia devido ao combate mantido pelo funcionalismo estrutural contra a filosofia pragmática.

O modo como o pragmatismo foi transformado em sociologia pode ser explicado pelas condições da sociedade americana, da Universidade de Chicago e da conexão política da antiga sociologia americana com a sociedade local do período em que se originou, no começo da década de 1890 e nos anos seguintes. Os Estados Unidos, nessa época, viviam período de rápida industrialização e urbanização, com enorme afluência de imigrantes. Assim, o país passou por uma profunda alteração da estrutura de classes, com dissolução de sua estrutura política e econômica fortemente centralizada, devido às mudanças econômicas que proporcionaram a base para essas mudanças.

Politicamente, tais mudanças eram seguidas de constantes esforços para promoção de reformas sociais, que deram a essa época o nome de “era do progresso”. Um elemento central das reivindicações reformistas era a preservação do ideal democrático de autogoverno das comunidades locais, diante das ameaças da hegemonia das grandes corporações e do governo federal centralizado. Chicago foi um dos centros desses empreendimentos reformistas e os intelectuais da Escola de Chicago estavam pessoalmente envolvidos nesses esforços e assim permaneceram mesmo durante o período conservador dos anos 20.

O modelo teórico de William Isaac Thomas (2009) amplia o modelo pragmático de ação contribuindo para torná-lo mais concreto na medida em que a operação subjetiva de definir a situação é considerada com maior precisão, pois normas de conduta aceitas são vistas como o resultado de definições de situações previamente bem-sucedidas. Para desconstrução da epistemologia positivista da distinção entre fato e opinião, o referencial teorema de Thomas chama a atenção para a importância do universo simbólico: tudo aquilo que se acredita real, mesmo que não seja real, produz consequências reais; da mesma maneira de que tudo que não se acredita real, mesmo

que seja real, deixa de produzir consequências reais. Thomas afirma que é possível dividir os motivos da ação em quatro classes. São elas: o desejo de novas experiências; o desejo de domínio duma situação; o desejo de reconhecimento social e o de certeza da identidade.

Durante algum tempo, William Thomas foi o mais importante sociólogo da Escola de Chicago. Quando, em 1918, acabou despedido da universidade em virtude de uma conspiração movida contra o seu inconformismo político e moral, o cargo de chefe oficioso da escola foi preenchido por Roberto Park, pesquisador que o próprio Thomas trouxera para Chicago, com sólida afinidade com as orientações e temas de seu pensamento e pesquisa. Até meados de 1930, Park foi a figura mais influente da escola. Park, quando estudante, sofrera a influência decisiva de John Dewey. Trabalhou muitos anos como repórter de jornal e obteve doutorado na Alemanha com uma crítica à psicologia de massas contemporânea, inspirada em Georg Simmel.

Da filosofia de Dewey, Park extraíra, em particular, a ênfase na democracia como ordem social e na comunicação pública como pré-requisito para a democracia. Sua experiência como jornalista familiarizou-o com a comunicação pública e proporcionou-lhe material para reflexões sociológicas. Do ponto de vista da teoria da ação, evidenciou que o problema de se chegar a um consenso criativo tinha uma importância fundamental, e, em contraste com os objetivos dos psicólogos de massas europeus, demonstrou que de fato pode haver racionalidade nos processos coletivos de tomada de decisão.

Para Park, a sociedade não se apresenta ao indivíduo unicamente como um meio de repressão, coerção e obrigação. Ela é também vivenciada como uma fonte de inspiração, de expansão do eu, de libertação e fortalecimento de energias pessoais latentes. A condição da ação coletiva é a existência de “representações coletivas”, constituídas na comunicação. Nesta linha, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1981) transcende o utilitarismo e faz uma revisão abrangente da teoria sociológica da ação. A oposição de um conceito comunicativo de racionalidade às deficiências da compreensão instrumental da racionalidade tem por consequência excluir inúmeras

dimensões da ação que podem ser encontradas na história do pensamento social. Aqui, o problema não-solucionado é o modo pelo qual a teoria sociológica da ação pode ser integrada à fecundidade teórica do pragmatismo e às tradições da filosofia da práxis, além da noção expressionista de trabalho. Para a solução de semelhante problema, o pragmatismo ainda é de capital importância. Ele preparou o caminho não apenas para se tornar modelo da teoria sociológica da ação ao conceber o indivíduo como agente que age voluntariamente e domina seu próprio corpo, sendo autônomo em relação a seus semelhantes e ao ambiente, mas também para explicar as condições da possibilidade desse tipo de agente. (Joas, 1999, pp. 166-167)

Assim, para Joas, a literatura do interacionismo simbólico oferece abundante material para esse esclarecimento, uma vez que o pragmatismo, ao introduzir o conceito de ação como meio de obter uma nova visão da relação entre a ação e consciência, ou seja, como um meio de superar a filosofia da consciência, se revela igualmente capaz de barrar a ofensiva do estruturalismo e do pós-estruturalismo, sem deixar de reconhecer alguma pertinência em seus argumentos, e salvaguardar a dimensão da ação humana. Neste sentido, Herbert Blumer (1969) contribui com uma importante reflexão para fundamentar a autoridade epistêmica da comunidade de comunicação e a propriedade crítica do indivíduo e do cidadão de se constituir num elemento ativo e imprescindível na democracia deliberativa, ao descrever as três premissas do Interacionismo Simbólico:

O interacionismo simbólico baseia-se, em última análise, em três premissas. A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. A segunda premissa consiste no fato de que os significados de tais elementos mundanos são provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as outras pessoas (A Comunidade de Comunicação). A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato. (Blumer, 1969, p. 2)

Outra contribuição relevante de Blumer (1987, p. 181) é descrição de público como o último agrupamento elementar coletivo, constituído “de pessoas: a) que estão envolvidas em uma dada questão; b) que se encontram divididas em suas posições diante dessa questão; e c) que discutem a respeito do problema”. Segundo Blumer, distinto de povo, o público é marcado pela presença de uma questão, de discussão e de uma opinião coletiva, o que significa que o grupo tem que agir sem entendimentos prévios, definições ou regras de como deve ser a ação.

Neste contexto argumentativo, a peculiaridade do público evidencia-se, exatamente, no desacordo e na discussão quanto ao que se deve fazer, o que implica numa interação radicalmente diferente da que ocorre na multidão, em que tende à unanimidade pela supressão de qualquer discordância. Assim, o público, a partir de interpretações, entra em disputa e, portanto, caracteriza-se por relações de conflito. Por isso, ao mesmo tempo, é compreensível que os indivíduos, no interior de um público, intensifiquem sua autoconsciência e fortaleçam suas capacidades críticas. No público, as argumentações são complexas, criticadas e enfrentadas por contra-argumentações. (Blumer, 1969, pp. 182-183)

Outro ponto de interesse nesta discussão, baseada na diferença, deve-se ao fato de ela dar muita ênfase aos fatos e privilegiar a consideração racional de que a presença de oposição e desacordo no público indica que as controvérsias são provocadas e tornam-se assunto para crítica. Diante de ataques que ameaçam enfraquecer seu sentido, tais controvérsias devem ser favorecidas ou submetidas a uma revisão à luz de críticas que não podem ser ignoradas, podendo os fatos manter sua validade, passam a ser valorizados; e, como a discussão baseada na argumentação, as considerações racionais vão desempenhar um papel de alguma importância. (Blumer, 1987, p. 183)

Segundo Blumer, a formação da opinião pública ocorre no curso da discussão. Argumentações e contra-argumentações se tornam os meios pelos quais ela é dimensionada. O público, em geral, compõe-se de grupos de interesse e de um conjunto de espectadores mais desassociados e desinteressados. Desta

maneira, a questão que faz surgir o público representa, quase sempre, o confronto de grupos de interesse opostos, com uma posição particular sobre a questão em debate e se esforçando de atrair para sua posição o apoio e a adesão de grupos desinteressados e alheios à margem da disputa. Assim, fica evidenciada a importância, muitas vezes não reconhecida, da posição estratégica e decisiva representada por aqueles que não se identificam com os grupos imediatos de interesse. (Blumer, 1969, p. 185)

Nestas condições, comprehende-se a qualidade variável da opinião pública e a utilização de meios de influência como a propaganda, que subvertem a discussão pública inteligente. Uma opinião pública parece se situar, em qualquer lugar, a meio caminho entre um ponto de vista altamente emocional e preconceituoso e uma opinião inteligente e reflexiva. Em outras palavras, a discussão pública pode desenvolver-se em diferentes níveis, com graus diversos de profundidade e limitação. Os esforços dos grupos de interesse para dimensionar a opinião pública podem ser considerados como tentativas de provocar atitudes emocionais ou difundir a desinformação. Este aspecto levou muitos estudiosos da opinião pública a negar seu caráter racional e a enfatizar sua natureza emocional e irracional. Deve-se, entretanto, reconhecer que o simples processo da discussão obriga a um certo grau de consideração racional e, consequentemente, a opinião coletiva daí resultante possui um certo caráter racional. O fato de que as controvérsias sejam defendidas e justificadas, submetidas à crítica e desmascaradas, implica avaliação, confronto e julgamento. Talvez fosse correto afirmar que a opinião pública é racional, mas não precisa ser inteligente. (Blumer, 1987, pp. 185-186)

Assim, garante Blumer (1987, p. 186), “a qualidade da opinião pública depende em larga medida da vigência de discussão pública. Por sua vez, esta vigência depende da disponibilidade e flexibilidade das agências de comunicação pública, como a imprensa, o rádio e os encontros públicos”. Consequentemente, salienta que a existência de discussão livre representa o elemento básico para a adequada atuação desses meios. Portanto, se algumas das posições em conflito não têm acesso a canais de expressão

adequados de modo a atingir o público desinteressado, ou caso sofram discriminação quanto à possibilidade de as suas ideias serem discutidas diante desse público, então está ocorrendo interferência na discussão pública efetiva. Diante do exposto, Blumer (1969, (p. 186) critica “os grupos de interesse poderosos empenhados na manipulação da opinião pública, com a utilização crescente da propaganda para limitar as oportunidades de aprofundamento da discussão para uma deliberação democrática”.

1.3.4 A Filosofia Pragmática e os problemas práticos

O registro de Cristina Ponte (2009) ressalta que a Escola de Chicago, do princípio do século XX, é reconhecida como um dos pilares do estudo das ciências sociais e do jornalismo, com a introdução da investigação de tipo qualitativo, sobre os novos meios de comunicação, com destaque para os jornais, marcadamente nos estudos pioneiros sobre comunicação e jornalismo de Robert Park (1864-1944), de Charles Cooley (1864-1929), do filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952) e do psicólogo social George Herbert Mead (1863-1931).

Para evidenciar o compromisso dos pragmáticos de relacionar a filosofia com os problemas práticos, Ponte relata que Ford, dinamizador de um projeto inédito de imprensa no final do século XIX (um jornal sustentado “num método científico de reportar”, intitulado *Thought News*, desejando conferir credibilidade a esse novo jornal, com tratamento justo, rigoroso e sério da informação, convidou Mead e Dewey a trabalharem no desenho de um jornal nacional para os Estados Unidos. Destaca ela que este jornal, que pretendia ser simultaneamente um jornal comum, um jornal orientado por interesses profissionais específicos, um arquivo e um serviço de referência, teve impresso um único número por falta de dinheiro.

Na descrição do embate entre as concepções elitistas e democráticas do jornalismo Ponte reporta-se à emblemática polêmica entre John Dewey e Walter Lippman, nos anos 20, sobre a imprensa e a natureza da sua informação, com o segundo considerando a imprensa incapaz de garantir

uma informação perfeita e verdadeira, o que atribuía à própria natureza das notícias, aos seus processos de produção, à psicologia das audiências e à escala da vida moderna. Em resposta a Lippman, a pesquisadora portuguesa observa que Dewey deslocou o eixo da representação da realidade da ilustração para a conversação.

No seu argumento, a linguagem não é um sistema de representação mas uma forma de atividade: a fala e a escuta, a conversação em suma, captam melhor esta ação do que as imagens que se dão a ver de forma estática numa página impressa. Ou seja, propõe a conversação como o contexto decisivo em que o conhecimento é compreendido. Nesse contexto, as notícias seriam uma ocasião para a discussão e a ação públicas, outras vozes a serem ouvidas, pesando mais este aspecto do que a sua apreciação como estereótipos da realidade. (Ponte, 2009, p. 90)

Seguindo a linha pragmática de Mead e Dewey, Cristina Ponte também destaca a perspectiva relacional do jornalismo que foi desenvolvida por Robert Park, ao introduzir na pesquisa da Escola de Chicago metodologias do trabalho de repórter que foi privilegiando deslocações de terreno, observação direta de situações e descrição exaustiva de ambientes. A forma de reportar do jornalismo foi assim valorizada gnosiologicamente, considerando Park que estes inquéritos sociológicos constituíam uma forma superior de reportagem. Esta metodologia foi retomada nos anos 50, por Warren Breed (1955), num contexto acadêmico de desconfiança face a formas não quantitativas de recolha de informação. Mas só a partir dos anos 70, especialmente a partir de Gaye Tuchman, o estudo das redações baseados em observação participante se afirmou como metodologia de investigação do campo jornalístico.

No mesmo sentido, Francisco Rudiger lamenta a revisão inicial da era progressista, com a difusão dos institutos democráticos e a imprensa popular na perspectiva da social-democracia, para uma situação de mercantilização com a manipulação da informação através da política editorial, com a prevalência da ênfase na propaganda e no seu objetivo de controle social, conforme os fundamentos do funcionalismo estrutural da *mass communication research*.

(...) a crescente organização empresarial da imprensa começou a determinar uma revisão na linha de entendimento do assunto até então adotada pelos defensores do liberalismo e da social-democracia reformista. A reorientação da atividade no sentido comercial e mercadológico descortinou-lhes o que lhes pareceu ser um novo e problemático processo de influência na formação da opinião pública: a manipulação da informação através da política editorial do noticiário. De fato, aconteceu de o jornalismo começar a se tornar objeto de suspeita e eventual falta de legitimidade pela consciência pública ilustrada. A conversão da imprensa em puro e simples negócio, em que as motivações doutrinárias iam caindo para segundo plano, passou a saltar à vista dos seus estudos. (Rudiger, 2014, p. 46)

Segundo ele, a relação entre imprensa e propaganda que se havia estabelecido em favor da primeira foi invertida quando a propaganda se tornou o conceito mais central com o qual o saber, concebido pelo funcionalismo estrutural, passou a se ocupar dos fenômenos de opinião pública e formação da consciência na sociedade contemporânea.

Grosso modo, formaram-se dois partidos a respeito do assunto. Os setores politicamente conservadores e tecnocráticos predicaram a necessidade e a legitimidade das práticas de propaganda, seguindo uma posição exemplarmente elaborada por Lippmann e Lasswell. Os setores politicamente progressistas e humanistas antes a denunciaram, passando a pregar o combate à sua influência através educação, conforme fica claro lendo autores como por Lumley e Dewey. Os primeiros viram na propaganda um instrumento para o manejo político dos diversos assuntos sociais numa era de crescente massificação, procurando justificar o emprego dos seus meios e técnicas com vistas à prevenção de crises e manutenção da ordem (...). Os segundos viram na propaganda um novo meio de influência e disputa social, procurando revelar o emprego politicamente negativo dos meios de comunicação, sem deixar de crer na capacidade do público, com a ajuda desses meios, pensar por conta própria e aprender a respeito de seus próprios. (Rudiger, 2014, pp. 13-14)

Para Rudiger (2014, p. 50), John Dewey submeteu, desde o seu início, sob o ponto de vista emancipatório, uma dura crítica à era da propaganda, com o objetivo de articular uma reação ao seu avanço e renovar a democracia moderna, concebendo “a utopia de acordo com a qual a comunicação pode servir de base para a construção de uma nova cultura”, salientando “a convicção de Dewey de que o aparato tecnológico criado pela ciência moderna que serve à propaganda não está blindado à sua transformação por parte de uma ação política organizada”. Assim, percebe a visão de Dewey:

Dewey viu a sociedade numa encruzilhada, em que havia as opções do regime totalitário e da democracia plebiscitária e tecnocrática, mas também a chance de recriar a democracia participativa. A propaganda e o controle da consciência eram a via das duas primeiras. A comunicação e o desenvolvimento do conhecimento público poderiam ser a via da última perspectiva. As massas não precisam dispor de meios de saber e pesquisa especializados para desenvolverem um modo de vida democrático. O essencial é, antes, adquirir a habilidade de julgar o peso do conhecimento sobre problemas comuns que nos é fornecido, e isso só pode ser obtido se passarmos a dispor de aparatos que, em vez de servirem à ação propagandística, promovam a livre comunicação, visto que essa, a comunicação livre, aberta e horizontal, é a precondição de existência de um público efetivo e genuíno. (Rudiger, 2014, p.50)

Portanto, a hegemonia da perspectiva da propaganda é vista como uma “máscara” para entender os processos de relacionamento social de maneira prática e predominantemente instrumental. Segundo Rudiger, Lazarsfeld e Merton deixam isso claro quando afirmam que a comunicação é a base para uma forma mais sutil de controle social e exploração psicológica das massas por parte do poder econômico. “Agora, o objetivo de controlar as pessoas não é mais alcançado através da força, mas através da propaganda disseminada através dos meios de comunicação de massas” (Lazarsfeld; Merton, 1985, conforme Rudiger, 2014, p. 54)

Neste novo contexto de hegemonia do funcionalismo estrutural da *mass communication research*, o pesquisador brasileiro lamenta que, nas academias,

a utopia da comunicação pensada pelo pragmatista John Dewey tenha dado lugar a uma ideologia epistêmica para reificação das relações sociais sob o modelo do mercado.

Em seguida ao final da II Guerra, retomou-se nos Estados Unidos, para em seguida espalhar-se pelo mundo, o movimento no sentido de tornar o mercado não apenas um meio de satisfação das necessidades, mas o contexto em que as relações sociais deveriam adquirir sua plena significação, conforme havia sido ensaiado naquele país nos anos 1920. Naquela época, os movimentos contra o regime econômico vigente e o avanço do socialismo foram contidos com um misto de repressão e desenvolvimento de um conjunto de instituições oriundo da atividade empresarial, no âmbito de um vasto processo de reorganização do capitalismo. O americanismo, conforme os europeus o chamaram à época, consistiu, com efeito, em um processo de integração das camadas assalariadas à ordem econômica estabelecida, mediante a expansão do seu poder de consumo. O desenvolvimento da cidadania política, prometido pelos democratas, e o controle do processo de produção, sonhado pelos seus intérpretes socialistas, começaram a ser desviados para o cultivo da vida privada, através da conversão dos hábitos de consumo em prática de lazer e base do modo de vida. (Rudiger, 2014, p. 56)

1.4 A CONTRIBUIÇÃO DE GEORGE MEAD À UMA NOVA TEORIA DA COMUNICAÇÃO

1.4.1 Fundamentação epistemológica dos paradigmas científicos

No caminho desenvolvido do paradigma tradicional positivista, fundamentado na filosofia da consciência (mentalismo) e, consequentemente, na teoria da verdade como correspondência entre a representação (representacionismo) e a própria realidade, para o paradigma construtivista, fundamentado na filosofia da linguagem e na teoria consensual da verdade, caracterizado pela guinada linguística/pragmática, pode-se identificar a questão central da forma de legitimação e validação dos significados e conhecimentos de uma maneira geral, mas também no campo da comunicação e do jornalismo.

No primeiro caso, fica patente a presunção de acesso à verdade absoluta pela consciência de um sujeito transcendental raciocinando de forma perfeita, fora da história e da sociedade, podendo “descobrir”, através do verificacionismo da objetividade, as leis de causa e efeito universais válidas para todas as pessoas, em todos os lugares e em todos os tempos, ou seja, capaz de produzir o conhecimento perfeito, completo e acabado, sem ser passível de revisão. Portanto, a teoria do espelho no jornalismo chega a pressupor que as notícias são como são porque a própria realidade assim as determina (Traquina, 2004). Da mesma maneira que, infelizmente, muitos teóricos insistem na persistência do conceito de objetividade como se a validação dos significados e conhecimentos pudesse ser definida pela própria correspondência com a realidade, sem admitir que a própria noção da realidade chega até as pessoas através da linguagem, como relatos do mundo, ou seja, “já impregnada de linguagem” (Habermas, 2012, p. 14).

No caso do paradigma construtivista, a teoria consensual da verdade pressupõe a definição do significado através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade de comunicação, cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social, bem como autêntico e sincero na enunciação do mundo subjetivo. Na perspectiva construtivista, o jornalista assume o papel de articulador e mediador da discussão pública com o compromisso ético de contemplar a diversidade significativa das versões existentes na sociedade, mas, também, além disso, de posicionar-se diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o desempenho das instituições democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis.

1.4.2 A pragmática e o entendimento comunicativo

Dentro da tradição pragmática, a teoria da comunicação de George Mead (1967) permite que este campo de estudo científico supere o mero âmbito instrumental a que o positivismo o reduziu e alcance um estatuto de elemento fundamental da espécie humana, tanto na sua dimensão filogenética, quando ensejou o surgimento do *homo sapiens* através do desenvolvimento da linguagem com símbolos com significado idêntico, quanto na dimensão ontogenética, com o papel de constituição da identidade das pessoas na interação social, com a formação da noção do outro generalizado (“me”) na comunicação com o meio social. Desta maneira, esta discussão epistemológica se faz necessária para a adequada compreensão da base pragmática do paradigma construtivista, evidenciando a estratégica observação de Habermas de que é, exatamente, a dificuldade de negociação para definição do significado idêntico dos símbolos, imprescindível para viabilizar o entendimento linguístico, que marca o salto da evolução filogenética do hominídio ao *homo sapiens* (Mead), exigindo o escrutínio e reconhecimento da validação intersubjetiva da comunidade de comunicação do consenso sempre provisório das pretensões de validade sobre o que se pode ter como o racional, lógico, verdadeiro, justo e legítimo, levando em conta a incompletude do processo de semiose e o falibilismo, conforme teorizado por Peirce (Gradim, 2006).

Segundo Habermas, ao abordar a comunicação linguística detendo-se preponderantemente nos aspectos da integração social dos indivíduos que agem visando a um fim e da socialização de sujeitos capazes de ação, Mead descuidou as realizações do entendimento e da estrutura interna da linguagem, carecendo de uma atualização, tendo em vista que não desenvolve os conceitos fundamentais relacionados com objetos, normas e sujeitos na linha filogenética das teorias do significado, mantendo-se numa perspectiva ontogenética.

O desafio da negociação visando a definição do significado idêntico dos símbolos, para Habermas (2012, p. 13), fica patente no fato de que

os sinais ou frases contendo um único termo só fazem sentido num determinado contexto; não existem termos singulares capazes de identificar objetos numa situação concreta sem levar em conta o contexto. (...) Por isso, existe uma relação inequívoca entre o significado de um sinal (em todos os seus componentes modais de significação) e o tipo de comportamento que o emissor espera do destinatário.

Mead explica o surgimento da linguagem afirmando que o potencial semântico depositado nas interações mediadas por gestos torna-se disponível simbolicamente para os participantes da interação mediante uma internalização da linguagem de gestos (Habermas, 2012, p. 16). Nesse processo, distingue duas etapas. A primeira em que surge uma linguagem de sinais que transforma o significado objetivo de padrões de comportamento típicos em significados simbólicos, tornando-os acessíveis a um entendimento entre os participantes da interação, que caracteriza a passagem da interação mediada por gestos para a interação mediada simbolicamente, interpretada por Mead como semantização de significados naturais. E a segunda etapa em que os papéis sociais revelam aos participantes o significado natural de certos sistemas de comportamento funcionalmente diferenciados, como a caça, a reprodução sexual, a defesa do território, a rivalidade de status, entre outros significados naturais que são tornados normativamente obrigatórios pelos papéis sociais.

Nesse processo, Mead distingue duas etapas. Na primeira, surge uma linguagem de sinais que transforma o significado objetivo de padrões de comportamento típicos em significados simbólicos, tornando-os acessíveis a um entendimento entre os participantes da interação. Trata-se da passagem da interação mediada por gestos para a interação mediada simbolicamente; sob pontos de vista da teoria do significado, Mead a interpreta como semantização de significados naturais. Na segunda etapa, os papéis sociais revelam aos participantes o significado natural de certos sistemas de comportamento funcionalmente diferenciados,

tais como a caça, a reprodução sexual, o cuidado da prole, a defesa do território, a rivalidade e status etc. Aliás, eles (os papéis) tornam esse significado normativamente obrigatório. (Habermas, 2012-II, p. 17)

No caminho que leva da interação mediada por gestos à interação mediada por símbolos, os gestos se transformam em símbolos quando os significados que valem somente para um organismo singular são substituídos por significados que valem para todos os participantes (1). O comportamento dos participantes da interação se transforma, de modo que, no lugar de uma relação causal em termos de “estímulo-reação-estímulo”, entra a relação interpessoal que se estabelece entre falante e destinatário: nela, ambos se relacionam levados por uma intenção comunicativa (2). Por fim, ocorre uma mudança estrutural da interação quando os participantes começam a distinguir entre atos de entendimento e ações orientadas pelo êxito (3). “Essas três tarefas permitem resolver o problema envolvendo a evolução da interação, isto é, a passagem da etapa da interação gestual para a etapa da interação simbólica”. (Habermas, 2012, pp. 18-19)

Depois de considerar a explicação de Mead desta passagem ainda presa ao modelo da filosofia da consciência, Habermas observa que toda a estrutura da interação é modificada quando surge uma subjetividade de ordem superior que se relaciona consigo mesma de modo mediato, ou seja, por meio de relações complexas com outros.

Quanto mais complexas as atitudes do “outro”, que os participantes da interação assumem “em sua própria experiência”, tanto mais se desloca aquilo que os une preliminarmente em virtude de características sistêmicas, ou seja: passa-se do plano dos controles instintivos e animais, típicos de cada espécie, para o plano de uma intersubjetividade produzida pelas vias da comunicação, condensada num meio configurado por símbolos linguísticos e assegurada mediante uma tradição cultural. (Habermas, 2012, pp. 20-21)

Embora esta percepção conceba a emergência de uma forma de vida superior, cuja principal característica consiste numa intersubjetividade ancorada

na linguagem, viabilizando o agir comunicativo, Mead, entretanto, “não distingue nitidamente o nível da interação mediada por símbolos do nível da interação mediada pela linguagem e direcionada por normas” (Habermas, 2012, pp. 21-22).

Diante da eventualidade da comunicação malsucedida e à proporção que cada um assume em si mesmo a atitude crítica do outro perante a interpretação fracassada de um ato comunicativo, eles criam regras para a utilização de símbolos, com as quais podem decidir previamente, em cada situação, “utilizar um gesto revestido de significado de modo que o outro não tenha motivos para uma tomada de posição crítica. Assim, formam-se convenções de significado e símbolos que podem ser empregados com significado idêntico” (Habermas, 2012, p. 28-29). A superação dessa limitação de Mead sobre a importância da internalização das tomadas de posição do outro com relação à não-identidade do significado de símbolos vai ser encontrada por Habermas na análise wittgensteiniana do conceito de regra.

O significado constante do mesmo símbolo tem de ser reconhecível pelos próprios usuários do símbolo. E essa identidade do significado só pode ser garantida mediante a validade intersubjetiva de uma regra, a qual circunscreve “convencionalmente” o significado de um sinal.
(Habermas, 2012, pp. 31-32)

A proposta de Mead de gênese lógica de convenções de sentido pode ser melhor compreendida a partir da explicação Wittgenstein (1975) das relações existentes entre dois momentos típicos de qualquer símbolo: o significado idêntico e a validade intersubjetiva, entre a observância da regra e a tomada de posição crítica mediante um sim/não perante transgressões da regra. A compreensão de uma ação simbólica caminha junto com a competência de seguir uma regra, pois

significados simbólicos constituem ou fundam a identidade do mesmo modo que as regras, as quais geram a unidade na multiplicidade de suas

incorporações exemplares e na variedade de suas diferentes realizações e preenchimentos. Os significados valem como idênticos graças a uma regulamentação convencional. (Habermas, 2012, pp. 33-34)

Como as regras não funcionam só para uma pessoa e dependem da validade intersubjetiva, valem de modo contrafáctico, necessitando que os envolvidos na interação possam criticar o comportamento regido por regras e de avaliá-lo como bem-sucedido ou faltoso. É preciso essa possibilidade de crítica e esclarecimento recíproco que constitui o consenso, sem o qual não seria possível garantir a identidade das regras e, consequentemente, dos significados dos símbolos.

Wittgenstein destacou o nexo interno que liga a capacidade de seguir uma regra à capacidade de tomar posição mediante um “sim” ou um “não”, ao discutir a seguinte questão: será que o símbolo é empregado corretamente, isto é, em conformidade com a regra? No sentido de uma gênese lógica, as duas competências são constitutivas para uma consciência de regras, uma vez que são cooriginárias. Quando se aplica a tese de Mead pelo caminho que acabo de indicar, ela pode ser entendida como uma explicação genética do conceito wittgensteiniano de regra, especialmente das regras para utilização de símbolos e, com isso, a identidade dos significados. (Habermas, 2012, pp. 42-43)

Na sua concepção de socialização de um ângulo ontogenético, como constituição do si mesmo pela linguagem, tomando como base o mecanismo de adoção de atitudes, Mead observa que a pessoa adquire personalidade a partir do momento em que pertence a uma comunidade e assume em seu próprio comportamento as instituições dessa sociedade, pois adota a linguagem dessa sociedade como um meio que lhe permite desenvolver sua personalidade. Com este entendimento, Mead supera a noção de uma identidade originária com a qual a pessoa já nasce e que alimenta o equívoco do individualismo atomizado e da determinação da predestinação independente de seu meio ambiente social e da comunidade de comunicação, superando a concepção de sujeito do iluminismo, que estaria predestinado

desde o nascimento, para uma concepção sociológica formada na comunicação com o meio social, conforme analisado por Stuart Hall (2000).

É graças à linguagem que a pessoa consegue captar as atitudes e os diferentes papéis desempenhados pelos demais membros e, à proporção que exerce influência noutras pessoas, está desenvolvendo sua própria identidade através expectativas de comportamento já normadas. Por conseguinte, a estrutura da identidade tem a ver com uma relação comum a todos, uma vez que, para possuir uma identidade, temos de ser membros de uma comunidade.

Uma pessoa adquire personalidade a partir do momento em que pertence a uma comunidade e assume em seu próprio comportamento as instituições dessa sociedade. Pois ela adota a linguagem dessa sociedade como um meio que lhe permite desenvolver sua personalidade. Graças à linguagem, ela consegue captar as atitudes e os diferentes papéis desempenhados pelos demais membros. Isto constitui, em certo sentido, a estrutura da personalidade humana. Existem reações comuns que todo indivíduo manifesta quando enfrenta certas ações concretas. E à proporção que exerce influência noutras pessoas está desenvolvendo sua própria identidade. Por conseguinte, a estrutura da identidade tem a ver com uma relação comum a todos, uma vez que, para possuir uma identidade, temos de ser membros de uma comunidade. (Mead, 1969, p. 204)

Neste contexto do agir comunicativo, as ofertas contidas nos atos de fala extraem sua força de ligação da relação interna entre argumentos e pretensões de validade, que não podem ser aceitas ou rejeitadas sem uma razão, pois dependem da expectativa de buscar um consenso racionalmente motivado que lhes permita coordenar seus planos e suas ações, sem a necessidade de coações ou recompensas para influir nos outros, configurando, exclusivamente através do meio linguístico do entendimento, a força capaz de vincular a vontade de atores responsáveis por seus atos a uma noção do outro generalizado (*generalized other*).

Portanto, na comunidade que nos cerca existem muitos tipos de reações comuns, que podem ser caracterizadas como ‘instituições’. A instituição constitui uma reação comum de todos os membros da comunidade perante determinada situação. Isso nos leva a esperar, por exemplo, que a polícia nos ajude, que o procurador de justiça faça a queixa, que o tribunal, por meio de seus vários órgãos, puna o delinquente etc. Assumimos a atitude de todos esses órgãos encarregados da proteção da propriedade; e todos eles, enquanto fazem parte de um processo organizado, podem ser encontrados, de certa forma, em nossa vida. Ora, no momento em que desencadeamos tais atitudes, estamos assumindo a atitude de ‘outro generalizado’”. (Mead conforme Habermas, 2012, p. 71)

No tocante à reprodução ou transformações do pano de fundo cultural, Habermas distingue entre a manutenção das crenças da tradição herdada, quando prevalece uma atitude naturalizada e não reflexiva, e, no caso de situações de crise quando crenças malsucedidas desafiam a negociação de novos consensos, surge a necessidade de suspensão dessas crenças em busca de um acordo em que cada membro da comunidade de comunicação envolvido no problema pode se posicionar com um sim ou com um não para solução provisória do conflito. No primeiro caso, prevalece um enquadramento natural do significado das crenças, enquanto no segundo o indivíduo é interpelado para se posicionar diante de uma questão problematizada do mundo exterior, o que implica num enquadramento cognitivo.

A reflexão sobre a ética fundamentada nas perspectivas da linguagem e do cognitivismo, segundo Habermas, possibilita uma avaliação que supera a visão maniqueísta de pressupor naturezas humanas distintas vinculadas ao bem e ao mal, ao estabelecer critérios para identificação do nível de desenvolvimento da consciência moral do indivíduo a partir de critérios sobre a forma como concebe e se relaciona com o meio social e sua normatização.

A partir da teorização de Lawrence Kohlberg (1981), Habermas (1989) observa o enquadramento naturalizado dos níveis de desenvolvimento da consciência moral pré-convencional (as normas são aceitas pelo indivíduo,

exclusivamente para não sofrer a sanção) e convencional (quando o cidadão já percebe a importância do contrato social para a estabilização da expectativa dos outros em relação ao seu comportamento e sua adequada integração social, numa perspectiva recíproca de interdependência), pois inexiste a consciência de que a realidade é uma construção social na qual o indivíduo participa, o que, conforme Berger e Luckmann (2004), induz à posição reificada de que, por achar que não pode influir neste processo, ele pode se eximir de qualquer responsabilidade sobre ela.

Assim, somente no nível de desenvolvimento da consciência moral pós-convencional o indivíduo assume a realidade como uma construção social na qual ele pode influir e, por isso, não pode deixar de assumir responsabilidade sobre o destino coletivo. Assim, pode se conceber a ética construtivista neste nível de desenvolvimento da consciência moral pós-convencional. E, portanto, a perspectiva da teoria construtivista do jornalismo não pode deixar de atribuir à instituição jornalística o dever de se posicionar pelas transformações das crenças, normas e leis que ameacem a soberania da pessoa sobre o seu destino e sua vida, através de mecanismos de dominação e violência simbólica.

Portanto, com George Mead a Comunicação se liberta da condição menor de mero instrumento para satisfação de interesses particulares do sistema da estrutura de poder a que a *Mass Communication Research* a diminuiu. A Teoria da Comunicação de Mead reconhece na comunicação o fator distinto da humanidade diante das demais espécies do reino animal, quando o ser humano, no seu desenvolvimento filogenético, deixou de realizar a sua integração através de gestos e sons para vivenciar uma integração social baseada em símbolos de significado idêntico, ou seja, através da intercompreensão comunicativa. Esta concepção se constituiu num passo decisivo para superação da filosofia da consciência no sentido da filosofia da linguagem.

A interpretação da racionalização social em termos de reificação da consciência, como fazem autores que pensam na linha de Lukács e de Adorno,

esbarram na contradição de que esse tema não pode ser trabalhado satisfatoriamente por quem utiliza os conceitos da filosofia da consciência. Esta limitação da absorção da teoria da racionalização de Weber é superada com a passagem da atividade teleológica para a comunicativa, a qual está implícata na fundamentação da sociologia que faz George Mead a partir de uma teoria da comunicação.

Segundo Habermas, as ideias de liberdade e de conciliação que Adorno delineia nos limites de uma dialética negativa carecem de uma explicação que pode ser obtida com o auxílio do conceito de “racionalidade comunicativa”, o qual, inclusive, já era possível de ser inferido das reflexões adornianas, com o necessário acréscimo da abordagem de uma teoria de sistema aberta à perspectiva da teoria da ação.

Tal tarefa pode ser enfrentada por uma teoria da ação que, do mesmo modo que a teoria meadiana, necessita da projeção de uma comunidade de comunicação ideal. Tal utopia visa à reconstrução de uma intersubjetividade invulnerada que abre a possibilidade do entendimento não coagido dos indivíduos entre si e da identidade de um indivíduo que se entende livremente consigo mesmo. Ora, os limites dessa teoria da comunicação são patentes! Afinal, a reprodução da sociedade enquanto totalidade não pode ser explicada satisfatoriamente quando nos limitamos às condições da racionalidade comunicativa. No entanto, esta pode ser tomada, mesmo assim, para explorar a partir de dentro a reprodução simbólica do mundo da vida de grupos sociais. (Habermas, 2012-II, p. 4)

A teoria da comunicação de Mead é desenvolvida através de um quadro categorial destinado a captar a interação regida por normas e mediada pela linguagem. Tal quadro foi delineado no sentido de uma gênese lógica, que tem início numa interação controlada por instintos e gestos, compartilhada pelos animais vertebrados desenvolvidos, passando, a seguir, por uma interação mediada simbolicamente pela linguagem que é uma competência exclusiva da espécie humana. Posteriormente, na linha de desenvolvimento **filogenético**, quando a interação simbólica passa para a interação mediada

por normas, deixa transparecer uma lacuna, que pode, no entanto, ser preenchida pelas ideias de Durkheim sobre os fundamentos sagrados da moral e sobre as bases da solidariedade social, cultuada nos rituais. E, se tomarmos como bases a ideia de que o acordo normativo básico, garantido pelo rito, assume gradativamente contornos linguísticos, será possível desenhar o conceito de um mundo da vida racionalizado e diferenciado em suas estruturas simbólicas. Assim, tal conceito transpassa os limites da teoria weberiana da ação, talhada conforme o figurino da racionalidade instrumental e do agir teleológico.

Mead analisa fenômenos da consciência sob o ponto de vista de sua formação, que tem origem em estruturas da interação mediada pela linguagem e pelos símbolos. Como a linguagem possui um significado constitutivo para as formas da vida socioculturais, “no homem, a diferenciação funcional mediante a linguagem dá origem a um princípio de organização totalmente diferente, produzindo não somente outro indivíduo, como também outro tipo de sociedade” (Mead, 1969, p. 291, conforme Habermas, 2012, pp. 7-8).

A teoria da comunicação de Mead não apresenta um conceito de linguagem reducionista, pois não se limita a atos de entendimento, uma vez que abrange ainda o agir comunicativo:

Mead se interessa tão-somente por símbolos linguísticos e logomórficos porque podem ser utilizados como veículo mediador para as interações, para os modos de comportamento e para as ações de vários indivíduos. No agir comunicativo, a linguagem assume, além da função de entendimento, o papel de coordenação das atividades orientadas por fins de diferentes sujeitos da ação, e o papel de um meio da própria socialização dos sujeitos da ação. Mead focaliza a comunicação linguística detendo-se preponderantemente em dois aspectos: a integração social dos indivíduos que agem visando a um fim e à socialização de sujeitos capazes de ação. Porém, ele descuida das realizações de entendimento e da estrutura interna da linguagem. Neste particular, sua teoria da comunicação necessitaria de uma atualização, na linha da semântica e da teoria dos atos de fala. (Habermas, 2012-II, pp. 10-11)

A explicação dada por Mead para a passagem da interação subumana, mediada por gestos, para a interação simbólica está baseada nas características estruturais da interação mediada por símbolos, uma vez que os símbolos que podem ser utilizados com significado idêntico tornam possível uma forma nova e revolucionária de comunicação. No seu entendimento, a “linguagem mediante gestos”, existente em sociedades desenvolvidas de animais vertebrados, representa o início de uma evolução da linguagem que abrange duas etapas: a etapa de uma linguagem mediante sinais simbólicos e a etapa da fala diferenciada em proposições.

Na sua argumentação, Mead classifica como gestos significantes símbolos simples, não articulados sintaticamente, que têm o mesmo significado para pelo menos dois participantes de uma interação, colocados em contextos iguais ou suficientemente idênticos. Como exemplo cita certos gestos vocais que assumiram o caráter de sinais logomórficos e emissões na forma de um vocáculo, que marcam o início da aquisição da linguagem pelas crianças, sendo também comum entre falantes adultos.

Porém, os sinais ou frases contendo um único termo só fazem sentido num determinado contexto, haja vista que não existem termos singulares capazes de identificar objetos numa situação concreta sem levar em conta o contexto. Os sinais estão inseridos em contextos interacionais, a tal ponto que se prestam para a coordenação das ações de dois ou mais participantes da interação. “Por isso, existe uma relação inequívoca entre o significado de um sinal (em todos os seus componentes modais de significação) e o tipo de comportamento que o emissor espera do destinatário” (Habermas, 2012-II, p. 13).

No nível da interação mediada simbolicamente, a comunidade linguística só tem à disposição sinais – sistemas primitivos de gritos e sinais. Com objetivos analíticos, Mead simplifica a situação à medida que prescinde do fato de que o significado de um símbolo vale para todos os membros de uma comunidade de linguagem, partindo da ideia de que dois participantes singulares da interação são capazes de compreender o mesmo símbolo e de empregá-lo com o mesmo significado em circunstâncias semelhantes.

A partir da interação por meio de gestos, possível entre animais da mesma espécie, Mead se dedica à análise do surgimento das formas de comunicação linguística tomando como fio condutor a transformação sucessiva do significado concreto ou natural de certas “relações meio-fim”, observáveis em reações comportamentais ordenadas de modo sistêmico. Tal transformação culmina num significado para os organismos envolvidos, o qual tem origem nesses mesmos modos de comportamento – pois certos significados simbólicos surgem quando se dá uma subjetivação ou internalização de estruturas de sentido objetivas. E, dado que essas estruturas podem ser detalhadas melhor no comportamento social dos animais, Mead se propõe a explicar o surgimento da linguagem afirmando que o potencial semântico depositado nas interações mediadas por gestos torna-se disponível simbolicamente para os participantes da interação mediante uma internalização da linguagem de gestos.

É interessante identificar a correspondência da concepção de Mead do conceito de interpretante de Peirce na descrição do processo de semiose na construção de sentido.

Sentido é o desenvolvimento de uma relação objetiva entre determinadas fases da ação social; não um apêndice psíquico para essa ação, e nem uma ‘ideia’ no sentido tradicional. O gesto de um organismo, assim como os resultados da ação social, na qual o gesto representa uma fase primitiva, bem como a reação de outro organismo diante desse gesto, constituem os fatores relevantes em uma relação tripla, a saber: entre o gesto e o primeiro organismo, entre o gesto e o segundo organismo e entre o gesto e as fases subsequentes da respectiva ação social. Ora, essa relação tripla constitui a substância básica do sentido ou, ao menos, a substância a partir da qual o sentido se desenvolve. (Mead, 1969, conforme Habermas, 2012, pp. 17-18)

Mead tenta explicar as transformações decorrente da passagem do mecanismo caracterizado como “aceitação da atitude do outro” com a afirmação de que uma subjetividade de ordem superior, que se relaciona consigo mesma de modo mediato, isto é, por meio de relações complexas com outros,

modifica toda a estruturação da interação. Quanto mais complexas as atitudes do “outro”, que os participantes da interação assumem “em sua própria experiência”, tanto mais se desloca aquilo que os une preliminarmente em virtude de características sistêmicas, ou seja: “passa-se do plano dos controles instintivos e animais, típicos de cada espécie, para o plano de uma intersubjetividade produzida pelas vias da comunicação, condensada num meio configurado por símbolos linguísticos e assegurada mediante uma tradição cultural”. (Habermas, 2012-II, pp. 20-21)

Ao lançar mão do mecanismo de adoção de atitudes, Mead pretende explicar o modo como a interação intermediada por símbolos surge da interação mediada por gestos, como os controles de gestos passam para a comunicação regulada por sinais linguísticos, como o organismo – que reage a estímulos – chega a adotar os papéis do falante e do destinatário e como os atos comunicativos se distinguem de ações não comunicativas, uma vez que constituem processos em que os agentes se entendem entre si e se diferenciam das influências que uns exercem sobre os outros quando tentam obter determinados efeitos.

Na construção de um significado idêntico, é necessário que o *ego* saiba como o *alter* precisaria reagir a um gesto significativo; uma vez que não é suficiente manter a expectativa de que o *alter* reagirá de determinada forma. Depois das duas primeiras adoções de atitudes, o *ego* pode somente prever em que sentido o *alter* agirá caso comprehenda o sinal. Assim, se pode levar em conta dois aspectos que orientarão a reação de *alter*: (a) a reação comportamental do *alter* configura uma ação que visa a um alvo e se orienta pelas consequências; (b) ao mesmo tempo, ela evidencia o modo como o *alter* interpreta seu gesto à luz do *ego*. Desta forma, como o *ego* já interpretou seu gesto à luz da antecipação da reação comportamental do *alter*, há de sua parte uma expectativa prognosticadora em relação a (b), a qual pode falhar. Supondo que o *ego* venha a externar seu desapontamento ao ser surpreendido por uma reação inesperada do *alter*. Neste caso, sua reação trai o desapontamento perante uma comunicação malsucedida e não perante os efeitos indesejáveis oriundos do comportamento do *alter*. Portanto, se isso também vale

para o caso de *alter*, apresenta-se uma terceira situação em que o mecanismo de internalização pode ser aplicado às tomadas de posição recíprocas mediante as quais *ego* e *alter* externalizam seu desapontamento diante de mal-entendidos. Na medida que cada um assume em si mesmo a atitude crítica do outro perante a interpretação fracassada de um ato comunicativo, eles estabelecem regras para a utilização de símbolos. Então, a partir deste momento, eles podem decidir previamente, numa situação dada, se pretendem utilizar um gesto revestido de significado de modo que o outro não tenha motivos para uma tomada de posição crítica. Desta maneira, criam-se convenções de significado e símbolos que podem ser empregados com significado idêntico. (Habermas, 2012-II, pp. 28-29)

Portanto, para a comunicação, o ponto decisivo consiste no fato de que o símbolo é capaz de produzir num indivíduo o mesmo efeito que produz em outro indivíduo. O símbolo precisa expressar a mesma universalidade para cada pessoa que se encontra na mesma situação.

Para Mead, como a internalização dos padrões de relacionamento regulados objetivamente substitui, aos poucos, a regulação por via dos instintos pela regulação através da comunicação linguística e da tradição cultural, é necessário reconstruir, na perspectiva dos próprios participantes de uma interação, a comunidade linguística das relações intersubjetivas que se estabelecem entre os participantes de uma interação. Neste processo, não é possível se contentar em atribuir a indivíduos singulares interpretações coincidentes do mesmo estímulo comportamental, ou seja, ele não pode se limitar a atribuir aos significados uma constância captada na perspectiva do observador, porque ele tem de exigir a identidade dos significados. O significado constante do mesmo símbolo tem de ser reconhecível pelos próprios usuários do símbolo. E essa identidade do significado só pode ser garantida mediante a validade intersubjetiva de uma regra, a qual circunscreve “conventionalmente” o significado de um sinal.

Por isso, a passagem da interação intermediada por gestos para a interação mediada por símbolos acarreta não somente a constituição de um comportamento regido por regras como também um comportamento a ser explicado

em termos de uma orientação por convenções de significado. Neste sentido, é relevante a análise wittgensteiniana do conceito de regra para consecução de dois propósitos: para explicar as relações existentes entre significado idêntico e validade intersubjetiva, ou seja, entre a observância da regra e a tomada de posição crítica mediante um sim/não perante transgressões da regra; e para delinear de modo mais preciso a proposta de Mead a respeito da gênese lógica de convenções de sentido.

Os dois momentos típicos de qualquer símbolo simples (significado idêntico e validade intersubjetiva) estão presentes no conceito de regra, cujo elemento geral constitutivo de seu significado pode ser representado por vários tipos de ações exemplares. As regras determinam a maneira como produzimos algo: objetos materiais ou configurações simbólicas tais como números, figuras e palavras. Assim, podemos explicar o sentido de uma regra (construtiva) lançando mão de exemplos, mas não basta ensinar alguém a generalizar indutivamente uma série finita de casos, uma vez que um aluno somente compreenderá o sentido de uma regra a partir do momento em que conseguir entender que os produtos apresentados, produzidos conforme regras, têm de ser tidos como exemplos de algo que pode ser entrevistado neles. Às vezes, um único exemplo basta para conseguir isto: “Trata-se, pois, das regras que se aplicam ao exemplo, que fazem dele um exemplo” (Wittgenstein conforme Habermas, 2012, p. 33). Porém, os objetos ou ações que servem de exemplo não são, por si mesmos, exemplos de uma regra – uma vez que para conseguirmos vislumbrar o geral no particular é necessária a aplicação de uma regra.

Segundo Habermas (2012-II, p. 34), a compreensão de uma ação simbólica se dá em concomitância com a competência de seguir uma regra. Neste sentido, Wittgenstein sublinha o fato de que um aluno que se exercita numa determinada série de números só conseguirá entender a regra subjacente quando for capaz de prosseguir essa série por sua própria conta.

O conceito de competência no uso de uma regra representa uma chave para revelar o que entendemos por identidade de um significado. A identidade de um significado se distingue da “identidade” de um objeto, o qual pode ser

identificado como sendo o mesmo por vários observadores e mediante descrições distintas, pois esse ato de identificação de um objeto, sobre o qual certos falantes fazem determinadas afirmações, já pressupõe a compreensão de termos singulares.

Por conseguinte, a identidade de uma regra não pode ser reduzida a regularidades empíricas. Ela depende da validade intersubjetiva, isto é, da circunstância de que os sujeitos que orientam seu comportamento por regras podem se desviar delas e podem criticar seu comportamento desviante como infração de uma regra. A interação comunicativa, contudo, tem que ser pressuposta, já que é impossível para um sujeito seguir uma regra feita somente para ele, da mesma maneira que A não pode ter certeza de estar seguindo realmente uma regra se não se encontra numa situação em que ele possa expor seu comportamento a uma crítica B, em princípio suscetível de consenso. Com isso, Wittgenstein pretende mostrar que existe um nexo sistemático entre a identidade e a validade de regras, pois a identidade da regra na variedade de suas realizações não repousa em invariantes observáveis, mas na intersubjetividade de sua validade.

E, dado que as regras valem de modo contrafáctico, existe a possibilidade de criticar o comportamento regido por regras e de avaliá-lo como bem-sucedido ou faltoso. (...) Sem essa possibilidade da crítica recíproca, e do esclarecimento recíproco, capaz de levar a um consenso, não seria possível assegurar a identidade das regras. Por conseguinte, para que um sujeito possa seguir uma regra, isto é, a mesma regra, esta tem de ter validade para pelo menos dois sujeitos. (Habermas, 2012-II, pp. 35-36)

Desta forma, segundo o conceito wittgensteiniano, a identidade de significados deriva da capacidade de seguir regras que valem intersubjetivamente. Por isso, ambos os sujeitos têm de dispor da competência não somente de seguir uma regra, mas também da competência de avaliar criticamente esse comportamento: um sujeito solitário que dispusesse apenas de uma dessas competências não conseguiria formar o conceito de regra nem aplicar símbolos com significado idêntico.

Embora seja vaga a descrição do local onde tiveram lugar inicialmente as interações viabilizadas por símbolo, a passagem da interação gestual para a interação simbólica deve assinalar o limiar da hominização. Tudo indica que os primitivos sistemas de gritos foram criados na fase de hominização, portanto, antes do surgimento do *homo sapiens*. Também há indícios de que os gestos significantes no sentido de Mead, ou seja, exteriorizações traduzidas na linguagem dos sinais, foram utilizados espontaneamente em sociedades de primatas. Porém, tão logo as interações passaram a ser regidas por símbolos com significado idêntico, deve ter havido uma modificação nos sistemas de *status* difundidos nas sociedades de animais vertebrados.

Neste contexto, é preciso acompanhar Mead até o ponto em que ele conferiu aos participantes da comunicação a capacidade de trocar sinais com intenção comunicativa. Concomitantemente, a linguagem de sinais modifica igualmente o mecanismo coordenador do comportamento, já que os sinais não podem mais funcionar do mesmo modo que os gestos, ou seja, como desencadeadores que fazem o organismo “disparar” em virtude de disposições comportamentais e de apelos a esquemas de comportamento. Daí se pode inferir que o uso comunicativo de sinais com significado idêntico retroage sobre a estrutura dos instintos e dos modos de comportamento dos organismos participantes.

Entretanto, a introdução de um novo meio de comunicação, à qual se limitam as considerações teóricas de Mead, não consegue cobrir logomorficamente todos os componentes da estrutura da interação. Uma linguagem de sinais não consegue ir além dos impulsos e do estoque de comportamentos. E, enquanto os fundamentos motivacionais não forem reestruturados simbolicamente, a coordenação da ação continuará embutida numa regulação de comportamentos que funciona em nível pré-lingüístico, o que faz com que ela continue sendo, em última instância, uma regulamentação apoiada em resíduos instintivos.

Para justificar sua proposta de uma perspectiva epistemológica dupla, combinando uma teoria da ação com uma teoria de sistema aberta, Habermas

afirma que interações mediadas por símbolos não exigem necessariamente uma organização sintática elaborada nem uma transformação completa dos sinais em convenções, enquanto os sistemas linguísticos têm como característica principal uma gramática, que permite o estabelecimento de relações complexas entre símbolos; e os conteúdos semânticos se desprendem do substrato dos significados naturais, a tal ponto que as formas fônicas e os sinais podem variar independentemente das características semânticas.

Segundo Habermas (2012-II, pp. 44-45), Mead não separou nitidamente o nível da interação através de símbolos do nível superior da comunicação mediada por uma linguagem diferenciada; mesmo assim, ele a distingue de outro tipo de interação situado num nível mais organizado em que constata um agir mediante papéis. Assim, para o pensador alemão, Mead passa abruptamente do agir mediado por símbolos para o agir regulado por normas, o que significa que ele acompanha o desenvolvimento da interação simbólica apenas na linha que desemboca no agir regulado por normas, descuidando da linha que leva a uma comunicação linguística diferenciada em termos proposicionais.

Para superar tais dificuldades é preciso a explicitação mais acurada de três aspectos da linguagem: como meio do entendimento, meio de coordenação da ação e meio da socialização dos indivíduos. Nesta perspectiva, Mead considerou a passagem da interação mediada por gestos apenas sob o aspecto da comunicação, para demonstrar que os símbolos surgem de gestos e que os significados naturais se transformam em convenções de significado, isto é, significados válidos intersubjetivamente. Nesse ponto, impõe-se uma reestruturação conceitual das relações entre os participantes da interação, uma vez que estes se defrontam com objetos sociais nos papéis comunicativos de falantes e ouvintes, aprendendo a distinguir entre atos de entendimento e ações orientadas por consequências (teleológicas). A estrutura de socialização continua, certamente, coincidindo com a nova estrutura do entendimento, viabilizada pelos símbolos. Entretanto, isso já não acontece no desenvolvimento ulterior. Por não levar isso na devida conta, após a reconstrução da linguagem de sinais, Mead se limita a tratar de

certos aspectos da coordenação da ação e da socialização, ficando restrito ao processo de formação que ocorre pelo canal da linguagem do qual resultam, de modo cooriginário, a identidade social, os organismos socializados e as instituições sociais.

Na concepção da formação de identidades e do surgimento de instituições, faz-se necessário supor que o contexto não linguístico das disposições comportamentais e o esquema de comportamento já estão de certa forma impregnados pela linguagem, ou seja, estruturados simbolicamente. Se até este momento somente os instrumentos do entendimento tinham sido reelaborados em termos de sinais e signos com significados determinados por convenções, agora o simbolismo no nível do agir direcionado por normas passa a também perpassar as motivações e o repertório de comportamentos, criando simultaneamente orientações subjetivas e sistemas de orientação supra subjetivos, indivíduos socializados e instituições sociais. Assim, a linguagem funciona como meio não do entendimento e da transmissão do saber cultural, mas da socialização e da integração social, que se realizam, é verdade, mediante atos de entendimento, mas não se sedimentam num saber cultural, e sim nas estruturas simbólicas do si mesmo e da sociedade, em competências e padrões de relacionamento.

“*Self*” e “*Society*” são os títulos que Mead escolhe para tratar da estrutura complementar do mundo social e do mundo subjetivo. E ele toma como ponto de partida a ideia de que tais processos só podem ter início quando é atingido o nível da interação mediada por símbolos e quando o emprego de símbolos com significado idêntico se torna viável. Porém ele não leva em consideração que os instrumentos do entendimento também são atingidos por esse processo. A linguagem mediante sinais se transforma na fala gramatical, à medida que o meio do entendimento se desliga, seja do si mesmo (*Self*) dos participantes da interação, simbolicamente estruturado, seja da sociedade condensada em realidade normativa. (Habermas, 2012-II, pp. 47-48)

Depois da descrição da passagem da comunicação mediante gestos para uma linguagem (simbólica) e da questão que envolve as condições de um

emprego de símbolos com significado idêntico, impõe-se agora a análise da passagem do modo instintivo e pré-lingüístico de controle da interação para um modo de controle dependente da linguagem, vinculado culturalmente, a fim de explicar o novo mecanismo de coordenação da ação. No enfrentamento desta questão, têm-se dois caminhos: o caminho de uma teoria da comunicação, uma vez que, no agir comunicativo, o entendimento por meio da linguagem passa a ser o principal mecanismo de coordenação da ação; ou o caminho escolhido por Mead, que consiste numa teoria social ou sociopsicológica. (Habermas, 2012-II, pp. 49-50)

No agir comunicativo, as ofertas contidas nos atos de fala extraem sua força de ligação da relação interna entre argumentos e pretensões de validade. E, dado que, sob pressupostos do agir orientado pelo entendimento, as pretensões de validade não podem ser aceitas ou rejeitadas sem uma razão, as tomadas de posição do *alter* perante a oferta do *ego* contêm um momento de intelecção, que as libera da esfera do simples arbítrio, do condicionamento ou da adaptação, de acordo com a visão dos participantes. Ao levantar, mediante seus atos de fala, pretensões de validade daquilo que é emitido, eles alimentam a expectativa de estarem buscando um consenso racionalmente motivado que lhes permita coordenar seus planos e suas ações, sem a necessidade de lançar mão de coações para influir nos motivos concretos do outro ou de apoiar-se na perspectiva de recompensas, como é o caso dos imperativos simples. A diferenciação dos modos fundamentais propicia ao meio linguístico do entendimento a força capaz de vincular a vontade de atores responsáveis por seus atos. O *ego* pode utilizar a força ilocucionária sobre o *alter*, caso ambos estejam em condições de orientar seu agir por pretensões de validade.

As pretensões de validade que seguem a veracidade subjetiva e a correção normativa, por serem análogas à verdade, ampliam os efeitos vinculantes dos atos de fala, estendendo-os para além do campo das convicções de conteúdo descritivo, circunscrito pelas manifestações suscetíveis de verdade. Pressupõe-se que os participantes da comunicação, ao emitir proposições existenciais ou normativas, podem se referir

a algo num mundo subjetivo ou em seu mundo social comum, de modo análogo ao que acontece com os atos de fala constatativos, mediante os quais se referem a algo no mundo objetivo. Afinal, a linguagem só pode funcionar como mecanismo de coordenação quando esses mundos se constituem e se diferenciam, ao menos em princípio. Essa pode ter sido a razão que levou Mead a se interessar pela gênese desses mundos. Ele analisa, de um lado, a constituição de um mundo de objetos perceptíveis e manipuláveis; de outro, o surgimento de normas e identidades. E nesse trabalho concentra-se na linguagem como meio de coordenação da ação e da socialização. Porém, negligencia a linguagem como meio do entendimento. Além disso, ele substitui a interpretação filogenética pela ontogenética; simplifica a tarefa de reconstrução da passagem da interação mediada simbolicamente para a interação regida por normas, ao pressupor como já preenchidas as condições para uma interação civilizadora entre pais e filhos. (Habermas, 2012-II, pp. 51-52)

A progressiva apropriação moral e sociocognitiva da estrutura de papéis que permitem regular legitimamente relações interpessoais é uma dimensão importante da construção do mundo social infantil. A realidade institucional, que independe do ator individual, surge no momento em que A, seguindo o caminho da estruturação simbólica de suas orientações da ação e de suas disponibilidades para a ação, cria uma identidade enquanto participante de um grupo social. Contudo, enquanto os padrões de comportamento exercitados pela criança não forem generalizados socialmente, abrangendo todos os membros de um grupo, eles só terão validade em certas situações, nas quais A e B se defrontam. A só poderá formar o conceito de um padrão de comportamento socialmente generalizado, isto é, o conceito de uma norma que autoriza a cada um assumir o lugar de A e de B, quando adotar uma segunda vez a atitude do outro, na forma de um outro generalizado (*“generalized other”*). (Habermas, 2012-II, p. 67)

Quando afirmamos nossos direitos provocamos uma certa reação, que poderia ser desencadeada em qualquer um. Tal reação reside em nossa própria natureza; estamos dispostos a assumir até certo grau essa

mesma atitude quando outro apela a nós. E quando desencadeamos tal reação num outro podemos assumir a atitude dos outros afinando com ela nosso próprio comportamento. Portanto, na comunidade que nos cerca existem muitos tipos de reações comuns, que podem ser caracterizadas como ‘instituições’. A instituição constitui uma reação comum de todos os membros da comunidade perante determinada situação... Isso nos leva a esperar, por exemplo, que a polícia nos ajude, que o procurador de justiça faça a queixa, que o tribunal, por meio de seus vários órgãos, puna o delinquente etc. Assumimos a atitude de todos esses órgãos encarregados da proteção da propriedade; e todos eles, enquanto fazem parte de um processo organizado, podem ser encontrados, de certa forma, em nossa vida. Ora, no momento em que desencadeamos tais atitudes, estamos assumindo a atitude de ‘outro generalizado’ (Mead, 1969, p. 307)

Mesmo que a autoridade de que se reveste o “outro generalizado” seja a autoridade de uma vontade geral do grupo, ela não coincide com o poder de arbítrio generalizado de todos os indivíduos, manifesto nas sanções de um grupo contra desvios.

A passagem da interação mediada simbolicamente para a interação regulada por normas possibilita a transposição para um entendimento diferenciado do ponto de vista modal, mas não somente isso: ela não significa apenas a construção de um mundo social, mas também a estruturação simbólica de motivos de ação. Assim, do ponto de vista da socialização, esse processo se apresenta como a formação de uma identidade.

Ao discutir a formação da identidade, Mead trata das relações entre *Me* e *I*. A expressão “*Me*” representa a atitude mediante a qual a criança constrói um sistema de controles internos de comportamento, adotando com relação a ela própria as expectativas do outro generalizado. No processo da internalização de papéis sociais, forma-se aos poucos uma estrutura do superego, isto é, junto com o *Me*, forma-se o *ego*, isto é, o mundo das vivências subjetivas às quais cada um tem acesso privilegiado: “O *ego* reage ao si mesmo que se desenvolve mediante a assunção das atitudes dos outros. À proporção

que adotamos tais atitudes, forma-se o *Me*, ao qual reagimos enquanto *I*". (Mead, 1969, p. 217)

A expressão "*I*" representa como uma instância que se destaca dos representantes das normas sociais, colocando o si mesmo acima do indivíduo institucionalizado "*Me*". Por um lado, Mead interpreta a espontaneidade das instituições, dos desejos, dos sentimentos e dos estados de ânimo; por conseguinte, de um potencial de reação, o qual ultrapassa as orientações contidas no superego formando a esfera do subjetivo em oposição ao mundo exterior:

O *Me* necessita de um certo *I*, à medida que cumprimos obrigações... (ou seja, na medida em que somos cobrados pela responsabilidade ético/moral sobre as nossas ações)... Porém, o *I* é sempre um pouco diferente daquilo que é exigido pela situação... Pois o *I* não somente provoca o *Me* como também reage a ele (Mead, 1969, p. 221).

De outro lado, ele entende o "***I***" (***Eu***) como capacidade generalizada de encontrar soluções criativas para situações em que está em jogo a autorrealização da pessoa:

As possibilidades que existem em nosso ser, essas energias tão apreciadas por William James, representam possibilidades do 'si mesmo' que ultrapassam nossa autoapresentação imediata. Não conhecemos com precisão a sua constituição. Num certo sentido, elas representam os conteúdos mais fascinantes que possuímos – à proporção que podemos apreendê-las. Na literatura, no cinema e na arte, uma grande parte do nosso prazer deriva do fato de que, na fantasia, são liberadas possibilidades que estão ao nosso dispor ou que desejaríamos ter como nossas. Nesse domínio surge algo de novo, uma vez que aqui se encontram nossos valores mais importantes. E, de certa forma, aquilo que buscamos sem cessar nada mais é que a realização desse 'si mesmo' (Mead, 1969, p. 248).

Pode-se considerar o "***eu***", portanto, no sentido de uma subjetividade que se destaca de um superego modelado conforme papéis sociais. Nestas situações, o indivíduo sente a necessidade de ter uma condição em que possa dar

sua contribuição, fazer a diferença, ou seja, que pode deixar de ser um *Me* cunhado e pressionado por convenções.

Situações em que podemos extravasar e em que a estrutura do ‘*Me*’ abre as portas ao “*I*” são favoráveis à autoapresentação. Refiro-me à situação em que alguém se encontra com um amigo e conversa sobre o que ele pensa de outro amigo. É agradável passar o tempo dessa forma. Falamos com naturalidade sobre certas coisas que nem mencionaríamos noutras circunstâncias ou, talvez, nem ousaríamos pensar”. (Mead, 1969, p. 257)

1.5 PEIRCE E A TEORIA CONSENSUAL DA VERDADE

1.5.1 A Filosofia Pragmática e a Semiótica

A pragmática é uma corrente filosófica iniciada por Charles Sanders Peirce que presta especial atenção à relação entre os signos e os seus utilizadores, compreendendo que, para além das dimensões sintática e semântica na análise do processo sínico, há uma dimensão contextual, a qual evidencia que o signo não é independente da sua utilização.

A novidade da abordagem pragmatista da semiose está em não remeter a utilização dos signos para uma esfera exclusivamente empírica, sócio-psicológica, mas encarar essa utilização de um ponto de vista lógico-analítico. A dimensão pragmática é tal como as dimensões sintática e semântica da semiose uma dimensão lógica” (Fidalgo, 1998, p. 90).

Na perspectiva pragmática, a validade de uma teoria deve ser medida pela sua adequação para resolução de problemas práticos do mundo da vida, sem se restringir às questões exclusivamente teóricas. Assim, “a validade de uma teoria consiste apenas numa adequação à prática. Pragmatismo significa positivamente, neste sentido, a percepção lúcida dos problemas e a capacidade prática de os resolver sem preocupações de ordem teórica” Fidalgo, 1998, p. 45). Para aprofundar o real significado do pragmatismo, indaga

Mas qual o significado originário que C. S. Peirce atribuiu ao termo ‘pragmatismo’? Esse significado pode encontrar-se no artigo de Peirce

‘Como tornar as nossas ideias claras’ de 1878. O pragmatismo tal como transparece da máxima pragmatista formulada aí por Peirce é sobretudo um método lógico de clarificação das ideias. O significado originário de pragmatismo é de natureza lógica. (Fidalgo, 1998, p. 46)

Imbricada com a concepção da natureza lógica da filosofia pragmática, na definição de Charles Sanders Peirce (1839-1914), “a semiótica era, enquanto doutrina formal dos signos, apenas um outro nome da Ciência da Lógica” (Fidalgo, 1998, p. 4). Como registra António Fidalgo (1998, p. 5), a temática estudada pela semiótica não é recente, pois o estudo dos signos é tão antigo como o próprio pensamento filosófico, uma vez que, conforme a tese de Ernst Cassirer (2001) na Filosofia das Formas Simbólicas, a questão da linguagem, e concomitantemente a dos signos, é tão antiga como a questão do ser.

No desenvolvimento de sua reflexão, Peirce começa por questionar a noção cartesiana de clareza, ponderando que, nesta tradição lógica iniciada por Descartes, clareza significa a capacidade de reconhecer uma ideia em qualquer circunstância que ela ocorra e nunca a confundir com nenhuma outra, o que apresenta dois problemas. O primeiro diz respeito ao fato de que esta capacidade é sobre-humana, uma vez que ninguém pode representar uma ideia que seja reconhecida em todos os contextos e em todas as formas em que ela surgisse, não duvidando nunca de sua identidade, o que seria incorrer numa presunção similar à da teoria positivista da verdade como correspondência, que também implica uma universalidade completa, uma verdade absoluta. O segundo é que “esse reconhecimento não seria mais do que uma familiaridade com a ideia em causa. Neste caso, porém, teríamos um sentimento subjetivo sem qualquer valor lógico. A clareza de uma ideia não pode resumir-se a uma impressão.” (Fidalgo, 1998, p. 46)

A teoria da verdade e da realidade é formulada por Peirce vinculando as noções de verdade e realidade à crença de uma comunidade de comunicação, onde, nos casos em que estas se mostram mal-sucedidas, a consequente dúvida vai provocar uma inquirição com o objetivo de construir uma nova

crença mais evoluída num processo de semiose ilimitada. Esta concepção pioneira da teoria consensual da verdade vai se tornar a engenharia do pensamento moderno, oferecendo as bases de refutação da lógica tradicional.

Segundo Anabela Gradim (2011, p. 87), quando Peirce afirma ser um realista, tem em mente uma dimensão epistemológica, significando com isso que “o real existe, resiste-nos e não é uma ficção humana”. Mas há um aspecto mais sutil na nova teoria da realidade peirceana, que se manifesta quando define o real como aquilo que é cognoscível a longo prazo, ou aquilo no qual a informação e o raciocínio mais cedo ou mais tarde resultarão. O real é assim identificado com o cognoscível e com aquilo que é representado pela comunidade na opinião final.

Para Peirce, o objeto da opinião verdadeira constitui então o real e este é exterior à mente, causando no homem a sensação e a experiência. Isso é que põe em marcha o processo de *inquiry*, que depois alimenta através do confronto das hipóteses com o real. Quando se afirma algo do real, essa proposição é verdadeira, não por causa do enunciador, mas sé-lo-á independentemente do que qualquer homem possa pensar dela (Gradim, 2011, p. 88).

A realidade externa que “corresponde aos nossos sentidos e sensações” é independente do pensamento de qualquer homem particular – mas não do pensamento em geral. Com isso Peirce salva a objetividade da “opinião final” da comunidade, que faz coincidir com o real – tornando a verdade e o real coincidentes com o objeto dessa *final opinion*. Sendo a realidade o objeto da opinião final, se esta se confinasse a um grupo particular, então as externalidades que lhe correspondessem poderiam muito bem ser concebidas pelo grupo e, em suma, seriam idealistas. Consequência imediata desta visão do real é que este não é causa, mas produto da atividade mental humana e fruto de um processo de comunicação (Gradim, 2011, p. 90).

A perversidade ou ignorância da humanidade pode fazer com que esta ou aquela coisa seja tomada por verdadeira, por um qualquer número de gerações, mas não pode afetar o que seria o resultado de experiência e raciocínio suficientes. E isso é o que queremos dizer com opinião final

estabelecida. Isso não é uma opinião particular, mas é inteiramente independente do que eu ou você ou qualquer número de homens possam pensar acerca dela e, consequentemente, satisfaz diretamente a noção de realidade. (Peirce, C. S. Collected Papers, 1977, p. 7.336)

Nesta perspectiva, Peirce define crença e dúvida da seguinte forma:

A função do pensamento é unicamente produzir a crença. A crença, por seu lado, é o apaziguamento da dúvida. Mas, ao sossegar a irritação da dúvida, a crença “implica a determinação na nossa natureza de uma regra de ação, ou, numa palavra, de um hábito”. A essência da crença é a criação de um hábito; e diferentes crenças distinguem-se pelos diferentes modos de ação a que dão origem. (...) O hábito não basta constituir a identidade da crença. Na as mesmas ações modos de ação evanta Peirce duas objeções abandonou-o em troca do termo pragmático mais do que o conjunto de todas essas ações, tanto reais como possíveis. Mas a mesma crença determina as mesmas ações. Se as crenças se alteram também as ações se alteram. É por isso que o hábito constitui a identidade da crença. (Fidalgo, 1998, pp. 47-48).

Fica patente nesta concepção uma fundamentação da teoria da ação, ao entender que o hábito de ação, enquanto identidade da crença, é o critério para avaliar a diferença entre crenças, já que não teria sentido afirmar uma diferença de crenças cujos resultados de ação fossem os mesmos. “O que decide então a identidade ou a diversidade das crenças não são meras palavras, mas sim ações empiricamente verificáveis, já que os referidos resultados de ação são resultados sensíveis” (Fidalgo, 1998, p. 49)

1.5.2 O Processo de Semiose

Numa evidência de antecipação da concepção construtivista, Peirce elabora a sua noção de semiose como o processo ontológico fundamental, do qual depende a representação e a própria constituição do real: “ser real é ser objeto de uma representação na opinião final, representação essa que se

desdobra numa série de interpretantes, num processo onde o significado é interminavelmente diferido.” (Gradim, 2011, p. 87)

O processo de semiose acontece quando algo funciona como um signo, e sua análise envolve quatro fatores:

o veículo *sígnico* – aquilo que atua como signo, o *designatum* – aquilo a que o signo se refere, o *interpretante* – o efeito sobre alguém em virtude do qual a coisa em questão é um signo para esse alguém, o *intérprete* – o alguém. Formalmente teremos: S é um signo de D para I na medida em que I se dá conta de D em virtude da presença de S. Assim, a semiose é o processo em que alguém se dá conta de uma coisa mediante uma terceira. Trata-se de um dar-se-conta mediato. Os mediadores são os veículos sígnicos, os dar-se-conta-de são os interpretantes, os agentes do processo são os intérpretes” (Fidalgo, 1998, p. 93).

Convém salientar que esta descrição é puramente formal e não leva minimamente em conta a natureza do veículo sígnico, do *designatum* ou do intérprete. Como evidência de sua constante incompletude, os fatores que atuam no processo da semiose são relacionais, de tal ordem que só subsistem enquanto se aplicam uns aos outros. Assim, só existe veículo sígnico se houver um *designatum* e um interpretante correspondentes; e o mesmo vale para estes dois últimos fatores, uma vez que é impossível a existência de um deles sem a existência dos outros. Portanto, chega-se ao seguinte corolário: a semiótica não estuda quaisquer objetos específicos, mas todos os objetos desde que participem num processo de semiose. (Fidalgo, 1998, pp. 89-90).

Estas considerações são sobretudo pertinentes relativamente aos *designata*. Os *designata* não se confundem com os objetos do mundo real. Pode haver e há signos que se referem a um mesmo objeto, mas que têm *designata* diferentes. Isso ocorre quando há interpretantes diferentes, ou seja, quando aquilo de que é dado conta no objeto difere para vários intérpretes. Os *designata* podem ser produto da fantasia, objetos irreais ou até contraditórios. Os objetos reais quando referidos constituem ape-

nas uma classe específica de *designata*, são os *denotata*. Todo signo tem, portanto, um *designatum*, mas nem todo signo tem um *denotatum*. (Fidalgo, 1998, p. 90).

Ao contemplar sempre um veículo sínico, um *designatum* e um intérprete (o interpretante é dar-se-conta de um intérprete, pelo que por vezes se pode omitir), a semiose reveste-se de uma dimensão tridimensional e nesta relação triádica da semiose se pode identificar diferentes tipos de relações diádicas, ou seja, as relações dos signos aos objetos a que se aplicam e as relações entre os signos e os seus intérpretes. As primeiras relações inserem-se na dimensão semântica da semiose e as últimas na dimensão pragmática. A dimensão sintática da semiose, que envolve as relações dos signos entre si, acrescenta-se, necessariamente, às dimensões semântica e pragmática.

A diferenciação e classificação dos signos em índices, ícones, símbolos e outros explica-se pelas diferentes espécies de regras semânticas. Assim, a regra semântica de um signo indexical como o apontar estipula que o signo designa a qualquer momento aquilo que é apontado. Neste caso, o signo não caracteriza o que denota. Em contrapartida, ícones e símbolos caracterizam aquilo que designam. Se o signo caracterizar o objeto denotado por mostrar nele mesmo as propriedades que um objeto tem, como acontece com as fotografias, os mapas ou os diagramas químicos, então o signo é um ícone; se não for esse o caso, então trata-se de um símbolo (Fidalgo, 1998, p. 95).

Além da exigência colocada pelo linguista para que a frase obedeça às condições de comprehensibilidade, ou seja, de grammaticalidade, na perspectiva pragmática, uma vez pronunciada, a frase tem de ser vista, além da grammaticalidade, pragmaticamente, sob outros aspectos, como os seguintes:

- i. selecionar a expressão de modo a descrever uma experiência ou um fato (satisfazendo determinadas condições de verdade) e para que o ouvinte possa partilhar o seu saber;
- ii. formular as suas intenções de modo a que a expressão reflita o seu pensamento e para que o ouvinte possa confiar nele;

iii. desenvolver o ato de fala de modo que satisfaça normas aceites e para que o ouvinte possa estar de acordo com esses valores.

Descrever algo com uma frase, exprimir uma intenção e estabelecer uma relação entre o locutor e o ouvinte constituem três funções pragmáticas que estão na base de todas as funções que um enunciado pode tomar em contextos particulares, pretendendo satisfazer as condições universais de verdade, sinceridade e correção.

O signo cria na mente do seu intérprete um interpretante, que Peirce diz ser um signo equivalente ou até mais desenvolvido. Assim, se o interpretante é um signo, que se relaciona ao objeto, deve ele próprio possuir todas as características de um signo, isto é, um objeto, um fundamento, e um novo interpretante, que, sendo também signo, demanda novo interpretante, e assim sucessivamente, *ad infinitum*, ou quase. “Peirce chamará a este complexo processo semiose ilimitada, a qual implica a tradução de qualquer pensamento em pensamentos subsequentes, formando uma cadeia ou *train of thought* e provocando um longo diferimento do significado” (Gradim, 2011, p. 91).

O primeiro aspecto a considerar na abordagem da questão da comunicabilidade na gênese dos processos semióticos é que já ao nível básico da definição e funcionamento triádico do signo o aspecto comunicacional se encontra nele implícito. O pólo interpretante do triângulo semiótico obriga a subentender um intérprete, seja uma consciência de tipo humana, seja a *quasi-mind* de que fala Peirce quando pretende distanciar-se do antropomorfismo. A comunicabilidade torna-se assim uma dimensão constitutiva do próprio signo e, por extensão, de todos os processos semióticos: é que uma entidade só se torna signo se possuir um interpretante, isto é, se for interpretável, ou comunicável, pelo menos virtualmente, a outrem, o seu intérprete.

A comunicação entre locutor e auditor exige um fundamento ou “território” comum entre interlocutores, para que possa efetivar-se, e este aspecto do universo partilhado acaba por remeter diretamente para a

questão da fixação intersubjetiva do valor e da moldura semântica dos termos de qualquer conversação. Além disso, uma situação interlocutiva é sempre inter, mas também intra-dialógica, devido ao aspecto de interdeterminação ou *vagueness* da comunicação, que remete sempre para sucessivas reelaborações mentais no âmbito do processo de semiose ilimitada em que todo sujeito se encontra envolvido. A questão do *common ground* seu uso reporta-setas – o todo o uso da linguagem ou de signos obriga a supor transversalmente a comunidade que os utiliza e paré abordada por Peirce quando refere que todo signo faz parte de um universo discursivo comum a locutor e auditor, que não é explicitado pelo próprio signo, e do qual ambos tomam conhecimento a partir de experiências colaterais prévias (Gradim, 2011, p. 96).

Portanto, o signo só se torna comprehensível quando é integrado num contexto referencial, um universo discursivo, que lhe doa o seu sentido próprio, a partir do relacionamento com a “familiaridade prévia” que este supõe. É este aspecto que remete diretamente para a questão da definição intersubjetiva do valor semântico do signo. Tal processo é comunicacional, pois na linha do argumento wittgensteiniano da impossibilidade da existência de uma linguagem privada, todo o uso da linguagem ou de signos obriga a supor transversalmente a comunidade que os utiliza e para a qual têm um sentido. Não há signos solipsistas – o seu uso reporta-se sempre quer a um processo hermenêutico intra-subjetivo de progressiva reelaboração quer a um processo intersubjetivo de fixação do significado, que serve à conversa da alma consigo própria, tanto quanto à troca e partilha de informações ou experiências entre sujeitos, a qual demanda o universo discursivo comum das experiências colaterais previamente adquiridas (Gradim, 2011, p. 97).

Todavia, em face da incompletude do processo de semiose, toda a locução necessita, naturalmente, de uma ulterior exposição por parte do locutor, o que reveste, consequentemente, o signo de um caráter vago e interdeterminado (Peirce, C. S. Colected Papers, 1977, p. 5.447). Devido a este fato, não há comunicação inteiramente precisa, o que, por outro lado, também implica que “o sentido de qualquer mensagem pode ser continuamente

perfectibilizado, num processo que é constituído por ulteriores e adicionais trocas comunicativas” (Gradim, 2011, p. 98).

Portanto, não é por algum defeito exógeno que a comunicação é vaga, mas assim o é, intrinsecamente, devido à natureza da sua própria constituição. Como não se pode comparar as qualidades de sentimento de dois sujeitos, nenhuma comunicação pode ser tão vaga ou totalmente determinada. Todo juízo, que tem como missão veicular conceitos e tem por referência a verdade, “implica uma responsabilidade por parte do enunciador, envolve sempre algum tipo de “ato”, exerce uma “energia” e está sujeito a produzir efeitos bem reais (Gradim, 2011, p. 100).

Neste ponto, o leitor deve recordar-se, ou, se não o sabe, deve fazer as observações necessárias para que de tal se convença, que mesmo na meditação solitária todo o juízo é um esforço para pressionar sobre o eu do futuro imediato e do futuro geral, alguma verdade. Trata-se da assertão genuína, tal como a linguagem vernácula a representa; e mesmo a dialética solitária é ainda da natureza do diálogo. Consequentemente, terá de ser igualmente verdade que também aqui está contido um elemento de “assumir a responsabilidade”, de “aceitar consequências. (Peirce, 1977, p. 5.546).

Quando Peirce diz que “individualmente não podemos razoavelmente esperar atingir a filosofia última que perseguimos, podemos apenas buscá-la para a comunidade de filósofos” está a explanar o seu credo mais profundo quanto à investigação científica e a convicção de que a verdade se atinge através da troca honesta e de boa fé de argumentos, que conduzirão à opinião de que ninguém duvida. Esse diálogo que se verifica dentro da comunidade dos que investigam é também um processo de interpretação signica, de nível mais geral, que permitirá atingir a verdade ou o interpretante lógico final. É a teoria da verdade como acordo de opiniões produzido no seio de uma comunidade. (Gradim, 2011, pp. 1001-102)

No trabalho *The fixation of belief*, publicado em 1877, Peirce começa por caracterizar a dúvida, que se exprime linguisticamente pelo modo interrogativo,

como um desconfortável estado de insatisfação de que o homem se deseja libertar para passar ao estado de crença; ao passo que este último é uma condição calma e satisfatória, de que o homem não se quer ver livre. As crenças guiam as atividades e desejos do homem, estabelecendo na sua natureza hábitos que determinam o que serão as suas ações (Gradim, 2011, p. 102).

Peirce dirá que a atuação do homem, em período normal, se pauta pela crença, e que quando fatos novos contribuem para desestabilizar essa crença, surge no homem a dúvida, um estado doloroso nesta luta por se libertar tentando estabelecer uma nova crença. “A crença modela a ação, pois é segundo a crença que partilha que o homem age. Este é por conseguinte um estado de calma, e até imobilismo, porque o homem só procura resolver os problemas do seu mundo quando em estado de dúvida” (Gradim, 2011, p. 103).

A dúvida, mergulhando o homem num estado de insatisfação e obrigando-o a abandonar as suas crenças – às quais este se agarra com a maior tenacidade –, impele-o à “inquirição”, que terá como resultado a destruição da dúvida e o estabelecimento de um novo estado de satisfação. Essa luta que vai da dúvida à crença forma um caminho a que Peirce chama *inquirição*, e que tem por único objetivo a fixação da opinião e o estabelecimento de uma crença que se julgue verdadeira. Pouco importa se o é ou não – já que sempre que o homem perfilha uma crença está intimamente convicto da sua verdade, “e inteiramente satisfeito, quer seja verdadeira ou falsa”. Ora como o que existe é cognoscível, e tanto quanto o homem sabe, aquela crença é verdadeira, a diferença entre sé-lo ou não é verdadeiramente irrelevante – melhor, não há diferença alguma, e é meramente tautológico classificar uma crença de verdadeira. Quanto à dúvida de tipo cartesiano, Peirce despreza-a como ociosa e capaz de ainda de distorcer o acesso à verdade, por levar o homem a acreditar que se livrou de todos os preconceitos, algo que reputa de manifestamente impossível. Assim, a dúvida cartesiana não tem qualquer relevância em termos epistemológicos porque a inquirição não tem de iniciar-se sobre princípios primeiros e indubitáveis, como pretendia Descartes (Gradim, 2011, p. 103).

Deste modo, paradoxalmente, se a dúvida parece ser um estado negativo, porque é uma insatisfação, um temor face ao desconhecido, uma irritação que a crença vem aplacar – a sua existência é da maior importância, pois dela depende o progresso e a evolução da sociedade. São os períodos de dúvida que correspondem a saltos no conhecimento, provocando-os, não os de crença e satisfação (Gradim, 2011, p. 104).

Na concepção científica de Peirce, só o método da ciência satisfará todas as dúvidas, porque baseia a crença “numa permanência externa (...) sobre a qual o nosso pensamento não tem efeito”, a realidade. Tal crença baseada na permanência externa não pode ser restrita a um só homem, como sucede no cartesianismo. Tem de ser algo que possa afetar todo o homem, de forma a que a conclusão última de cada um – não importa o seu ponto de partida – seja a mesma. Segundo Peirce, “esse é o método da ciência, que se baseia numa peculiar teoria da realidade e da verdade com ele consentâneas e que maiores triunfos tem obtido no estabelecimento duradouro da opinião, por ser o único que garante que as suas conclusões coincidem com a realidade” (Gradim, 2011, p. 104).

Este entendimento de que a conclusão científica coincide com a própria realidade exemplifica o cientificismo de Peirce – afinal, o método científico não poderia afastar todas as dúvidas, pois então significaria o conhecimento perfeito ou a verdade absoluta, tendo em vista a colocação de Kant de que a condição de possibilidade de construção do conhecimento é a consciência da ausência de um conhecimento possível, ou seja, a ignorância ou dúvida sobre um conhecimento que não se possui – que entra em flagrante contradição com a sua concepção falibilista.

Qual é então a concepção de verdade que serve a esta teoria da inquirição e ao concomitante falibilismo que Peirce defende, e que contribuição traz a sua teoria da realidade? Uma crença é tomar algo como verdadeiro – pois não há nenhuma diferença prática entre os dois –, mas a concepção de uma crença infalível ou “infalivelmente verdadeira” não tem sentido. Toda a crença transporta em si a sua própria revisibilidade

– é este o sentido do falibilismo peirceano. A verdade é um empreendimento social e, nesse sentido, é pública: trata-se daquilo de que qualquer pessoa ficaria convencida se levasse a sua inquirição, a sua busca sincera por uma crença inamovível, suficientemente longe (Gradim, 2011, pp. 106-107).

Nas suas próprias palavras, Peirce tenta explicar a sua controversa concepção de Verdade:

Não digo que é infalivelmente verdadeiro que exista alguma crença à qual uma pessoa chegaria se levasse sua inquirição suficientemente longe. Apenas digo que isso, e apenas isso, é o que chamo de Verdade. Mas não posso saber infalivelmente que existe qualquer Verdade. (Peirce, 1977, p. 73).

De maneira contraditória, o pensador pragmático procura justificar a correspondência da representação com a realidade em termos falibilistas. Para ele, a verdade é a correspondência de uma proposição com o real, de um signo com o seu objeto, no âmbito das proposições com que temos de lidar e das quais ninguém duvida, mas também é aquilo que constitui objeto de inquirição e, nesse sentido, é um limite ideal e princípio regulador para o qual o homem tende, mas que não chega nunca a alcançar. (Gradim, 2011, p. 107)

Por isso, Peirce pode dizer que a verdade de uma proposição, que é correspondência, depende de se admitir que ela “não seja exatamente verdadeira”, mas capaz de indefinida perfectibilização e de tender ilimitadamente para esse limite regulador que é a verdade. Verdade é concordância com o limite ideal, e sendo o ideal inatingível, tal concordância só se obtém com a admisão da própria falibilidade (Gradim, 2011, p. 108).

O real passa então a ser construído como aquilo que determina as opiniões, mas não depende destas, fazendo a sua aparição no mundo a noção de causa final com aquilo que determina a opinião final e é independente do que qualquer homem, ou conjunto de homens, possa pensar. “Assim se entrelaçam realismo (o real é independente do pensamento de qualquer homem

particular) e idealismo (o real é da natureza do pensamento) constituindo o *brand* específico da teoria da realidade de Peirce: o idealismo objetivo evolucionário” (Gradim, 2011, p. 109). Note-se também que esta concepção acaba por transformar o real numa realidade potencial, que nunca chega, por definição, a atualizar-se.

Finalmente, o pragmatismo fica indelevelmente imbricado à teoria da realidade que Peirce sempre defendeu quando as leis são tomadas como operando à maneira de uma causa final, e não de uma causa eficiente. A opinião final que acabará por ser fixada está previamente destinada, pois não depende de circunstâncias accidentais, mas de uma lógica racional que conduzirá inelutavelmente todos os agentes ao mesmo resultado, “não importa o quanto a perversidade do pensamento de gerações inteiras possa causar o adiamento da fixação final”. (Peirce, 1977, p. 5.430)

A tese de Peirce é que quando o cosmo é explicado por uma realidade evolucionária, as leis da natureza não podem ser absolutas – háliucion fixaçẽ imbricado lugar para a indeterminação no mundo – porque se as leis não pudessem conhecer variações, a sucessão de estados do universo seria sempre idêntica e o evolucionismo cessaria. A espontaneidade arrasta consigo outra linha de consequências: a negação da ideia de um conhecimento acabado, tão cara ao século XIX – uma vez que o universo está em devir – e fornece o pano de fundo para compreensão do falibilismo e da ideia de verdade enquanto princípio regulador.

O universo está em constante devir, em direção a um estado de ordem, beleza e bondade, e esse *telos* ou *purpose* é derivado da hipótese da existência de Deus. (...) A evolução opera a partir de “forças externas” que quebram hábitos, e está ativa na biologia, na paleontologia, mas também na evolução das ideias e instituições, assim como no universo em geral. A partir daqui Peirce enuncia o princípio de *The Law of Mind*, que consiste na tendência para a generalização manifestada por todas as ideias ou atividade mental, e distingue-o da lei física: nesta reina a precisão e a coerção absolutas (é uma relação exata de valores), ao passo que a

lei mental (*law of mind*) é contrária a esta conformidade. Ao cristalizar o pensamento, impediria a formação de novos hábitos e, consequentemente, do espalhar da terceiridade ou tendência para os tomar (Gradim, 2011, p. 122).

Quem defende o determinismo tem de supor que as leis da natureza existem desde sempre e nenhuma explicação pode ser dada para a sua origem: ele não consegue explicar nem as leis da natureza, nem o seu oposto, as irregularidades que pontuam o universo, ao passo que a mera hipótese de “*absolute chance*” chega para suprir ambas as dificuldades. “Presumir que as leis são inexplicáveis é bloquear *the road of inquiry*. Além disso, no que ao homem diz respeito, o estrito determinismo destrói o livre arbítrio e a própria consciência se torna mera ilusão” (Gradim, 2011, p. 123).

Neste sentido, segundo Gradim (2011, p. 125), o próprio processo de evolução cósmica é uma forma de semiose, de generalidade máxima, que pode ser articulada com os níveis inferiores em que o mesmo processo opera, e que ao ser ligada à própria inferência humana completa o ciclo de perfeita continuidade em que Peirce pretendia inscrever a inferência ou semiose que perpassa todas as coisas: os processos semióticos que ocorrem no homem não são mais do que uma continuação do imenso processo de inferência inconsciente que percorre a própria natureza.

Por essa altura, a conclusão que se impõe é que a semiótica de Peirce, na sua dimensão comunicacional, abarca todo o sistema, da compreensão solitária à compreensão coletiva, da percepção isolada à constituição do real, da comunicação intra-celular ao desenvolvimento cósmico – todos são realidades produto de trocas comunicacionais que se vão progressivamente generalizando, instituindo universos dialógicos distintos, que o princípio de continuidade se encarregará de concatenar numa ordem de funcionamento harmoniosa. (...) É assim que a interpretação do signo é dialógica no sujeito isolado, mas a verdadeira representação que este comporta – porque o indivíduo se caracteriza essencialmente pela falha e erro – só se atinge na interpretação, também dialógica, que é levada a cabo pela comunidade de inquirição. (Gradim, 2011, p. 125).

Num processo que opera na perfeita continuidade, o ilusório privilégio humano deve-se ao fato de este ser a instância onde a auto-consciência do todo se torna patente. Mas isso, por ilusório que seja, determina também que “o homem é, ele próprio, um signo, nada mais que um signo, e que, portanto, esse orgulhoso homem nada mais é que a sua linguagem, perplexo ante o espelho da sua própria essência”. (Gradim, 2011, p. 126)

Por fim, é realmente intrigante o fato de Peirce quase nunca falar de comunicação, embora o seu sistema dependa quase inteiramente da comunicabilidade e essa dimensão, de certa forma silenciada, está presente na totalidade dos elementos de sua obra. Já Habermas havia se declarado surpreso com esta circunstância num autor como Peirce “convencido da estrutura semiótica do pensamento (Gradim, 2011, p. 85). Talvez, como poderia dizer Piaget, a ideologia epistêmica da época não permitiria conceber a comunicação como um problema científico e, muito menos, admitiria a inquirição de teorias, conforme a concepção de funcionamento normal dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn (2007).

1.5.3 A semiose peirceana e o enquadramento das notícias

A construção social da realidade do interacionismo simbólico, ancorada nas relações sociais e nos significados particulares que os indivíduos trazem à interação, pode ser compreendida em toda a profundidade a partir da obra de Peirce, que na sua epistemologia realçou os aspectos sociais de construção da verdade, a qual, num outro nível, tem como correlato na semiótica a construção dinâmica do significado e o seu diferimento até à obtenção do estado de crença.

Do plano semiótico ao epistemológico; na sua mais conhecida descrição do signo, Peirce define-o como

algo que está para alguém a algum respeito ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. A esse signo que cria chamo o *interpretante* do primeiro signo. O signo está por alguma coisa, o seu *objecto*. Está por

esse objecto não em todos os seus aspectos, mas em referência a uma espécie de ideia, que algumas vezes chamei de *fundamento do representamen* (Peirce, 1977, p. 2.228)

Todo o pensamento, como toda a comunicação, repousam sobre processos sígnicos, e todo o signo é uma realidade triádica: algo (1), que faz as vezes de outra coisa, o seu objecto (2), e produz na mente do seu intérprete um interpretante (3), que sendo um novo signo, deve por sua vez possuir os três elementos que o caracterizam. Este é o processo de *semiose ilimitada*: cada interpretante (o pensamento ou ideia que o signo provoca no seu intérprete) é ele próprio um signo triádico de pleno direito. Assim, qualquer pensamento será traduzido em pensamentos subsequentes, formando uma cadeia ou *train of thought*, e provocando um longo diferimento do significado, que termina quando o sujeito atinge o *interpretante final*, que se identifica com o hábito ou crença sobre o valor daquele signo.

Em Peirce a significação está dependente desta cadeia de pensamento, em que interpretantes se vão continuamente traduzindo uns aos outros, permitindo a formação de uma ideia cada vez mais apurada do seu objecto. Essa ideia é uma construção, e potencialmente mutável, correspondendo à regra, ou hábito, ou acordo da comunidade.

A epistemologia Peirceana e a sua teoria da verdade seguem a mesma regra, o que as torna profundamente atuais pois, ao mesmo tempo que rejeitam o idealismo e o relativismo (que seriam fatais à possibilidade mesma de existência do jornalismo, e estão na base da crise das *fake news*), conservam o realismo de tipo aristotélico, a ideia de existência de um mundo sobre qual se podem produzir enunciados que serão verdadeiros se objeto de acordo generalizado da comunidade, mas sobre os quais nunca se exclui a possibilidade de revisão, ou seja, o falibilismo.

Para Peirce, o conhecimento começa na experiência, nos dados sensoriais, a partir dos quais por inferência o sujeito constrói uma representação do mundo. O real, assim, é identificado como aquilo que é cognoscível; é uma representação, mas visto essa representação não poder ser ultrapassada é

tudo o que há¹. Este real é infinitamente cognoscível: tal como no processo de semiose ilimitada, o homem vai produzindo inferências que determinam intersubjetivamente o que o real é. Tal é, também, a natureza do método científico: este é superior aos outros modos de *fixar a crença*: admite sem exceção o carácter hipotético e falível das proposições científicas, ao mesmo tempo que admite a validade das formas de inferência pelas quais as proposições científicas são produzidas. O que se assume é a validade a longo prazo do processo científico, que assenta no acordo da comunidade, mas cujas proposições são sempre passíveis de revisão. A opinião verdadeira nunca pode ser identificada com toda a certeza, embora *in the long run* o homem deva necessariamente atingi-la. Esgotados os critérios da experiência de uma dada questão, da crença que então se atinge não se pode duvidar.

Ao definir o real como o cognoscível, Peirce deixará de opor a capacidade de pensar

um mundo em si incognoscível com as coisas que habitam o mundo espacial e temporal das aparências. Ao identificar a cognoscibilidade com o ser, Peirce concluirá que o que se conhece é, e o que é é tudo aquilo que há. O real é assim aquilo em que a informação e o raciocínio da comunidade resultariam, isto é, a opinião final, e é independente das divagações particulares do homem isolado. Mas se o real é o cognoscível, e se para além do cognoscível e do real nada mais há, então é possível conhecer as coisas tais como são, e firmar esse conhecimento, num prazo suficientemente dilatado, na “opinião final” (*ultimate opinion*) que expressa o acordo da comunidade. O homem pode conhecer o que há neste *in the long run*, mas precisamente devido a essa característica, nunca tem a certeza absoluta de que conhece sem erro em qualquer caso particular.
(Gradim, 2006, p. 84)

Em Peirce, quer o método científico, quer as representações do real e os processos de interpretação sínica, *ergo*, de comunicação, são abertos

1. . É por esta via que a teoria do conhecimento de Peirce supera o dualismo kantiano entre fenômeno e nômeno, cognoscível e incognoscível: identificando o real com o que pode ser conhecido.

(ilimitados, dir-se-á no caso da semiose); estáveis, com uma estabilidade assente na sua validade intersubjetiva, mas passíveis de reelaboração e transformação.

Esta epistemologia, como esta semiótica, têm grande capacidade quer para explicar as teorias do enquadramento (*framing*), que consistem numa reelaboração e num modo de apresentar o real que é necessariamente focado e parcial (no sentido em que é uma representação, e não a própria coisa representada, e que o significado dessa representação pode ser sucessivamente reelaborado); quer para responder às questões de fetichização da objetividade jornalística: o real existe mas é um constructo elaborado a partir de inferências produzidas a partir dos dados dos sentidos, e do acordo da comunidade sobre o resultado dessas inferências.

Uma tal concepção levar-nos-ia longe na análise do poder demiúrgico dos media, das teorias do *agenda-setting* aos media enquanto quarto poder, mas mesmo sem entrar nesse campo, para o jornalismo e os jornalistas uma consequência é muito clara: a responsabilidade ética no relato dos acontecimentos e dos “factos” vai muito além da mera reprodução desses factos ou acontecimentos. Em primeiro lugar, essa reprodução (até pelo inescapável enquadramento) é já uma interpretação; em segundo, quando se tem consciência disso, o ritual da objectividade, como muito bem assinalou Gaye Tuchman (1972), muitas vezes não é mais do que um mantra defensivo para espantar responsabilidades e iludir incautos.

1.6 A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO NO CONCEITO DE “SOCIAÇÃO” DE GEORGE SIMMEL

Georg Simmel nasceu em Berlim, numa família judia, em 1 de março de 1858. Como intelectual, talvez mais que outros pensadores que podem ser identificados como anti-positivistas, viveu uma situação de marginalidade nos quadros docentes da Universidade de Berlim, exercendo cargo puramente honorífico. Só no ano em que começou a primeira grande guerra foi convidado para ser titular de cátedra na Universidade de Estrasburgo, cargo que desempenhou até morrer em 1918 (Simmel, 1973, pp. 9-10).

Com Weber e Tonnies, Simmel fundou a Sociedade Alemã de Sociologia. Tornou-se muito conhecido nos EUA e França. Simmel teve uma carreira prolífica, com mais de 20 livros e 200 artigos. “Uma evidência de sua importância foi o elogio de Ortega y Gasset ao considerá-lo o homem mais sutil da Europa em 1910. Também foi elogiado por Durkheim, Mannheim e Lukács” (Moraes Filho, 1973, p. 13). A influência de Simmel na sociologia contemporânea pode ser identificada no neokantismo, no dualismo forma/matéria, na base psicológica das análises, nas noções de interação e de sociação como processo social básico. (Moraes Filho, 1973, p. 15)

As ideias de Georg Simmel foram difundidas por Robert Park na Escola de Chicago, onde também influenciou fortemente a sua segunda geração: Hughes, Wirth, Mackenzie, Ross, Riesman, entre outros. Através dos conceitos de processos sociais, interação, acomodação, competição, conflito, cooperação, espaço social, distância, contatos primários e secundários, dominação e subordinação.

Na França, aproximaram-se das suas ideias da vida intermental da sociologia nominalista de Tarde. Na Alemanha, Dilthey não escondeu a simpatia pela maneira de Simmel conceber a sociologia.

Para Simmel, a sociedade só é possível pela existência das formas de sociação, verdadeiro *a priori* lógico da nossa existência. Exemplos destas condições formais: a primeira delas é a determinação quantitativa dos grupos, que, a partir de dois elementos mínimos, influi na sua organização. Há uma série de formas de convivência, de unificação e de ação recíproca entre os indivíduos, que atendem só ao sentido que tem o número dos indivíduos socados nas referidas formas. A segunda condição é o processo de dominação – subordinação, que importa interação entre dominante e dominado, entre autoridade e certa liberdade de aceitação do subordinado. Para destacar esta concepção que chama a atenção para a possibilidade de emancipação dos dominados, Simmel observa que tanto mais rica é a participação do indivíduo na vida social e tanto maior o número de círculos sociais a que pertença, quanto mais forte é a sua independência, quanto mais nítida se destaca a sua personalidade.

No tocante ao debate filosófico sobre os problemas do determinismo e da liberdade, o espaço que Kant define como a possibilidade da coexistência é considerado por Simmel como uma das condições de existência da própria sociedade.

Entre o organismo social e o atomismo individual, procurava Simmel colocar-se num meio termo de equilíbrio, concebendo o indivíduo como o sujeito último da vida social, seu legítimo portador, mas sem desconhecer a existência das grandes formações sociais, como unidades próprias.

Na sua definição de sociedade, o pensador alemão elege a interação/comunicação como o fator fundamental, sem incorrer no individualismo, pois a considera como distinta de seus elementos individuais. Segundo Simmel, a sociedade não é apenas o conjunto complexo dos indivíduos e dos grupos unidos numa mesma comunidade política.

A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interação. Esta ação se produz sempre nos determinados instintos ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais, fins de defesa ou ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerce influência sobre eles e por sua vez as receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram levados a unir-se, convertendo-se numa unidade, numa “sociedade”. Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos. (...) Um Estado é uma unidade, porque entre seus cidadãos existe a correspondente relação de ações mútuas. Mais ainda, o mundo não poderia ser chamado de uno se cada parte não influísse de algum modo sobre as demais, ou se em algum ponto se interrompesse a reciprocidade das influências. (Simmel, 1973, p. 59)

Na justificação de seu entendimento, Simmel argumenta que a sociedade ou “sociação” se constitui a partir da forma como os indivíduos se comunicam/

interagem na sua vida cotidiana e não do conteúdo subjetivo vivenciado particularmente pelas pessoas.

designo como conteúdo ou matéria da sociação tudo quanto existe nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda a realidade histórica) – como instinto, interesse, fim, inclinação, estado ou movimento psíquico –, tudo enfim capaz de originar ação sobre outros ou a recepção de suas influências. Em si mesmas, estas matérias com que se enche a vida, estas motivações, ainda não chegam a ser social. (...) A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma realizada de diversas maneiras, na qual se realizam seus interesses. (Simmel, 1973, p. 59)

Georg Simmel (1973, p. 108), ao analisar as condições de superordenação/dominador e subordinação/dominado, evidencia a importância da comunicação para a constituição da “sociação” contar com um mínimo de caráter civilizado para que possa ser considerada uma sociedade humana:

A definição dos antigos juristas romanos mostra, de um modo relativo, que a eliminação de toda importância independente de uma das duas partes interagentes anula a própria noção de sociedade. Esta definição dava a ideia de que a *societas leonina* não devia ser concebida como um contrato social. Uma afirmação semelhante tem sido feita com relação aos trabalhadores de salário mais baixo nas modernas empresas gigantes (...). Já se disse que a diferença entre as posições estratégicas de trabalhadores e patrões é tão esmagadora que o contrato de trabalho deixa de ser um “contrato” no sentido comum da palavra, porque os primeiros estão incondicionalmente à mercê dos últimos. Assim parece que a máxima moral de nunca usar um homem como simples instrumento é, na verdade, a fórmula de qualquer sociação. (Simmel, 1973, p. 108)

Nesta perspectiva, acredita que a exclusão de toda e qualquer espontaneidade, num relacionamento de subordinação, é efetivamente mais rara do que

sugerem expressões tais como “coerção”, “não ter nenhuma escolha”, “absoluta necessidade”, etc. Para Simmel, mesmo nos casos de subordinação mais opressivos e cruéis, ainda existe uma considerável medida de liberdade pessoal.

Não tomamos consciência disto simplesmente porque sua manifestação nos exigiria sacrifícios que usualmente nunca pensamos em nos impor. Na verdade, a coerção “absoluta”, a que mesmo o tirano mais cruel nos obriga, é sempre nitidamente relativa. Sua condição é nosso desejo de escapar de uma punição ameaçadora, ou de outras consequências de nossa desobediência. Uma análise mais precisa mostra que a relação de superordenação/subordinação destrói a liberdade do subordinado em caso de violação física direta. Em todos os outros casos, esta relação apenas exige um preço para a realização da liberdade – um preço que, certamente, não estamos dispostos a pagar. Este preço pode estreitar mais e mais a esfera de condições externa sob as quais a liberdade é claramente realizada mas, exceto por força física, nunca a ponto do desaparecimento completo da liberdade. Não nos interessa aqui o lado moral dessa análise, mas somente seu aspecto sociológico. Este aspecto consiste no fato de que a interação, isto é, a ação mutuamente determinada, a ação que se baseia exclusivamente nas origens pessoais, prevalece mesmo onde frequentemente não é notada. Existe inclusive naqueles casos de superordenação e subordinação – e por este motivo faz ainda destes casos formas societárias – onde, de acordo com as noções populares, a “coerção” de uma das partes priva o outro de qualquer espontaneidade, e assim, de qualquer “influência” ou contribuição real ao processo de interação. (Simmel, 1973, p. 110)

O posicionamento de Simmel sobre a relação de superordenação/dominador e subordinação/dominado pode causar estranheza a um hábito de compreensão destas situações assimétricas de forma maniqueísta (considerando existir um pólo possuidor exclusivo do bem e o outro monopolizador do mal, sem admitir as vicissitudes e circunstâncias da condição humana), mas tem o claro mérito de chamar a atenção para as perspectivas de

superação das violências simbólicas e repressões que se sustentam por serem auto-impostas pelas pessoas de classes, etnias, gênero e grupos subordinados, estigmatizados.

A reflexão do pensador alemão assemelha-se, não só ao posicionamento de Kant de atribuir a culpa pela menoridade àquele que não ousa fazer um uso público da própria razão, mas também à “provocação” feita por Bourdieu (2003, pp. 7-8) para vislumbrar uma margem de possibilidade de ação libertadora na situação dos dominados, ao definir, da seguinte forma, o poder simbólico: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (Bourdieu, 2003, pp. 7-8)

1.7 A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz

A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz inclui uma concepção da natureza humana e da sua relação com o mundo da vida que privilegia a intersubjetividade. Neste plano, inclui-se uma descrição de como a ação social é sempre dirigida a outrem e de como a linguagem desempenha um papel essencial neste processo. A Fenomenologia Social permitiu, ainda, a abertura de uma linha de investigação no domínio dos mídia e da construção da realidade de um modo que já foi abordado e muito trabalhado por Gaye Tuchman. Neste contexto, Schutz oferece uma reflexão sólida que caracteriza a comunicação como um fenômeno mundano ao qual se accede pela sua análise como ação humana e que, para uma compreensão correta, carece de ser articulado com o funcionamento do mundo da vida quotidiana. “Trata-se de uma hipótese que necessita de um aprofundamento teórico cuidado e que aponta para uma abordagem fenomenológica na Teoria da Notícia”. (Correia, 2005, p. 16)

Portanto, como destaca Correia (2005, p. 15), Alfred Schutz é talvez um dos teóricos que, de modo mais direto ou indireto, influenciou os estudos sobre o papel da comunicação na constituição da sociabilidade, na formulação de entendimentos e nos sucessivos processos de aprendizagem graças aos

quais construímos uma compreensão mútua em que se baseia a nossa percepção da realidade social. Com efeito, a comunicação, em Schutz, surge como o meio através do qual superamos na vida quotidiana a nossa experiência da transcendência de todos os outros.

Apesar de, em Schutz, a intersubjetividade ser anterior à comunicação, ele ficou no limiar de se tornar um co-responsável pela chamada *lingistic turn*. Com efeito, a intersubjetividade é logicamente prioritária, mas a comunicação, como é possível ver de modo bem fundamentado nos seus ensaios, desempenha um papel estruturante nas manifestações concretas de sociabilidade. As suas reflexões aproximam-se de conceitos como os de ‘formas de vida’ ou de ‘jogos de linguagem’. A comunicação implica a constituição de universos de significados comuns onde é possível compreender e sermos compreendidos graças a um processo de geração recíproca de expectativas no decurso da qual construímos uma ideia partilhada de realidade. (Correia, 2005, pp. 15-16)

A identificação de Schutz com a sociologia comprensiva, segundo Correia (Correia, 2005, p. 13-14), está patente na sua defesa da distinção entre ciências naturais e ciências sociais com base no fato de que as segundas lidam com acontecimentos e relações significativas para os atores envolvidos, pois os processos comprensivos são centrais para que os atores sociais possam interpretar o mundo. Neste percurso, Schutz, ao entender como evidente que a ação social é eminentemente significativa, se interrogava como é produzido o significado e em que o mesmo consiste, de maneira a ser possível à ciência controlar a sua reconstrução.

Assim, grande parte da participação de Alfred Schutz no debate sobre Epistemologia das Ciências Sociais centra-se nas relações entre a formulação científica de conceitos e as construções mentais originárias do mundo da vida quotidiano. Para Schutz, os problemas da metodologia das ciências não podem ser compreendidos sem uma abordagem de problemas como ação, comunicação, intersubjetividade, significado objetivo e significado subjetivo, e em particular sem o estudo e a análise

das relações entre a interpretação do mundo da vida por parte dos que nele vivem e agem e a interpretação do mesmo mundo pelo cientista social. (Correia, 2005, p. 14)

É interessante observar o registro que João Carlos Correia faz do exílio americano de Schutz durante a 2^a Guerra Mundial, que lhe permitiu, com o estudo sistemático da obra de Talcott Parsons, George Mead, William Thomas, John Dewey e William James, a realização de um encontro raro da tradição europeia com a tradição americana, especialmente da filosofia pragmática. (Correia, 2005, p. 13)

No entanto, Schutz não consegue estabelecer um diálogo com Parsons devido a posição defensiva deste diante das reflexões do pensador alemão, demonstrando uma discriminação que já havia atingido Theodor Adorno no caso do contrato de Lazarsfeld com a Fundação Rockefeller. Na verdade, Schutz nunca encontrou um lugar de acolhimento entre os sociólogos americanos do chamado “paradigma dominante”, “graças à incompatibilidade entre tradições culturais. A sociologia americana estava pouco receptiva a uma filosofia das Ciências Sociais, motivada pela hegemonia teórica de Parsons e de Merton e pela hegemonia dos estudos empíricos de Lazarsfeld” (Correia, 2005, p. 30).

Contudo, cerca de duas décadas depois, Habermas relata período (1967-1969) em que passou na New School, em New York, onde encontrou um ambiente em que “o espírito e a teoria de Alfred Schutz estavam muito vivos graças à fecunda atividade docente de um de seus discípulos de então, Peter Berger” (Habermas, 2000, p. 356).

1.7.1 O Conceito de Mundo da Vida

O mundo da vida é o mundo intersubjetivo comum a todos nós, no qual não temos, em princípio, um interesse teórico, mas um interesse eminentemente prático. Compreende toda a esfera das experiências quotidianas, direções e ações através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando de pessoas, concebendo e realizando

planos. E, portanto, este mundo já existia, assim acreditamos, antes de nascermos com uma história que nos é dada de modo organizado.

Tomado como se apresenta na nossa experiência quotidiana, este mundo é o mundo em que nos encontramos em cada momento da nossa vida. Assim, o ator no mundo social adota uma ‘atitude natural’, não teorética, mas com um interesse eminentemente prático. “O mundo não é um objeto de contemplação, mas um campo de dominação, de ação: podemos num certo sentido afirmar que a atitude natural e a sua época é baseada em motivos pragmáticos” (Schutz, 1996, pp. 27-28).

Schutz dividirá o mundo social em quatro submundos de acordo com a experiência partilhada do tempo e do espaço: (1) o mundo dos consociados (*Umwelt*); (2) o mundo dos contemporâneos (*Mitwelt*); (3) o mundo dos predecessores (*Vorwelt*) e (4) o mundo dos sucessores (*Folgewelt*). O *Umwelt* é o mundo social em que encontramos diretamente a presença dos outros como co-associados (...), isto é, em que partilhamos com outros a imediatez temporal do ‘agora’ e a proximidade espacial do ‘aqui’. Só na ‘orientação-para-nós’ (...) experimentamos a presença corporal de outrem no encontro face a face. No *Miltwelt*, o qual é organizado em termos de ‘orientação-para-eles’ (...), não experimentamos direta ou imediatamente os nossos contemporâneos, mas compreendemos-los como tipos ‘abstratos’ ou ‘anônimos’. O *Vorwelt* e o *Forgewelt* têm respectivamente o caráter de passado e futuro. (Correia, 2005, p. 40)

No mundo dos consociados (*Umwelt*), estamos diante da situação de co-presença, a relação face a face. Neste caso, se pode conceber a existência de outra pessoa “como estando ao alcance da minha experiência direta quando ela partilha comigo uma comunidade de tempo e uma comunidade de espaço (...) a situação face a face pressupõe uma efetiva simultaneidade entre duas correntes de consciência” (Schutz, 1967, p. 167). Num primeiro momento, no mundo dos consociados pode se desenvolver “a orientação-para-o-tu”, “a qual é a forma pura como eu tomo consciência de outro ser humano como uma pessoa (...). Porém, o fato de que eu olho para ti como um semelhante

não significa que eu também seja um semelhante para ti, a não ser que tomes conhecimento de mim” (Schutz, 1967, p. 162-164).

Quando, ao contrário, surge o relacionamento de nós, ou seja, a orientação é recíproca e, “enquanto esse relacionamento de Nós (...) permanece intacto, estamos abertos e acessíveis aos atos intencionais do Outro” (Schutz, 1967, p. 182).

Ao contrário, é seguro que no mundo dos contemporâneos se verifica um recurso à tipificação nas próprias relações com outros, marcadas pelo anonimato. O tipo de conhecimento que lhe é próprio é indireto e impessoal e não é possível dirigir-me aos meus contemporâneos da mesma forma que na relação de nós. Assim, o que é próprio do *Mitwelt* é a orientação-para-eles (...), um termo que serve para sublinhar o anonimato que caracteriza o processo de percepção dos outros que comigo partilham esse mundo (Correia, 2005, pp. 40-41).

Segundo Schutz (1967, p. 179-181), “quanto mais longe vamos no mundo dos contemporâneos, mais os seus habitantes se tornam anônimos, a começar pela região mais interna, onde eles quase podem ser vistos, e terminando com a região onde eles são, por definição, inacessíveis à experiência”.

Sobre o tipo de relacionamento associado ao mundo dos predecessores, Schutz (1967, p. 208) descreve-o como um mundo, “por definição, acabado e feito. Não tem horizonte aberto para o futuro. No comportamento dos meus predecessores não há ainda por decidir, incerto ou ainda esperando realização. Não espero comportamento de um predecessor”.

Se o mundo dos predecessores é completamente fixo e determinado, o mundo dos sucessores é completamente indeterminável (...). Este mesmo ponto mostra quão errôneas são as ‘leis da história’. Todo mundo dos sucessores é, por definição, não histórico e completamente livre. Podemos antecipá-lo de um modo abstrato, mas não podemos visualizar detalhes específicos. Ele não pode ser projetado nem planejado pois não

tenho qualquer controle sobre os fatores desconhecidos que intervirão entre a hora da minha morte e a possível realização do plano". (Schutz, 1967, p. 214)

1.7.2 Realidades Múltiplas e Províncias de Significado

A teoria das realidades múltiplas de Schutz pode ser entendida como oferecendo uma perspectiva que permite à análise do mundo da vida uma abertura que transcende algumas de suas apropriações mais tradicionalistas, especialmente vinculadas à concepção da ideologia epistêmica positivista da objetividade completamente determinada pela noção da realidade facticamente estabelecida.

Com efeito, o mundo da vida quotidiana é estruturado efetivamente em vários estratos de realidade que são centrados no espaço e no tempo em torno do meu corpo como centro do meu sistema de coordenadas. Schutz descreve e analisa o mundo da vida quotidiana em termos de uma distância em tempo e espaço a partir de um ponto central, considerando o mundo à minha mão, o mundo ao meu alcance atual e potencial, o mundo susceptível de ser alcançado e, por outro lado, consórcios, predecessores e sucessores. Estas discussões referem-se, todavia, às pequenas e médias transcendências na vida quotidiana, alcançáveis através de marcas, indicações e signos nos quais significante ou significado pertencem a mesma realidade quotidiana, alcançável pelo acevo de conhecimentos à mão. Há outro nível de transcendências no mundo da vida quotidiana, no qual os seus princípios constitutivos não têm validade. Referimo-nos às realidades múltiplas e às províncias de significado. (Correia, 2005, p. 44)

Na justificativa do conceito de realidades múltiplas, Schutz se baseia na discussão do pragmático William James acerca do sentido da realidade para sustentar a existência de várias províncias de significado finitas no mundo da vida, como forma de ampliar a transição da dicotomia entre um espaço da razão transcendental, caracterizado pela dúvida radical, e a atitude natural,

reino da certeza acrítica, propondo que os agentes percebem o mundo como uma multiplicidade de realidades.

Segundo Correia (2005), o homem age no mundo da vida transformando-o como um mundo intersubjetivo organizado que já existia antes de nós e já era experienciado e interpretado por outros, nossos predecessores, e é oferecido para nossa experiência e interpretação a partir de um acervo de nossas experiências prévias e outras trazidas a nós pelos educadores que formam um conhecimento disponível que serve como esquema de referencia. Trata-se de um mundo com o qual temos uma relação de natureza pragmática: um motivo natural impele a nossa atitude natural para com o mundo da vida.

Apesar de a atitude natural ser o ponto de partida e de chegada destas viagens da consciência e de um mundo da vida quotidiana ser olhado como a província-suprema da realidade, há múltiplas realidades. O nosso primeiro impulso é tomar imediatamente como real o que é significado, desde que permaneça não contraditado. Porém, haverá que restringir esta referência à realidade do mundo quotidiano como ‘a’ realidade. Por um lado, ela é certamente um subuniverso ou uma província finita de significado cujas características principais serão uma específica tensão da consciência que se traduz na atenção total à vida; uma época específica que se traduz na suspensão da dúvida; uma forma prevalecente de espontaneidade baseada na projeção de um estado de coisas futuro; uma particular forma de experimentar o eu como ator social; uma forma de sociabilidade específica baseada na intersubjetividade e na comunicação, e uma perspectiva temporal específica que resulta da intersecção entre o tempo da consciência interior e a estrutura temporal universal do mundo intersubjetivo. (Correia, 2005, pp. 44-45)

Além disso, infinitas ordens de realidade constantemente surgem com estilos especiais que lhes são característicos, o que faz Schutz observar que,

entre elas contam-se o mundo dos sentidos ou das coisas físicas tal como são experimentadas pelo senso comum; o mundo da ciência; o

mundo das relações ideais, o mundo dos ‘ídolos da tribo’; os mundos sobrenaturais como o céu e o inferno cristãos; os numerosos mundos da opinião individual; e, finalmente, os mundos da alegre loucura, também infinitamente vários (Schutz, 1962, p. 204)

Neste processo, a consciência do ator social interpreta o universo de uma forma que implica circular entre estados particulares da realidade, através de diferentes atitudes e estados de consciência, adotando deslocamentos sucessivos para a atitude natural que se torna a âncora desses deslocamentos.

Deste modo, a concepção de realidades múltiplas aparece profundamente associada aos diferentes modos que pode tomar a relação entre consciência e mundo e os diferentes modos de experiência humana que caracterizam a presença no mundo: desde o simples comportamento (...) que inclui manifestações não subjetivamente significativas de significado como os simples reflexos; a conduta (...) que inclui as experiências subjetivamente significativas e espontâneas, sejam elas mais da vida interior (como o simples pensar) ou as que se refletem no mundo exterior, sejam aquelas que são baseadas num projeto concebido, as quais (...) merecem a designação de ação. (Schutz, 1962, p. 211)

Segundo Correia (2005), a consciência, nos diversos planos da nossa vida consciente, vivencia uma tensão específica com um estilo cognitivo acompanhando cada província de significado finito. Cada estilo cognitivo caracteriza-se por formas dominantes de espontaneidade, formas específicas de sociabilidade, de se experimentar a si próprio (que podem variar de acordo com os papéis desempenhados) e perspectivas específicas do tempo.

Desta maneira, a concepção de múltiplas realidades contribui para conferir um caráter polimórfico ao modelo de racionalidade de Schutz, em face da possibilidade de transferência de um horizonte, o que faz o mundo da vida abranger mais do que a realidade quotidiana: “O homem, todos os dia, adormece. Ultrapassa a atitude natural quotidiana de modo a construir mundos fictícios e fantasias. É capaz de transcender a quotidianidade através de

símbolos. Finalmente, ele pode até de modo consciente modificar a atitude natural” (Schutz; Luckmann, 1973, p. 21).

Na teoria das realidades múltiplas, a ideia tantas vezes repetida de construção social da realidade torna-se particularmente evidente: contra as tendências objetivistas e comportamentalistas da sociologia, a realidade social é produto da atividade desempenhada pelos agentes sociais na realidade suprema chamada vida quotidiana e noutras formas de realidade que podem modificar a própria província de significado do mundo da vida. A dimensão significativa destas realidades, e a sua componente simbólica expressamente referida por Schutz, são elementos interessantes que constituem o cerne deste pensamento como uma Teoria da Comunicação. Por outro lado, um dos aspectos mais fascinantes é o fato de as realidades múltiplas não se evidenciarem como caixas encerradas em si. As restantes realidades podem traduzir-se numa modificação da atitude natural. Tal teoria relaciona-se com a possibilidade de transcender a quotidianidade através de símbolos (Correia, 2005, pp. 46-47)

Nas situações concretas em que um ator social estranho a um certo padrão cultural de grupo ao qual pretende integrar ou se dirigir, nesta pluralidade de experiências, surge um mundo estratificado em diversas camadas de relevância, cada uma delas exigindo um grau diferente de conhecimento. No interior de cada grupo, os participantes adquirem esse conhecimento composto por normas, regras, valores, preconceitos e explicações como a concepção relativamente natural do mundo. Para Schutz, este pensar como de costume acarreta uma série de assunções óbvias relevantes para um grupo articular, entre as quais Correia (2005, p. 49) destaca as seguintes:

(1) a vida e, em especial, a vida social continuará a ser a mesma como até agora; (2) posso confiar no conhecimento trazido até nós pelos nossos pais, professores, governantes, hábitos e tradições, mesmo se não compreendemos a sua origem e o seu significado real; (3) no curso vulgar dos assuntos do dia-a-dia é suficiente saber o tipo especial ou o estilo de acontecimentos que podemos encontrar no nosso mundo da vida com

vista a geri-los ou a controla-los; (4) nem os sistemas de receitas que funcionam como esquemas de interpretação nem as assunções básicas referidas são um assunto privado. Eles são aceites e aplicados pelos nossos semelhantes. Porém, se qualquer uma destas assunções é posta em causa, o pensar como sempre deixa de ser eficaz e uma crise emerge.

Neste processo de assunção óvia, a intercompreensão linguística/comunicativa representa o meio da assimilação que garante a adesão a este acervo de conhecimentos, mas, mesmo que o grupo partilhe esta concepção como relativamente natural e a assuma como possuindo razoável evidência, a estruturação do mundo social fundamenta-se num consenso que carece de força ontológica, o que implica um aspecto passivo do estilo cognitivo do mundo da vida e da atitude natural, introduzindo uma margem considerável para contingência social.

Os atores sociais agem com base nos saberes adquiridos nas suas histórias efetivas, ou seja, de acordo com as suas situações biográficas determinadas. Estas enfatizam sempre determinadas possibilidades de ação em detrimento de outras, tornando os atores e intérpretes cegos para outros possíveis que podiam preencher as suas vidas. Porém, o acervo de conhecimentos (*stock of knowledge*) que pertence ao pensar dentro do mundo da vida não é para ser pensado como um contexto transparente na sua totalidade, mas antes como uma totalidade de ‘auto-evidências’ mudando de situação para situação, constantemente postas em causa por um horizonte de indeterminação. (Correia, 2005. p. 49)

Apesar de, algumas vezes, avançar na análise da consciência solitária sem referencia ao mundo social, Schutz oferece na Fenomenologia Social a intersubjetividade como pré-requisito para toda a experiência humana imediata no mundo da vida, uma vez que as pessoas agem supondo um mesmo universo para todos, ou seja, seguindo uma crença ou atitude intersubjetivamente compartilhada. Por isso, Schutz chega a conclusão que as orientações em relação a Outrem não podem se originar na duração interna de *Ego*, pois é impossível qualquer análise da interação social a partir de um *Ego* e de um *Alter* considerados como separados entre si, uma vez que o indivíduo,

ao adotar uma atitude natural no mundo da vida, já não está isolado, pois o seu próprio ‘eu’ depende das relações que estabelece com outros indivíduos.

À medida que prosseguimos na análise do mundo social, abandonamos o método estritamente fenomenológico. Começaremos aceitando simplesmente a existência do mundo social como ele já fora aceite na atitude do ponto de vista natural, seja na vida quotidiana seja na observação sociológica. Ao fazê-lo, devemos evitar qualquer tentativa para lidar com o problema do ponto de vista da fenomenologia transcendental” (Schutz, 1967, p. 97).

Esta tomada de posição de Schutz significou um afastamento em relação a Husserl, verificado nas décadas de trinta e quarenta do século XX, com o delineamento de uma fenomenologia do mundo quotidiano sob a influência do pragmatismo americano. Portanto, “a análise schutziana exige uma solução que ultrapassa os dilemas husserlianos: a questão que se coloca é a de saber onde se encontra o fundamento desta alteridade, deste elemento estranho ao eu que toma a forma de outrem” (Correia, 2005, p. 53).

Na verdade, apesar das muitas referências a filósofos da tradição pragmatista, frequentemente identificáveis nos seus textos – nomeadamente Mead e Dewey – é a William James que Schutz dedica o seu primeiro ensaio de significativo peso após sua chegada aos Estados Unidos. Depois de aludir brevemente as diferenças metodológicas entre Husserl e James, ele destaca diversos pontos onde existe uma convergência. Ambos enfatizam que a consciência pessoal não envolve uma multiplicidade de elementos carecendo de uma reunificação, mas antes uma unidade da qual separam componentes, examinando as modificações que a reflexão introduz na corrente vivida. (Correia, 2005, p. 72)

1.7.3 O Significado da Ação Social

É graças aos contributos fenomenológicos para aprofundamento de soluções teóricas e metodológicas escassamente esboçadas, envolvidas no frutífero

diálogo que empreendeu com Max Weber, que Schutz consegue conferir um impulso fenomenológico às Ciências Sociais.

Na teoria social de Weber, é o perfil individualista e subjetivista que caracteriza a ação racional atribuída aos agentes como conceito básico, que na racionalização da vida social configura um processo geral que produz modos de consciência típicos dos contextos modernos ocidentais. Para Correia (2005, p. 73-74), “na explicação da modernidade ocidental como uma formação civilizacional marcada por um processo contínuo de racionalização do mundo, a noção de racionalidade da ação individual emerge como o tipo ideal para a compreensão da ação social”.

A preocupação de Weber ao estabelecer a distinção entre uma ação com sentido subjetivo para o agente e a ação meramente reativa dos indivíduos foi a de definir um tipo ideal de ação racional para tornar operativa, analiticamente, uma ciência social com um conceito capaz de penetrar o mundo das ações empíricas para esclarecer o seu significado nem sempre evidente para os próprios agentes.

Weber tenta assim precisar a resposta ao complexo problema do significado subjetivo, que possibilite ao agente relacionar fins e meios eficientes, evitando destruir todo o esforço de autonomia em relação à psicologia. A conhecida solução apresentada consiste em construir um modelo de ação racional, um tipo ideal, totalmente isento de irracionalidades de toda espécie (influências afetivas ou morais), aplicado ao caso em questão, para identificar que meios são regularmente os mais adequados para equacionar o fim imputado (pelo cientista) ao agente, ou assumido por este. Quanto mais a ação racional concreta apresenta os caracteres do modelo ideal, para aquele caso, maior é a ‘evidência’ para uma interpretação sociológica comprehensiva. (Correia, 2005, p. 75)

A classificação ideal de Weber das ações racionais distingue dois tipos, ou seja, a ação determinada racionalmente com respeito a fins – em que o agente estabelece expectativas de comportamento futuro para os outros agentes e objetos do mundo exterior à sua subjetividade, usando essas expectativas

como meios para atingir seus fins – e a ação racional referente a valores – quando o agente utiliza a sua rationalidade para seguir valores religiosos éticos, estéticos ou de qualquer outra natureza, os quais determinam certos comportamentos independentes da capacidade de atingir qualquer resultado. A prevalência do primeiro tipo levou Weber a um pessimismo acentuado, ao prever um mundo totalmente racionalizado em que o homem resultaria encarcerado pelos procedimentos técnicos e burocráticos.

Para Schutz, o conceito de significado subjetivo de Weber apresenta limitações teóricas ao concebê-lo de forma tão imprecisa que não deixa claro se o ponto de vista em questão é o do ator ou do observador. Assim, aponta também o problema da sociologia weberiana de não explicitar como uma ciência social objetiva seria capaz de alcançar um significado subjetivista, bem como de explicar o que é ação, no seu fim e na sua gênese.

Na tentativa de responder a esses problemas da ênfase subjetivista da concepção weberiana de significado, o pensador austríaco propõe uma abordagem fenomenológica que concebe o significado numa dimensão intersubjetiva e pública.

(...) todos os fenômenos do mundo externo têm um significado não apenas para mim e para ti, mas para todos os que o habitam. Há apenas um mundo externo, o mundo público, o qual é um dado para todos de igual modo. Cada ato pelo qual atribuo significado ao mundo tem por referência um ato doador de sentido de outrem a respeito do mesmo mundo. O significado é assim constituído como um fenômeno intersubjetivo. (...) Na verdade, no mundo da atitude natural, eu deixo de lado a autopercepção das operações intencionais da minha consciência dentro das quais os significados foram construídos. Nestes termos, eu tenho diante de mim um mundo de objetos reais e ideais, e posso sustentar que este mundo é significativo não apenas para mim, mas para si, para nós, para toda a gente. Na vida quotidiana, a estrutura significativa emerge extraída da sua origem e posso, neste caso, vê-la como dotada de significado objetivo tal como a proposição que diz $2 \times 2 = 4$. Por outro lado, porém, também

posso lançar o meu olhar para as operações intencionais da consciência que permitiram a atribuição de sentido. Nesse caso, não terei mais diante de mim um mundo completo e constituído neste preciso momento. Na vida quotidiana, ocupando eu o ponto de vista da atitude natural, vivo já dentro de atos dotados de significado e estou apenas consciente da objetividade construída neles, isto é, do seu significado objetivo. (...) Tal resulta no caráter anônimo do seu conteúdo de significado e na ausência de variações no que respeita a cada consciência que lhe atribuiu significado pela sua intencionalidade. Pelo contrário, quando falamos de significado subjetivo no mundo social, estamos a referirmo-nos aos processos constitutivos da consciência da pessoa que produziu o que é objetivamente significativo. O mundo do significado subjetivo nunca é anônimo porque é essencialmente algo dependente da intencionalidade da consciência, minha ou de outros. (Correia, 2005, p. 83)

1.7.4 Tipificação e a Estrutura de Relevâncias

Já encontramos um processo de criação de tipos – uma tipificação que é correspondente à despersonalização do homem por detrás do anonimato da sua função – na organização da vida quotidiana promovida por um ator que nela vive e habita de forma ingênua. Este processo pode ser entendido como o modo de racionalização denominado por Weber de desencantamento do mundo.

Frequentemente, agir racionalmente, quer dizer racionalizar, implica aplicações mecânicas de precedentes, construções, definições de abstrações, generalizações, formalizações, idealizações específicas do nível respectivo da organização do pensamento. Neste sentido, os projetos futuros serão tão mais exequíveis quanto mais forem considerados como alternativas típicas, ou seja, remeterem para a existência de ações rotinizadas desenvolvidas pelos atores de forma estandardizadas e sedimentadas. No caso de Schutz, ao contrário do que acontece na concepção de Weber, na racionalização não se podem afastar o hábito, o costume e a experiência quotidiana. Assim, o ator social não se reduz a, mecanicamente, selecionar recursos instrumentais

para maximizar a sua função utilitária, sendo antes concebido como tributário de formas de tratar com a verdade e a realidade que lhe são impostas e de se adequar a elas, isto é, de exercício de sua racionalidade, que implicam a sua participação.

A ideia de tipificação é uma das mais interessantes da obra de Schutz e significa o processo pelo qual os objetos se estabilizam como objetos idênticos a si mesmos. Com efeito, a tipificação é própria do senso comum e encontra o seu paralelo ao nível científico na construção dos tipos ideais. Na tipificação, os objetos do mundo social estão constituídos dentro de um marco de familiaridade e de reconhecimento proporcionados por um repertório de conhecimentos disponíveis cuja origem é sobretudo social. É o que habitualmente Schutz designou de acervo de conhecimentos disponíveis. A nossa apreensão do mundo social é sempre baseada em tipos e aproxima-nos do mundo com certa familiaridade. Schutz refere-se a propósito a '*schemes on hand*' que são esquemas interpretativos organizados de acordo com as experiências do nosso passado que se apresentam em configurações de sentido do tipo 'o que já se sabe'. Estas idealizações devem ser entendidas na medida em que fornecem quadros típicos que estruturam uma familiaridade típica geral. (Correia, 2005, p. 92)

Neste sentido, estes esquemas interpretativos das experiências, que configuram o caráter pragmático do conhecimento no mundo quotidiano, constituem o acervo de conhecimento, ou seja, o conjunto de saberes, informações e operações do dia-a-dia de que o agente dispõe para interagir com o mundo, interpretá-lo e se adaptar a ele. Contudo, há situações em que o acervo de conhecimento não é capaz de explicar-lhes o significado e o agente é levado, pela vida social, a supor que outros, ou provavelmente peritos acessíveis pela mídia, podem interpretar o problema e o ajudar a lidar com ele.

Este acervo de conhecimentos disponíveis, segundo João Carlos Correia (2005), refere-se à acumulação de tipificações de que os indivíduos dispõem

a fim de atribuir significado ao mundo e derivam da experiência e do que outros nos ensinam, compondo um complexo coerente de sentido que serve de base para interpretar as experiências presentes e planos de ação futuros. Assim, o repertório dessas construções sociais nos é sempre apresentado de forma tipificada. Este conhecimento tipificado, através do qual os atores analisam o mundo social, é aproximado e passível de revisão, mas não na atitude natural que suspende, necessariamente, a reflexão crítica.

A atitude natural e o conhecimento do senso comum implicam que o processo constitutivo é inteiramente ignorado, enquanto que a objetividade constituída é perfeitamente tida por adquirida. Neste mundo de evidências, a atitude natural evoca uma forma de espontaneidade que se traduz na ação em e sobre o mundo exterior e num interesse pelo mundo de natureza eminentemente prática. Assim, os agentes sociais reproduzem rotineiramente, no interior da atitude natural, as condições dessa realidade, a qual é apreendida a partir do conhecimento de ‘receitas’ e comportamentos típicos, entendidos de um modo que permite assegurar a continuidade à ordem social. (Correia, 2005, p. 93)

De acordo com o grupo social ao qual o ator pertença, a tipificação varia e esta instabilidade sobre o que se considera pertinente remete ao sistema de relevâncias adotado pelo indivíduo ou grupo. O conceito de relevância é considerado uma das contribuições mais importantes de Schutz às ciências sociais e humanas. Os agentes individuais e coletivos, em cada momento de sua vida, precisam escolher entre o que lhes interessa ou não, identificando o familiar e o estranho, rotineiro ou incongruente. E essas escolhas envolvem as estruturas de relevância que articulam a constituição de nossas experiências e ações.

O interesse do ser humano de conhecimento do mundo social é organizado em termos de relevância para as suas ações, quer dizer, os elementos do conhecimento são selecionados em graus diferenciados de acordo com a sua relevância. Assim, o mundo aparece a cada momento dado ao agente social como estratificado em diferentes camadas de relevância, cada uma

das quais envolvendo um diferente grau de conhecimento. Portanto, o ator social, segundo Schutz, pensa o seu mundo em função dos seus objetivos e não como um observador desinteressado.

Na medida em que ele está interessado no conhecimento do seu mundo social, organiza este conhecimento não em termos de um sistema científico mas em termos de relevância das suas ações. Agrupa o mundo em volta de si (como um centro) como um campo de dominação e está interessado naqueles segmentos que se encontram ao seu alcance (Schutz, 1976, p. 93).

A classificação de Schutz distingue três tipos de relevâncias: a) temática – relacionada com a capacidade de definir temas que estejam de acordo com nossos interesses imediatos –; b) interpretativa – vinculada à seleção de esquemas interpretativos baseados na experiência do ator e nos quais se inserem os temas identificados pela relevância temática; e c) motivacional – gerada, sobretudo, pelo interesse de ordem pragmática.

Schutz comprehende o caráter contingente e etnocêntrico dos sistemas de relevâncias e, como tal, a possibilidade da sua modificação, pois tudo o que é adquirido dentro de um determinado grupo é-o sempre do ponto de vista de uma concepção relativamente natural do mundo que lhe é própria e pode ser posta em questão. Apesar da enorme contenção de Schutz em relação a quaisquer pressuposições crítico-normativas, são evidentes as consequências deste conceito para as relações entre comunicação e política, designadamente na mútua capacidade de determinar relevâncias, seja reforçando-as seja contribuindo para a sua alteração. (Correia, 2005, p. 103)

1.7.5 A Importância de Schutz para a Teoria da Comunicação

A atenção conferida à comunicação na obra de Schutz constitui um dos elementos fundamentais enquanto coordenação dialética de duas correntes de ação através de meios simbólicos: uma que diz respeito ao significado objetivo enraizado na experiência partilhada de uma cultura e outra ao significado

subjetivo relacionado ao uso dos símbolos. Para Schutz, a constituição das relações sociais implica a transformação da experiência interior através do meio espacial e temporal da linguagem e da construção de uma realidade objetivada que é qualitativamente diferente da experiência subjetiva.

A linguagem é um sistema de esquemas tipificadores da experiência que se funda em idealizações e anonimizações da experiência subjetiva imediata. Estas tipificações da experiência separadas da subjetividade são socialmente objetivadas, na medida em que se tornam componente de um *a priori* social dado ao sujeito (Schutz, 1973, p. 233)

Neste contexto, Schutz parece se orientar no sentido de que a inter-relação entre a sociedade e o sistema de símbolos configura um processo de um tipo tal que os símbolos, ou pelo menos alguns deles, se originem na sociedade e, uma vez estabelecidos, influenciam a estrutura social.

A objetivação do significado é, logicamente, a possibilidade de coordenação de significados subjetivos originados no universo profundo da corrente de consciência é algo que só pode ser conseguido através de atos comunicativos. É graças à comunicação que posso olhar para o mundo de um modo em que este se apresenta a si próprio como completo, constituído e tido-por-adquirido (*take-for-granted*). Do mesmo modo, o mundo do senso comum, o mundo da vida quotidiana, ocupa uma posição peculiar dentro de várias províncias da realidade porque só nele a comunicação com os nossos semelhantes se torna possível. De fato, a comunicação só pode ocorrer na realidade do mundo exterior, caracterizada, no contexto de várias províncias de realidade, como a realidade padrão (Correia, 2005, pp. 105-106).

A relação do processo de criação de significado com a memória e o processo de simbolização se estabelece quando as relações simbólicas se tornam reconhecíveis através de uma inflexão da pura duração em que intervém a memória, pois só pode ser simbolizado aquilo que já aconteceu. Assim, a esfera da experiência pura é inacessível ao pensamento simbolicamente

estruturado. Para que nos tornemos conscientes da experiência, é preciso que ela esteja condicionada e relacionada simbolicamente.

O mundo da vida é um mundo de evidências e de significados comuns inter-subjetivamente partilhados, cuja estruturação de contextos de significados objetivos, tidos como independentes da experiência subjetiva dos agentes sociais, é assegurada pela comunicação. Para compreensão dos diferentes âmbitos de significado finito em que o mundo se estratifica, é imprescindível a comunicação, pois é através dela que superamos na vida quotidiana a experiência da transcendência dos outros, das experiências do mundo que lhe são próprias.

Apesar desta consideração apriorística da comunicação como estruturante da própria sociabilidade, Schutz não deixou nunca de ter em conta que a comunicação plenamente bem-sucedida é impossível e que há sempre uma margem da vida privada do outro que me é inacessível e que transcende as minhas experiências possíveis. Toda a reflexão sobre a comunicação deixa intacto um domínio pré-conceitual e pré-comunicativo inapreensível pela simbolização. (Correia, 2005, p. 106)

A minha compreensão de outrem nunca pode ser totalmente alcançada e o conceito do significado pretendido por outra pessoa é sempre um conceito limite, pois, apesar da consciência de outrem apresentar uma forma básica idêntica à minha, essa outra pessoa também só conhece as suas experiências por meio de atos reflexivos de atenção e esses atos de atenção, à medida em que o tempo prossegue, variam de um momento para o outro. Só através de uma série de atos de *Ego*, dependentes do aqui e agora no qual ocorrem, a autocompreensão é alcançada. E é um absurdo pretender observar a experiência de outrem da mesma forma como ele a observa, porque isso exigiria que eu pudesse viver todos os estados de consciência e atos intencionais nos quais esta experiência foi constituída. Para que isso pudesse acontecer, o meu fluxo de consciência teria que coincidir com o da outra pessoa, ou seja, eu teria que ser esta outra pessoa. Portanto, o significado

pretendido é, assim, essencialmente subjetivo e é, em princípio, confinado à auto-interpretação da pessoa que vive a experiência a ser interpretada.

Para superar o problema de entendimento colocado pelo fato de que o mundo ao meu alcance não ser o mesmo que o disponível ao meu semelhante, que é decorrente de situação biográfica diferente da minha, são pressupostas duas formas de idealizações pragmaticamente motivadas que configuram a tese geral da reciprocidade de perspectivas:

a) a idealização da reciprocidade de pontos de vista graças à qual cada agente parte do princípio que se estivesse no lugar onde outrem se encontra agora, experimentaria as mesmas coisas na mesma perspectiva, distância e alcance do que ele; b) a idealização da congruência nos sistemas de significação na qual Eu e Outrem aprendemos a aceitar como um dado que as variações na apreensão e explicação que resultam das diferenças entre as nossas situações biográficas determinadas carecem de importância para os objetivos práticos comuns. A tese geral de reciprocidade de perspectivas não resulta de qualquer espécie de contrato social, pois cada indivíduo nascido numa situação histórica já encontra os sentidos predefinidos na linguagem. A tese geral de reciprocidade de perspectivas é o fundamento para a determinação linguística dos objetos de pensamento que substituem os que existem no mundo pré-social, ao nível do fluxo da corrente de consciência de cada agente. É graças, pois, ao uso de signos que me é permitido ascender à mente de outrem e à sua corrente de consciência, embora nunca de uma forma integral mas todavia suficientemente eficaz para tornar possível a vivência intersubjetiva do mundo. (Correia, 2005, pp. 109-110)

Desta maneira, mesmo que a simultaneidade das correntes de consciência nunca signifique que duas experiências sejam percebidas integralmente por cada um de nós, podemos ascender imaginativamente às mentes dos outros através da linguagem e recursos simbólicos que nos permitem compreender o mundo dos outros que habitam o mundo dos contemporâneos e até dos predecessores.

A linguagem expressa, assim, um conjunto de tipificações socialmente aceites de acordo com um esquema de relevâncias. Portanto, para Schutz, a experiência consciente do discurso humano o paradigma e o protótipo do processo comunicacional. Ao mesmo tempo, a tipificação se processa no discurso existencial da pessoa e no discurso convencional sedimentado pela sociedade. Desta maneira, o contexto comum é formado pelo compartilhamento deste processo de abstrações e estandardizações. Há, por conseguinte, a condição de possibilidade de, além de compartilhar o mundo, fazê-lo de um modo similar ao outro, pelo menos em parte. É o compartilhamento pelos participantes da comunicação de um sistema de relevâncias, um conjunto de tipificações e um acervo de conhecimentos que permite a capacidade de interpretar e expressar os significados subjetivos das ações comunicativas.

Os sistemas de signos estão sempre estreitamente vinculados aos processos de tipificação provenientes da experiência passada e às instituições subjetivas. A possibilidade de pensar de uma certa congruência nos sistemas de relevâncias conduz à substituição dos objetos pensados que surgem da experiência pessoal por objetos de pensamento que são públicos. Os contextos de significado subjetivo são substituídos pelo significado objetivo do sistema de signos, o qual, como resultado de uma tradição histórica, transcende o sujeito. O conhecimento e a cultura parecem adquirir um significado autônomo e pré-dado que se baseia na explicitação dos resultados subjetivos, mas que contrasta de forma objetiva com o indivíduo e suas experiências. (Correia, 2005, p. 115)

Na concepção de Schutz, são distinguidos símbolos, signos, indicações e marcas da seguinte forma: **marcas** – meros lembretes subjetivos pessoais usados para lembrar alguma coisa ou para retornar uma tarefa anterior, referências representacionais que permitem lidar com a experiência de transcendência do aqui e agora de cada um pelo mundo que pode vir a estar de novo ao meu alcance –; **indicações** – objetos, fatos ou eventos não estabelecidos como signos, cuja presença é tida como indicadora de outros objetos, fatos ou eventos, que não percebidos de outra maneira –; **signos**

– artefatos feitos ou usados por alguém para comunicar alguma ideia a alguém; meios para superar a experiência de transcidente de alguém (O mundo de Outrem transcende o meu num duplo sentido: (1) por um lado, há zonas que estão ao meu alcance imediato que não estão ao seu e vice-versa; (2) por outro lado, o sistema de relevâncias de Outrem, baseado na sua situação biográfica única, não é coincidente com o meu. Mesmo que não tenha acesso imediato aos pensamentos e cogitações de meu co-associado, através da relação apresentacional de signos, posso compreender as suas cogitações a partir da esfera do meu alcance imediato, que possibilita a superação da transcendência de Outrem); Símbolos – designam um conjunto de fenômenos heterogênicos que possibilitam extrapolar a experiência do mundo quotidiano para outros domínios da experiência, funcionando como referência apresentacional de ordem mais elevada, baseando-se em marcas, indicações e signos previamente estabelecidos, em que o membro apresentativo é um elemento do mundo da vida quotidiana, enquanto o membro apresentado refere-se a uma ideia transcendente que integra uma ou mais províncias de significado finito fora do mundo quotidiano.

As marcas, indicações, signos e símbolos disponibilizam conhecimento além dos limites da experiência imediata, oferecendo tudo que seja relevante temática, interpretativa e motivacionalmente para nossa experiência e que a transcende. Enquanto os signos possibilitam a comunicação recíproca com outras pessoas, os símbolos vão mais além ao permitir atravessar as fronteiras da vida quotidiana e atingir outras províncias de significado finito.

Para os agentes que desenvolvem uma atividade sobre a base de um acordo, o mundo da vida está dado como transformado no modo de uma certeza implícita. Temos este saber, mas sem saber dele. Esta certeza está em agudo contraste com a de cada elemento particular de saber que expressamos ao dizer algo. Pois qualquer coisa que digamos pode em princípio ser questionada. *Alter* pode contestar com um não a pretensão de validez que *ego* vincula com o que diz. Mas se, por outro lado, é característica essencial do saber o guardar uma relação interna com pretensões de validez e com sua crítica e, portanto, o poder ser problematizado, então, aqueles usos e hipóteses

de fundo, que sempre se consideram como evidentes, não possuem as propriedades elementares do saber. O que está fora de toda dúvida parece que nunca poderá vir a ser problematizado. (Habermas, 2000, p. 359)

A suposição de que o mundo da vida é considerado como evidente resulta assim numa questão paradoxal. O saber de fundo que opera em forma de certeza da vida cotidiana é o paradigma do que sabemos com certeza; mas ao mesmo tempo carece das propriedades do verdadeiro saber – em virtude de sua peculiar certeza não pode entrar nessa dimensão na que sua validade pode ser posta intencionalmente em questão e ser aceita de forma consciente –. Só sob a coação contingente de uma situação problemática saem à luz fragmentos relevantes do saber de fundo. Só quando se move a terra, nos damos conta de que considerávamos como evidente a firmeza do solo. E inclusive nas situações problemáticas deste tipo só dispomos daqueles fragmentos de nosso saber de fundo que são liberados de sua inclusão nas tradições culturais, nas instituições sociais, nas habilidades e competências que nos são presentes no modo de um ‘saber como’ óbvio e intuitivo. O saber de fundo só se converte em saber explícito quando, fragmento a fragmento, é transformado em conteúdos semânticos da fala daqueles que atua em comum.

A análise do mundo da vida é uma empresa autorreflexiva. O cientista não poderia abrigar a esperança de apreendê-lo se não se produziram ameaças que constituem uma provocação para as estruturas simbólicas daquelas esferas da vida cuja reprodução depende da ação comunicativa. Hoje estamos diante de uma dessas ameaças. Provém dos processos cada vez mais amplos de conversão das coisas em mercadorias e de burocratização, e da crescente autonomia dos subsistemas econômico e administrativo, que confrontam o mundo da vida com os imperativos da racionalidade instrumental e que com isso não somente enterram as formas de vida tradicionais, senão que atacam também a infraestrutura comunicativa precisamente daquelas esferas nas que os homens não têm mais remédio que seguir atuando em comum. (Habermas, 2000, p. 360)

Na atitude prática que caracteriza a vivência no mundo da vida quotidiana, não existe motivação para compreender o pano de fundo cultural do mundo social a fim resolver problemas típicos. No entanto, quando surgem problemas maiores decorrentes de crenças e hábitos malsucedidos, que fazem eclodir a experiência do radicalmente transcendente, aparece o motivo para interpretar o mundo da vida tido como adquirido, que é, então, colocado em questão, problematizado e visto como fundamentalmente marcado pela opacidade. Para Schutz, a simbolização é, exatamente, o processo de interpretação deste mundo tido como adquirido para construção de um conhecimento mais elevado sobre o mundo da vida quotidiano.

O desenvolvimento da sociedade é visto como um processo de articulação simbólica que evolui desde os modos de articulação marcados pela opacidade aos modos de articulação mais diferenciados. Nos modos mais compactos de articulação da sociedade, o homem experiente a natureza, a sociedade e o próprio homem como determinado pela ordem mais geral do cosmo. Assim, o homem experiente-se a si como parte da mesma ‘unidade incindível do mundo’. Nestas formas de articulação, a sociedade e a sua ordem são simbolizadas em analogia com a ordem do cosmo. Pelo contrário, na articulação simbólica diferenciada desenvolveram-se diversos sistemas de símbolos como a ciência, a arte, a religião, a política, a filosofia, nos quais se reconhece a existência de um processo de desintegração das relações entre as várias ordens simbólicas. Cada ordem simbólica tende a formar um sistema isolado e a desenvolvera sua interpretação particular da sociedade e da natureza (Correia, 2005, p. 122).

1.7.6 Fenomenologia Social e Comunicação de Massa

O reconhecimento da importância da Fenomenologia Social de Schutz para o aprofundamento dos estudos sobre a comunicação de massa e do jornalismo é amplamente evidente, sobretudo no tocante às investigações que salientam o papel da mídia, em especial a mídia noticiosa, na construção social da realidade. Através de seus discípulos Peter Berger e Thomas

Luckmann, a influência de Schutz pode ser notada em inúmeros autores, como Gaye Tuchman, Alain Cicourel, Adoni e Mane, Enric Saperas, Giorgio Grossio e Miquel Alsina, que enfatizam a importância do construtivismo sociofenomenológico nos estudos dos meios de comunicação de massa.

A partir do pressuposto schutiano de que a intersubjetividade é a gênese do significado comum dos atos sociais, bem como da interação dos cidadãos na construção da realidade social, pode-se perceber com clareza o processo de socialização no estabelecimento de uma comunicação contínua do indivíduo com a alteridade dos demais atores sociais.

O mundo dos *mass media* desempenha um lugar significativo na construção, ampliação, divulgação e partilha de significados. A mediatização da experiência (...) é mais um elemento de constituição de significados objetivos ligados à realidade pública e intersubjetivamente partilhada do mundo da vida. Este é tido por garantido até evidência em contrário. Essa evidência é familiaridade que lhe são típicas hoje dificilmente podem ser pensadas sem os *mass media*. Com o surgimento dos meios de comunicação social, tal como os entendemos hoje, aquilo a que assistimos é a própria profissionalização da atividade mediadora que se instaura e consolida como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade. Depois da reavaliação produzida ao longo dos anos 60 e 70 relativa à teoria dos efeitos limitados e que percorre quer a sociologia americana quer a teoria crítica europeia, concluiu-se que a suposta impotência dos meios de comunicação de massa traduzia afinal um erro fundamental que consistia em ver estes efeitos apenas sob o ponto de vista da sua capacidade persuasiva na curto prazo. Através do estudo da relação existente entre a comunicação de massa e os processos de formação da opinião pública, observou-se a existência de um conjunto de efeitos que não podiam ser avaliados enquanto integrados nos processos de persuasão, mas que são decisivos ao nível da distribuição social do conhecimento e da construção social da realidade. Nessa me-

dida, tomou-se por adquirido que os *media* influem decisivamente nos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimentos chega a ser estabelecido como realidade. (Correia, 2005, p. 124)

Da mesma forma que a comunicação é imprescindível para a compreensão intersubjetiva do mundo, é preciso reconhecer que a construção de sua realidade e a formação de uma concepção relativamente natural a cerca dele é também um processo eminentemente simbólico realizado através do universo midiatisado. Hoje, os seres humanos atuam na realidade social cada vez mais referenciados no significado que lhe atribuem, cuja fonte principal são as mensagens midiáticas, que possibilitam ir além das diversas subjetividades individuais para alcançar uma orientação dos atores sociais ao nível de uma dimensão cognitiva que sustenta as representações sociais da realidade social e natural ao indicar os objetivos e normas a que devem se adequar.

Como na constituição da experiência que temos do mundo a comunicação exerce um papel fundamental, é generalizado o reconhecimento de que o conhecimento público, partilhado pelos atores sociais, em grande parte, processa-se no espaço midiático, com a seleção, produção e difusão dos conteúdos oferecidos à tematização.

Os meios de comunicação social apresentam à comunidade os temas e as pessoas sobre os quais irá incidir o debate, existindo deste modo uma relação entre a agenda dos *media* e a agenda pública. (...) Por outro lado, as organizações noticiosas desempenham um papel essencial na definição da agenda política. Com esta abordagem, reitera-se que uma grande parte das mensagens de atualidade chegam aos seus receptores através do contato com os *mass media*. Aceita-se que os debates carecem de reconhecimento geral a não ser que os *media* lhes disponibilizem uma arena pública, configurando os temas que são objeto de controvérsia em itens dotados de ‘noticiabilidade’. Assim, não é possível deixar de associar também estas teorias recentes ao conceito de relevância, entendida esta como a importância atribuída pelo ator a diversas zonas

do conhecimento social, em função dos seus projetos e planos de vida. O que os *media* fazem é alterar ou consolidar sistemas de relevância, ou seja, dar conhecimento público do que se entende ser importante discutir. (Correia, 2005, p. 127)

De uma maneira geral, a mídia seleciona acontecimentos inesperados, que promovem uma ruptura ou disruptão da normalidade ou simplesmente invulgares para merecer a atenção do público, sendo desestruturante e alheio às regularidades estatísticas, se constituindo numa “eminência de crise que se instala, ameaçando a tentativa de uma imposição de ordem no espaço e no tempo por que ambiciona o sistema dos *media*” (Tuchman, 1998, p. 32-33).

Neste sentido, o acontecimento que se considera de noticiável envolve situações em que as crenças partilhadas – que orientam normalmente a ação das pessoas na atitude natural diante de problemas típicos, em que as dúvidas são suspensas para que o ator social possa desempenhar suas tarefas quotidianas – se mostram mal-sucedidas e precisam ser tematizadas em busca de soluções mais amplas caracterizadas como uma experiência do radicalmente transcendente, pois surge a necessidade de interpretar o mundo da vida, que é, então, colocado em questão e problematizado como fundamentalmente marcado por uma intransparência que desafia a iluminação na discussão pública articulada pela mídia.

Nestas ocasiões que tanto marcam o critério de noticiabilidade jornalístico verifica-se uma disposição oposta à da atitude natural, pois torna-se imprescindível, nestas situações de crise, suspender as certezas sobre estas crenças mal-sucedidas na tentativa de construir consensos que solucionem os problemas decorrentes das diferenças de transcendências subjetivas individuais e/ou de grupos, através da objetivação social de uma compreensão intersubjetiva.

No entanto, evidenciando a ambiguidade estrutural da mídia noticiosa, ocorre uma pressão exercida pelas burocratização e monetarização dos meios de controle sistêmicos poder e dinheiro para enquadrar a produção jornalística num esquema rígido de normas de especificação produtiva que

permeia toda a indústria cultural para tornar a linguagem midiática uma operação coletiva de naturalização, omitindo os elementos conflituais e contraditórios, pervertendo a possibilidade da inovação e da dissidência e contrariando as possibilidades de reforço do pluralismo.

Esta forma de atuação naturalizadora da mídia pode, conforme observação registrada de Dewey, mudar de maneira significativa se o processo de construção de sentido midiáticos ficar a cargo dos “autênticos interesses dos jornalistas” e não, como é costumeiramente, decidido pelos interesses burocráticos e monetários da estrutura de poder, os “definidores primários da notícia”.

Para refutar a ideia de que o estatuto epistemológico do jornalista, devido a sua necessária proximidade com o senso comum, é fatalmente indutor de uma prática discursiva conservadora, pode-se perceber, na concepção de Schutz de constituição de âmbitos de significado finito dotado de sistemas de relevâncias próprios e modos de problematização, que o mundo da vida se aproxima de um arquétipo e padrão, mas não de maneira única. Assim, se for consciente a sua aproximação com relação ao mundo da vida, os jornalistas podem retirar consequências interessantes sob o ponto de vista epistemológico e metodológico.

Em primeiro lugar, pode resultar desta perspectiva a crítica ou afastamento daquela forma de objetividade minutada que o jornalismo, disfarçadamente, sempre guardou dentro de si como herança da sua fundação na época do positivismo. Da consciência desta proximidade e da sua participação na construção da realidade social pode resultar a assunção de que o jornalista, tal como todos os observadores sociais, está presente no mundo da vida, participa nele e na forma como ele é percebido. (...) Em segundo lugar, a proximidade do senso comum por parte do jornalista é compatível com mecanismos críticos e com uma aproximação com potencialidades democráticas para ele e para a totalidade da indústria midiática. Impõem-se aos jornalistas na busca de novos ângulos, de outras formas de olhar e de outros âmbitos de significado que não

sejam apenas os dominantes na quotidianidade. As teorias do jornalismo cívico e de proximidade, apesar de merecerem algumas reservas relativamente à possibilidade de formularem uma teoria apenas na base das intenções, têm elementos de verdade que precisam ser testados. Na verdade, o que mobiliza o jornalismo de proximidade é uma tentativa de diversificar fontes e problemáticas, constituindo uma alternativa ao tipo de cobertura levada a cabo, nomeadamente, nas campanhas eleitorais, fortemente centrada nas sedes de campanha. Assim, leva-se a efeito o levantamento de temas através de fóruns, sondagens, painéis e entrevistas a fim de conseguir uma maior proximidade com os cidadãos. Na mesma linha, surge o jornalismo público com a sua pretensão de um vínculo mais forte com os cidadãos. Deste modo, a ideia de uma agenda do cidadão seria uma quase revolução copernicana, implicando uma deslocação do ponto de vista da notícia enquanto produto e enquanto consumível para uma visão centrada no cidadão. (Correia, 2005, p. 138)

1.8 A TEORIA CRÍTICA DA ESCOLA DE FRANKFURT

Com posições diametralmente opostas às do Funcionalismo Estrutural da *Mass Communication Research*, a Escola de Frankfurt elaborou na sua teoria crítica uma contundente denúncia dos propósitos das produções midiáticas, que pode ser sintetizada na seguinte consideração de Adorno (1987, p. 294): “Dependência e servidão dos homens, objetivo último da Indústria Cultural (...).”.

Na tese frankfurtiana, os mecanismos socializadores e de integração em geral são meras extensões ou instrumentos da dominação social; através deles dá-se a submissão das consciências individuais e a reificação das relações sociais. Entre estas instâncias de socialização encontram-se as chamadas cultura e comunicação de massas.

No texto “indústria cultural”, Adorno e Horkheimer estabelecem uma oposição irreconciliável entre o conteúdo da experiência da arte autêntica e os padrões do consumo cultural massificado, concluindo que a cultura,

nas presentes condições (esvaziada de conteúdos racionais, comprometida com as estratégias de manipulação e comandada pela lógica monopolista que domina o mercado e a organização geral da sociedade), cumpre um efeito essencial de dessublimação (Adorno; Horkheimer, 1947, p. 349-383). Na primeira geração da teoria crítica, no entanto, já se expressaram argumentações dissonantes, sendo a mais forte a de Benjamin, “para quem a arte de massa, destituída da “aura”, comporta um potencial rico de formas iluministas e profanas” (Benjamim, 1955, p. 384-408 conforme Esteves, 2003, p. 57)

A fratura entre as duas gerações do pensamento crítico representa a superação da noção de que o espaço público das sociedades pós-liberais se esvaziou por completo das suas tradicionais funções críticas e emancipatórias. A mudança na perspectiva teórica concebe uma relação positiva entre a teoria dos *mass media* e a teoria geral da comunicação, tendo a comunicação como *medium* por excelência de afirmação da condição humana, a partir das três vertentes fundamentais que asseguram a reprodução simbólica: a cultura, a personalidade e a sociedade (Habermas, 1982, p. 443).

Na passagem da filosofia da história à teoria da ação comunicativa com a qual é fundada a nova Escola de Frankfurt, são reveladas ainda divergências profundas no plano político entre as duas versões da teoria crítica. Ao evolucionismo determinista da filosofia marxista da história, a teoria da ação comunicativa contrapõe os princípios democráticos e liberais que estão na origem da filosofia de vida burguesa. O processo de desenvolvimento da modernidade evidenciou a ficção da filosofia da história de uma dependência direta e linear entre infraestrutura e superestrutura, tal como o caráter ilusório da convicção de que no desenvolvimento das forças produtivas se encontra “naturalmente” inscrito um potencial de libertação. Os pensadores iniciais da teoria crítica foram os primeiros a chamar a atenção para estas faláciais, quando elas ainda se revestiam de um caráter de verdades indiscutíveis, mas a convicção deste acerto não garantiu a consequência da alternativa que tomaram ao abandonar a filosofia marxista, a partir do trabalho de Adorno e Horkheimer, *Dialética do Iluminismo*, publicado em

1947, que marcou o início de uma tendência especulativa transformando os “pressupostos do materialismo histórico em enunciados pseudonormativos de uma teleologia objetivista da história de inspiração catastrofista” (Jay, 1973, p. 293-296, conforme em Esteves, 2003, pp. 42-43)

Assim, o deslocamento da base normativa do pensamento crítico conferiu à teoria da sociedade emergente um novo estatuto, pleno de significado político. Para refutar, ao mesmo tempo, as certezas (otimistas) do evolucionismo marxista e as inevitabilidades (catastróficas) da Dialética Negativa da primeira geração da Escola de Frankfurt, “o novo pensamento crítico contrapõe a reabertura do debate em torno da razão, sem princípios *a priori* e assumindo com frontalidade a fragilidade desta categoria do pensamento”. (Esteves, 2003, p. 45)

Na ruptura fundadora da Nova Escola de Frankfurt, o nome de Jurgen Habermas destaca-se associado de forma quase inevitável a qualquer referência contemporânea do pensamento crítico, oferecendo um quadro teórico preciso com conceitos centrais como os de “comunicação”, “mundo da vida” e “sistema”. A contraposição dos níveis sociais Mundo da Vida X Sistemas Funcionais é utilizada por Habermas na descrição de sua teoria da modernidade para explicar a emergência e as contingências do desenvolvimento histórico da sociedade, bem como as suas perspectivas para o futuro. Nesta síntese explicativa, o eixo central é constituído pela questão comunicacional, formada pelas ordens de legitimidade que regulam as relações sociais, o saber disponível nas interações e o processo de socialização que gera as identidades individuais (Habermas, 1982, p. 443) – e fundamenta a própria diferenciação básica dos níveis sociais Mundo da vida e Sistemas.

A preocupação com os pontos de tensão e articulação entre os contextos sociais do mundo da vida e sistemas funcionais e seus critérios de diferenciação nos diferentes níveis constituintes da realidade social identifica o traço distintivo essencial da nova teoria crítica da sociedade (Esteves, 2003, p. 40-41). Este reconhecimento tanto da racionalização dos contextos socioculturais como da complexidade crescente dos sistemas funcionais

torna possível uma nova interpretação da modernidade e permite dar um novo fôlego ao trabalho de pesquisa social, com uma observação mais atenta à complexidade das nossas sociedades e a recuperação das chamadas “abstrações reais” de que falava Marx – as quais foram progressivamente abandonadas à medida que o pensamento crítico se perdeu numa digressão altamente especulativa (Habermas, 2012-II, p. 410).

A partir da dicotomia fundamental aberta pela modernidade (e aprofundada no seu desenvolvimento) que opõe o universo sociocultural e os sistemas funcionais, podemos referenciar uma série de transformações ao nível das práticas comunicacionais que configuram alternativas ao mecanismo tradicional da intercompreensão linguística: os *media* funcionais de regulação (associados à dinâmica dos sistemas sociais) e as forma generalizadas de comunicação. (Esteves, 2003, p. 58)

Os primeiros se afirmam e prevalecem na formação dos sentidos considerados de transcendência social no espaço público à revelia da própria intercompreensão linguística, ao dissociarem o processo de coordenação da ação da formação dos consensos racionais e intercompreensivos. Com os segundos, as formas generalizadas de comunicação, a maneira de afirmação e de exercerem influência é completamente diferente, porque não só não suprimem como, ao contrário, são até dependentes da compreensão pela linguagem, embora as utilizem de forma condensada e abstrata, dependente de mecanismos altamente formalizados. Estas formas de comunicação, disponibilizadas pelos chamados *mass media*, são os processos especializados (performativos) de constituição do consenso linguístico e, nessa medida, não dispensam os recursos constituintes do universo sociocultural – o seu pano de fundo continua a ser o dos contextos simbólicos das diferentes formas de vida (Habermas, 2012-II, pp. 429-430).

Esta forma de encarar os fenômenos contemporâneos da cultura e da comunicação funda a própria perspectiva crítica de funcionamento dos *mass media* e da massificação cultural. Os temas introduzidos pelas pesquisas críticas da primeira metade do século são retomados, mas agora sob uma

nova luz: uma compreensão global dos fenômenos da cultura e da comunicação que tem em conta os processos de massificação (de uma comunicação altamente formalizada, abstrata e midiatizada), mas não perde de vista os mecanismos convencionais da atividade simbólica. (Esteves, 2003, p. 59)

Este esforço de retomada do trabalho empírico aplicado ao nível da pesquisa social permite conceber o velho problema da reificação – “pedra-de-toque do pensamento crítico” – com uma nova perspectiva, já não como categoria abstrata do pensamento metafísico, mas como uma questão social concreta, relacionada com os mecanismos de coordenação da ação e reconhecendo neste nível o conjunto de perturbações da vida social que se verificam em consequência de uma desvalorização da intercompreensão, na sequência das exigências crescentes que os sistemas funcionais da sociedade impõem e que têm como resultado uma deformação patológica generalizada das infraestruturas comunicacionais do mundo da vida (a comunicação sistematicamente distorcida). Concebida desta maneira, a reificação representa, assim, uma profunda subversão dos mecanismos normais da interação, da socialização e da formação da identidade.

Neste contexto, as formas sintéticas de comunicação oferecidas pelos *mass media* põem em evidência a natureza profundamente ambivalente destes mesmos *media*: no seu interior coexistem diferentes contextos estruturantes da vida social, os sistemas funcionais da sociedade e o universo sociocultural (exigências sistêmicas e exigências de intercompreensão linguística).

Apesar do esquematismo próprio dos *mass media*, da sua forma sintética e fortemente hierarquizada, as exigências intrínsecas da comunicação não chegam a ser eliminadas: intercompreensão, dimensão crítica e caráter racional. O potencial de contradições inerente à condição dos participantes nestes processos de comunicação pode a qualquer momento ser despoletado, do modo mais inesperado e mesmo quando já parece irreversível a sua forma administrativa e a neutralização dos participantes. Os mecanismos de controlo (sobre os *mass media* e dos *mass media*) são uma ameaça real, canalizam os fluxos de comunicação em estruturas hierarquizadas e numa rede centralizada, mas ainda

assim com as suas fraquezas e efemeridades: podem sempre ser desativados pelas estruturas comunicacionais que continuam a fluir nas redes mediáticas. O potencial de controlo está permanentemente ameaçado pela força das energias emancipatórias que atravessam as estruturas comunicativas. (Esteves, 2003, pp. 59-60)

Esta ambivalência de estruturas da comunicação moderna cria uma ruptura no interior do espaço público: de um lado, a sua hierarquização e centralismo (resultantes de estratégias de manipulação mais ou menos autoritárias, promovidas por diversas instâncias sociais); de outro, a sua reconstituição alargada (a partir dos fragmentos soltos em que o espaço público moderno se transformou). As redes mediáticas dimensionam a comunicação a nível planetário e em termos universais, libertam-na dos seus limites tradicionais (de espaço e tempo), mobilizam e mantêm disponíveis conteúdos que podem preencher contextos virtuais múltiplos. Assim, o espaço público dos nossos dias apresenta-se com uma nova complexidade: constituído essencialmente em termos simbólicos e virtuais (e não tanto físicos), mas também com novas possibilidades de redimensionamento político que se abrem à discussão. (Esteves, 2003, p. 60)

Para o pensador português,

O centro dos conflitos sociais tem de ser repensado: hoje em dia ele já não se situa nas esferas da reprodução material da sociedade, como supunha o marxismo, mas nas esferas da vida simbólica – “da esfera laboral, os conflitos deslocaram-se para o mundo da cultura, da socialização e da integração social (têm a ver, sobretudo, com questões relacionadas com o estilo de vida, a realização individual, a generalização da cidadania (...)) como fator de identidade, meio de distinção e propulsor do imaginário, a própria cultura converte-se em principal campo de conflitualidades onde se inscrevem os principais antagonismos das relações sociais, porque nele se põem os grandes problemas relativos à gestão do presente e à programação do futuro” (Esteves, 2003, pp. 65-66)

A questão comunicacional equacionada ao nível da teoria da ação dá lugar à noção de ação comunicacional, expressando o deslocamento da filosofia da consciência de um sujeito a-histórico dissociado do mundo social, político, econômico e cultural, para a filosofia da linguagem. Neste novo contexto, a razão e a verdade perdem o caráter dogmático, absolutizado, para adquirir uma realidade efêmera, provisória, sempre passível de ressignificação de acordo com a intercompreensão linguística da comunidade de comunicação. Porém, mais do que um novo gênero de ação a acrescentar às classificações já estabelecidas, “esta noção apresenta-se como uma teoria geral da ação original e constitui, ao mesmo tempo, o novo fundamento normativo da teoria crítica da sociedade (substituindo a filosofia da história de inspiração marxista que tinha iluminado os teóricos frankfurtianos)” (Esteves, 2003, p. 41).

Este deslocamento é amplamente revelador de um extenso rol de diferenças entre as duas versões da teoria crítica, a começar pelo estatuto epistemológico que é definido para a própria teoria crítica da sociedade. A relação com o pensamento filosófico volta a estar na ordem do dia, mas, agora, de forma mais aberta e flexível do que tinha acontecido com a filosofia da história, ao mesmo tempo que se definem novas vias de diálogo com as diferentes ciências sociais, a partir de uma ideia forte de interdisciplinaridade. (Esteves, 2003, pp. 41-42)

Na consecução deste projeto da nova teoria crítica, Habermas, na década de 60, redescobre no modelo de vida burguês os potenciais de racionalidade que atravessam a cultura europeia (na ciência, na arte e na política) desde os séculos XVI e XVII. Assim, sem perder as referências filosóficas do pensamento crítico inicial, o pensador alemão procura dar conta da forma concreta como as ideias se objetivaram nas diferentes formas de vida, especialmente a partir de uma teoria do consenso que apresenta como verdadeira pedra-de-toque da comunicação e assume um sentido político bem preciso:

o consenso caracteriza a forma genuína da comunicação, enquanto prática intercompreensiva de caráter racional. A discussão ilimitada (não fechamento temático), a sua forma pública (não restrição dos participan-

tes) e a racionalidade não são só princípios gerais que definem a prática comunicacional (e o consenso que ela é passível de gerar), mas também princípios do modelo político burguês que se pretendiam ver concretizados na forma de organização da sociedade moderna: o espaço público concebido segundo os ideais iluministas da liberdade e do progresso, vocacionado para a formação de consensos que exprimem a vontade coletiva. (Esteves, 2003, pp. 43-44)

No seu último livro Uma Nova Mudança Estrutural da Esfera Pública e a Deliberação Política, Habermas (2023), com admirável coerência no compromisso com a democracia e a mudança social, vai aprofundar a reflexão sobre o consenso ao transferir a ênfase para o conceito de dissenso resistente, para destacar, na perspectiva da teoria crítica, que o consenso, através da publicidade manipulativa do jornalismo objetivista, sempre mantém mecanismos de dominação, relações assimétricas e violências simbólicas. “Por isso, chama a atenção para que seja observado, abaixo da ordem estabelecida consensualmente, um mar revolto de dissensos resistentes que podem fazer evoluir no processo civilizatório as convenções vigentes no contrato social”. (Rocha, 2024, p. 07)

Quem argumenta, contesta. Apenas pelo direito – na verdade, pelo encorajamento – de dizer não de maneira recíproca é que o potencial epistêmico de opiniões conflitantes se desenvolve no discurso, pois este se destina à autocorreção de participantes que não poderiam aprender uns com os outros sem críticas mútuas. É nisso que consiste a aposta da política deliberativa: que podemos melhorar nossas convicções em disputas políticas e nos aproximar da solução correta dos problemas. Na cacofonia de opiniões opostas desencadeadas na esfera pública só se pressupõe uma coisa: o consenso sobre os princípios da Constituição comum que legitima todas as outras disputas. **Dante este pano de fundo consensual, o processo democrático como um todo consiste em uma maré de dissensos, que é constantemente agitada pelos cidadãos na busca, orientada à verdade, por decisões racionalmente aceitáveis.** (Habermas, 2023, p. 42-43 – Grifo nosso)

Uma teoria da democracia, para Habermas, mais do que se estender como teoria projetada normativamente, consiste em reconstruir racionalmente tais princípios a partir das noções do direito vigente e das concepções de legitimidade dos cidadãos. Neste sentido, destaca o que deve ser a política deliberativa.

(...) para mim, a política deliberativa não é um ideal elevado a partir do qual teríamos de medir a realidade desprezível, mas, sim, nas sociedades pluralistas, um pré-requisito para a existência de qualquer democracia digna desse nome. Pois quanto mais heterogênea forem as situações sociais, as formas de vida culturais e os estilos de vida individuais de uma sociedade, tanto mais a falta de um consenso de fundo existente *a fortiori* precisará ser compensada pelo caráter comum da formação pública da opinião e da vontade. (Habermas, 2023, p. 36)

Assim, justifica a ênfase no dissenso observando que o caráter deliberativo da formação da vontade e da opinião é avaliado, na esfera pública política, pela qualidade discursiva das contribuições e “não pelo objetivo de um consenso que, aliás, é inatingível; pelo contrário, a orientação à verdade pelos participantes deve incentivar uma disputa aberta de opinião na qual emergem opiniões públicas concorrentes” (Habermas, 2023, p. 43).

O contributo da razão continuará a ser primordial no futuro das nossas sociedades, pois só através dela é imaginável a normal expressão das energias utópicas e das forças libertárias. Para Esteves (2003, p. 45), nenhum projeto de emancipação pode prescindir do “recurso à razão, mas isso não significa uma fé cega nas suas possibilidades: o futuro é uma questão sempre em aberto, não é antecipadamente ditado pelas chamadas “leis da história”, mas depende acima de tudo da vontade (contingente) dos homens”.

1.8.1 A Nova Escola de Frankfurt e a Reificação

O problema da reificação tornou-se patente enquanto preocupação científica devido à reflexão sistemática sobre a racionalização social, na qual Lukács (2003) desempenhou um papel pioneiro com investigações sobre a filosofia

de vida burguesa, através do livro História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista, publicado em 1923. Posteriormente, a questão atraiu outros investigadores dando lugar a uma reflexão crítica consistente sobre a *ideologia*; diretamente associada a potenciais concretos da razão mobilizados pela cultura moderna, a reificação começou assim por se apresentar de uma forma socialmente operativa e empiricamente apreensível. É este projeto que, segundo Esteves (2003, p. 47), “a atual proposta crítica procura reatar, a partir da teoria da ação e tendo em vista apreender as formas concretas de reificação, que se apresentam nos diferentes níveis de vida e esferas sociais de experiência.”

Portanto, faz-se necessário ao pensamento crítico a reflexão sobre problemas diretamente associados à questão da reificação e às práticas comunicacionais: a integração social, a socialização (processo e principais mecanismos) e a contestação (as práticas de resistência à lógica unitária que procura integrar de forma estritamente funcional a generalidade dos processos sociais).

A integração social é indissociável da questão mais geral que é a organização da sociedade, assumindo por esta razão uma dimensão política determinante. Entre os representantes da primeira teoria crítica prevaleceu uma visão profundamente pessimista do processo de integração: uma forma de violência social que tem como objetivo a submissão dos indivíduos.

A perspectiva da nova teoria crítica sobre a questão da integração social é completamente distinta. Em função dos seus pressupostos teóricos e da atenção dispensada aos indícios do atual processo social, a sua posição é mais cautelosa e atenta à complexidade dos múltiplos mecanismos que intervêm no processo de integração. A visão unilateral anterior, que subordinava a integração aos imperativos incontornáveis de uma pretensa dominação totalitária, a teoria crítica contrapõe hoje uma pesquisa mais sistemática sobre os processos sociais concretos que geram as crises sociais e as diversas perturbações culturais; estas apresentam-se como resultado de determinadas dinâmicas sociais e não podem ser associadas de forma simplista à modernidade (ou à razão) nem encaradas como fatalismos. (Esteves, 2003, p. 49)

Este interesse pelos processos empíricos (e pela sua investigação) conduz a um estudo mais pormenorizado das diferentes linhas de evolução das sociedades burguesas-capitalistas, tendo em vista, em termos teóricos, reconstituir o vasto quadro de possibilidades de organização da sociedade que foi aberto pela modernidade, mas que as dinâmicas sociais e políticas concretas apenas permitiram de modo parcial.

A compreensão em termos críticos do fenômeno da integração social precisa considerar, como um nível social prioritário do movimento da modernidade, o chamado “mundo da vida” que se pode identificar com o universo simbólico das esferas socioculturais. As exigências em termos de integração que se colocam a este nível são tão ou mais importantes que as resultantes dos sistemas funcionais de ação, pois é aí, ao nível simbólico da vida humana e da organização das sociedades, que se verifica a estruturação da prática social através da comunicação e de acordo com princípios racionais e críticos. Assim, podem-se distinguir dois processos de integração: a integração social propriamente dita – sociocultural e estruturada simbolicamente – e a integração sistêmica – funcional. As respectivas dimensões, ordens de complexidade, consequências, etc., são distintas. Neste contexto, a primeira fonte de inspiração da teoria crítica são os próprios potenciais críticos presentes na vida social e no universo simbólico da vida quotidiana. (Esteves, 2003, p. 50)

As perturbações ao nível da integração social têm como origem a relação tensional entre tendências divergentes da evolução social e do processo de desenvolvimento. Elas estão sobretudo associadas à expansão dos sistemas funcionais da sociedade: a partir do momento que estes passam a liderar e a hegemonizar a dinâmica social, impondo uma orientação unidimensional à ação social que afeta os contextos socioculturais. A esfera privada e o espaço público veem-se relegados a uma condição colonizada, periférica, e são apropriados como meros contextos exteriores, o entorno dos sistemas de regulação, tornando-se constantemente vulneráveis às crises funcionais da sociedade. (Esteves, 2003, p. 51)

Assim, as perturbações ao nível da integração social surgem sempre que os problemas de ordem sistêmica – as exigências funcionais e performativas, o excesso de complexidade, etc. – geram distúrbios aos níveis mais elementares da vida social, tanto na economia doméstica privada (e nas esferas da intimidade que lhes são próprias) como na vida cívica dos cidadãos. (Esteves, 2003, pp. 51-52)

É esta tensão que constitui o principal motivo de interesse da análise crítica. Isto impõe, em termos de trabalho científico, uma pesquisa sistemática sobre os processos que tendem a rotinizar as crises de regulação sob a forma de patologias socioculturais e uma atenção especial às perturbações que afetam a discussão pública e, consequentemente, a cultura e a personalidade, impedindo uma certa estabilização global da sociedade.

Portanto, estes distúrbios ao nível dos processos de integração social também podem ser compreendidos como uma desestruturação da prática comunicacional; como refere Habermas, “em vez dos fenômenos de anomia (e de falência da legitimidade e da motivação que subsistem à anomia), surgem agora os fenômenos de alienação e insegurança das entidades coletivas. (...) a colonização do mundo da vida traduz-se na reificação da prática comunicacional quotidiana” (Habermas, 2012-II, pp. 424-425).

A partir deste quadro teórico geral é possível estabelecer uma concepção alternativa do processo de integração, assim como uma análise comparativa dos grandes sistemas de organização da sociedade (tendo em conta as formas de integração privilegiadas de cada um deles). A frustração de expectativas sociais relacionadas com os níveis de reprodução material tem consequências tanto ao nível dos sistemas (crises) como ao nível do universo simbólico (patologias socioculturais). (Esteves, 2003, p. 52)

Em ambos os modelos de organização da sociedade, a forma mais imediata de contrariar estas tendências desagregadoras é a compensação das crises de regulação através das energias simbólicas, isto é, o universo sociocultural passa a funcionar como uma espécie de escudo de proteção dos déficits de reprodução material. Contudo, sob a forma da monetarização ou da

burocratização dos níveis mais fundamentais da vida humana e das relações sociais, as tendências patológicas ao nível do universo sociocultural sempre estiveram presentes no desenvolvimento da modernidade ocidental. (Esteves, 2003, p. 53)

O radicalismo da primitiva teoria crítica da sociedade está bem patente na forma simplista como encara os diversos mecanismos sociais de integração, especialmente a família que, como instituição primordial da socialização, é reduzida por estes autores a mera extensão dos sistemas funcionais; “uma espécie de antecâmara destes sistemas, com o único objetivo de preparar os agentes sociais para as exigências dos mercados de trabalho e político, garantindo assim antecipadamente uma submissão isenta de conflitos.” (Esteves, 2003, p. 54)

A transformação na forma de conceber o papel da instituição familiar, na nova teoria crítica, significa a substituição do paradigma psicanalítico (freudiano), pela teoria do desenvolvimento cognitivo e moral (Piaget), que permite estabelecer uma nova compreensão das perturbações clínicas diagnosticadas empiricamente. No tocante ao processo de formação da identidade, a teoria psicossocial da intersubjetividade que tem por base a dinâmica das interações de George Mead toma o lugar do modelo simplista da teoria das pulsões (fundado também nos pressupostos de uma filosofia da consciência – relação sujeito-objeto).

Desta maneira, a despeito da colonização devastadora que os sistemas funcionais exercem sobre mundo da vida, torna-se possível descobrir também nas instituições de socialização e de integração social resíduos de uma resistência enraizada no universo simbólico como tentativa sociocultural de se contrapor à formalização sistemática e abstrata das práticas sociais. Esta nova concepção crítica, segundo Esteves (2003, pp. 55-56), descobre, na vida regular das instituições e nos seus contextos de sociabilidade, como pontos de ancoragem das formas culturais racionalizadas, vestígios de uma socialização que, sobretudo por meios informais, continua a realizar-se dentro dos parâmetros da compreensão intersubjetiva.

1.8.2 Os Recursos Simbólicos e uma Nova Teoria Geral da Comunicação

A colonização do mundo da vida pelos sistemas funcionais implica o confronto entre a hegemonia do “núcleo de eficácia produtivista” da estrutura de poder, constituído por camadas sociais heterogêneas que estão diretamente associadas aos processos de produção e que têm interesse no reforço do crescimento capitalista, de um lado, e do outro lado uma periferia constituída por estratos sociais muito heterogêneos, sensível às consequências autodestrutivas da crescente complexidade social e que recusa o modelo de desenvolvimento prevalente. (Esteves, 2003, p. 66)

Este novo cenário da correlação de forças envolvidas na confrontação ideológica da reprodução ou transformação da realidade social configura uma “nova política” que se caracteriza nas sociedades mais desenvolvidas como uma espécie de revolução silenciosa que se pôs em marcha e se vai institucionalizando na base da crítica ao crescimento descontrolado. Para Esteves (2003, p. 67),

Os contornos deste movimento, porém, permanecem ainda muito indefinidos, dado o carácter compósito e flutuante das manifestações de protesto, a variabilidade dos recrutamentos e dos temas mobilizadores. Por agora, o mais que podemos dizer sobre esta “nova política” é que ela se constitui de modo refratário às orientações políticas convencionais (os problemas da segurança económica, social, territorial e militar); em contrapartida, privilegia as questões relativas à qualidade de vida, aos direitos cívicos e à realização do indivíduo.

É preciso atentar para as motivações profundas destes movimentos sociais, como as frustrações do quotidiano, o empobrecimento cultural e racional e o profundo mal-estar instalado: no mundo do trabalho ameaçado pelas “exigências mercantilistas (a instrumentalização do trabalho profissional em função do lucro, a sua disponibilização em função do mercado, a concorrência e a competitividade hipostasiadas, cada vez mais a partir de níveis de formação precoces)”; e no mundo da política, com a crise do sistema de partidos, o surgimento de novas formas de participação (mais personalizadas,

diretas e expressivas), de novos espaços de intervenção com novos temas – “a questão política e o poder já não se jogam apenas em termo institucionais, mas cada vez mais ao nível microssocial, nos tempos de lazer, na prestação de serviços, nas condições de bem-estar e da qualidade de vida”. (Esteves, 2003, pp. 69-70)

Assim, pode ser descrito o quadro geral de um esboço do movimento contra-institucional que busca se opor à ação colonizadora dos meios de controle sistêmico sobre o mundo da vida, através da construção de novos sentidos para o trabalho, para a política e para a interação em geral, associada a formas originais de sociabilidade, intercompreensivas e em bases de afinidades originais.

No universo conturbado dos nossos dias, os sinais de esperança cruzam-se com as nuvens mais ameaçadoras – a intolerância religiosa, a xenofobia e o racismo, o fascismo e todos os novos fundamentalismos. Nestas condições, os vaticínios quanto ao futuro não são fáceis nem podem ser muito optimistas. Mas a tarefa da ciência e do conhecimento não chega tão longe, cabe-lhes apenas dar conta destas novas dinâmicas sociais e reconquistá-las para a reflexão, para a partir delas reproblemizar, sob uma nova perspectiva (mais compreensiva, atenta à complexidade e assumindo as suas responsabilidades), a política na atualidade. Os factos comprovam que as energias utópicas não estão esgotadas e que as formas de contestação se mantêm vivas; daqui decorrem encargos para a teoria social que não se situam num plano estritamente intelectual, mas são exigências da própria ação social – tanto mais urgentes quanto confusas são as orientações reinantes nas condutas individuais e nos movimentos sociais. (Esteves, 2003, p. 70)

Marcada por conflitos, a crescente influência dos sistemas funcionais sobre o universo sociocultural não é pacífica, encontrando sempre resistências por parte dos contextos de vida estruturados comunicacionalmente, o que evidencia que a reificação das relações sociais e da comunicação não é uma fatalidade, uma consequência irresistível, determinada previamente. Ao contrário, a reificação não é mais do que um dos resultados possíveis do

confronto complexo, persistente e imprevisível entre tendências e contrata tendências no interior da sociedade.

Esta realidade exige uma concepção da dinâmica dos conflitos sociais que reconheça que “não são as contradições internas do sistema econômico, mas as contradições gerais, entre as necessidades dos sistemas sociais e as necessidades das pessoas, que dominam o nosso tipo de sociedade” (Touraine, 1969, p. 71 conforme Esteves, 2003, p. 65).

1.8.3 A Teoria Crítica e o Panorama Atual das Ciências Sociais

O pensamento crítico, desde o início de sua história, teve como alvo principal o positivismo e a incapacidade desta filosofia de ciência de desenvolver um programa de estudos que possa explicar os paradoxos da racionalização. Ao privilegiar a dinâmica social dos sistemas funcionais, a sociologia positivista e empiricista assume-se como instrumento de reificação, ao institucionalizar uma visão reificada da vida social elegendo como seu objeto de estudo a dinâmica e necessidades dos sistemas funcionais como único aspecto da realidade, o qual trabalha de forma abstrata e sem chegar a justificar de forma consistente essa sua opção. (Esteves, 2003, pp.70-71)

Contudo, além da refutação categórica dos pressupostos positivistas e das metodologias empiricistas, a teoria crítica coloca hoje em jogo um trabalho epistemológico *compreensivo* das outras teorias e ciências sociais, para determinar os seus limites e capacidades. Com a perda da hegemonia que o positivismo desfrutava em outros tempos, há uma alteração do quadro geral das ciências sociais com grande diversificação das perspectivas de investigação. Esta mudança de cenário da crítica epistemológica está associada à mudança de paradigma teórico, com a substituição da filosofia da consciência pelo paradigma da comunicação (Filosofia da Linguagem). Uma consequência desta mudança de paradigma é que a identidade da teoria crítica deixou de ser marcada pela confrontação com as correntes de investigação tradicionais e passou a envolver um diálogo com elas, num esforço de esclarecimento/ilustração desses outros pontos de vista sobre a realidade social e recolhendo deles contributos próprios.

Segundo Esteves (2003, p. 72), outra característica deste novo projeto epistemológico é a superação de preconceitos quanto aos procedimentos de trabalho fundamentais como a experimentação, a quantificação e a verificação – objeto de uma abordagem criteriosa, utilizados sob controlo crítico e dentro de limites de validade bem definidos.

1.8.4 A crítica ao positivismo na antiga e nova Escola de Frankfurt

Segundo Axel Honneth (1999), ao incorrer no equívoco de tentar justificar as ciências apenas num nível metodológico, o positivismo desvincula-se tanto da consciência de suas próprias raízes societárias quanto do conhecimento de seus objetivos práticos.

Na negação da estrutura prática das teorias científicas, Horkheimer e Marcuse viam, naturalmente, não só o erro do positivismo contemporâneo, mas também a deficiência da moderna compreensão da teoria em geral; Horkheimer remonta a Descartes as raízes dessa consciência positivista que permite às ciências aparecerem como uma empresa pura, totalmente desvinculada dos interesses práticos. “Teoria tradicional” é o nome que ele dá a essa tradição de cientificismo que atravessa todo o período da modernidade; a esta tanto ele como Marcuse opunham a “teoria crítica”, entendida como teoria sempre ciente de seu contexto social de origem, assim como do seu contexto de aplicação prática. (Honneth, 1999, pp. 508-509)

No desenvolvimento de sua trajetória científica, Honneth registra que Jürgen Habermas acrescentou teorias que tinham pouco em comum com a tradição filosófica da teoria crítica, como a antropologia filosófica, a hermenêutica, o pragmatismo e a análise linguística, mas que lograram reconhecimento, pois evidenciaram claramente a motivação com os objetivos originais da teoria crítica e sua refutação do funcionalismo, buscando oferecer um quadro de referência para uma concepção diversa da sociedade.

A percepção da intersubjetividade linguística da ação social constitui a base dessa tese. Habermas chegou à premissa fundamental de sua teoria

por via de um estudo da hermenêutica e da análise de Wittgenstein; aí aprendeu que os sujeitos humanos estão *ab initio*, isto é, desde sempre unidos uns aos outros na busca da compreensão pela língua. A forma de vida dos seres humanos distingue-se por uma intersubjetividade enraizada nas estruturas da língua; portanto, para a reprodução da vida social, a busca da compreensão mútua graças à língua representa um pressuposto fundamental, o mais importante mesmo. (Honneth, 1999, p. 538)

Desta maneira, observa que Habermas utiliza como ponto de partida de sua tese o debate com a tradições filosófica e sociológica contemporâneas, criticando a tendência do positivismo de reduzir todas as matérias político-práticas a problemas de decisões tecnicamente apropriadas, afirmando, contrariamente ao funcionalismo sociológico, que as tarefas reprodutivas de uma sociedade são sempre determinadas pela autocompreensão normativa de sujeitos comunicativamente socializados e que funções vitais nem sempre são encontradas em contextos de vida humanos. Assim, articulou uma concepção da história ampliada no sentido da teoria da ação que representou uma revisão crítica do marxismo economicista:

(...) se a forma de vida humana se distingue por obter compreensão pela língua, então a reprodução social não pode ser reduzida à dimensão única do trabalho, como propõe Marx em seus escritos teóricos. Ao contrário, além da atividade de transformar a natureza, a prática da interação linguisticamente mediada deve ser encarada como uma dimensão igualmente fundamental do desenvolvimento histórico. (Honneth, 1999, pp. 538-539)

A partir dessa consideração, Honneth identifica o rompimento de Habermas com os pressupostos fundamentais da filosofia da história até então determinantes na tradição da teoria crítica, deixando de entender como traço característico da socialização humana, como ainda insistiam Adorno, Horkheimer e Marcuse, a operação continuamente expandida de transformar a natureza, para enfatizar o fato de a garantia coletiva de existência material depender, desde o início, da manutenção simultânea de um acordo comunicativo.

Uma vez que os seres humanos, de acordo com a sua natureza, só conseguem formar sua identidade pessoal no universo intersubjetivamente legado de um grupo social e nele mover-se, a interrupção deste processo comunicativo de obter compreensão violaria um dos postulados da sobrevivência humana, tão fundamental como o da apropriação da natureza. A comunicação linguística é o veículo graças ao qual os indivíduos garantem aquela reciprocidade em atos e concepções de valor tão necessária para que as tarefas da reprodução material possam ser socialmente regidas. (Honneth, 1999, p. 539)

Nesta revisão decisiva de Habermas, vislumbra uma teoria independente da sociedade com uma nova formulação da teoria crítica, a partir do momento em que os dois conceitos de ação, “trabalho” e “interação”, forem dotados de diferentes categorias de racionalidade. Esse passo, potencialmente fértil, resulta do interesse de Habermas em incorporar na nova distinção entre os dois tipos de ação uma teoria de racionalização social. (Honneth, 1999, p. 540)

Neste sentido, Honneth entende que todos os desenvolvimentos da teoria de Habermas, nos anos 70, seguiram as linhas desse conceito de sociedade no qual os sistemas de ação racional e intencionalmente organizados distinguem-se da esfera da prática diária comunicativa, com formas separadas de racionalização sendo exigidas para ambas as esferas sociais.

Aqui, a pragmática universal de Habermas serve para esclarecer ainda mais a infraestrutura linguística da ação comunicativa; uma teoria da evolução social explicita a lógica do desenvolvimento do conhecimento social e, portanto, o processo de racionalização em sua dupla forma; finalmente, com a posterior aceitação de concepções da teoria de sistemas, Habermas tenta determinar os mecanismos pelos quais as esferas de ação social se transformam em sistemas racional e intencionalmente organizados. (Honneth, 1999, pp. 540-541)

Na teoria de Habermas, Honneth salienta ainda que o conceito de racionalidade comunicativa assumiu a mesma posição-chave que o conceito de

racionalidade instrumental ocupou na dialética do Iluminismo, chamando a atenção para o fato de que, enquanto Adorno e Horkheimer desenvolveram a dinâmica evolutiva de um processo histórico em que o presente é visto como em estado de crise, a partir da forma de racionalidade da natureza, Habermas passa a considerá-lo a partir do potencial racional da ação comunicativa.

O traço básico de sua construção é que, nos atos de fala comunicativos, em virtude dos quais as ações dos indivíduos são coordenadas, reivindicações de validade culturalmente invariáveis são acumuladas, sendo aos poucos diferenciadas historicamente, no curso de um processo de racionalização cognitiva. (Honneth, 1999, pp.541-542)

1.9 A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA E A DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Diante dos desafios colocados à crítica epistemológica, Habermas defende a importância de um pluralismo epistêmico que possibilite a convivência das três tradições científicas: 1 Ciência Empírico-Analítica – com a relativização da presunção positivista do acesso à verdade absoluta (o conhecimento completo) pela dúvida radical da consciência falibilista; 2 Ciência Histórica-Hermenêutica – com a flexibilização do fechamento do círculo hermenêutico em favor de uma “quase-transcendentalização”, em busca de inferências teóricas mais amplas do que a interpretação de um sujeito transcendental fora do mundo e da história, no sentido da Teoria da Comunicação fundada na filosofia da linguagem/teoria do discurso; 3 Ciência Crítica – com a superação da visão pessimista da exclusividade da racionalidade instrumental, presa à filosofia da consciência, e o reconhecimento da racionalidade comunicativa e da importância da reprodução simbólica da realidade.

Para instrumentalizar a pesquisa no contexto do pluralismo epistêmico, Habermas propõe uma dupla metodologia distinguindo mundo da vida e sistema:

- a. a interpretação/compreensão (perspectiva da participação interna) do sentido das relações interpessoais estabelecidas no mundo social;
- b. a observação (perspectiva externa) das regularidades das coisas e estados de coisas do mundo objetivo.

A investigação volta-se muito mais para as estruturas profundas do pano de fundo do mundo da vida, estruturas que se corporificam nas práticas e operações de sujeitos capazes de falar e agir. A análise transcendental procura os traços invariáveis recorrentes na diversidade histórica das formas de vida socioculturais. Visto que o conceito da experiência é compreendido pragmaticamente, o conhecimento é considerado uma função de processos de aprendizagem, para os quais o conjunto das práticas do mundo da vida fornece sua contribuição. Disso resulta uma arquitetônica de mundo da vida e mundo objetivo, à qual corresponde um dualismo metodológico de compreensão e observação (Habermas, 2004b, p. 19).

Este dualismo metodológico fundamenta-se na distinção de posturas **epistemica**, adequada à observação do mundo objetivo, e de **compreensão/interpretação** dos valores e normas morais vigentes no mundo social. Instado a se posicionar quanto à filiação na questão epistemológica entre realismo e construtivismo, ele respondeu:

Sim, sou um realista nas questões epistêmicas e um construtivista nas questões morais. Sou um realista de um tipo específico, um realista segundo o viés pragmático. Estou convicto de que, na prática, não podemos senão nos opor a um mundo objetivo feito de entidades independentes da descrição que fazemos delas; um mundo que é mais ou menos o mesmo para todos (Habermas, 2004a, p. 46-47).

A destranscendentalização da razão pretendida por Habermas como neokantiano não se refere substancialmente aos objetos, mas à maneira como os conhecemos, procurando reconstruir as condições gerais e necessárias capazes de torná-los passíveis de experiência e conhecimento. Este

questionamento transcendental pode ser generalizado quando concebido além do âmbito da categoria mentalista de auto-reflexão do indivíduo isolado e aplicado ao processo intersubjetivo de construção de conhecimento para solucionar problemas práticos na vida cotidiana. Segundo Habermas, com a deflação pragmática do idealismo kantiano (detranscendentalização), a análise transcendental passa a representar a busca das condições supostamente universais, ou seja, apenas, na realidade, inevitáveis para que os cidadãos possam desempenhar determinadas práticas e operações fundamentais na vida social.

Neste contexto, para garantir a máxima legitimidade no processo de construção de consensos buscando a solução de problemas práticos de relacionamento interpessoal devido a sentidos do pano de fundo cultural que se tornaram malsucedidos e passíveis de uma dramatização crítica na esfera pública, Habermas propõe uma ética da discussão ou comunicativa baseada em dois princípios:

1. **o princípio do discurso** – abertura (ou inexistência de regra de exclusão) de todos os concernidos pelo assunto em condições de igualdade na discussão em que só deve prevalecer a força lógica do melhor argumento para evitar o esvaziamento do debate pelos meios de controle sistêmico poder do aparelho de estado e dinheiro das corporações do mercado;
2. **o princípio de universalização** – possibilidade de todos os envolvidos na discussão vincularem-se à deliberação da comunidade de comunicação, mesmo aqueles que eventualmente foram voto vencido, tendo em vista ser mais importante o seu pertencimento ao colegiado compartilhando direitos e deveres iguais e o reconhecimento da correção ética do processo decisório, com a universalização sendo concebida de forma aproximativa.

A ética da discussão habermasiana tem sua ênfase na identificação de um procedimento na deliberação das questões públicas que garanta a maior legitimização possível em cada determinado momento histórico das formações sociais. Desta maneira, Habermas descarta qualquer possibilidade de

estabelecer a priori conteúdos que devessem ser considerados válidos, garantindo o caráter radicalmente democrático do processo de deliberação e conferindo ao escrutínio da comunidade de comunicação e o direito pleno de alteridade de seus jurisconsortes (membros de uma comunidade de direitos e deveres iguais), ou seja, o direito inalienável de dizer sim ou não em qualquer assunto e situação.

Na discussão dos modelos normativos de democracia, Habermas vai argumentar que a aplicação da teoria do discurso ou da ética da discussão à questão da democracia significa uma proposta de superação dos limites das concepções liberal e republicana de democracia. Segundo o pensador alemão, a concepção liberal apresenta uma visão completamente individualista da função da democracia e negativa com relação ao Estado e ao Direito. Por outro lado, a concepção republicana, mesmo tendo o mérito de representar um avanço significativo em relação à concepção liberal, ao reconhecer a soberania do interesse público e da possibilidade do autogoverno da sociedade (superação da dicotomia governantes/governados através de uma discussão racional na esfera pública que garanta a livre e legítima deliberação do conjunto dos cidadãos), não consegue definir um programa concreto para o desenvolvimento democrático da sociedade, limitando-se a explicar o maior ou menor nível de democracia às virtudes ou vícios dos cidadãos. Daí a importância de uma concepção de democracia que prescreva uma forma de funcionamento das deliberações públicas capaz de garantir um desenvolvimento crescentemente mais legítimo, isto é, mais democrático.

Na aplicação empírica de seu modelo, Habermas (1997) vai rever o conceito de esfera pública, que anteriormente era identificada com o grupo de pessoas burguesas que faziam “um uso público da razão” para limitar o poder do monarca, substituindo-o por uma concepção em que

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (...) a esfera pú-

blica se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. (Habermas, 1997, p. 92)

O mérito desta nova concepção de esfera pública é de se prestar a uma aplicação empírica em que não só fica evidente a predominância da comunicação sistematicamente distorcida, quando a estrutura de poder faz valer seus privilégios materiais e simbólicos para preservar seus interesses particulares poderosos, mas também, nas situações de crise, vislumbra a possibilidade dos indivíduos e grupos subalternos da periferia conquistarem mudanças na ordem institucional.

Desta maneira, Habermas descreve as três formas em que pode se dar a deliberação pública: o Modelo de Acesso Interno, quando a decisão acontece seguindo exclusivamente a lógica interna da estrutura de poder (grupos poderosos que controlam o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado; o Modelo de Mobilização, que se verifica quando a deliberação foge ao controle interno exclusivo da estrutura de poder e precisa ser institucionalizada no espaço da visibilidade jornalística, onde prevalece o interesse que consiga articular a maior mobilização para obter a anuência, nem que seja tácita, das “galerias da opinião pública”; e o Modelo de Iniciativa Externa, que acontece nos momentos de crise em que “um grupo que se encontra fora da estrutura governamental articula uma demanda, tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente.” (Habermas, 1997, pp. 113-114)

Em caso normal, observa Habermas que os temas e sugestões seguem um caminho que corresponde mais ao primeiro e ao segundo modelos, menos ao terceiro.

Enquanto o sistema político for dominado pelo fluxo informal do poder, a iniciativa e o poder de introduzir temas na ordem do dia e de

torná-los maduros para uma decisão pertencem mais ao governo e à administração do que ao complexo parlamentar; e enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguirem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social. (Habermas, 1997, pp. 114-115)

No terceiro modelo de acesso externo, os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência da situação de crise. Com efeito, apesar da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de de ação e das desvantagens estruturais, “eles têm a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político”. (Habermas, 1997, p. 115)

Os exemplos concretos deste modelo de acesso externo à estrutura de poder, da periferia, às deliberações políticas comprovam a autocompreensão normativa dos meios de comunicação – os veículos não podem na transparéncia do espaço público contrariar o interesse coletivo e o bem-comum – e a relativa autoridade do público.

A partir do momento em que o espaço público se estende para além do contexto das interações simples, entra em cena uma diferenciação que distingue entre organizadores, oradores e ouvintes, entre arena e galeria, entre palco e espaço reservado ao público espectador. Os papéis de ator, que se multiplicam e se profissionalizam cada vez mais através da complexidade organizacional, e o alcance da mídia, têm diferentes chances de influência. Porém, a influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos

que possui os mesmos direitos. O público dos sujeitos privados tem que ser convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles sentem como relevantes. O público possui esta autoridade, uma vez que é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública, na qual atores podem aparecer. (Habermas, 1997, pp. 95-96)

Segundo Habermas, é necessário distinguir entre atores que surgem espontaneamente do público e participam na reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela, como acontece, por exemplo, no caso dos grandes grupos de interesses, bem organizados e ancorados em sistemas de funções, que exercem influência no sistema político através da esfera pública.

Todavia, eles não podem usar manifestamente, na esfera pública, os potenciais de sanção sobre os quais se apoiam quando participam de negociações reguladas publicamente ou de tentativas de pressão não-públicas. (...) as opiniões públicas que são lançadas graças ao uso não declarado de dinheiro ou poder organizacional perdem sua credibilidade, tão logo essas fontes de poder social se tornam públicas. Pois as opiniões públicas podem ser manipuladas, porém não compradas publicamente, nem obtidas à força. Essa circunstância pode ser esclarecida pelo fato de que nenhuma esfera pública pode ser produzida ao bel-prazer". (Habermas, 1997, pp. 96-97)

Por fim, cabe a observação de que a ética da comunicação pressupõe uma concepção da ética não só baseada na teoria do discurso, mas também numa concepção cognitivista do desenvolvimento da consciência moral. Na análise deste processo, baseado na reflexão de Kohlberg, Habermas (1989, p. 18-20) distingue três estágios: o nível pré-convencional, o nível convencional e o nível pós convencional. No primeiro, destaca o desconhecimento do ator quanto à importância do contrato social convencionado socialmente para o nível da qualidade de vida que usufrui, o que o leva a seguir a norma única e exclusivamente para não sofrer a sanção. No nível convencional, observa que já existe, por parte do ator social, o reconhecimento da relevância

do conjunto de normas estabelecidas para a realização de seus projetos pessoais, através da estabilização das expectativas dos outros quanto ao seu comportamento, e, assim, se constituir também num fator para o desenvolvimento civilizatório, mas salienta que esta adesão à realidade social se dá de forma naturalizada, sem consciência de que se trata de um produto humano passível de aperfeiçoamento constante, tendo em vista que sempre possui as imperfeições decorrentes dos limites do falibilismo humano. Por fim, o nível pós-convencional de desenvolvimento da consciência moral é descrito como o único em que o ator social tem plena consciência de que o contrato social convencionado é uma construção cultural humana e, portanto, exige a mobilização dos cidadãos pela sua revisão toda vez em que ficar evidente o comprometimento da soberania (liberdade) das pessoas sobre o seu destino ou a própria vida. Nesta situação, é confirmada a imprescindível concepção construtivista da realidade social.

1.9.1 Novas Tendências da Pesquisa Social e a Teoria Crítica

A teoria dos sistemas teve as suas primeiras aplicações no âmbito dos estudos sociais nas ciências econômicas e de gestão e nas ciências da administração, as quais permanecem ainda hoje como os seus domínios de eleição. O cerne do debate entre Luhmann e Habermas, travado durante mais de três décadas, numa perspectiva crítica, situa-se na *hipostasia da dinâmica sistêmica*: a inversão da ordem de prioridades entre a teoria da comunicação e a teoria dos sistemas sociais, que tem como consequência a marginalização dos contextos estruturados simbolicamente. A teoria dos sistemas, ao fazer depender a interação comunicacional da dinâmica dos sistemas sociais, reduz os domínios da cultura, da identidade e da socialização a uma condição menor, concebendo-os como espécie de vestígios arcaizantes da condição humana, que não foi possível ainda remover inteiramente da vida social. Em síntese, os pressupostos de que parte a teoria dos sistemas sociais tornam-na insensível aos fenômenos patológicos da modernidade, os quais se veem reduzidos, em termos funcionalistas, a meros problemas de

equilíbrio/estabilidade dos sistemas sociais, da sua dinâmica interna ou das relações entre os diferentes sistemas.

Para superar esta limitação, Habermas se utiliza de uma concepção aberta da teoria dos sistemas, que comporta a avaliação dos sistemas funcionais, mas também é capaz de analisar os fenômenos patológicos que atingem os domínios da cultura, da identidade e da socialização no contexto da teoria da comunicação, além do âmbito da filosofia da consciência que envolve a interpretação hermenêutica, uma vez que atribui aos jurisconsortes da comunidade de comunicação o direito completo à sua alteridade, o direito de dizer sim ou não no julgamento de qualquer questão, cuja validade não pode ser avaliada previamente.

Outra importante frente de diálogo da teoria crítica é com a história social de inspiração marxista-weberiana. A expressão mais forte, nos nossos dias, desta forma de pensamento observa-se em certos meios intelectuais e científicos anglo-saxônicos que continuam a privilegiar uma visão da dinâmica social centrada na luta de classes. A partir deste ponto de vista desenvolvem um procedimento científico de tipo comparativista, baseado em tipologias estabelecidas de forma mais ou menos simplistas. (Esteves, 2003, p. 74)

Ainda que muito diferente da teoria dos sistemas, esta tradição historicista do pensamento sociológico também não chega a desenvolver uma interpretação satisfatória das patologias que atingem as nossas sociedades. O ponto de vista comparativista tende, em última análise, a esbater as especificidades próprias das diversas situações sociais: todos os “pormenores” que escapam aos quadros genéricos de comparação construídos são menosprezados, em benefício de uma orientação normativista que acaba por inibir um diagnóstico racional da realidade social. (Esteves, 2003, pp. 74-75)

Deve-se reconhecer como oferecendo a contribuição mais relevante para a formação de uma nova teoria da comunicação a convergência de pensamentos nascida do entrecruzamento da fenomenologia, da hermenêutica, da filosófica pragmática e do interacionismo simbólico, um conjunto de referências respeitáveis e de autores tão importantes como Schultz, Gadamer

e Mead, que trouxeram, cada um à sua maneira, contributos específicos à própria transformação do pensamento crítico.

No entanto, em alguns equívocos radicais, as pesquisas desenvolvidas com estas orientações expressam, no quadro geral das ciências sociais, uma espécie de imagem invertida da teoria sistêmica: privilegiam de forma tão acentuada os aspectos socioculturais que acabam por esquecer os condicionamentos sistêmico-funcionais (econômicos, organizacionais, administrativos) próprios das sociedades modernas e que constituem alícerces fundamentais do atual processo de desenvolvimento.

Assim se ergue uma sociologia compreensiva com inegáveis méritos, mas também com limitações incontornáveis: a realidade social tende a ser vista como *puro simbolismo*, conjunto de representações coletivas e de imagens do mundo tomadas nas suas formas de existência mais imediata e objeto de uma *análise imanentista*. O paradigma sociológico que talvez melhor representa esta tradição é a microssociologia interacionista, centrada nas interações da vida quotidiana, cujo simbolismo procura reconstituir por métodos de observação participante. (Esteves, 2003, p. 75)

Nesta perspectiva, fica evidente que este ponto de vista também não permite constituir uma interpretação global das formas patológicas da modernidade e do processo de evolução social. Garante Esteves (2003, p. 76) que “o simbolismo da vida social encarado desta forma tradicionalista e a subjetivação de contextos sociais muito restritos (as subculturas idealizadas) hipostasiam um *efeito patológico global*: a modernização já não gera patologia, torna-se ela própria patológica”.

Para Esteves (2003, p. 105), na perspectiva da teoria crítica, é necessário colocar novas questões relativas à comunicação nas sociedades modernas e, em especial, ao sistema midiático instalado. Questões relacionadas com o poder dos *media* (entendido como um bem social e não mero dispositivo de eficácia), os *sistemas de propriedade* e as suas consequências sociais e culturais, as *técnicas midiáticas* e o enraizamento dos *comportamentos*

consumistas, a origem e o percurso histórico dos atuais meios e comunicação social e, enfim, a problematização do próprio *discurso político* (e da política em geral), em função das influências que as representações midiáticas exercem.

Na contextualização destas questões, a sociologia da comunicação deve superar os entraves próprios da hiper-especialização e constituir quadros interpretativos que deem conta dos contextos sociais e culturais, especialmente quanto aos aspectos econômicos e políticos. Para Esteves (2003, p. 105-106), este posicionamento se faz necessário para recuperar algumas das conclusões da investigação tradicional sobre a comunicação e os *media*, integrando-as de forma mais ampla, ou seja, enquadrando o sistema midiático num determinado contexto social e cultural, em estreita articulação com o sistema econômico e a cultura política.

Trata-se, em suma, de uma perspectiva social crítica construída com base no ponto de vista da comunicação e dos processos simbólicos, que é capaz de descortinar as ambivalências essenciais do mundo moderno. Tem em devida conta as transformações consumistas, a produção administrativa de um novo tipo de ideologia e a gestão planificada do consenso político, a tecnologização generalizada quer dos processos materiais de produção quer dos processos simbólicos de reprodução; mas consegue, mesmo assim, sob esta superfície gélida do mundo em mudança, descobrir as energias utópicas adormecidas e os impulsos libertários de uma cultura autônoma que teima em resistir. (Esteves, 2003, p. 108)

1.9.2 Discussão do Paradigma Construtivista Emergente

Rosalind Gill (2002) descreve, evidenciando o explícito compromisso desta perspectiva epistemológica com o pensamento crítico e a ética da comunicação, as características-chave do paradigma construtivista: a) criticidade com relação ao conhecimento aceito sem discussão e ao entendimento de que nossas observações sobre o mundo refletiriam sua natureza autêntica; b)

pressuposição das visões do mundo como histórica e culturalmente específicas e relativas; c) determinação do conhecimento pelos processos sociais e não pela própria natureza do mundo; e d) reconhecimento de que os sentidos e identidades das pessoas, problemas e fenômenos sociais são construídos nas interações simbólicas concretas e práticas vivenciadas no cotidiano.

Embora convencione-se situar historicamente o advento da guinada pragmática/linguística na década de 60 do século passado, para uma correta compreensão do seu significado na transição da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem, o que corresponde à superação da Teoria da Verdade como correspondência entre a representação e a realidade para a concepção da Teoria Consensual da Verdade, é relevante resgatar o legado de conhecimentos construídos desde o século XVII, com Kant, Simmel, Pierce, Mead, Weber, Schutz e outros autores algumas vezes identificados como anti-positivistas, que, de forma explícita ou implícita, argumentaram pela valorização da interação simbólica/comunicativa como fator essencial e fundador da sociedade humana.

1.9.3 A Origem Comum Kantiana

Kant (1724-1804) é o fundador da filosofia moderna no sentido em que ele reformulou a questão da relação entre a razão humana e a experiência (o mundo empírico). Embora raramente reconhecido pelos críticos contemporâneos do universalismo ahistórico de Kant, foi o método transcendental de Kant que abriu o caminho para uma compreensão construtivista do conhecimento (Morrow; Torres, 2002).

Neste sentido, a descoberta da subjetividade ensejada pelo processo de individualização realizado pela modernidade, para ser entendida como autêntica autonomia do indivíduo de acordo com a prescrição da condição de maioria, já estava presente em Kant quando entendia por uso público da própria razão aquele que qualquer um dela faz perante o grande público do mundo letrado e, portanto, a comunicação, na relação com os demais

integrantes da comunidade humana, conforme a sua resposta à pergunta sobre o que é o Iluminismo:

O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (Kant, 1993a, p. 11)

Numa atitude de reconhecimento do relativo espaço de liberdade a que o subordinado dispõe em relações de dominação na correlação de forças moderna, em que a assimetria de posições é garantida mais pela violência simbólica disseminada na reprodução simbólica da realidade do que pela força bruta da coerção física como prevalecia nas sociedades tradicionais, Kant atribui à preguiça e à covardia

as causas porque os homens em tão grande parte, após a natureza os ter há muito libertado do controle alheio (...), continuarem, no entanto, de boa vontade menores durante toda a vida; e também porque a outros se torna tão fácil assumirem-se como seus tutores. É tão cômodo ser menor. Se eu tiver um livro que tem entendimento por mim, um diretor espiritual que tem em minha vez consciência moral, um médico que por mim decide a dieta, etc., então não preciso de eu próprio me esforçar. Não me é forçoso pensar, quando posso simplesmente pagar; outros empreenderão por mim essa tarefa aborrecida. Porque a imensa maioria dos homens (...) considera a passagem à maioridade difícil e também muito perigosa é que os tutores de boa vontade tomaram a seu cargo a superintendência deles. (Kant, 1993a, p. 12)

Depois de se referir à dificuldade de se alcançar à ilustração para superar a condição de menoridade a que estão sujeitadas as grandes massas pela reificação, alienação e atomização envolvidas no processo de massificação, e ponderar que, através da revolução, se pode levar a cabo a queda do

despotismo pessoal e da opressão, mas nunca uma verdadeira reforma do modo de pensar, pois novos preconceitos, justamente como os antigos, servirão de rédeas à grande massa, Kant argumenta que

para esta ilustração, nada mais se exige do que a liberdade; e, claro está, a mais inofensiva entre tudo o que se pode chamar liberdade, a saber, um uso público da sua razão em todos os elementos. Mas agora ouço gritar de todos os lados: não raciocines! Diz o oficial: não raciocines mas faz exercícios! Diz o funcionário de Finanças: não raciocines, mas paga! E o clérigo: não raciocines, acredita! (Apenas um único senhor no mundo diz: raciocinai tanto quanto quiserdes, mas obedecei!) Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade. Mas qual é a restrição que se opõe ao Iluminismo? Qual a restrição que não o impede, mas antes o fomenta? Responde: o uso público da própria razão deve ser sempre livre e só ele pode levar a cabo a ilustração entre os homens; o uso privado da razão pode, porém, muitas vezes, coarctar-se fortemente sem que, no entanto, se impeça por isso notavelmente o progresso da ilustração. Mas por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado. (Kant, 1993b, p. 13)

Para salientar a sua convicção de que na sociedade moderna a fonte única e exclusiva da legitimidade das leis do Estado de Direito Democrático é a opinião pública, o filósofo alemão defende que o Estado deve

tomar a peito a sua necessidade do direito – o que não pode ocorrer por nenhum outro caminho a não ser o da publicidade, se um povo inteiro quer apresentar as suas queixas. Por isso, a interdição da publicidade impede o progresso de um povo para o melhor. (Kant, 1993b, pp. 106-107)

Neste sentido, pode-se identificar, claramente, na legislação que garante a manutenção do segredo sobre atividades criminosas do aparelho de estado em nome da segurança nacional e criminaliza severamente as iniciativas de divulgar estes delitos – como a de Snowden que se constitui num caso exemplar – um resíduo escandaloso do critério de legitimação medieval do poder

absoluto do monarca e sua política do segredo em contraste com o novo critério instituído na sociedade moderna pelo jornalismo ao erigir a opinião pública como fonte única e exclusiva de legitimação das leis do estado de direito e das deliberações políticas.

1.9.4 Mílovic e a argumentação como fundamento da ética

Segundo Míroslav Mílovic (2002, p. 292), a tentativa kantiana de estabelecer uma argumentação imune ao céptico, com a ideia da pragmática transcendental da linguagem, indica já a transformação da filosofia no caminho da teoria da linguagem, da comunicação, adquirindo uma nova postura transcendental – pois trata-se aqui das condições do pensamento implicitamente sempre admitidas – que pode ser entendida como pragmática da linguagem, visto que essas condições necessárias do pensamento apontam para a ideia de comunidade ideal.

Para declarar o que pensamos, pressupõe-se a comunidade de comunicação real, e para afirmar o que declaramos, antecipam-se as condições da comunidade ideal. Com base nisso, pode-se compreender o fato de a mente ter uma dimensão essencialmente social. A auto-reflexão e a auto-referência do sujeito não são possíveis no âmbito da moderna filosofia da consciência, mas somente o são em relação à comunidade de comunicação pressuposta. Em outras palavras, a investigação do teórico e do prático não pode ser feita separadamente daquela da comunicação. Acredito que essa possibilidade leva não só à superação do cientificismo, mas também do déficit da racionalidade filosófica. (Mílovic, 2002, pp. 292-293)

Segundo Mílovic, a reflexão filosófica coerente surge como a investigação da argumentação ou, ainda, como a filosofia da comunicação, o que faz com que o discurso nada mais seja do que a ideia da “autotematização da comunicação”. Por isso, a pragmática da linguagem encontra-se em vantagem porque reflete sobre suas próprias premissas, constituindo-a no nível em que é concluído o projeto da auto-reflexão e da racionalidade filosófica.

A pragmática da linguagem busca demonstrar justamente que a certeza é possível na filosofia, independente das contingências e circunstâncias. Mas uma coisa é comum e não encontra substituto tanto para os filósofos como para cientistas: todos devem oferecer seus argumentos, pois o pensamento tem a estrutura da comunicação. Com isso, pressupõe-se indiretamente a estrutura normativa, isto é, a ética da comunicação, no sentido de reconhecer os membros da comunidade de comunicação como parceiros equânimes no discurso. Parece que nessa perspectiva acha-se a resposta se existe algo que seja sempre obrigatório e, simultaneamente, se a fundamentação da ética é, ao final, possível. (Mílovic, 2002, p. 295)

Uma investigação mais coerente desse projeto da racionalidade aponta para a intersubjetividade como uma espécie de orientação que acentua a análise dos fundamentos da ética. O sujeito mesmo não fornece ainda uma base sólida para expressar a determinação das normas, ou seja, a determinação das relações com o outro. Ambas as questões, isto é, a da determinação da racionalidade e a da determinação da instância normativa são colocadas como objetivos da filosofia do discurso.

O discurso, por sua vez, parece não trazer consigo nenhuma pretensão totalitária, como creem os pós-modernos. A teoria do discurso simplesmente esclarece as premissas míнимas, as que são inevitáveis se é que se quer agir ou falar com sentido. Todavia, o discurso não dispõe de qualquer coerção ou poder coercitivo obrigatório sobre quem quer que seja. Por isso, é preciso avançar rumo à teoria da política e do direito, isto é, rumo à teoria social, a fim de institucionalizar as condições do discurso. Até mesmo a melhor das filosofias é inócuia sem as condições específicas da institucionalização do discurso (Mílovic, 2002, p. 298).

Na perspectiva convencional de discussão do normativo, a noção de racional pressupõe a possibilidade de reflexão universal, uma fundamentação consistente, e não uma perspectiva particular da justificação, tendo em vista que a ideia de racional indica a possibilidade de um ponto de partida comum

para que se determine tanto a moral como o direito, assim como Kant sugerira, pois o imperativo categórico serve de fundamento comum para ambos. (Milovic, 2002, pp. 298-299)

Para Milovic, a teoria do discurso tenta responder esta questão ao articular a ideia do diálogo, não do modo platônico, no qual tudo é sabido de antemão, porquanto o filósofo sabe tudo antecipadamente, ensinando, com isso, seus discípulos. Nossa interlocutor, antes de mais nada, é um cético radical. Desse modo, busca-se tanta certeza que sua eventual negação causaria contradição. O cético radical dúvida que a busca pela certeza seja de todo possível no nível prático. A interação, ou melhor, a intersubjetividade prova ser a pressuposição irrefutável de qualquer dúvida significativa, além de que ela é estabelecida sobre os fundamentos da racionalidade – os quais possibilitam simultaneamente discutir o problema da ética e investigar a racionalidade como tal.

Apesar de não estarem ligadas a tais formas, as questões de moral, assim como a sua possível reconstrução, causam impacto sobre a situação na qual nos encontramos, situação essa que é especificamente dialética. As questões de ética também afetam nossa situação atual, aqui e agora, mas através da percepção reflexiva ela nos liga à comunidade de comunicação ideal. Ao mesmo tempo, aqui o problema da relação entre fundamentação e aplicação ética é determinado, o que já está indiretamente presente na noção das premissas comunicativas da racionalidade. O fato de que essa noção se concentra nos interesses de todos deve ser considerado como o ponto fundamental da ética do discurso. (Milovic, 2002, pp. 300-301)

A despeito de exigir um caminho bastante longo pra sua determinação, a ética, no entanto, sempre necessita se direcionar a todos nós, configurando uma relação próxima e familiar. Assim, a ética pertence não somente à estrutura da práxis ou da poiesis, mas também ao contexto de determinação do significado da dimensão humana enquanto tal.

A crítica da racionalidade moderna não termina, ao menos por enquanto, em irracionalidade. A ética não pertence ao silêncio, àquilo sobre o qual nada mais pode ser dito. Ao contrário, ela está firmemente relacionada ao esclarecimento do significado por meio do diálogo, e assim ela pode ser questionada no sentido racional. Esse elemento racional questiona a fundamentação de tudo – incluindo a sua própria. Nessa medida, esse tipo de racionalidade poderia ser chamado de originário. ‘No início era o Verbo...’ Esta mensagem adquire agora um certo tom de esclarecimento. (Milovic, 2002, p. 301)

1.9.5 Tradição, Comunicação e os desafios da modernidade

No cenário que veio sendo construído pelas tecnologias de comunicação, a consolidação do critério democrático das leis do estado de direito, fundamentado única e exclusivamente pela opinião pública como consenso autêntico da comunidade de comunicadores, ensejou uma luta política e ideológica enfrentada pelas interpretações que almejam prevalecer nas deliberações políticas. Nesta arena simbólica, desde então, podem ser identificados, majoritariamente, os efeitos dissocializadores da ideologia burguesa/capitalista do liberalismo que, através da indústria cultural, buscam legitimar a “onipresença mediadora do mercado. Pervertendo o sentido das demandas políticas e culturais, que encontram de algum modo expressão nos meios, deslegitima qualquer questionamento da ordem social à qual somente o mercado e as tecnologias permitiriam dar forma”. (Barbero, 2001, p. 11)

Depois de atribuir a este projeto hegemônico uma crescente onda de “fatalismo tecnológico”, Barbero (2001, p. 12) considera, “mais necessário do que nunca, manter a estratégica tensão, epistemológica e política, entre as mediações históricas que dotam os meios de sentido e alcance social e o papel dos mediadores que eles possam estar desempenhando hoje”.

Sem esse mínimo de distanciamento – ou negatividade, diriam os frankfurtianos – nos é impossível o pensamento crítico. Como assumir, então, a complexidade social e a perspectiva que hoje reveste as tecnologias

comunicacionais, seus modos transversais de presença na cotidianidade, desde o trabalho até o jogo, suas intrincadas formas de mediação tanto do conhecimento como da política, sem ceder ao realismo do inevitável produzido pela fascinação tecnológica, e sem deixar-se apanhar na cumplicidade discursiva da modernização neoliberal – racionalizadora do mercado como único princípio organizador da sociedade em seu conjunto – com o saber tecnológico, segundo o qual, esgotado o motor da luta de classes, a história teria encontrado seu substituto nos avatares da informação e comunicação. (Barbero, 2001, p. 13)

Por isso, Barbero (2001, pp. 13-14) observa, na “tardomodernidade”, que a cultura e a comunicação, embora “campo primordial de batalha política”, vêm sendo obscurecidas “pelo crescente movimento de especialização comunicativa do cultural, agora organizado em um sistema de máquinas produtoras de bens simbólicos ajustados a seus ‘públicos consumidores’”. E, assim, defende que “a política recupere sua dimensão simbólica – sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade – para enfrentar a erosão da ordem coletiva”. (Barbero, 2001, p. 15)

Não obstante as tendências anômicas que a comunicação de massa acarreta no seu papel central e estratégico na definição das noções compartilhadas da realidade social, a despeito das patologias acarretadas na consciência individual neste processo de reificação, alienação e heteronomia, bem como na crise estrutural de sentido gerada pelo fluxo exclusivo do jornalismo informativo das versões da estrutura de poder, é possível reconhecer também um certa renovação das crenças que compõem a tradição “mediante maior margem de escolha simbólica para a construção de identidade, propiciada pelo processo de deslocamento, desencaixe das pressões locais de copresença” (Rocha 2003, p. 54)

1.9.6 Thompson e o paradoxo da reprodução e da mudança social

Depois de registrar que não se confirmou a expectativa dos iluministas de que a tradição, como fonte de mistificação, inimiga da razão e

obstáculo ao progresso humano, definharia e seria destruída pela mídia, John B. Thompson, por sua vez, destaca que a relação entre tradição e modernidade é mais complicada e paradoxal do que uma oposição deste tipo poderia sugerir.

Podemos entender o paradoxo da tradição e da modernidade atentando para esta consideração: o declínio da autoridade tradicional e dos fundamentos tradicionais da ação não significa a morte da tradição, mas antes sinais de mudança na sua natureza e no seu papel, à medida que os indivíduos confiam mais e mais nas tradições mediadas e separadas de contextos compartilhados para dar sentido ao mundo e para criar um sentido de pertença. (Thompson, 1998, p. 166)

Desta maneira, Thompson (1998, p. 166) salienta que esta transformação da tradição está intimamente vinculada ao desenvolvimento dos meios de comunicação, que facilitou o declínio da autoridade tradicional e dos fundamentos tradicionais da ação, ao proporcionar “os meios para a separação da transmissão da tradição dos ambientes comuns compartilhados, criando assim as condições para a renovação da tradição numa escala que excede enormemente qualquer coisa existente no passado”.

Entretanto, Thompson (1998, p. 164) chama atenção para o fato de que a tradição serve não somente como princípio normativo para ação, pois se reveste de um caráter manifestamente político quando funciona como “base para o exercício do poder sobre outros e para garantir-lhes a obediência”, sendo usada “para estabelecer ou sustentar relações de poder estruturadas sistematicamente de maneira assimétrica”.

No complexo contexto que a formação de identidade vai assumir na modernidade, vai evidenciar no aspecto identificador da tradição a clara distinção entre a ‘auto-identidade’ e a ‘identidade coletiva’.

A auto-identidade é o sentido que cada um tem de si mesmo como dotado de certas características e potencialidades, como indivíduo situado numa certa trajetória de vida. A identidade coletiva é o sentido que cada

um tem de si mesmo como membro de um grupo social ou coletividade; é um sentido de pertença, de ser parte de um grupo social que tem uma história própria e um destino coletivo. (...) Como conjuntos de pressuposições, crenças e padrões de comportamento trazidos do passado, as tradições fornecem material simbólico para a formação da identidade tanto a nível individual quanto a nível coletivo. (...) O processo de formação de identidade nunca pode começar do nada; sempre se constrói sobre um conjunto de material simbólico preexistente que constitui a fonte da identidade. Mas pode muito bem acontecer que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a natureza deste conjunto de material simbólico preexistente tenha se alterado significativamente, e isso possa ter implicações no processo de formação de identidade. (Thompson, 1998, pp. 164-165)

Assim, mesmo que em dimensão acentuadamente minoritárias, em situações de crise, posicionamentos dissensuais podem eventualmente surgir nas instituições da mídia assumindo um papel particularmente importante, ao fornecer informações e pontos de vistas diferentes que tinham sido mantidos excluídos e marginalizados na esfera da visibilidade mediada, configurando um “incentivo à diversidade e ao pluralismo na mídia, portanto, como uma condição essencial, não opcional ou dispensável, para o desenvolvimento da democracia deliberativa”. (Thompson, 1998, p. 222)

Somente a vigorosa aplicação do princípio do pluralismo regulado, acoplado ao desenvolvimento de novos mecanismos que permitam que os juízos de valor de indivíduos sejam incorporados reflexivamente em processos deliberativos em vários níveis da vida social e política, poderão renovar a política democrática. Muito ajudariam a descentralização do poder, para baixo e para os lados, e a criação de múltiplos centros de poder e de redes diversificadas de fluxo de comunicação e informação. (Thompson, 1998, p. 223)

Contudo, historicamente, o autor inglês lamenta que no domínio da mídia as preocupações éticas tenham sido banidas há muito tempo, com a prevalência

da produção de conteúdos cada vez mais padronizados e estereotipados cuja recepção, eticamente, não se diferencia “do consumo de refrigeradores, de batatas ou de qualquer outra mercadoria. O advento da mídia não foi uma boa notícia para a ética”. (Thompson, 1998, p. 224)

Parte do persistente apelo da explicação original de Habermas sobre a transformação da esfera pública está nesta aguda perspectiva crítica daquilo que se poderia descrever como o esvaziamento da ética na vida pública. A emergência da esfera pública burguesa na Europa do século XVIII não foi apenas um desenvolvimento institucional: ela teve também uma dimensão moral prática. A esfera pública burguesa era a realização – embora muito parcial – do que Habermas algumas vezes chama de ‘o princípio crítico da publicidade’ (...). Esta é uma ideia que Habermas foi buscar nos escritos de Kant sobre o iluminismo; é a ideia de que as opiniões pessoais de indivíduos privados podem evoluir para uma opinião pública através de um processo de debate crítico racional que seja aberto a todos e livre de qualquer dominação. Habermas sustentou que, apesar do declínio da esfera pública burguesa, que permitiu uma realização parcial e imperfeita desta ideia, o princípio crítico da publicidade conserva seu valor como ideal normativo, um tipo de medida crítica por meio da qual as deficiências existentes nas instituições poderiam ser avaliadas e formas alternativas de organização social poderiam ser esboçadas. (Thompson, 1998, p. 224)

Neste sentido, Thompson (1998, p. 228) identifica no desenvolvimento dos meios de comunicação uma crescente conscientização da interconexão e interdependência, suscitando “o frágil sentido de responsabilidade pela humanidade e pelo mundo coletivamente habitado”, que faz parte de “um novo tipo de reflexão moral-prática, livre de limitações antropocêntricas, espaciais e temporais da concepção tradicional de ética, um tipo de reflexão que estabelece uma relação toleravelmente coerente com as realidades de um mundo em crescente interconexão”.

Por outro lado, é inquestionável a capacidade do discurso da mídia de fundar novas identidades coletivas, naturalizando interpretações da estrutura de poder como sendo a própria verdade dos fatos, conforme a ideologia epistemica positivista da objetividade, para engendrar a reprodução da ordem institucional estabelecida. Contudo, devido à característica específica de só se constituir em instrumento de poder por meio de uma espécie de negociação com os receptores baseada na credibilidade, a mídia enseja, mesmo em condições assimétricas, um lugar de luta pela significação do mundo e, por isso, eventualmente, permite brechas para posições dissensuais persistentes capazes de processar a reflexão discursiva sobre convicções anteriormente inquestionadas, a ressignificação de representações em estágios mais elevados de racionalização e, consequentemente, a mudança social. Porém, as possibilidades de concretização da evolução social almejadas pelas aspirações de modernidade, no entanto, são limitadas pelas precárias condições de formação de consciência de grande parte da população” (Rocha, 2003, p. 55).

Vale destacar também que a depreciação do código de conduta moral é ainda mais acentuada com as constantes denúncias de casos de corrupção (cuja maioria é beneficiária da tradicional impunidade) nos altos escalões da elite da estrutura de poder, o que demonstra que a crise da anomia não fica restrita aos subcidadãos excluídos do acesso legítimo aos valores eleitos para ritualizar a distinção, mas também atinge os sobrecidadãos situados no topo da pirâmide da estratificação social, gerando uma situação de quase generalizado menosprezo pelos conceitos de lei e justiça, bem como contribuindo para o problema do enfraquecimento dos vínculos de solidariedade e para a ampliação do problema da reificação dos indivíduos. (Rocha, 2003, pp. 55-56)

1.9.7 A Esfera Pública Plataformizada e a Deliberação política

Este quadro é ainda agravado pela crise que a modernidade apresenta internacionalmente, com o esgotamento da crença no progresso, diante não só da frustração das promessas da sociedade do trabalho e da produção, como

o pleno emprego e a emancipação dos trabalhadores das pressões externas, mas também pelas perspectivas negativas do desenvolvimento tecnológico nuclear e ecológico-ambiental, com a ameaça à preservação dos recursos não renováveis e dos fenômenos climáticos extremos.

Agora com o advento da esfera pública plataformizada com as redes sociais digitais, o embate na arena simbólica entre a imposição pela estrutura de poder da reprodução da ordem estabelecida, por um lado, e as possibilidades de mudanças sociais pretendidas pelos movimentos contra hegemônicos, por outro, torna-se mais complexo. Depois de superada a expectativa inicial que a sociedade em rede, com a internet e as redes sociais digitais, estabeleceria um fluxo de comunicação de todos para todos, em substituição ao da comunicação de massa de um para todos, mesmo com a auspiciosa participação na produção noticiosa de cidadãos com denúncias de flagrantes de violência e corrupção, parece prevalecer a maior influência do poder econômico através dos disparos de postagens e do direcionamento dos algoritmos pelos magnatas controladores das plataformas.

O progresso tecnológico da comunicação digitalizada promove, em primeiro lugar, tendências que dilatam os limites da esfera pública, mas também provocam a sua fragmentação. O caráter horizontal da nova mídia, ao lado da esfera pública editada, cria um espaço de comunicação no qual leitores, ouvintes e espectadores podem assumir espontaneamente o papel de autores. O alcance da nova mídia pode ser visto no resultado de um levantamento longitudinal sobre o uso dos serviços de mídia ampliados. (...) A ascensão da nova mídia está ocorrendo à sombra de uma exploração comercial da comunicação de rede que, por enquanto, está pouco regulamentada. Por um lado, isso ameaça retirar a base econômica dos editores e dos jornalistas tradicionais como um grupo profissional competente; por outro lado, parece que se impõe entre os usuários exclusivos da mídia social um modo de comunicação semipública, fragmentada e que gira em torno de si mesma, o que deforma sua percepção da esfera pública como tal. (Habermas, 2023, pp. 29-30)

A concepção de moral universalista, na modernidade, com a inspiração kantiana de que cada indivíduo merece o respeito igual em sua individualidade inalienável e deve receber o tratamento igual, como autocompressão normativa, gerou uma consciência histórica da necessidade de inclusão, mesmo que ainda incompleta, de grupos oprimidos, marginalizados e degradados, de grupos refugiados, explorados e desfavorecidos, de classes sociais, subculturas, gêneros, etnias, nações e continentes, como um dos pré-requisitos para “a existência de uma comunidade democrática em que os cidadãos, na perspectiva dos participantes, se vejam envolvidos no processo de realização continuada dos direitos fundamentais não esgotados, mas já positivamente válidos.

A formação da opinião controlada pela mídia de massa gera uma pluralidade de opiniões públicas em um público disperso de cidadãos. (...) o peso que a vontade dos cidadãos, ou seja, o soberano, ganha nas decisões do sistema político como um todo depende, de maneira não insignificante, do *potencial de esclarecimento* que a contribuição da mídia de massa introduz nessa formação de opinião. Isso porque essa formação se alimenta do processamento jornalístico prévio dos temas e das contribuições, das propostas alternativas, das informações, das tomadas de posições a favor e contra, em suma, do *input* que se filtra na esfera pública pelos canais de informação dos partidos políticos, dos grupos de interesse e das agências de relações públicas dos sistemas sociais funcionais, bem como a partir dos atores e intelectuais da sociedade civil. (Habermas, 2023, p. 34)

Na avaliação correta da contribuição limitada da esfera pública política, deve-se levar em conta o fluxo democrático da formação da opinião e da vontade dos cidadãos que é canalizado pelos canais da política partidária, da legislação, da justiça, da administração e do governo, “sitiados pelo *lobby* dos sistemas funcionais”, o que apresenta um caráter agonístico, mas que ainda assim pressupõe um potencial epistêmico de opiniões conflitantes que possibilitam a autocorreção de participantes que não poderiam aprender uns com os outros sem críticas mútuas.

Assim, Habermas vai atribuir exatamente a regressão política na qual “quase todas as democracias caíram desde o final do século passado” ao “declínio dessa força racionalizadora das controvérsias públicas”, especialmente devido ao fato da digitalização da comunicação pública deixar desvanecer a percepção dessa fronteira entre as esferas da vida privada e da vida pública, pois, “do ponto de vista dos espaços de comunicação meio privados e meios públicos em que se movem hoje em dia os usuários de mídia, desaparece o caráter inclusivo de uma esfera pública até então reconhecidamente separada da esfera privada”. (Habermas, 2023, pp. 45-46)

Para a estrutura de mídia da esfera pública, esse formato de plataforma é o que é propriamente novo na nova mídia. Por um lado, elas se livram daquele papel produtivo da mediação jornalística e da configuração de programas exercido pela velha mídia; nesse sentido, a nova mídia não é “mídia” no sentido usado até então. Ela muda radicalmente o padrão de comunicação até então havia prevalecido na esfera pública. Porque, em princípio, a nova mídia capacita todos os potenciais usuários a serem autores independentes e com igualdade de direitos. A “nova” mídia difere da mídia tradicional na medida em que as empresas digitais usam essa tecnologia para oferecer aos potenciais usuários possibilidades ilimitadas de rede digital como se fossem quadros em branco para apresentarem seu próprio conteúdo comunicativo. Diferentemente das agências de notícias tradicionais ou dos editores, como a imprensa, rádio ou televisão, a nova mídia não é responsável por seus próprios “programas, ou seja, pelo conteúdo comunicativo produzido de maneira profissional e filtrado por uma redação. Ela não produz, não edita e não delega; porém, ao estabelecer como mediadores “não responsáveis” novas conexões na rede global e, com a multiplicação contingente e a aceleração de contatos surpreendentes, iniciar e intensificar discursos imprevisíveis em termos de conteúdo, a nova mídia muda profundamente o caráter da comunicação pública. (Habermas, 2023, pp. 59-60)

Desta maneira, em contraste com a relação assimétrica entre emissores de programas e receptores existente na mídia tradicional, o vínculo

descentralizado entre os usuários da nova mídia é basicamente recíproco, mas, devido à falta de comportas profissionais, não é regulamentado em termos de conteúdo, o que compromete a promessa emancipatória que inicialmente suscitou.

O caráter igualitário e não regulamentado das relações entre as partes e a autorização simétrica dos usuários para darem suas próprias contribuições espontâneas formam o padrão de comunicação que originalmente deveria caracterizar a nova mídia. Essa grande promessa emancipatória é hoje abafada, pelo menos parcialmente, pelos ruídos selvagens em câmaras de eco fragmentadas e que giram em torno de si mesmas. (Habermas, 2023, pp. 60-61)

Segundo Habermas, as plataformas não se comprometem a oferecer aos seus usuários emancipados um substituto para a seleção profissional e a avaliação discursiva do conteúdo baseada em padrões cognitivos socialmente aceitos, bem como o compromisso com a apresentação de opiniões dissonantes e das críticas, o que vem corroendo o modelo jornalístico da mídia de massa.

As redes de comunicação sem fronteiras que se formam espontaneamente em torno de certos tópicos ou pessoas podem se espalhar de maneira centrífuga e, ao mesmo tempo, condensar-se em circuitos de comunicação que se isolam dogmaticamente uns dos outros. Com isso, as tendências de dissolução dos limites e a fragmentação reforçam-se reciprocamente em uma dinâmica que age contra a força integrativa do contexto de comunicação das esferas públicas centradas nos Estados nacionais, instituídas pela imprensa, rádio e televisão. (Habermas, 2023, pp. 62-63)

Desta maneira, lamenta que a diversidade de mídia e o pluralismo de opiniões, argumentos e perspectivas de vida venham dando lugar às câmaras de eco protegidas, compostas de pessoas que pensam da mesma maneira, pois “as plataformas digitais não apenas convidam à criação espontânea de mundos próprios confirmados de maneira intersubjetiva, como também,

ao mesmo tempo, parecem dar à obstinação dessas ilhas de comunicação o posto epistêmico de esferas públicas concorrentes". (Habermas, 2023, pp. 67-68)

Descrever – em comparação com toda a outra mídia – as plataformas como “serviços de mídia para a ligação em rede de conteúdos comunicativos em qualquer alcance” como uma atividade neutra de plataformas controladas por algoritmos – como existem na forma de Facebook, You Tube, Instagram ou Twitter –, se não é algo ingênuo, é pelo menos bem incompleto. Pois essa nova mídia real é formada por empresas que obedecem aos imperativos de valorização do capital e estão entre as corporações “mais valiosas” em todo o mundo em termos de seu valor de mercado. Elas devem seus lucros à exploração de dados que colocam à disposição para fins publicitários ou como mercadorias, em outro lugar. Esses dados consistem em informações que resultam como subprodutos de seus serviços orientados ao usuário; são os dados pessoais que seus clientes deixam na rede (para os quais se exige, nesse ínterim, o consentimento formal). Os jornais também são geralmente empresas privadas que se financiam em grande parte por meio de receitas publicitárias. Porém, no caso da mídia antiga, ela própria é a responsável pela propaganda, ao passo que aquele tipo de criação de valor que deu ensejo à crítica do “capitalismo de vigilância” se alimenta de informações comercialmente exploráveis que “ficam atreladas” casualmente a outros serviços e que, por sua vez, possibilitam estratégias publicitárias individualizadas. Nesse caminho controlado por algoritmos, a mídia social também promove um impulso adicional para a mercantilização dos contextos do mundo da vida. (Habermas, 2023, pp. 68-69)

Na discussão da forma de funcionamento da mídia antiga, pode ser observada que esta produção obedece a uma lógica completamente diferente, ao vincular a demanda por textos e transmissões ao atendimento de padrões cognitivos, normativos ou estéticos, que são julgados pelo público.

Diante da complexidade social, a mídia é aquela instância de mediação que, na diversidade de perspectivas de situações de vida social e formas culturais de vida, extrai um núcleo de interpretação intersubjetivamente compartilhado entre as visões de mundo concorrentes e assegura que seja aceito racionalmente de modo geral. É claro que o jornal diário ou semanal, com sua clássica divisão tripartite de conteúdo em política, economia e caderno cultural, nunca é última instância quando se trata da verdade ou da correção de enunciados individuais ou de interpretações autorizadas de um contexto de fatos, da plausibilidade de avaliações gerais, ou até mesmo da validade de padrões de avaliação ou de procedimentos. Mas, como seu fluxo de informações e interpretações renovadas diariamente, a mídia corrente confirma, corrige e complementa a imagem cotidiana vaga de um mundo assumido como objetivo, que mais ou menos todos os contemporâneos presumem que também seja aceito por todos os demais como o mundo “normal” ou válido. (Habermas, 2023, pp. 69-70)

Não só em termos econômicos, mas também no que diz respeito à diminuição da influência jornalística e à adaptação dos padrões profissionais, a plataformização da esfera pública está ameaçando a mídia tradicional com uma concepção menor do trabalho jornalístico como “um serviço neutro e despolitizado. (...) Na mudança nos padrões profissionais se reflete a adaptação da imprensa – que inherentemente tem maior afinidade com um caráter discursivo de formação cidadã da opinião e da vontade – aos serviços comerciais de plataformas que disputam a atenção dos consumidores” (Habermas, 2023, p.70).

Os usuários que se empoderam como autores provocam atenção com suas mensagens, pois a esfera pública não estruturada só é produzida com os comentários dos leitores e com os *likes* dos *followers*. Quando a partir deles se formam as câmaras de eco autossustentáveis, essas bolhas compartilham com a forma clássica da esfera pública o caráter poroso da abertura para a formação de redes mais amplas; no entanto,

ao mesmo tempo diferem do caráter fundamentalmente inclusivo da esfera pública – e de seu contraste com a esfera privada – pela rejeição das vozes dissonantes e pela inclusão assimiladora das vozes consoantes em seu próprio horizonte do suposto “saber” – contudo, sem filtragem profissional – circunscrito para preservar a identidade. (...) Na perspectiva limitada desse tipo de esfera semipública, a esfera pública política dos estados constitucionais democráticos não pode mais ser percebida como um espaço inclusivo para um possível esclarecimento discursivo acerca de pretensões de validade da verdade e da consideração universal de interesses que competem entre si; é precisamente essa esfera pública que surge como inclusiva que, então, é rebaixada para esferas semipúblicas que competem em pé de igualdade. Um sintoma disso é a dupla estratégia de disseminação de *fake news* e a luta simultânea contra a “imprensa mentirosa”, o que, por sua vez, causa incerteza na esfera pública e na própria mídia dirigente. (...) A decadência da esfera pública política – que esperamos seja apenas temporária – tem sido expressa no fato de que para quase metade da população o conteúdo comunicativo não pôde mais ser trocado na moeda das pretensões de validade criticáveis. Não é o acúmulo de *fake news* que é significativo para uma deformação generalizada da percepção da esfera pública política, mas o fato de que as *fake news* não podem mais ser identificadas como tais da perspectiva dos participantes. (Habermas, 2023, pp. 77-78)

Na defesa da instituição de uma rigorosa legislação de regulação das mídias digitais, Habermas (2023, p. 80) argumenta que a alegação do direito à livre concorrência de opiniões não consegue corrigir a falha básica das plataformas no controle da desinformação e das *fake news*, pretendendo se eximir de “qualquer responsabilidade pela disseminação de conteúdos comunicativos sensíveis à verdade, ou seja, propensas a enganos, ao contrário do que fazem a imprensa, o rádio e a televisão ao se submeter à devida auditoria jornalística prevista em lei”.

As plataformas também são responsáveis e precisariam ser responsabilizadas por notícias que eles não produzem nem editam; porque essas informações também têm uma força para formar opiniões e mentalidades. Em primeiro lugar, elas não estão sujeitas aos padrões de qualidade das mercadorias, mas aos padrões cognitivos de juízos sem os quais não pode haver nem a objetividade do mundo dos fatos nem a identidade e o caráter comum do nosso mundo intersubjetivamente compartilhado. Em um “mundo” de *fake news* (difícil de imaginar) que não poderiam mais ser identificadas como tais, ou seja, distinguidas das informações verdadeiras, nenhuma criança seria capaz de crescer sem desenvolver sintomas clínicos. Portanto, não se trata de uma decisão política sobre qual direção tomar, mas sim de um imperativo constitucional manter uma estrutura midiática que possibilite o caráter inclusivo da esfera pública e um caráter deliberativo na formação pública da opinião e da vontade. (Habermas, 2023, pp. 80-81)

Portanto, a fundamentação epistemológica da comunicação faz-se necessária para a compreensão do complexo confronto ideológico que se verifica diante da, cada dia mais empedernida, barbárie da burocracia e da economia da estrutura de poder de grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado para manutenção das desigualdades que respaldam os mecanismos de dominação para prevalência da violência que opprime e pretende esvaziar a argumentação racional da resistência dissensual da periferia dos grupos sociais contra hegemônicos que se empenham pela mudança social capaz de fazer avançar o processo emancipatório.

PARTE 2

2.1 A CRISE DO JORNALISMO E A AUTORIDADE JORNALÍSTICA

A queda acentuada nos índices de audiência e a consequente crise no modelo de negócio da indústria das notícias no atual cenário marcado pela consolidação das mídias digitais preocupam empresários, jornalistas e estudiosos. Carlson (2017, p. 4) reporta-se a Alex S. Jones, diretor do Centro Shrenstein de Mídia, Política e Políticas Públicas de Havard, para corroborar com o diagnóstico de que há, no jornalismo atual, simultaneamente, “uma crise de diminuição de quantidade e qualidade, de moral e senso de missão, de valores e liderança”. No mesmo sentido, salienta que Todd Gitlin (1980) amplia a compreensão do problema, denunciando a “indescritível crise de autoridade” que se aprofundou das preocupações sobre a credibilidade para algo mais grave envolvendo a própria legitimidade do modelo predominante de jornalismo objetivo.

Para qualquer um que acompanhe a indústria de notícias de perto, as alegações de Gitlin não parecem controversas ou exageradas, mas indicam mudanças que ocorrem no jornalismo. Avaliar o que essas mudanças significam para a autoridade jornalística requer abordar a primeira parte do paradoxo: nossa falta de compreensão sobre o tipo de autoridade que os jornalistas têm. (Carlson, 2017, p. 4)

No esforço de elaborar uma teoria coerente da autoridade jornalística, Carlson (2017, p. 6) considera como a questão mais fundamental o reconhecimento das condições necessárias para que uma notícia seja aceita como

um relato legítimo de um acontecimento, levando em conta o jornalismo como “uma realização sociotécnica envolvendo uma gama de atores, estruturas organizacionais, tecnologias de comunicação e práticas culturais”.

Desta maneira, o pesquisador adverte que o jornalismo não pode ser reduzido a apenas os praticantes que o criaram, pois é preciso vislumbrar todo o contexto social compartilhado desta instituição central e estratégica da vida pública. Assim, o tipo de autoridade que o jornalismo exerce na sociedade deve ser compreendido numa perspectiva holística, a partir, segundo Carlson (2017, pp. 10-11), de cinco premissas sobre o significado de um conhecimento autorizado a ser acreditado pelos outros. A primeira premissa para o exercício da autoridade é possuir o direito de ser ouvido. A segunda premissa concebe a autoridade, não como uma qualidade intrínseca de uma pessoa ou instituição, mas como uma relação assimétrica entre os que têm autoridade e aqueles que estão submetidos a essa autoridade. Diante da característica relacional da autoridade, Carlson chama atenção para o fato dela só poder ser exercida e se materializar através do discurso.

Isso traz uma terceira premissa: a autoridade é realizada através do discurso. Tratar a autoridade como algum tipo de material a ser possuído, ganho ou perdido seria um erro – mesmo que, muitas vezes, fosse desrito dessa maneira coloquialmente. (...) A autoridade não pode ser reduzida a textos, indivíduos, organizações ou instituições desconectadas, mas é continuamente encenada através do discurso. É performativa, ligada a trocas entre uma reivindicação de autoridade e uma que reconhece sua legitimidade. Seja por meio de um sermão, um resumo legal ou (...) um noticiário, os palestrantes realizam constantemente sua autoridade por meio de convenções comunicativas específicas do ambiente. (Carlson, 2017, pp. 10-11)

A quarta premissa abrange a dimensão institucional de um domínio limitado de conhecimento que é reconhecido como revestido de autoridade pelos outros. E a quinta e última premissa para se pensar a autoridade é a imprescindível condição de estar sempre aberta à contestação e à mudança. Assim,

é superada a ideia da autoridade como objeto estável por uma conceituação de ser a autoridade o direito de ser seguido dentro de uma relação discursiva assimétrica, “que inclui controle sobre conhecimento particular e que está sujeito a contestação e mudança em relação a seus modos de legitimidade” (Carlson, 2017, p. 12). Para Carlson (2017, p. 13), então, “a autoridade jornalística é uma relação contingente na qual certos atores passam a ter o direito de criar conhecimento discursivo sobre eventos no mundo para os outros”.

Os textos jornalísticos não devem ser entendidos primariamente como tentativas de descrever mimeticamente eventos, mas como interpretações estratégicas deles, que oferecem aos jornalistas a possibilidade de afirmar a autoridade moral e, como resultado, obter poder. A notícia não é uma descrição neutra, mas o produto de uma série de práticas e necessidades institucionais – entre elas, a necessidade de ter autoridade. (Carlson, 2017, pp. 15-16)

A legitimidade do jornalismo, neste sentido, decorre dos procedimentos desenvolvidos na sua produção, que precisam ser reconhecidos como válidos pelo público, pois os jornalistas não podem forçar o público a aceitar seus relatos, mas devem acreditar na aceitação pública do conhecimento jornalístico produzido. A necessidade da validação intersubjetiva da comunidade de comunicação constituída pelo público evidencia como necessária sua influência para a existência da autoridade jornalística.

2.2 A INFLUÊNCIA RECÍPROCA ENTRE AUTORIDADE DO PÚBLICO E AUTONOMIA DO JORNALISTA

Na perspectiva da teoria de sistemas fechados de Niklas Luhmann (1993), as únicas formas de influir nos rumos da sociedade são desenvolvidas pelo poder dos grupos que controlam o aparelho de Estado e o dinheiro das grandes corporações do mercado. No entanto, na noção de sistemas abertos implícita na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1997), existe a possibilidade de a solidariedade ser capaz de alterar a forma de funcionamento da administração política e dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, afirmando a influência da coletividade e a autoridade do público.

Evidentemente que isto só pode acontecer em circunstâncias especiais, quando as barreiras para excluir da discussão pública os setores da periferia que caracterizam a comunicação sistematicamente distorcida do jornalismo objetivista são superadas. Os privilégios das elites são reproduzidos nas deliberações articuladas pelo jornalismo através dos procedimentos da objetividade, de forma mais restrita no modelo de acesso interno, em que são levados em conta exclusivamente os interesses e a “lógica” da estrutura de poder. Contudo, até mesmo no modelo de mobilização, no qual “as galerias da opinião pública” precisam dar sua anuência, nem que seja de forma tácita, os resultados, em geral, são a favor das elites, pois a capacidade crítica da esfera pública é mantida numa situação de repouso pelo caráter áulico do jornalismo objetivista e pelos meios de controle sistêmicos poder e dinheiro.

Entretanto, embora tributário do modelo de mobilização, nos momentos de crise de autoridade, surge o modelo de iniciativa externa, em que os setores contra-hegemônicos dos movimentos sociais, sindicais e comunitários, intelectuais, artistas, estudantes, professores e demais grupos da periferia que se contrapõem à ideologia dominante conseguem institucionalizar na pauta da esfera pública articulada pelo jornalismo suas reivindicações, para formar opinião consistente, vontade política expressiva com a mobilização de multidões nas ruas, através da solidariedade a suas causas, constituindo-se em poder comunicativo com natureza material suficiente para forçar os legisladores a aprovarem novas leis e obrigar os poderes Judiciário e Executivo a cumprirem estas decisões legais. Na eventualidade especial do modelo de iniciativa externa percebe-se um reenquadramento (*reframing*) da forma de definição da situação da realidade (Tellería; Correia; Rocha, 2017), superando o tradicional enquadramento naturalizador do pano de fundo cultural.

Neste cenário fortalecido pelo advento das novas mídias torna-se mais clara a vinculação recíproca das condições de exercício da autonomia dos jornalistas, com o desenvolvimento de enquadramentos educativos para interpelar as pessoas do público para se assumirem como comunidade moral com força para afirmar o interesse da coletividade diante da política editorial

das organizações empresariais, bem como dos meios de controle sistêmicos poder e dinheiro. Assim, com este enquadramento cultural reflexivo substituindo aquele tradicional que tornava os significados da realidade social implícitos e naturalizados, abre-se a possibilidade da autoridade do público para assegurar a influência da coletividade nas deliberações sobre a forma de enfrentar e tentar resolver os problemas sociais através da legitimação pela validação intersubjetiva da comunidade de comunicação.

Deste modo, tornam-se patentes as implicações éticas pós-convencionais do paradigma construtivista para a construção de enquadramentos capazes de revestir a prática jornalística de compromissos consistentes com a inclusão social, o respeito à alteridade, à diversidade e, por fim, com a consolidação da democracia.

2.3 POR UMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA DO JORNALISMO

Nos estudos em jornalismo vêm se enfrentando, há mais de um século, duas concepções sobre as compreensões do jornalista na observação da realidade para seleção de suas pautas (saber de reconhecimento) e também sobre as orientações técnicas e éticas de como deve elaborar as suas matérias (saber de procedimento) que são pressupostas a partir das diferentes posturas epistemológicas sobre as formas de construir e validar o conhecimento.

Por um lado, a tradição naturalista/realista do positivismo com a teoria da verdade como correspondência perfeita entre a representação da realidade e a própria realidade, na qual a objetividade (ou objetivismo) possibilitaria presunção do jornalismo espelhar a realidade. Assim, a qualidade do jornalismo é avaliada pelo critério de refletir a realidade factual. Este pensamento foi se consolidando à proporção que o jornalismo foi se tornando um monopólio do grande capital, especialmente através da completa distinção, realizada através do mito da objetividade, entre o “fato real” e o juízo de valor/opinião, como forma de superar a desconfiança do público diante da indústria das notícias e buscar a sua legitimação.

Por outro lado, a reflexão da filosofia pragmática da comunicação que, desde o século XIX, através de pensadores do George Mead, Charles Peirce, William James, John Dewey, entre outros, iniciou o desenvolvimento de conceitos, como o do falibilismo, da incompletude do processo ilimitado de semiose e da origem social da personalidade (“self”) do indivíduo, que desconstruíram as presunções positivistas de acesso a um conhecimento perfeito, completo, e à verdade como absoluta e, por isso, inquestionável, oferecendo as bases para a teoria consensual da verdade. Nesta perspectiva, as noções de verdade e razão perdem o seu estatuto de algo estável e eterno respaldado numa filosofia da consciência de um sujeito transcendental, para se constituir num conceito provisório, fundamentado pela filosofia da linguagem, em constante estado de transformação de acordo com as mudanças vivenciadas e compartilhadas intersubjetivamente pelos cidadãos que compõem a comunidade de comunicação.

Na pragmática das afirmações, o sentido da verdade possível só pode evidenciar-se com clareza se conseguimos entender plenamente o significado do desempenho ou da resolução discursivas de pretensões de validade fundadas na experiência, pois, em última instância, o consentimento potencial de todos os demais é a condição para a verdade dos enunciados: “A verdade de uma proposição significa a promessa de alcançar um consenso racional sobre o dito” (Habermas, 2001, p. 121).

Frequentemente usado como sinônimo de racionalidade, o termo verdade, na multiplicidade de suas aplicações possíveis, pode ter o seu significado ampliado para observar que também se podem considerar racionais, além das afirmações, outras classes de atos de fala, como as normas, as ações e as pessoas, constituindo uma rede do que, assim, se pode chamar de racionalidade, com quatro tipos de pretensões de validade cooriginárias: integridade, verdade, retitude ou correção e veracidade ou autenticidade.

Assim, declarações assertivas procuram descrever o mundo exterior ou a realidade. Daí advém a ideia equivocada de que elas revelam a realidade em estado puro. No entanto, assim como uma foto de cachimbo não é a coisa em si, uma declaração descritiva sobre um acontecimento não é o

acontecimento em si. Isto significa que toda proposição é uma figura, uma imagem/representação de um fato. Esta proposição ajuda-nos a entender o acontecimento, mas não o duplica. Além disso, nenhuma proposição pode traduzir a realidade em todos os seus componentes. Esta ressalva poderia fazer Sponholz tentar explicar por que a constatação de que nenhuma proposição pode traduzir a realidade em todos os seus componentes exige uma explicação epistemológica da passagem da teoria positivista da verdade como correspondência para a teoria consensual da verdade conforme concebida por Peirce e que está na base do paradigma construtivista.

Neste sentido, a separação de notícias e comentários pode constituir um “meta critério para avaliar-se se a declaração é correta. No entanto, tais regras não garantem *per si* (isoladamente e sem averiguação) uma adequação à realidade. Por isto não se pode dizer que facticidade seja o mesmo que objetividade” (Sponholz, 2008, p. 25). No entanto, a possibilidade da correspondência do texto jornalístico com o fato real é relacionada a uma expressão técnica de “objetividade”.

A concepção de objetividade na perspectiva positivista da teoria da correspondência entre a representação e a própria realidade tem a sua propriedade contestada por Eduardo Meditsch (2001), considerando-a um fator de reificação da realidade.

A mais imediata consequência do princípio de realidade orientado pela submissão aos fatos é a aceitação da fatalidade destes. O que é *objetivo*, por definição, situa-se fora do âmbito dos sujeitos; os *dados* da realidade estando lançados, só resta adequar-se a eles. Na percepção dos fatos assim considerados como objetivos, *verdade* e *realidade* não apenas se relacionam por adequação, mas também por identidade: passam a ser uma coisa só. Daí em diante, os fatos ganham vida própria, tornam-se *reificados*. (Meditsch, 2001, p. 4)

Neste sentido, depois de considerar que o critério de verdade da objetividade é que embasa a reificação dos fatos pela realidade, Meditsch (2001, p. 5) observa que, quando se concebe os fatos como a própria realidade, é possível

imaginar que só resta ao jornalista “descrevê-los de maneira objetiva, anulando toda a intervenção do sujeito no resultado de sua descrição. Esta pretensão, que sustenta o ideal de objetividade no jornalismo, revela-se falaciosa quando se constata que a não-intervenção não passa de uma ilusão”.

Segundo Meditsch, a partir da teoria da argumentação, percebe-se a necessidade de fazer a intersubjetividade substituir a objetividade como critério de aferição de verdade, uma vez que a intersubjetividade é o parâmetro lógico que estabelece e ao mesmo tempo limita a relatividade de todo o conhecimento.

Ao contrário da objetividade, porém, o parâmetro da intersubjetividade não é fixo nem arbitrário. Existem diversos níveis de intersubjetividade – diversos auditórios – que estabelecem diversos parâmetros de validade (como a ideologia, a cultura), alguns mais universais que outros. Em cada auditório, podem coexistir diversos campos de validação de argumentos cujos critérios eventualmente se contradigam (o filosófico e o religioso, as diferentes disciplinas científicas). E tanto estes auditórios quanto estes campos variam no espaço e no tempo, são construções não apenas sociais mas também históricas. (Meditesch, 20021, p. 9)

Ao tomar o discurso, enquanto uso da linguagem, como forma de interação social, Meditsch observa que a consideração da intersubjetividade propõe uma alteração nos critérios de aferição de verdade no conhecimento: desloca este critério tanto da objetividade ideal quanto da subjetividade, recolocando-o na prática de um mundo interpessoal de interações públicas.

No campo epistemológico, esta concepção dominante do real e do verdadeiro se expressa através de diversas escolas de pensamento cujo ponto de contato são categorias desenvolvidas no âmbito da tradição *positivista*. Da filosofia revolucionária de Saint-Simon que influenciou a obra de Karl Marx, à doutrina conservadora de Auguste Comte que punha freio aos sonhos do proletariado, da visão contestada do funcionalismo nas ciências sociais, à sofisticação teórica do Círculo de Viena, o triunfo do “terceiro estágio intelectual da humanidade” pode ser constatado

em todos os campos do saber nos últimos duzentos anos, e na medida mesmo em que o capitalismo se transforma em fenômeno social total, torna-se o principal pilar da ideologia dominante, como filosofia prática que orienta o princípio de realidade dos indivíduos. (Meditsch, 2001, p.4)

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, na análise de Meditsch (2001, p.3), é possível identificar uma concepção do que é real e verdadeiro firmemente estabelecida, propondo que a realidade é material e constatada através da evidência dos fatos que a compõem, o que implica no entendimento de que o discurso verdadeiro é o que se adequa e não contradiz os fatos da realidade, pois “fatos são observações empiricamente verificáveis, e com fatos não se discute”.

Esta concepção não apenas guia a prática cotidiana do homem comum, como inspira o ideal de objetividade presente tanto na prática dos jornalistas como na dos cientistas – que não são exatamente a mesma. A versatilidade que permite esta abrangência de aplicações práticas, possibilitou também diversos níveis de construção teórica que ajudam a sustentar a concepção: do intuitivo bom senso na vivência cotidiana, passando pelos manuais técnicos de jornalismo, até chegar a elaborados tratados de metodologia da ciência. (Meditsch, 2001, pp. 3-4)

No mesmo sentido, também constata Bakhtin (2006, p. 16-17), que “persiste ainda a concepção positivista do empirismo, que se inclina diante do “fato”, entendido não dialeticamente, mas como algo intangível e imutável.”

A precariedade do paradigma positivista para explicar a realidade e seu conhecimento, conforme argumento categórico do pesquisador, fica evidente quando se constata que

os fatos não são uma realidade exclusivamente objetiva, eles próprios são construções humanas e, como tal, têm um componente subjetivo inseparável. Os fatos referem-se à realidade e, uma vez objetivados, pertencem à realidade, mas não são a realidade mesma. Antes, são um fenômeno circunscrito à prática do conhecimento. (Meditsch, 2001, p. 8)

Este equívoco fica explicitado na consideração da afirmação crítica de Popper sobre a avaloratividade científica, quando assegura que avaliar ou julgar é uma característica inerente ao processo de conhecimento que não pode ser usurpada sem produzir consequências nefastas à humanidade do pesquisador.

(...) é, praticamente, impossível conseguir a eliminação dos valores extra-científicos da atividade científica. A situação é semelhante com respeito à objetividade; não podemos roubar o partidarismo de um cientista sem também roubá-lo de sua humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano *e como cientista*. Nossos motivos e até nossos ideais puramente científicos, inclusive o ideal de uma desinteressada busca da verdade, estão profundamente enraizados em valorações extra-científicas e, em parte, religiosas. Portanto, o cientista “objetivo” ou “isento de valores” é, dificilmente, o cientista ideal. Sem paixão não se consegue nada – certamente não em ciência pura. A frase “a paixão pela verdade” não é uma mera metáfora. (Popper, 2004, p. 25)

Estranho Sponholz não aplicar esta posição de Popper ao trabalho jornalístico, onde a avaloratividade objetivista (com a sua definição de que a distorção no jornalismo só acontece quando o profissional deixa aparecer suas crenças) funciona como ideologia e camisa de força para desautorizar a autonomia e autoria do jornalista sobre a notícia e a dimensão social maior de seu trabalho.

Subjacente à questão epistemológica da referência jornalística para conhecimento da realidade – nas perspectivas positivista da teoria da verdade como correspondência, pressuposta no conceito de objetividade, e da teoria consensual da verdade, fundada no conceito construtivista de intersubjetividade – e do adequado, ética e ideologicamente, relato a ser construído pela notícia, figura como desafio para o aprofundamento da teoria do jornalismo uma compreensão consistentemente justificada dos papéis a serem desempenhados pelo jornalista, com sua aspiração de autonomia e responsabilidade

social, pela organização empresarial e sua política editorial, com as motivações do lucro e influência política, e pelo público cuja autoridade constitui a base da concepção republicana de democracia e seus princípios de soberania popular e auto-organização da sociedade.

A contradição existente na instituição jornalística (veículos noticiosos privados ou públicos) entre proprietários/dirigentes x jornalistas é, de forma quase unânime, ignorada pela grande maioria dos estudiosos, com poucas exceções como Warren Breed, John Soloski, Herbert Gans e poucos outros, e atinge até autores como Stuart Hall (2016) e outros da Universidade de Birmingham, que reconhecem que o jornalista, em geral, não é o definidor primário do enquadramento da notícia, mas sim as fontes oficiais da estrutura de poder, não vislumbrando, porém, a possibilidade de o jornalista agir na produção noticiosa, como concebe Chaparro (1994), de forma consciente, voluntária e deliberadamente contra-hegemônica quando articula as posições dissensuais da periferia como iniciativa externa à estrutura de poder. Fundamentado na filosofia pragmática da comunicação, Chaparro (1994, p. 22) salienta que “o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis”, o que faz com que cada jornalista seja responsável moral pelos seus afazeres, uma vez que “as intenções dos fazeres jornalísticos estão necessariamente vinculadas aos motivos éticos próprios do jornalismo”.

2.4 A OBJETIVIDADE POSITIVISTA E A INTERSUBJETIVIDADE CONSTRUTIVISTA

Portanto, fica evidente como a epistemologia positivista da objetividade conspira para elaboração de enquadramento de notícias monológicas com a interpretação exclusiva da ideologia dominante sobre o fato como sendo a própria realidade, censurando a autonomia relativa dos jornalistas e a diversidade de versões sociais significativas, com certeza, fatores imprescindíveis para a vida democrática.

Na abordagem construtivista o conceito de “fato” passa por uma transformação significativa, uma vez que, como argumentam Michael Schudson (2010) e Habermas (2001), fato deixa de ser um dado puro da realidade, servindo para marcar, rigidamente, a fronteira com o juízo de valor, a opinião, para se tornar apenas uma fundamentação sobre a realidade aceita consensualmente.

Aquilo que justificadamente podemos afirmar o chamamos de um fato. Um fato é aquilo que faz verdadeiro a um enunciado; daí que digamos que os enunciados refletem, descrevem, expressam, etc., fatos. Ao contrário, as coisas e eventos, as pessoas e suas manifestações, quer dizer, os objetos da experiência são aquilo acerca do que fazemos afirmações ou do que enunciamos algo: aquilo que afirmamos dos objetos é um fato quando tal afirmação está justificada. Os fatos têm, pois, um status distinto dos objetos. (...) Com os objetos faço experiências, com os fatos os afirmo; não posso experimentar fatos nem afirmar objetos (ou experiências com os objetos) (Habermas, 2001, p. 117).

Com esta compreensão contrária à crença muitas vezes aceita sem reflexão, de maneira naturalizada, nos meios jornalísticos, Antônio de Barros e Rogério Junqueira (2005, p. 33) também reconhecem que os fatos não existem por si mesmos, em um estado bruto, pois só se evidenciam “a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si”.

A controvérsia sobre a validação das definições que as pessoas atribuem à realidade é uma questão central para o jornalismo, pois é a partir dela que se expressa a confiança do público e a credibilidade do jornal, o que demonstra a sua importância e o incessante empenho da sociedade para preservar a compreensão normativa do funcionamento dos veículos de comunicação noticiosos com o compromisso inalienável com a satisfação do

interesse coletivo e a autoridade do público, o que pode ser compreendido, assim, como o efetivo e verdadeiro imperativo ético fundante do jornalismo.

Nesta perspectiva construtivista

(...) a ideia de verdade só pode desenvolver-se através da referência ao desempenho discursivo de pretensões de validez. Neste contexto da teoria consensual da verdade, a confiabilidade de uma informação não deve ser medida pela probabilidade com que se satisfazem as expectativas de comportamento decorrentes dessa informação nos âmbitos de ação, mas unicamente pela competência discursiva desempenhada, pois só podemos chamar de verdadeiros os enunciados que conseguimos fundamentar (Rocha, 2007, p. 177).

Frequentemente usado como sinônimo de racionalidade, o termo verdade, na multiplicidade de suas aplicações possíveis, pode ter o seu significado ampliado para observar que também se podem considerar racionais, além das afirmações, outras classes de atos de fala, como as normas, as ações e as pessoas, constituindo uma rede do que, assim, se pode chamar de racionalidade, com quatro tipos de pretensões de validez cooriginárias: intelectibilidade, verdade, retitude ou correção e veracidade ou autenticidade.

Neste contexto, foi sendo elaborado o paradigma construtivista, com a sua teoria consensual da verdade, na qual a concepção de mediação passa a ser adequadamente utilizada para indicar a relação entre as diversas interpretações intersubjetivas dos investigadores científicos que compõem a comunidade de comunicação, cujo consenso tem a capacidade de definir as noções de verdade, razão/lógica, legitimidade e justiça, como algo provisório e sempre passível de revisão pelos integrantes deste colegiado.

Assim, libertado da exigência do conhecimento perfeito com acesso à verdade absoluta, a verdade passa a ser um conceito para definição da noção de realidade das pessoas elaborado através da discussão pública articulada e mediada pelo jornalismo. Pode-se identificar, inclusive, uma contradição entre a prescrição ética de apresentação pelo jornalismo da diversidade

significativa de versões/interpretações existentes na sociedade em relação à ideia da possibilidade de acesso direto ao fato real, puro e absoluto da realidade, pois nesse caso não há espaço para o pluralismo defendido pela deontologia com a necessidade de atendimento da outra parte.

Por conseguinte, o imperativo ético do jornalismo não pode ser fundamentado num acesso metafísico à verdade absoluta da realidade social através de uma objetividade mitificada que teria a autoridade de validar o conhecimento perfeito, uma vez que a compreensão normativa (como imperativo ético) que deve reger o funcionamento dos veículos de comunicação noticiosos e é cobrada pela autoridade do público é a do compromisso com a discussão ética de se posicionar sempre em função dos interesses coletivos e do bem comum. Desta maneira, é possível imaginar que os conceitos de autocompreensão normativa dos veículos de comunicação e a autoridade do público (Habermas, 1997), com as suas normas éticas e novas técnicas de procedimento, possam vir a se constituir no caminho alternativo para suprir o vazio deixado no conceito de objetividade pela crítica que lhe foi dirigida pelo construtivismo.

2.5 A hegemonia e a mudança social

Ao pretender se auto validar e justificar pela distinção entre fato e opinião, na qual interpretação da ideologia dominante é concebida, de forma reificada, como a própria realidade, a perspectiva do jornalismo tradicional objetivista se coloca comprometido, completamente, com a reprodução da ordem institucional estabelecida, ficando impossível conceber uma ação do jornalista capaz de contribuir para a transformação da realidade social, como vislumbra Antonio Gramsci (1979) no seu conceito de “jornalismo integral” em que os indivíduos que compõem o público são considerados capazes de se transformar filosófica e ideologicamente.

Com a superação da noção estigmatizada atribuída pelas elites à capacidade intelectual das classes subalternas, Antonio Gramsci vislumbra a possibilidade das pessoas vivenciarem um processo de aprendizagem e

conscientização que evidencia a necessidade de um “jornalismo integral”, que “não somente pretende satisfazer todas as necessidades (...) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, consequentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (Rocha; Correia; Tellería, 2017, p. 156).

Na abordagem construtivista o conceito de “fato” passa por uma transformação significativa, uma vez que, como argumenta Habermas (2001), fato deixa de ser um dado puro da realidade, servindo para marcar, rigidamente, a fronteira com o juízo de valor, a opinião, para se tornar apenas uma fundamentação sobre a realidade aceita consensualmente.

Aquilo que justificadamente podemos afirmar o chamamos de um fato.

Um fato é aquilo que faz verdadeiro a um enunciado; daí que digamos que os enunciados refletem, descrevem, expressam, etc., fatos. Ao contrário, as coisas e eventos, as pessoas e suas manifestações, quer dizer, os objetos da experiência são aquilo acerca do que fazemos afirmações ou do que enunciamos algo: aquilo que afirmamos dos objetos é um fato quando tal afirmação está justificada. Os fatos têm, pois, um status distinto dos objetos. (...) Com os objetos faço experiências, com os fatos os afirmo; não posso experimentar fatos nem afirmar objetos (ou experiências com os objetos) (Habermas, 2001, p. 117).

Diante desta possibilidade auspíciosa de mudança social, como vislumbram alguns autores, Stuart Hall (2016, p. 340) acusa a atribuição de intencionalidade ao jornalista de incorrer em teoria conspiratória, invocando a posição marxista estrutural de Louis Althusser (1986) para considerar que o alinhamento aos interesses da estrutura de poder na instituição jornalística se dá “involuntariamente e através das suas próprias vias ‘autônomas’”. A adesão ao projeto dominante da estrutura de poder pelos jornalistas, assim, é vista como completamente inconsciente devido à influência da ideologia capitalista burguesa.

Desta maneira, a despeito da denúncia da primazia das fontes oficiais da burocracia do aparelho de estado e das corporações do mercado na definição

das notícias, Hall não concebe o conflito de interesses existente dentro das organizações empresariais de mídia noticiosa entre os seus controladores acionários e seus dirigentes, ao lado dos posicionamentos favoráveis à preservação do *status quo*, e os jornalistas funcionários/empregados, em geral, identificados com as demandas progressistas e os interesses da maioria da sociedade.

Na compreensão deste embate, a reflexão de John Soloski é estrategicamente relevante para evidenciar como a ideologia do profissionalismo jornalístico, como autocensura, complementa a censura direta da política editorial dos veículos, dissimulando os posicionamentos da maquinaria de controle simbólico do sistema como algo a que os profissionais aderem espontaneamente.

A ideologia do profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento dos repórteres e editores. Mas as organizações jornalísticas (ou nesse caso qualquer empresa comercial) não podem confiar em normas profissionais para controlar o comportamento dos seus profissionais; a fim de limitar mais o comportamento discricionário dos jornalistas, as organizações jornalísticas têm desenvolvido regras – políticas editoriais. As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas (Soloski, 2016, pp. 133-134).

Como toda linguagem, pela permanente incompletude de seu processo de semiose (Rocha, Alves, 2020), não pode deixar de desafiar a negociação de significados idênticos para atingir o entendimento através da comunicação, coloca-se como incontornável a condição ambígua e contraditória do discurso ideológico para se tornar dominante no processo de hegemonização concebido por Antonio Gramsci (1978), ao ter que articular, evidentemente de forma secundária e subordinada, elementos da ideologia das classes e grupos desfavorecidos, para viabilizar a adesão desses setores sociais ao seu projeto hegemônico.

Neste sentido, na análise da ideologia do profissionalismo jornalístico, é pertinente aplicação dessa característica imprescindível para hegemonização do discurso ideológico, na qual pode ser reconhecido um núcleo duro da epistemologia positivista da objetividade com o mito da separação entre fato e juízo de valor/opinião. A concepção epistemológica do fato puro, absoluto, e seu conhecimento como pré-existente ao esforço cognitivo do jornalista para interpretar a realidade, não autoriza qualquer possibilidade de compreensão diversa daquela apresentada como unívoca e de inquestionável facticidade. Assim, é razoável inferir que os componentes de imparcialidade, neutralidade e “fairness” foram agregados à ideologia do profissionalismo jornalístico por pressão dos jornalistas e do público buscando garantir alguma diversidade nos enquadramentos das notícias além da versão dominante.

Nesta engenharia ideológica, no entanto, Soloski observa a ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico, apontando situações em que os jornalistas invocam a ideologia do profissionalismo jornalístico para se contrapor – podemos considerar de forma mais abrangente – não só às metas comerciais, mas também aos posicionamentos político-ideológicos dominantes.

Os objetivos e os procedimentos das organizações comerciais burocráticas levarão inevitavelmente ao conflito com os objetivos e os procedimentos dos seus profissionais. A fidelidade dos profissionais às normas ontológicas leva-os a entrar em conflito com intuições lucrativas da organização comercial. (...) a ideologia do capitalismo e a ideologia do profissionalismo não são compatíveis. Aparentemente, a ideologia do profissionalismo tem fortes componentes antilucro e antimercado que estão manifestos na ideia do serviço para a sociedade. O custo não é visto como sendo um fator determinante na distribuição dos serviços profissionais (Soloski, 2016, p. 137).

O aprofundamento do estado da arte no estudo do jornalismo neste problema de difícil solução quanto à determinação da definição da interpretação sobre a realidade, na instituição jornalística (e dentro destas na margem de

manobra e autonomia relativa dos jornalistas diretamente diante da política editorial, mas também indiretamente no contexto ambíguo da ideologia do profissionalismo jornalístico), necessariamente, implica desde a revisão dos fundamentos epistemológicos dos paradigmas científicos, da concepção das metodologias adequadas para investigação das questões relativas à comunicação e ao jornalismo até a aplicação dos pressupostos epistemológicos e metodológicos na avaliação da realidade empírica.

2.6 Determinação da estrutura e autonomia relativa dos jornalistas

Neste contexto, configura-se uma falsa polarização entre a concepção do funcionalismo estrutural norte-americano de que o jornalista seria o responsável exclusivo na definição do enquadramento da notícia trabalhando em situação de liberdade absoluta, por um lado, e de outro a concepção marxista mecânica (Hall, 2016) que percebe a ação do jornalista completamente determinada pela ideologia capitalista/burguesa, de acordo com a visão marxista estruturalista de Louis Althusser (1983). Postura esta que pode ser identificada com o que Bakhtin denomina de materialismo pré-dialético, caracterizando uma perspectiva científica dominada pela categoria da causalidade mecanicista.

Sempre que se coloca a questão de saber como a infraestrutura determina a ideologia, encontramos a seguinte resposta que, embora justa, mostra-se por demais genérica e por isso ambígua: “a causalidade”. Se for necessário entender por causalidade a mecanicista, como tem sido entendida até hoje pela corrente positivista da escola naturalista, então uma tal resposta se revela radicalmente mentirosa e contraditória com os próprios fundamentos do materialismo dialético. (Bakhtin, 2006, p. 39)

No intuito de esclarecer como a infraestrutura determina o signo e como o signo reflete e refrata a realidade em transformação, Bakhtin (2006, p. 40) afirma que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”,

como “indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”.

Por outro lado, Bakhtin reconhece que, embora haja espaço para a luta ideológica pela mudança social, não reconhecida por Hall na linha “marxista pré-dialética” de Louis Althusser, a classe dominante respalda-se no enfoque do jornalismo objetivista para impor uma interpretação monológica da realidade e reprimir o pluralismo necessário à vida democrática.

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes. Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. (...) Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (Bakhtin, 2006, p. 47)

Assim, após lamentar que a perspectiva de mudança social só se revela inteiramente nos momentos de crise social, o pensador russo chama a atenção para a contingência de que, normalmente, nas situações cotidianas, a contradição entre a reprodução da realidade ou a sua transformação é ocultada pela ideologia dominante.

Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante. (Bakhtin, 2006, p. 47)

Neste contexto, refém da perspectiva da polarização das posições dicotômicas extremas de liberdade absoluta do jornalista na definição da notícia (*gatekeeper*) ou de sobredeterminação total do jornalista assujeitado à ideologia dominante, Nelson Traquina (2005) não reconhece em nenhum momento a possibilidade de se configurar na instituição jornalística a maquinaria ideológica da dominação hegemônica da estrutura de poder político e econômico, o que é ocultado com a descrição exclusiva da ideologia como “o polo positivo em que a ideologia profissional que se tem desenvolvido ao longo do tempo define o jornalismo como um serviço público que fornece aos cidadãos a informação de que precisam para votar e participar na democracia”.

Dessa maneira, a ideologia não é concebida no “polo negativo do campo jornalístico (que) é o polo econômico, que associa o jornalismo ao (...) sensacionalismo, em que o principal intuito é vender o jornal/telejornal como um produto (...), esquecendo valores associados à ideologia profissional” (Traquina, 2005, pp. 27-28). Portanto, a prevalência da lógica comercial, com o fetichismo da mercadoria e a resultante alienação, não teria nenhum significado ideológico, incorrendo na noção capitalista de que a economia é desonerada de implicações éticas e ideológicas. Para Traquina, a notícia é uma construção social “resultado de inúmeras interações entre diversos agentes sociais que pretendem mobilizar as notícias como um recurso social em prol de suas estratégias de comunicação. Nessa visão agonística, característica do funcionalismo estrutural, inexiste desigualdades estruturais (de classe, gênero, etnia, etc) entre os agentes sociais, aparentemente todos concorrendo com as suas estratégias de comunicação em situação de

efetiva igualdade “olímpica”, conforme a visão da mercantilização da sociedade e, consequentemente, do campo jornalístico.

Assim, Traquina alinha-se com a concepção de liberdade absoluta e responsabilidade exclusiva do jornalista na produção da notícia, mas, quando se depara com a denúncia de Stuart Hall de que os definidores primários da notícia são as fontes oficiais e autoridades da estrutura de poder, adere ao argumento de que isso se dá de forma involuntária, não deliberada, de acordo com a perspectiva da determinação absoluta do marxismo economicista, para acusar de teorias conspiratórias outras interpretações que identificam uma ação consciente dos jornalistas na articulação da discussão pública para deliberação democrática ou autoritária, conforme no caso prevaleça o interesse público ou dos grupos de poder.

No entanto, autores como Schudson, Gans e Chaparro chamam atenção para a evidência de que a epistemologia positivista da objetividade conspira para elaboração de enquadramento de notícias monológicas com a interpretação exclusiva da ideologia dominante sobre o fato como sendo a própria realidade, censurando a autonomia relativa dos jornalistas e a diversidade de versões sociais significativas, com certeza, fatores imprescindíveis para a vida democrática.

2.7 A IDEOLOGIA EPISTÊMICA POSITIVISTA DA OBJETIVIDADE NO JORNALISMO

Na sua detalhada análise da história do jornalismo nos Estados Unidos, Michael Schudson (2010) destaca como a noção de objetividade está envolta numa nebulosa justificação que não reconhece os entraves decorrentes das características das organizações empresariais comprometidas não só com seus propósitos comerciais, mas também políticos tendo em vista que seu controle acionário representa uma parcela muito restrita da sociedade praticamente monopolizando o capital.

No entanto, o padrão da objetividade é exigido dos jornalistas e até seguido pelos críticos da produção noticiosa como um singular ideal capaz de

distinguir uma “nítida divisão entre fatos e valores. Todavia, a crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. Fatos, nesta perspectiva, são declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente. Eles (os fatos) se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais” (Schudson, 2010, p.16). Neste perspectiva, observa que os valores são as predisposições conscientes ou inconscientes das pessoas sobre o conceito de mundo, vistas como subjetivas e sem sustentação legítima sobre outras pessoas.

Assim, Schudson (2010, p.16) vê a crença na objetividade como “uma confiança nos ‘fatos’, uma desconfiança dos ‘valores’, e um compromisso com a segregação de ambos”, incorrendo num empirismo ingênuo por acreditar que “fatos não são declarações humanas a respeito do mundo, mas aspectos do próprio mundo” (Schudson, 2010, p.16). Infelizmente, registra que, não obstante o empenho de cientistas, a noção deste empirismo ingênuo continua impedindo a consciência da construção social da realidade através da noção de objetividade como ideologia da técnica e da neutralidade. Por isso, as reivindicações sobre ser objetivo, ou especialista ou científico são apenas meras tentativas de legitimar o poder de definir questões políticas em termos técnicos.

A filosofia, a história da ciência, a psicanálise e as ciências sociais têm despendido grandes esforços em demonstrar que os seres humanos são animais culturais que conhecem, veem e escutam o mundo através de filtros socialmente construídos. De 1920 em diante, a ideia de que o ser humano, individual e coletivamente, constrói a realidade com a qual ele se relaciona, tem ocupado uma posição central no pensamento social. (Schudson, 2010, p.16)

Para o pesquisador, é evidente a objetividade, no jornalismo como em outras profissões, não é somente a crença o tipo de conhecimento deve ser considerado fidedigno, mas também uma filosofia moral indicando o adequado comprometimento a ser tomado nas decisões morais. Além disso, destaca que a noção de objetividade envolve um compromisso político, ao

fornecer um critério para reconhecimento do público apropriado para julgar os pensamentos e atos, definido por mecanismos institucionais. Neste sentido, assegura que, “certamente, a objetividade como um ideal tem sido usada, mesmo de forma dissimulada, como uma camuflagem para o poder” (Schudson, 2010, p. 18). Por isso,

(...) a objetividade no jornalismo, considerada como antídoto para a parcialidade, passou a ser encarada como a parcialidade mais insidiosa, dentre todas. Porque a reportagem “objetiva” reproduzia uma visão da realidade social que se recusava a examinar as estruturas básicas do poder e do privilégio. Ela não era apenas incompleta, como sustentavam os críticos dos anos 1930, mas distorcida. (Schudson, 2010, p. 188)

Segundo Schudson, os jovens repórteres compartilhavam a expectativa de um jornalismo mais ativo e participante, crítico dos relatos oficiais dos assuntos públicos e até ressentidos da cumplicidade decorrente da imposição da notícia factual monótona e restritiva para preservação das fontes oficiais, com a alegação hipócrita de estar acima de considerações partidárias ou políticas.

Na década de 1960, a crítica mais original acentuara que os jornalistas eram “políticos”, involuntariamente ou mesmo a contragosto. Seu impacto político não estava naquilo que abertamente defendiam, mas nos pressupostos inexplorados nos quais baseavam sua prática profissional e, acima de tudo, em sua conformidade em relação a convenções da reportagem objetiva. Sob este ponto de vista, a objetividade era não um ideal, mas uma mistificação. Se os eventos são espontâneos, ocorrências fortuitas; se são uma amostragem relativamente imparcial dos ‘fatos ocultos’, então um jornal podia se satisfazer em relatar as notícias e sentir que havia feito um trabalho importante, de forma responsável. Mas se os próprios eventos são construídos, e construídos por indivíduos e instituições com a maior riqueza e poder da sociedade, então reportar a notícia não é apenas fazer uma abordagem incompleta da verdade, mas também distorcida. (Schudson, 2010, pp. 205-206)

Nesta linha de posicionamento, identifica o movimento *Muckracking* dos jornalistas que mantinham o foco na investigação das irregularidades e má administração do governo, de grandes empresas e de instituições sociais, citando como exemplo o caso Watergate denunciado pelo *Washington Post*.

De uma maneira geral, Schudson classifica três tipos de críticas à objetividade.

1. A falta de questionamento sobre a validade do conjunto de pressupostos políticos substantivos enquadrados nas notícias, especialmente porque “esses pressupostos são a mensagem oculta da objetividade, a retórica da objetividade”.
2. Outros críticos acusam o formato das notícias de reforçar as estruturas de poder estabelecidas, favorecendo as instituições poderosas, particularmente o governo, mais voltadas para “eventos” como forma de melhor controlá-los ou até para a elaboração de “pseudoeventos”, possibilitando a manipulação dos repórteres, enquanto os movimentos sociais e reformadores que seguem uma orientação para “questões” tendem a ser ignorados na seleção da pauta jornalística.
3. Por fim, a terceira crítica é que o processo da coleta de notícias constrói uma imagem da realidade que reforça os interesses da estrutura de poder, tendo em vista que “a tradição da objetividade no jornalismo tem favorecido a visão oficial, fazendo dos jornalistas meros taquígrafos na transcrição autorizada da realidade social (Schudson, 2010, pp. 214-215).

2.8 A AUTORIA HUMANA DA REALIDADE SOCIAL E O JORNALISMO MULTIPERSPECTIVAS

O que está em jogo neste equilíbrio contraditório e instável, que configura um “cabo de guerra” entre fontes, jornalistas e público, é, segundo Herbert Gans (1979, p. 81), “o poder sobre a interpretação da realidade”, concepção que evidencia a dimensão simbólica da democracia deliberativa, pois este poder pode ser exercido por todos os atores da discussão pública, muito

embora sofra a influência privilegiada da organização empresarial dos veículos noticiosos.

Os cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder; e é, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada. Mesmo os leitores e telespectadores têm algum poder, expresso pelo protesto e recusa em aceitar o que lêem e veem, razão pela qual os jornalistas costumam se preocupar com sua credibilidade. (Gans, 1979, p. 82)

Neste sentido, apesar da margem de disputa pela interpretação da realidade a ser reconhecida como de transcendência social, as desigualdades estruturais são especialmente potencializadas pela hegemonia da epistemologia positivista da objetividade, com a noção estratégica da distinção entre fato e opinião, como referência imposta aos jornalistas na produção das notícias, acarretando um acentuado desempoderamento do jornalista e do público.

Para Gans, com a manutenção dos padrões de referência da objetividade e compromisso comercial incondicional com o lucro na produção das notícias, os jornalistas, enquanto não conquistarem outras maneiras de produzir suas notícias, continuarão com uma margem de manobra cada vez menor.

Notícias governamentais de cima para baixo têm muitas consequências problemáticas. Por um lado, reflete a perspectiva dos que estão no topo, que tendem a ver a massa da população como constituintes e sua sociedade como um mundo que eles conhecem principalmente por meio de seus representantes oficiais e visitam principalmente em época de eleições. Além disso, os jornalistas respeitam suas fontes oficiais, relatando o que essas fontes lhes dizem. Eles podem ser críticos do que lhes é dito e das próprias fontes, mas as fontes geralmente têm a primeira palavra, colocando assim os críticos em uma posição reativa e inferior. (Gans, 2003, p. 46)

As organizações políticas e econômicas poderosas, no entendimento de Gans (2003, p. 67), são boas em privar os cidadãos – assim como os jornalistas – de informações que podem reduzir seu próprio poder, o que implica a dificuldade dos profissionais para reorganizar a linha de montagem jornalística de modo a reduzir a ênfase nas notícias de cima para baixo e a divulgação dos poderosos. Por isso, ele defende que os veículos jornalísticos devem incluir nas notícias “mais opiniões. As opiniões são desejáveis quando jornalistas que fizeram muito trabalho braçal desenvolvem opiniões informadas, e essas devem ser compartilhadas com o público das notícias” (Gans, 2003, p. 100).

Assim, lamenta que a opinião jornalística seja reprimida, pois os jornalistas

(...) geralmente ainda são obrigados a excluir suas opiniões. Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante. (Gans, 2003, p. 100)

Segundo Gans (2003, p. 101), os jornalistas deveriam poder complementar histórias diretas com opinião para oferecer mais diversidade e pressionar “as organizações de notícias para corrigir os atuais desequilíbrios de raça, classe e outras características na lista de jornalistas”.

As diferenças de opinião são frequentemente o resultado de ver o mesmo fenômeno de várias perspectivas. A mesma observação se aplica às notícias, exigindo o que pode denominar de notícias e mídia de notícias “multiperspectivas”, que devem englobar fatos e opiniões refletindo todas as perspectivas possíveis, sobretudo os diversos posicionamentos dissensuais das classes e grupos sociais periféricos contra hegemônicos.

Na prática, significa dar lugar às notícias para pontos de vista não representados, fatos não relatados e partes da população não representadas ou

raramente relatadas. Em outras palavras, as notícias multiperspectivas são o corretivo de baixo para cima para as perspectivas principalmente de cima para baixo da mídia de notícias (...). No entanto, embora o topo possa ser pequeno, não existe uma única perspectiva de baixo para cima. O país é composto de muitos fundos, ou públicos, cada um com sua própria concepção das formas adequadas de olhar o mundo, sobre o que são os fatos e quais fatos são relevantes para uma história ou assunto. A primeira prioridade, e agora uma antiga, é eliminar os contínuos preconceitos raciais e de classe nas notícias, de forma que as minorias étnicas e raciais, bem como as pessoas de renda moderada e baixa, não sejam mais vistas pelas lentes dos brancos e estereótipos de elite ou denunciados apenas quando dão as costas aos métodos tradicionais ou cometem crimes. (Gans, 2003, p.103)

O embate entre a estrutura de poder e das elites, altamente minoritárias na sociedade, mas quase sempre monopolizadoras dos posicionamentos contemplados na visibilidade da arena simbólica articulada pela instituição jornalística, e as versões dos grupos periféricos representantes da expressiva maioria dos cidadãos constitui uma dimensão ideológica como um conjunto deliberadamente pensado, consistente, integrado e inflexível de valores políticos explícitos, que, embora seja determinante das decisões políticas, não é uma questão geralmente reconhecida.

Neste confronto ideológico, Gans (2003, p. 39) observa que no jornalismo, como em outras disciplinas das ciências sociais, quando realiza julgamentos da realidade, as notícias “consistem não apenas na descoberta de investigação empírica, mas também nos conceitos e métodos que entram em sua investigação (...). Essas suposições tratam principalmente da natureza da realidade externa”.

Como outras disciplinas empíricas, a notícia não se limita a julgamentos da realidade; ele também contém valores, declarações de preferências. Isso, por sua vez, torna possível sugerir que há, subjacente às notícias, uma imagem da nação e da sociedade como deveriam ser. Os jornalistas

se esforçam para ser objetivos, mas nem eles nem ninguém pode, no final, prosseguir sem valores. Além disso, os julgamentos da realidade nunca estão totalmente divorciados dos valores. (Gans, 2003, p. 39)

Após a afirmação de que, embora toda história expresse sempre vários valores, os valores nas notícias raramente são explícitos e devem ser encontrados nas entrelinhas, acarretando no fato de que os jornalistas, na maioria dos casos, não inserem deliberadamente valores nas notícias, o pesquisador salienta que esses valores precisam ser inferidos, o que implica uma controvérsia interpretativa pelos diversos inferidores do assunto, pois como a inferência não pode ocorrer sem um inferidor, diferentes pessoas vêm às notícias de formas diversos.

Depois de garantir que, se a notícia inclui valores, também contém ideologia, Gans descreve essa ideologia como um agregado de valores apenas parcialmente pensados que não são nem totalmente consistentes nem bem integrados, seguindo regras não escritas pressionadas por fontes e pessoas que buscam censurar as notícias, bem como sobre considerações comerciais e outras que decorrem do fato de os jornalistas trabalharem em organizações e firmas de notícias.

Os jornalistas aplicam o julgamento das notícias, tanto como membros de uma profissão quanto como indivíduos, mas não são, de forma alguma, agentes totalmente livres e, em qualquer caso, raramente tomam decisões de seleção com base em pressupostos abertamente ideológicos; em vez disso, eles trabalham em organizações que lhes fornecem apenas uma quantidade limitada de margem de manobra nas decisões de seleção, que é ainda mais reduzida por sua fidelidade a valores compartilhados profissionalmente. (Gans, 2003, p. 79)

Além de se posicionar por uma perspectiva construtivista, inclusive destacando o papel da articulação do jornalismo na construção social da realidade, Gans chama atenção da importância do público na definição dos consensos sociais e até do funcionamento da instituição jornalística, contribuindo para

a margem de autonomia do jornalista no cabo de guerra enfrentado com a organização empresarial para ampliação dos limites da política editorial e das pressões externas das fontes da estrutura de poder.

(...) o público não é apenas um receptor de informações, mas uma fonte de receita para a empresa de notícias; e, na medida em que sua lealdade deve ser mantida, seu comportamento de ver e ler até afeta, até certo ponto, em certa medida, a escolha de fontes pelos jornalistas. Com efeito, então, fontes, jornalistas e público coexistem em um sistema, embora esteja mais perto de ser um cabo de guerra do que um organismo funcionalmente inter-relacionado. Os cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder; e é, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada. Mesmo os leitores e telespectadores têm algum poder, expresso pelo protesto e recusa em aceitar o que lêem e veem, razão pela qual os jornalistas costumam se preocupar com sua credibilidade. (Gans, 1979, pp. 81-82)

No entanto, segundo Gans, o exercício jornalístico consciente da dimensão ideológica dos valores sempre presentes nas matérias é raro e evidencia a censura das políticas editoriais das organizações empresariais que sistematicamente exclui os profissionais discordantes. Neste sentido, considera a inconsciência sobre valores e ideologias nas ideologias como uma decorrência do funcionamento da concepção positivista da objetividade.

A exclusão de valores conscientes implica a exclusão da ideologia consciente, mas a maneira como os jornalistas rejeitam a ideologia e lidam com ela quando ela aparece fornece uma visão mais aprofundada do funcionamento da objetividade – e uma compreensão de como os valores inconscientes e, portanto, a ideologia inconsciente, entram em julgamento de notícias. (Gans, 1979, p. 190)

Além da pressão difusa da ideologia epistêmica positivista da objetividade, é agravante a ação dos grupos da estrutura de poder para reprimir a atividade autônoma na produção das notícias:

Por “pressão” entendo críticas, protestos organizados ou não, bem como ameaças a jornalistas, suas organizações e suas empresas. A pressão é aplicada para forçar os jornalistas a mudar a notícia (ou omitir uma história), o que constitui censura; ou a pressão é usada para criar o que os jornalistas chamam de efeito inibidor, com a esperança de induzir os jornalistas a oferecerem voluntariamente a mudança ou omissão, que se torna autocensura. (Gans, 1979, p. 249)

Diante dessas pressões, os jornalistas se submetem às ameaças ou lutam contra esses expedientes, mas também numa estratégia mais consequente procuram se antecipar e ceder em aspectos secundários para tentar garantir o que considera mais relevante. Neste contexto,

A seleção e produção de histórias envolve, portanto, uma luta pelo de poder de decidir sobre quais mensagens entram na arena simbólica. Na maioria das vezes, a luta pelo poder é encoberta, pois está embutida nos julgamentos das notícias; mas torna-se evidente quando fontes, públicos e outros insatisfeitos expressam seu descontentamento com o resultado dos julgamentos das notícias. (Gans, 1979, pp. 249-250)

No entendimento de Herbert Gans (1979), é necessário o jornalismo se empenhar na produção da notícia multiperspectiva diferente da elaborada pelo jornalismo tradicional, com maior cobertura da diversidade de opiniões, de várias posições no espectro ideológico. Para ele,

(...) as notícias multiperspectivas colocariam mais ênfase nas notícias de serviço, fornecendo informações pessoalmente relevantes para setores e funções nacionais específicos: o que as pessoas consideram notícias nacionais importantes para si mesmas. Por exemplo, pessoas de diferentes idades, rendimentos e ocupações que entram em contato com

diferentes agências e instituições nacionais precisam de notícias nacionais sobre as agências e instituições que afetam suas próprias vidas. (Gans, 1979, p. 314)

Desta maneira, ele chama a atenção para o fato de que, quando as notícias contêm maior diversidade de opinião de fontes, comentários e posicionamentos dos jornalistas também são desejáveis, “para permitir que as notícias se tornem mais ideológicas, com a diversidade ideológica explícita substituindo a quase uniformidade implícita que agora prevalece”. (Gans, 1979, pp. 314-315)

Neste sentido, o pesquisador lamenta que a ausência de notícias multiperspectivas comprometa o processo democrático porque os cidadãos não são bem informados e estão sofrendo um processo de desempoderamento ao mesmo tempo político e econômico devido ao controle exercido sobre a produção noticiosa pelos grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado.

O que os cidadãos podem fazer se tal país for dominado por organizações grandes o suficiente para desencorajar os cidadãos de desafiá-las e poderosas o suficiente para geralmente derrotar aqueles que tentam fazê-lo? O que o público pode fazer se seus representantes eleitos tiveram que alugar ou vender pedaços de si mesmos a tais organizações para serem eleitos? (...) No entanto, se o objetivo essencial da democracia é representar os interesses de todas as pessoas, tanto quanto isso é possível em uma nação heterogênea, então meios mais eficazes de representação devem ser desenvolvidos. (Gans, 2003, p. 2)

Assim, o contexto do jornalismo objetivista tradicional, portanto, acarreta a infiltração do formato de notícias “leves”, que, para Gans (2003, p. 28), “costumam ser chamadas de “informatização”, o que implica não muito sutilmente que os jornalistas que se consideram responsáveis pela saúde da democracia estão sendo reduzidos ao nível de meros entretenimentos.

No movimento contrário a esta tendência, o pesquisador observa que alguns críticos defendem uma volta aos ideais profissionais, especialmente quanto ao compromisso jornalístico com a educação política e a democracia, registrando, neste sentido, “o jornalismo público ou cívico, um movimento de reforma profissional que começou na década de 1980 e agora se tornou um conjunto multifacetado de projetos para promover a democracia local, geralmente em cidades pequenas”. (Gans, 2003, p. 36)

De forma compreensível, o jornalismo público vem enfrentando a resistência dos grandes veículos por considerá-lo uma ameaça à objetividade e às propaladas neutralidade e imparcialidade do jornalismo informativo da indústria das notícias, que busca se legitimar reivindicando o compromisso exclusivo com uma posição não política e não ideológica.

Inseridos, em geral, nesta estrutura como funcionário empregado em organizações empresariais, os jornalistas, muitas vezes, são vistos,

com ou sem razão, como representantes da elite e do mundo do dinheiro e do poder. (...) As notícias não levam muito em consideração os papéis políticos que os próprios cidadãos realmente desempenham. Apesar do discurso que os jornalistas fazem da participação dos cidadãos, raramente é relatado como e por que as pessoas participam, além do voto. (Gans, 2003, p. 47)

Devido à configuração do formato de notícias de cima para baixo, Gans (2003, p. 49) vê os jornalistas serem “transformados em mensageiros de muitos líderes políticos, governamentais e considerados indignos de confiança e indiferentes por um número significativo de entrevistados”. (Gans, 2003, p. 49)

Vislumbrando a possibilidade de uma maior autonomia no exercício profissional, Gans (2003, p. 67) pondera que, “se os jornalistas tivessem mais oportunidade de perseguir o ideal democrático da profissão, eles teriam que considerar como reorganizar a linha de montagem jornalística de modo a

reduzir a ênfase nas notícias de cima para baixo e a divulgação dos poderosos". (Gans, 2003, p. 67)

Numa posição de contestação à Teoria dos Efeitos Limitados do Funcionalismo Estrutural, Gans considera que, às vezes, os jornalistas "podem dizer às pessoas sobre o que pensar e talvez até fazê-las pensar, embora o pensamento por si só não leve à ação. Se um número suficiente de pessoas estiver pensando na mesma linha e ativamente tornando seus pensamentos conhecidos, elas podem afetar o clima político que influencia as ações dos líderes políticos. (Gans, 2003, p. 89)

(...) as notícias têm uma série de efeitos significativos, começando com a criação de continuidade social, bem como mensageiro, cão de guarda e uma série de efeitos políticos sobre e para a democracia americana. Com certeza, os efeitos das notícias são limitados; consequentemente, a extensão em que os jornalistas podem ajudar a fortalecer os papéis democráticos e os poderes dos cidadãos também é limitada. Se nada mais, os jornalistas podem ajudar os cidadãos a aumentar sua compreensão da democracia em que vivem agora, no mundo do século XXI. Acreditando que a participação do cidadão é essencial para a democracia, os jornalistas fornecem notícias que acreditam ajudar os cidadãos a participar da política. A cobertura noticiosa convencional de cima para baixo deve ser equilibrada por notícias participativas, notícias destinadas a fornecer ajuda direta ou indireta aos cidadãos que desejam participar ou saber como os outros estão participando. (Gans, 2003, pp. 96-97)

Para enfrentar o discurso monológico do jornalismo tradicional objetivista dito informativo, o pesquisador defende que a mídia noticiosa poderia usar mais a opinião em geral, tanto dos jornalistas profissionais quanto do público e outros, pois a inclusão de mais opiniões entre os espectros ideológicos e outros forneceria ao público ideias que, de outra forma, eles não poderiam encontrar.

Ampliar o leque e o número de opiniões é, em última análise, tão importante por ser a única maneira de a mídia de notícias alcançar o equilíbrio

de que precisa para ser percebida como livre de preconceitos. A prática de presumir que há apenas dois lados, ou opiniões, sobre as questões principais e que um equilíbrio é alcançado mencionando ambos, pode economizar espaço ou tempo de antena, mas não pode fazer justiça à diversidade de opinião entre os cidadãos. Uma política democrática precisa da maior variedade de opiniões – e de soluções propostas – para questões significativas. (Gans, 2003, p. 102)

Neste sentido, Gans (2003, p. 103) observa que as diferenças de opinião são frequentemente o resultado de ver o mesmo fenômeno de várias perspectivas e, destacando a condição dissensual, denomina de “multiperspectivas” notícias que englobam fatos e opiniões refletindo todas as perspectivas possíveis, o que, na prática, “significa dar lugar às notícias para pontos de vista não representados, fatos não relatados e partes da população não representadas ou raramente relatadas. (...) as notícias multiperspectivas são o corretivo de baixo para cima para as perspectivas principalmente de cima para baixo da mídia de notícias”.

Segundo ele, para atingir este objetivo, a primeira prioridade é eliminar os contínuos preconceitos raciais e de classe nas notícias, de forma que as minorias étnicas e raciais, bem como as pessoas de renda moderada e baixa, não sejam mais vistas pelas lentes dos brancos e estereótipos de elite ou denunciados apenas quando dão as costas aos métodos tradicionais ou cometem crimes. (GANS, 2003, p. 103)

2.9 A AUTORIDADE EPISTEMOLÓGICA SOBRE A NOÇÃO DA VERDADE E A NOTÍCIA

Sobre os aspectos epistemológicos envolvidos na forma de prospecção do jornalista para conhecer a realidade e suas consequências no discurso jornalístico, Cristina Ponte (2005) destaca que a teoria consensual da verdade desenvolvida na perspectiva pragmática do construtivismo tem o mérito de evidenciar os equívocos e contradições da teoria da verdade como

correspondência em que a objetividade factual do funcionalismo estrutural pretendia identificar o “fato real”, puro e absoluto.

A ideia de uma **verdade dialógica** será importante para um novo olhar sobre a objetividade e o conhecimento do jornalismo, na medida em que postula que todo o conhecimento decorre de uma situação social, é perspectivado a partir dessa situação: a formulação da verdade decorre do confronto direto entre perspectivas alternativas. Assim, a análise crítica sobre notícias assente nestes conceitos destaca os imperativos contraditórios de uma *essência de verdade* de um relato que implicitamente se assume como uma translação factual da realidade. (Ponte, 2005, p. 162 – Grifo do autor)

Para Ponte (2005), a abordagem construtivista na análise do jornalismo tem a capacidade de desvendar o que é dito e o que não é dito, opondo à configuração monológica da concepção de verdade positivista uma concepção dialógica que incorpora as condições de negociação e as variáveis da sua produção, para evidenciar como essa pretensa configuração de verdade que pretende fazer prevalecer sobre a definição da realidade está intrinsecamente ligada às vozes dialógicas que quer manter em silêncio.

No sentido oposto, ao construir-se como discurso estereotipado e estreito do jornalismo informativo, dito apolítico e neutro, no que apresenta como matérias dignas de serem apreciadas pelos seus leitores e nas formas redutoras como o faz, em nome da objetividade factual, para a pesquisadora portuguesa, o discurso jornalístico da indústria das notícias está a assumir uma posição também ela política, a posição subjetiva de parcialidade, a ignorar e subestimar a complexidade e as transformações do espaço público que diz constituir o seu referente.

Cristina Ponte, inclusive, identifica com um enfoque feminista que na discussão sobre a objetividade a invocação de uma verdade monológica é masculinizada na medida em que as orientações predominantemente brancas e de elite dos homens para o “mundo dos fatos” são consideradas como as mais apropriadas para revelar a verdade imutável do real. Assim,

a epistemologia masculina pressupõe uma realidade que deve ser vista como um dado existente fora de nós e de maneira inquestionada, que constitui o patamar pelo qual podem ser aferidas verdade e falsidade. Assim, este jornalismo objetivista representa a matriz da notícia anglo-americana que se instituiu como cultura profissional e como sua ideologia, ao reivindicar ser objetivo porque seria o registo de fatos verificados e apresentados de forma neutra, separados de comentário.

Por outro lado, a professora lembrou as manifestações do jornalismo de investigação denominado *Muckraking*, desde o século XIX, assumindo o compromisso social e intelectual de independência face ao poder inspirado nos ideais cívicos da Revolução Francesa, com espírito de denúncia da corrupção pública e de exigência de transparência. Como exemplo deste jornalismo *Muckraking* de investigação cita o caso do escândalo de Watergate, que se constituiu no grande mito do poder do jornalismo.

A influência de watergate, salienta Ponte, afetou o jornalismo contemporâneo das sociedades abertas, criando uma aura de mistério entre a mística e o mito, em torno dos jornalistas que se dedicam à investigação. Este é um trabalho de inquérito que alarga o confronto de fontes com uma análise pessoal desse confronto (de onde decorre a importância da assinatura da peça como responsabilização) e o revelar do escondido e das zonas de segredo, imagens máximas do compromisso social do jornalista com o público.

Para a pesquisadora, o jornalismo de investigação caracteriza-se por: 1) procurar descobrir informação inédita sobre temas de relevância social; 2) denunciar de forma clara e com base na verificação documental, fatos ou situações ilegais ou carentes de regulação que vão contra o interesse público geral; 3) verificar todo o processo de investigação por um sistema de contraste duplo de dados, por via documental e recurso a fontes independentes, a fim de reduzir a zero a margem de erro no publicado; 4) romper o silêncio das fontes oficiais implicadas nos temas, forçando-as a responder pelas suas atuações perante a opinião pública.

2.10 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Para compreensão do jornalismo como forma de conhecimento, Berger e Luckmannn (1995) oferecem conceitos fundamentais sobre a vida quotidiana, a linguagem, o acervo cultural compartilhado, a reificação e a legitimação. Com a inspiração da fenomenologia social de Schultz, eles concebem a vida quotidiana como um mundo experiencial organizado em torno de um aqui e de um agora, como mundo vivido e intersubjetivo, apresentando uma contínua partilha de significados e uma naturalização que o impõem como *a realidade*, com suspensão de dúvida sobre os seus processos de construção social. Também os conceitos de linguagem e de acervo de conhecimento são relevantes pela sua capacidade de objetivação e de construção da atividade jornalística. Para Berger e Luckmann, a linguagem é o mais importante sistema de sinais da sociedade humana, pois mantém as objetivações e garante a comunicação.

Ao considerarmos a linguagem dos *media* noticiosos como parte integrante dessa institucionalização da sociedade como realidade objetiva, estamos então a afirmar a responsabilidade pública e social do jornalismo muito para além da oferta diária de “notícias” aos seus leitores. Esse menu noticioso é carregado de sentido ideológico, de que essas são matérias que “importa saber” e que as formas como se apresentam são as “naturais e certas”.

Segundo eles, a legitimação não é apenas uma questão de valores, implica também conhecimento, visa explicar a ordem institucional dando validade cognitiva aos seus significados objetivos. Este conceito é relevante já que o discurso do jornalismo é um discurso de contínua sustentação de legitimação do seu relato da experiência quotidiana, recorrendo a níveis vários, entre uma legitimação sustentada por um *saber profissional de experiência feito* (a tarimba) e uma legitimação já teorizada, sustentada por códigos de conduta, como a reivindicação de um estatuto de autonomia no campo social, com uma mediação pautada por regras deontológicas que asseguram o controle público sobre o conhecimento do acontecimento.

Berger e Luckmann tomam de Lucácks (2003) o conceito de reificação da realidade social, fundamental na apreciação de muitas peças jornalísticas. A reificação é a apreensão dos fenómenos como coisas, fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. O mundo reificado é, por definição, um mundo desumanizado, e a reificação constitui o grau extremo do processo de objetivação pelo qual o mundo objetivo perde a sua inteligibilidade como empreendimento humano e se fixa como uma facticidade não humana. A relação entre o sujeito e o mundo é invertida na consciência: de produtor, passa a produto “da natureza das coisas”.

Outro sociólogo interacionista que marca os estudos do jornalismo é Erving Goffman (2012). É sob a sua influência, e das suas próprias raízes na Escola de Chicago, que os estudos das redações vão privilegiar entrevistas informais com jornalistas e fontes de informação, a permanência nas salas de trabalho e o acompanhamento das coberturas no terreno. Se mesmo em instituições totalitárias há estratégias de resistência, Goffman mostrou como nas empresas jornalísticas as estratégias de interação são estruturantes da produção social da informação, da sua visibilidade e da negociação de sentidos por parte dos diversos participantes.

Uma obra de Goffman relevante para o estudo do discurso jornalístico é *Frame Analysis* (1974), estruturada em torno de conceitos como **foco** (maior ou menor abertura com que um evento é descrito), **perspectiva** (visão singular com que é apreciado e onde diferentes interesses irão gerar diferentes relevâncias motivacionais), **cortes** (interrupções e delimitações arbitrárias do fluxo de uma atividade experiencial contínua), e **enquadramentos** (conceito de Bateson sobre princípios organizadores que regulam eventos sociais e o envolvimento subjetivo neles). Outra designação deste conceito é o de *esquemas básicos de interpretação* (*frameworks*) que intervêm na leitura de um evento.

Recorrendo a materiais como peças jornalísticas de interesse humano (notícias, cartas de leitores), Goffman (2012) considera que, a partir da análise de como as formas das experiências são enquadradas interpretativamente, se

poderia tentar formar uma imagem do enquadramento global de esquemas de interpretação de um grupo, o seu sistema de crenças, a sua cosmologia, que também designa por recursos cognitivos.

De grande importância para a percepção das consequências sociais da definição da situação do que seja real ou irreal a partir da representação noticiosa, é a reflexão de Goffman (2012) sobre o Teorema de William Isaac Thomas: Se as pessoas definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências. Pondera Goffman que, presumivelmente, deve-se quase sempre buscar uma “definição da situação”, mas normalmente os que estão envolvidos na situação não criam esta definição, embora frequentemente se possa dizer que a sociedade a que pertencem faz; ordinariamente, tudo o que eles fazem é avaliar corretamente o que a situação deveria ser para eles e então agir de acordo. “É verdade que negociamos pessoalmente certos aspectos de todos os arranjos nos quais vivemos, mas frequentemente, uma vez negociados esses aspectos, prosseguimos mecanicamente como se a situação estivesse resolvida desde sempre”. (Goffman, 2012, pp. 23-24)

A obra *Frame Analysis* de Goffman foi a matriz do livro *Making News* de Gaye Tuchman (1978), obra que faz a ligação entre estudos sociológicos e a perspectiva cultural na produção jornalística. Aí Tuchman privilegia a sociologia do conhecimento e considera que as histórias, entre elas a do jornalismo, são resultado de recursos culturais e de negociação ativas não só entre jornalistas e promotores, mas também entre jornalistas, fontes e leitores.

2.11 A IDEOLOGIA EPISTÊMICA POSITIVISTA DA OBJETIVIDADE E A COGNIÇÃO HUMANA

Depois de ponderar que a epistemologia positivista da objetividade não tem caráter reflexivo, enfocando de forma unilateral o objeto, escondendo o sujeito que fala, ignorando que o objeto mencionado depende da linguagem e que, portanto, varia de acordo com a linguagem e a teoria utilizadas, Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 253) conclui que “a epistemologia da objetividade

é uma patologia da cognição” que busca silenciar o falante, especialmente sobre seus interesses e vontades e como esses são colocados socialmente e se mantêm estruturalmente.

Apesar das críticas que têm sido feitas ao conceito de “objetividade”, Alsina (2009) observa que muitos autores, no entanto, ainda tentam no campo da comunicação de massas uma saída para a situação que gera a crise do conceito, buscando uma noção da “boa” objetividade para sua aplicação na produção da realidade da informação. Entre estas propostas, cita Umberto Eco (1979), que reduz a problemática da objetividade a duas asseverações aparentemente contraditórias: I. A objetividade é uma ilusão. II. Podemos ser objetivos, considerando que “o limiar da objetividade seria distinguir e isolar a notícia do comentário” (Alsina, 2009, p. 253).

Contra essa distinção da ideologia tradicional no jornalismo, assegura que uma fonte tida como um dado da realidade independente fornece informação sobre fatos transformados em mensagem consideradas fieis à realidade objetiva. Porém, a fonte não é a realidade objetiva independente, mas, por sua vez, já constituída a partir de outras mensagens. Assim, o jornalista que acredita descrever um fato, na verdade, está relatando um depoimento sobre um suposto fato.

Na análise da função social da concepção de objetividade no jornalismo, Alsina chega a considerá-la um mito e uma mentira subjetiva disfarçada, cujas consequências são agravadas pela dimensão dos veículos noticiosos de se constituírem no idioma público ao promoverem a certificação institucional da verdade. Contudo, o pesquisador frisa que o discurso sobre a objetividade concentra-se nos fatos, sem levar em conta que os fatos precisam ser interpretados, o que implica uma negociação de subjetividades ou o consenso intersubjetivo da comunidade de comunicação.

O jornalismo interpreta a realidade. Mas isso não quer dizer que poderá fazer qualquer tipo de interpretação. Todo fenômeno aceita um universo de interpretações que, se não são legítimas, pelo menos são legitimáveis.

Isto é, cada sociedade aceita, diante de determinado fenômeno, uma série de interpretações aceitáveis. Mas é preciso levar em conta que o que seria uma interpretação para uma comunidade pode não ser para outra e vice-versa. (Alsina, 2009, p. 257)

Por conta disso, Alsina salienta que o jornalismo informativo é um discurso necessariamente assertivo, levando muitas informações a serem enunciadas como verdades de fato, devido à clássica dicotomia jornalística entre fatos e opiniões. O conceito de objetividade que o capitalismo divulga é a descrição dos principais fatos desvinculados das relações de classe em que eles acontecem. Uma objetividade concebida assim não é objetiva.

Partimos da premissa de que a realidade existe de forma objetiva independentemente do sujeito, mas nem sempre o reflexo da realidade que a imprensa nos traz é verdadeiro ou fiel.

Os meios de comunicação auto definem-se como sendo simples transmissores da realidade social e, ao mesmo tempo, nos parecem como ubíquos e oniscientes. Mas a sua ubiquidade e onisciência é, de *per se*, cumpridora no sentido de que são os mesmos meios de comunicação os que constroem a realidade de tudo o que acontece. Eles conhecem tudo porque são eles mesmos os que estabelecem “tudo” o que ocorre. (...) Precisamos ter muito claro que os meios de comunicação permitem a visibilidade de certas realidades, mas, ao mesmo tempo, não refletem outras tantas. Além do mais, no tocante aos fatos sobre os quais focalizam sua atenção, cada dia fica mais evidente que os produtores da informação simplesmente interpretam os fenômenos sociais. Interpretam a realidade social quando a descrevem. Essa construção da realidade é feita com estratégias discursivas que são invisíveis para os olhos do ingênuo leitor. (Alsina, 2009, p. 290)

Para que o jornalismo conquiste credibilidade e legitimidade junto ao público, o que exige que o seu “contrato pragmático fiduciário” seja aceito pelo destinatário, o jornalista deve construir um discurso que pareça verídico.

Em resumo, destaca Alsina, é necessário criar um efeito de verossimilhança a partir de um discurso da verdade que, no entanto, não garante absolutamente a veracidade dos fatos.

Questionando o que seja “um fato verdadeiro”, o pesquisador, inicialmente, chama a atenção para o fato de que “a notícia não é um fato e, sim, basicamente, a narração de um fato. Em segundo lugar, a veracidade da notícia é um tema absolutamente questionável. Existem notícias falsas e nem por isso deixam de ser notícias. O conceito de notícia não leva implícito o conceito de verdade” (Alsina, 2009, p. 296)

Segundo ele, a preocupação com a perda da credibilidade das notícias e a ruptura do contrato pragmático fiduciário da relação comunicativa mídia-público indica que a produção da informação está localizada no nível da ética, se garantindo através de uma relação de fé e ideologia ou não é confiável, confiança que não pode ser nem pela clareza nem por qualquer outra qualidade metodológica.

2.12 A NOTÍCIA COMO UM MUNDO POSSÍVEL

Central na concepção Alsina de jornalismo é a definição da notícia como um mundo possível. notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível. Como uma forma de conhecimento, a representação social envolve, em princípio, uma atividade de reprodução das propriedades de um objeto, efetuando-se em um nível concreto, frequentemente metafórico, e organizado em torno a uma significação central. Essa reprodução não é o reflexo no espírito de uma realidade externa, perfeitamente acabada, mas um remodelamento, uma verdadeira “construção” mental do objeto, que é concebido como algo não isolado da atividade simbólica de um sujeito, e solidária ela mesma na sua inserção no campo social.

Desta maneira, o pesquisador frisa que a construção do discurso jornalístico pressupõe a criação discursiva de um mundo possível de ser compreendido pela audiência. Do ponto de vista narrativo, é possível explicar o processo

de produção do discurso jornalístico informativo, no qual podemos cotejar o jornalista com uma espécie de leitor privilegiado dos acontecimentos, a partir dos quais ele vai construindo mundos possíveis de serem compreendidos pela interpretação do público.

Segundo ele, o jornalista é o autor de um mundo possível que se manifesta em forma de notícia, em cuja construção estão presentes três mundos distintos e que estão inter-relacionados. São eles: o **Mundo Real**, o **Mundo de Referência** e o **Mundo Possível**.

Em primeiro lugar, entendo os fatos como sendo fragmentos da realidade vistos como unidades dentro de um contexto, determinadas e interpretadas e que podem ser textualizadas e comunicadas. Assim, na informação não vamos encontrar fatos brutos ou em estado puro, coisa que ingenuamente e como armadilha proclama a retórica da objetividade, mas uma determinada percepção e uma interpretação da realidade. Em segundo lugar, considero que a notícia é, num sentido estrito, qualquer fato que se percebe e que os meios, de maneira geral, ou um deles em particular, interpretam como tendo suficiente interesse informativo para ser publicado. Como consequência, e mesmo que notícia e informação sejam consideradas termos equivalentes e frequentemente usados de forma diferente, digo que, nesse sentido estrito, a informação se refere a cada uma das versões jornalísticas que foram publicadas de um fato considerado como sendo notícia. (Alsina, 2009, p. 304)

Para Alsina, o mundo “real” comprehende o mundo dos fatos, dos acontecimentos, que foi dotado de sentido, com o qual se depara, à primeira vista, o jornalista através de uma fonte ou ele mesmo produz quando se torna testemunha de um acontecimento, o que deverá ser verificado caso seja o adequado. Para isso, o jornalista adota um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. Esse mundo de referência, conjunto de múltiplas realidades interpretativas existentes no acervo cultural da sociedade, vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita. “Quando ocorre um acontecimento, o jornalista

coloca, como hipótese, uma proposta de interpretação dos fatos e, a seguir, procurará por novos dados que verifiquem essa proposta de interpretação. Essa proposta de interpretação é o que eu chamo de o mundo de referência” (Alsina, 2009, p. 305).

No detalhamento do significado de mundo de referência, ele acrescenta que são modelos nos quais estão inscritos os fatos conhecidos para sua melhor compreensão, são, portanto, construções culturais que o jornalista estabelece segundo sua enciclopédia. “Diante de um determinado fato, podemos escolher entre um número limitado de mundos de referência. O mundo de referência escolhido para a explicação de um fato deve ser o que possua maior verossimilhança. Ou seja, o enunciador deve poder acreditar nele” (Alsina, 2009, p. 308).

Para terminar, temos o mundo possível. Ele será aquele mundo que o jornalista construirá levando em conta o mundo “real” e um mundo de referência escolhido. Em resumo, o jornalista não pode estabelecer qualquer mundo possível, mas precisa levar em conta os fatos que ele conhece sobre o assunto que pretende relatar e as características do mundo de referência a que os fatos remetem. Esse mundo possível construído dessa forma terá as marcas pertinentes do mundo de referência. Cada um desses mundos está inter-relacionado com os demais. O mundo que chamamos de “real” corresponderia aos fatos, aos dados e às circunstâncias que o jornalista conhece e que vão nos levar a um determinado número de mundos de referência, a partir dos quais o jornalista poderá determinar o tipo de acontecimento que precisa relatar. Além do mais, precisamos dizer que o mundo “real” é onde podemos verificar o mundo possível que foi narrado, confrontando-o com os novos dados que vão chegando sobre o acontecimento. Evidentemente, essa verificação permitirá constatar, invalidar ou corrigir a escolha do mundo de referência. (Alsina, 2009, p. 309)

Na conclusão da descrição do seu modelo de produção noticiosa, o pesquisador espanhol acrescenta que o mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador a partir dos outros dois mundos citados:

Se no mundo “real” era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. O enunciador deve fazer com que pareça verdade o mundo possível que ele mesmo constrói. E para isso lança mão das marcas de veracidade que lhe permitem criar uma ilusão de referência que é a condição necessária para a virtualidade do discurso (Alsina, 2009, p. 310).

2.13 FENOMENOLOGIA SOCIAL, QUALIDADE DA NOTÍCIA E A CRISE DO JORNALISMO

Segundo João Carlos Correia (2011, p. 1), “a crise que se evidencia no jornalismo pode ser entendida no sentido amplo como défice de legitimidade deste campo de especialização, mas também pode ser vista pela mudança e reconfiguração de muitos dos seus padrões estilísticos, discursivos e organizacionais”. (Correia, 2011, p. 1)

Lembra o pesquisador português que “a legitimidade das decisões está vinculada ao apoio da opinião pública e o consentimento dos governados, o que depende do desempenho de um conjunto de funções atribuídas ao jornalismo, como o controle e a vigia sobre o ambiente sociopolítico quanto às deliberações e suas consequências positivas ou negativas sobre o bem-estar dos cidadãos”. (Correia, 2011, p. 3)

Observando a divergência epistemológica fundamental entre as perspectivas positivista e construtivista, Correia (2011, p. 143) salienta que no primeiro caso “a realidade social surge como um dado *a priori* que o jornalista deve observar de forma a reconstituir fielmente. Na óptica “construtivista”, a “realidade” e a “informação” são entendidas como construções sociais e não como um conjunto de dados preexistentes”. (Correia, 2011, p. 143)

A pretensão da objetividade de idealmente propiciar a coesão da comunidade profissional é questionada em face da inconsistência epistemológica do seu modelo de explicação das relações entre fatos e enunciados marcado por posições empiristas muito ingênuas. Esta crítica está fundamentada na guinada linguística que deslocou a auto-

ridade epistêmica das pretensões de validade do âmbito da filosofia da consciência do sujeito transcendental para o consenso da comunidade de comunicação, concebendo a linguagem enquanto produto histórico e cultural que não se esgota na sua função referencial e permitindo “equacionar a existência de diferentes gêneros de discurso que vão abordar a realidade de maneiras diferentes assim como ter em conta a diversidade de auditórios a que se dirigem esses discursos”. (Correia, 2011, p. 145)

Ao reportar-se à existência de uma visão da notícia que enfatiza o seu papel na construção da realidade, ele elogia o mérito deste tipo de abordagem permitir a consciência de que a atividade jornalística não se limita a reproduzir a realidade, mas intervém na construção social da mesma. Nesta abordagem, os jornalistas com seus enunciados, não só não se reduzem a simplesmente espelhar uma realidade pré-existente, como influenciam ativamente na construção das condições e do modo em que a realidade é concebida.

Os factos não existem por si próprios, dotados de uma evidência e de uma espessura ontológica auto-suficiente de que os enunciados jornalísticos seriam puros reflexos. São produto de um encontro entre os factos e os seus relatos, sem os quais, aliás, não existiriam como factos jornalísticos. A realidade não pode se algo completamente autónomo e distinto do modo como os actores a interpretam, a interiorizam, a re-elaboram e redefinem histórica e culturalmente. (Correia, 2011, p. 194)

Nesta perspectiva epistemológica, João Carlos Correia a realidade quotidiana só se manifesta como presente no mundo da vida graças à linguagem e à possibilidade que esta constitui de uma comunicação contínua com a alteridade dos demais membros da comunidade de comunicação. Portanto, enfatiza o pesquisador que a informação jornalística não pode deixar de ser vista como construção social da realidade, haja vista que se constitui de um projecto de objectivação regido por práticas institucionalizadas, como as tipificações e as rotinas. Por isso, acredita ele que a prática informativa não pode ser considerada como simples ação seletiva, mas uma ação que participa diretamente na construção de significados intersubjetivamente partilhados.

Desta maneira, os conceitos utilizados neste corpo teórico enfatizam que os homens e mulheres constroem ativamente significações sociais comuns e partilhadas, o que, no setor da investigação comunicativa, acarreta, no caso da informação jornalística, na produção de sentido através da ação e das rotinas que organizam a profissão, evidenciando a importância da cultura jornalística e a ideologia dos membros da comunidade. Por conseguinte, “verifica-se, hoje, um certo consenso científico na aceitação da ideia de que as notícias não reflectem a realidade social, antes activamente a constroem”. (Correia, 2011, p. 195)

Apesar da consistência da fundamentação da epistemologia construtivista e da contestação da perspectiva positivista, João Carlos Correia lamenta que, hoje, a abordagem da objetividade ainda seja um elemento estratégico do discurso legitimador do jornalismo tradicional, que continua a influenciar as normas éticas, as convenções narrativas, as empresas, as instituições e a forma como os profissionais se encaram a si mesmos.

Segundo o estudioso português, a resistência contra a epistemologia construtivista está baseada na procura para fazer esquecer, de forma sistemática e persistente, que o mundo não é transparente nem as palavras coincidem com as coisas, implicando a necessidade de refletir e interrogar sobre a razão de um enunciado surgir em vez de outro, o que não pode deixar de levar em conta que o jornalismo industrial emergiu claramente associado aos regimes de verdade marcados pela generalização do capitalismo e das utopias industrialistas que estão na gênese do positivismo.

A melhor forma de compromisso com a verdade acaba por isso na necessidade de assegurar uma diversificação dos temas e uma constante discussão sobre as formas de os retratar na perspectiva de assegurar a diversidade na representação das dinâmicas sociais. A objectividade coerente com uma interpretação neutralista acaba por ser meramente formal. Às críticas que apontam para a sua sujeição a uma estratégia comercial de produção ou a um exercício calculado de equilíbrio político que evite os riscos de perda de uma parte da audiência, juntam-se

a possibilidade de uma convivência desonesta com a manipulação política ou a estreiteza de realidade social que esta compreensão do papel jornalístico pode acarretar. A objectividade considerada sob um ponto de vista estritamente formal pode limitar a mediação jornalística a um serviço de amplificador público para as instituições dotadas de maior visibilidade social, impedindo os jornalistas de criticar as accções dos protagonistas influentes mesmo quando disponham de conhecimento de causa para o fazer. Por outro lado, pode mesmo tornar-se uma forma de obstaculizar a busca de outras fontes, outros protagonistas, outros temas e outros assuntos alternativos. Com efeito, a mera narração dos factos, sem o complemento da análise das causas e respectivas avaliações éticas – que não signifique necessariamente o engajamento panfletário – pode tornar os profissionais presa fácil da manipulação. Nesse sentido, o jornalismo de investigação e a busca da certificação dos factos, ainda que seja susceptível de fazer correr riscos à credibilidade comercial ou política de um determinado media, podem ser alternativas a esta objectividade formal. (Correia, 2011, p. 196)

Desta maneira, ao contrário das concepções positivistas de avaloratividade científica e neutralidade axiológica, considera necessário abordar a noção de ideologia para revelar as maneiras como o sentido é usado para estabelecer e sustentar relações de poder, quando formulações discursivas ideológicas, deliberadamente, escondem a sua origem social e apresentam um enquadramento como sendo o ponto de vista natural de toda a sociedade.

Nessa medida, a ideologia funciona como enquadramento, na medida em que se assiste ao estabelecimento de padrões consistentes de apresentação, interpretação e exclusão que permitem organizar os símbolos no interior do discurso dominante. A construção de um enquadramento deste género não tem de ser – e, numa parte significativa, senão mesmo maioritária dos casos, provavelmente não é – um processo consciente por parte dos jornalistas. Antes se revela como a absorção de uma limitada matriz ideológica que integra um conjunto de pressuposições acerca

do mundo social no qual a notícia tem de ser inserida para poder ser compreendida. Neste tipo de procedimento, a ocultação das relações de poder que determinam uma dada organização discursiva é o mecanismo graças ao qual os grupos sociais hegemónicos conseguem elevar os seus valores particulares à categoria de valores universais. Estaríamos num caso particular de modus operandi da ideologia, particularmente relacionado com os media, em geral, e com o jornalismo, em particular, que configura uma das formas possíveis de reificação (...). Neste modus operandi, as formas de expressão simbólica são adaptadas a um referencial padrão proposto como fundamento aceitável da troca simbólica, envolvendo-se na construção de símbolos de unidade e de identificação colectivas. Oculta-se a dimensão sócio-histórica dos fenómenos, descrevendo uma situação como se fosse a-histórica e intemporal. (...) A linguagem jornalística omite, deste modo, a desigualdade entre agentes sociais, unifica e homogeneíza a diversidade de situações em que estes se podem encontrar, esquece, muitas das vezes, os elementos específicos dos mundos da vida em que se encontram esses agentes para seleccionar os elementos susceptíveis de serem padronizados na forma minutada da notícia, transportando, neste sentido, dentro de si uma certa forma de reificação, na medida em que a sociedade é sujeita a uma operação de des-historização surgindo como algo de exterior à prática dos próprios agentes sociais. (Correia, 2011, p. 197)

Para evitar que esta ausência de reflexividade e de problematização adquira configurações patológicas, com a exclusão de sectores sociais e, no limite, a negação da sua visibilidade, como acontece, muitas vezes, com identidades minoritárias, faz-se imprescindível a inclusão das posições dissensuais das classes, etnias e gêneros sistematicamente excluídos da arena simbólica da discussão pública articulada pelo jornalismo, para permitir “a introdução de elementos de reflexividade e problematização que ajudem a aumentar a qualidade dos processos de deliberação colectiva e a relação entre as instituições e a sociedade civil”. (Correria, 2011, p. 198)

2.14 JORNALISMO, A RECEPÇÃO DO PÚBLICO E OS EFEITOS PERVERSOS DA MÍDIA

Também segundo Patrick Charaudeau (2006), a concepção positivista de um significado do fato independente de qualquer interpretação não se fundamenta, pois o acontecimento em estado bruto sofre uma série de transformações-construções desde o seu surgimento, uma vez que, quer seja – na melhor das hipóteses – percebido diretamente por jornalistas ou relatado por intermediários (testemunhas, agências de imprensa, documentos), já é o objeto de uma interpretação.

Depois, ao entrar na máquina de informar, passa por uma série de filtros construtores de sentidos, e o relato, assim como seu comentário, escapam à intencionalidade do autor. Essa máquina de processar a informação é complexa sob vários aspectos. De início, não é um simples instrumento técnico. É uma máquina humana, porque as instâncias de produção e de recepção que a constituem são instâncias humanas, portadoras de intencionalidade e construtoras de sentido. Ora, essas instâncias têm um caráter compósito. Por um lado, (1) uma instância midiática feita de múltiplos atores, o que não permite distinguir o responsável pelo ato de informação. Por outro lado, (2) uma instância de recepção que é, ao mesmo tempo, individual, coletiva e fragmentada – por integrar diversas categorias sociais, profissionais e psicológicas de leitores, ouvintes e telespectadores. Não há relação de reflexo entre a instância de produção e a instância de recepção. O que a primeira constrói são efeitos visados, e estes raramente coincidem com os efeitos realmente produzidos e (re)construídos na instância da recepção. (Charaudeau, 2006, p. 242)

Segundo o pesquisador francês, a despeito da distorção da comunicação realizada sistematicamente pelo jornalismo tradicional, é preciso reconhecer que as mídias desempenham um papel importante de informação no funcionamento das deliberações políticas nas nossas democracias.

Ao destacar que as mídias relatam fatos e acontecimentos que se produzem no mundo, fazem circular explicações sobre o que se deve pensar desses acontecimentos e propiciam o debate, Charaudeau salienta que, nesse aspecto, as mídias mantêm um espaço de cidadania, sem o qual não há democracia razoável, o que não quer dizer que a sua atuação não deva ser criticada buscando o seu aperfeiçoamento.

Não se manipulam as massas com facilidade. Ninguém está capacitado para dizer o que as massas representam exatamente, a não ser opiniões diversas, múltiplas e fragmentadas que só se apreendem através de instrumentos de análise (sondagens, pesquisas, experimentações), que, na verdade, constroem entidades dispares, cada uma de acordo com o método de investigação. Enfim, se olharmos para o público que se informa, reconheceremos que ele é co-responsável pelo processo de espetacularização do mundo que as mídias nos propõem. É claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja; agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas. É preciso ter em mente que *as mídias informam deformando*, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalista um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado. (Charaudeau, 2006, p. 253)

Para Charaudeau, as exigências de visibilidade e de espetacularização da máquina midiática tendem a construir uma visão obsessiva e dramatizante do espaço público, a ponto de não se saber mais se estamos diante de um mundo real ou de ficção, já que ela é limitada, na idealidade do contrato de comunicação, por dois princípios de credibilidade e captação (lógica comercial); infelizmente, a balança é quase sempre desequilibrada em favor dos interesses da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado. No entanto, esta não é uma determinação

absoluta e permanente, pois, mesmo de forma minoritária, a autoridade do público pode impor o princípio da credibilidade da autocompreensão normativa de que os veículos noticiosos devem ser posicionados sempre em favor do interesse coletivo e do bem-comum.

A atividade do jornalista está, portanto, baseada num princípio ético. Por isso, reivindica uma filiação de pensamento que postula que, nos regimes democráticos fundamentados no princípio da participação de todos na regulação dos conflitos, pela construção e expressão de uma opinião pública majoritariamente consensual, a verdade não preexiste à ação humana, mas nela tem origem. A verdade resulta de um julgamento coletivo que não pertence a ninguém em particular e representa idealmente a opinião da maioria. Assim sendo, o dever de informar das mídias seria a contrapartida “natural” do direito de todo cidadão de construir uma verdade: *a verdade civil* – o que confere legitimidade às mídias. Mas para construir essa verdade civil, é necessário ainda que o cidadão compreenda o mundo no qual vive e que nada se oponha ao processo de compreensão que se supõe livremente decidido. (Charaudeau, 2006, pp. 263-264)

Com admirável precisão, Patrick Charaudeau descreve a distorção sistemática realizada pelo jornalismo tradicional, observando que os procedimentos midiáticos permitem cada vez mais criar a ilusão do factual, do autêntico, da prova da realidade dos fatos, pela investigação do privado, do íntimo, do testemunho, persuadindo-nos de que “isso realmente aconteceu assim”. Contudo, não distingue sistematicamente a desigualdade de papéis na instituição jornalística – entre os controladores acionários do negócio e os profissionais empregados na organização empresarial –, para imputar a responsabilidade das mídias contidas nessas escolhas, mesmo ponderando que os jornalistas resistem em se conformar em sofrer a pressão dos patrões da imprensa ou da medição quantitativa da audiência.

Para o pensador francês, o problema é saber em que lógica os jornalistas escolhem inserir-se: se na lógica comercial que justifica o relato com efeitos

sensacionalistas, mas sem nenhuma pretensão de informar, ou na lógica da democracia cidadã, que tem por obrigação evitar os efeitos de dramatização. Neste impasse entre o interesse público e os interesses financeiros que são dominantes, Charaudeau vislumbra a possibilidade de os jornalistas poderem assumir a representação do direito de monitoração em nome do cidadão, afinal, como atores dessa máquina informativa, precisam ter consciência do que fazem, para que as escolhas que operam os tornem responsáveis pelo que fazem.

Ter um direito de monitoração é de início não aceitar a trapaça, principalmente não aceitá-la em nome dos índices de audiência, todas as vezes que, do telejornal aos diferentes *talk shows*, e passando por certas reportagens, sejam apresentados como autênticos e real aquilo que é provocado ou montado artificialmente. Mas ter um direito de monitorar é também recusar cair na armadilha dos efeitos produzidos pela máquina de informar. (Charaudeau, 2006, p. 275)

Segundo o pesquisador, os efeitos produzidos pela máquina de informar são os *efeitos de exagero* que acarretam os rumores; os *efeitos de amálgama* que globalizam os casos; os *efeitos de dramatização* que constroem perseguidores e heróis e impedem uma análise da realidade sociológica dos acontecimentos; *efeitos de descontextualização* para deformar a percepção dos acontecimentos; *efeito de essencialização* para exacerbar as oposições dos atores do espaço público e gerar um efeito de que seriam entidades humanas antagonistas que constituiriam uma perspectiva agonística, não havendo fora de tal conflito outra possibilidade de percepção.

Diante do impasse dos princípios de legitimação da mídia noticiosa entre o interesse público e os interesses financeiros – e podemos também incluir interesses ideológicos – dominantes, os jornalistas, muitas vezes, se deparam na situação de impossibilidade de alcançar uma palavra de verdade, impossibilidade de transmitir uma informação objetiva, impossibilidade de evitar sua espetacularização desviante, o que podem implicar na conclusão da impossibilidade da mídia noticiosa de servir à democracia. O estudioso,

no entanto, descarta esta visão determinista pessimista chamando a atenção da necessidade dos veículos de comunicação de manterem um mínimo de condições para conservar uma certa credibilidade e, portanto, um mínimo de legitimidade para garantir, inclusive, a sobrevivência do seu modelo de financiamento, cujo valor do espaço comercial depende do tamanho do seu público. Portanto, essas condições impõem a “tomada de consciência e aceitação dos limites, ou mesmo dos **efeitos perversos da máquina midiática**” (Charaudeau, 2006, p. 276. Grifo do autor).

Depois de classificar como incontornáveis as lógicas econômica e tecnológica, Charaudeau, entretanto, salienta a importância da lógica simbólica considerando-a, paradoxalmente, a lógica que governa as demais, pois é a que regula as trocas sociais, constitui as representações dos valores que orientam as suas práticas, estabelecendo e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido.

O simbólico manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores. Sendo o papel do pesquisador descrever os mecanismos que presidem o simbólico sob a condição de não cair na armadilha das falsas aparências que muitas vezes o mascaram (de maneira inconsciente, até mesmo de boa-fé), por vezes o pervertem, ou mesmo o revelam em parte. (Charaudeau, 2006, p. 277)

2.15 AS AMEAÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS À AUTONOMIA DO JORNALISTA

O grau de autonomia dos jornalistas na produção das notícias, efetivamente, se constitui na questão central para avaliação da qualidade do jornalismo, ou, com outras palavras, da diferenciação do sistema dos *media* noticiosos dos sistemas político e econômico. Neste sentido, salienta-se a importância e até a necessidade de, na análise do jornalismo, colocar em lugar de destaque o enquadramento do sistema dos *media* nos sistemas político, social e econômico: “não é possível compreender os *media* noticiosos sem entender

a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das relações entre interesses econômicos e políticos, e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social". (Hallin; Mancini, 2010, p. 22)

Portanto, a questão do grau de autonomia no funcionamento dos media ou de sua determinação pela estrutura social, política e econômica é entendida como uma relação de influências recíprocas. Neste sentido, Hallin e Mancini (2010, p. 22) salientam, especialmente, a distinção entre os sistemas jornalísticos a partir da nítida separação entre a imprensa sensacionalista, associada ao personalismo, à espetacularização, à comercialização e à lógica de mercado, e os jornais de "qualidade" ou de referência, comprometidos com causas coletivas e com a prestação de um serviço público.

No entanto, no final do século XIX, com a consolidação da indústria das notícias, emergiu um modelo contrastante de jornalismo político, em que ao jornalista era atribuído o papel de árbitro neutro da comunicação política, isento de interesses e causas particulares, apresentando informações e comentários "imparciais" e sem partidarismos. Isto estava em consonância com o ideário de uma imprensa comercial, cujo objetivo era exclusivamente fazer dinheiro, sem preocupação em servir uma causa política.

Nenhum analista sério dos *media* defenderá que o jornalismo, seja em que parte do mundo for, é literalmente neutro. Dedicou-se um tremendo corpo de investigadores ao desmantelamento dessa noção, mostrando que mesmo quando os jornalistas estão empenhados de forma efetiva numa ideologia de "objetividade", as notícias incorporam valores que emergem de uma gama de influências, que vão desde rotinas de recolha de informação a padrões de recrutamento de jornalistas e convicções ideológicas partilhadas da sociedade em termos gerais. Nem seria correto estabelecer uma dicotomia muito marcada entre uma imprensa comercial e uma politizada: os *media* comerciais podem ser partidários, e os não comerciais – mesmo os que são financiados por partidos políticos – podem adotar normas de equilíbrio político. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 40-41)

É admirável o mérito do posicionamento de Hallin e Mancini de distinguir na organização empresarial dos *media* o papel institucional desempenhado pelos jornalistas e a engenharia ideológica dos proprietários e seus dirigentes, cuidado que, mais recentemente, escapou a pesquisadores de mérito como Stuart Hall, embora possa ser identificado em estudosos mais anti-gos, como Warren Breed, John Dewey e Edward Ross.

No mesmo sentido, para conquista de padrões mais elevados de qualidade no desempenho do jornalismo junto à sociedade, outro elemento destacado como importante no conceito de “profissionalismo” é a orientação no sentido de uma ética de serviço público, o que muitas vezes é entendido como uma ideologia do jornalismo, especialmente pelos liberais.

Contudo, a adoção de uma ideologia do jornalismo como um “dever público” constitui um importante desenvolvimento histórico e não devia ser rejeitada como uma “mera ideologia” nem ser aceite como puro altruísmo. Trata-se de uma concepção específica histórica do papel dos jornalistas na sociedade, com consequências importantes na prática jornalística e na relação dos *media* com outras instituições sociais. (...) Uma das manifestações mais claras do desenvolvimento de uma ética de serviço público é a existência de mecanismos de auto-regulação jornalística que, em alguns sistemas, estão organizados sob a forma, por exemplo, de “conselhos de imprensa” (ou por vezes “conselhos audiovisuais” para os *media* eletrônicos) e que por vezes operam informalmente, e isso varia bastante em termos de força, quer estejam ou não formalmente organizados. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 50-51)

Para a correta compreensão da excelência na atuação jornalística, evidencia-se a diferença de significado entre profissionalismo e instrumentalização, esta sendo entendida como o controle dos *media* por agentes externos – partidos, político, grupos ou movimentos sociais, ou agentes econômicos que procuram influência política – que se servem deles para intervir no mundo da política.

Como é óbvio, na medida em que as organizações de *media* são instrumentalizadas desta maneira, a profissionalização, tal como a definimos previamente, será baixa: aos jornalistas faltará autonomia, os critérios políticos mais do que critérios claramente jornalísticos guiarão o exercício do jornalismo, e os *media* servirão interesses particulares em vez de funcionarem como um “**consórcio público**”. (Hallin; Mancini, 2010, p. 51. Grifo do autor)

Mesmo que, geralmente, o termo *instrumentalização* seja utilizado para referir à instrumentalização política, os pesquisadores chamam a atenção para o fato de os *media* poderem ser também “instrumentalizados” com fins comerciais. É neste sentido que é compreendida a publicidade. As organizações de *media* são frequentemente sujeitas a formas de instrumentalização comercial, desde a exibição de produtos em filme e na programação da televisão, às exigências de anunciantes no sentido de influenciarem os conteúdos editoriais e até formas mais sutis de pressão.

Assim, não se pode deixar de levar em conta que os interesses comerciais, em geral, estão promiscuamente imbricados com os interesses do grande capital que monopoliza a grande mídia, bem como com os dos grupos políticos que controlam o aparelho de Estado. Portanto, o grau de instrumentalização política/comercial dos *media* e de comprometimento do profissionalismo jornalístico depende, sobretudo, do nível de consciência/descernimento do público para rejeitar os pseudo-consensos em que interesses particulares aparecem mitificadamente como expressão do bem-comum, bem como para exigir a afirmação dos interesses verdadeiramente coletivos/públicos. Ou seja, é preciso considerar o público e a sua autoridade na definição da forma de funcionamento do sistema de *media*.

Para Hallin e Mancini, uma ampla série de consequências decorreram da comercialização dos *media* (“dilúvio comercial”), primeiramente na forma clara de afastar os sistemas de *media* europeus da discussão consistente e consequente da política mundial para priorizar o mundo do comércio, o negócio do mercado.

Isto muda a função social do jornalismo, porque o principal objetivo do jornalista já não é a disseminação de ideias e a criação de um consenso social em torno delas, mas a produção de entretenimento e de informação que pode ser vendida a consumidores individuais. E isso contribui claramente para a homogeneização, minando a pluralidade dos sistemas de *media*, enraizada em sistemas particulares políticos e culturais dos Estados-nação, e encorajando a sua substituição por um conjunto comum global de práticas de *media*. (...) É sem dúvida plausível que, se a Europa estava a transformar-se mais numa sociedade individualista de consumo na década de 1980, o crescimento da rádio e TV e a comercialização da imprensa contribuíram para essa tendência; e parece certo que intensificaram o processo a partir da década de 1980. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 284- 285)

Porém, como evidência de contratendências à homogeneização liberal, Hallin e Mancini registram que estão surgindo novas forma de jornalismo de causas. Isto pode-se verificar até nos Estados Unidos, onde os programas de entrevistas e debates politizados com convidados, tanto na rádio como na TV a cabo, são cada vez mais comuns, e veículos como a Foz News vêm se diferenciando das outras redes de rádio e TV com um claro perfil político, evidenciado tanto no conteúdo como nas preferências da sua audiência.

Como registra Habermas (1984), os jornais foram conquistando mais independência em relação ao Estado na medida em que foram se comercializando. Porém, as tremendas distorções sistemáticas existentes hoje com a exclusão dos problemas e temas da periferia da estrutura de poder da discussão pública não se dão por motivações puramente comerciais do lucro imediato, tendo em vista que estas questões podem conferir mais legitimidade e, consequentemente, audiência e valorização dos espaços comerciais dos *media*, e sim por motivações política-ideológicas para garantir a prevalência dos interesses das elites. Portanto, Habermas parece acertar quando observa que a distorção sistemática da comunicação não é causada

diretamente pela comercialização – embora indiretamente receba o contributo da ideologia do consumismo –, mas, sobretudo, por uma sofisticada engenharia ideológica.

Ao mesmo tempo, existem problemas reais com a teoria da diferenciação e com o conceito de modernização associado a ela como um meio para atender a mudança no sistema de *media*. (...) consideramos duas perspectivas alternativas para a teoria da diferenciação, associadas a Habermas e Bourdieu, em que ambas defendem que a história dos *media* pode, sob muitos aspectos, ser vista como um processo de não-diferenciação. A nossa análise sugere, em aspectos importantes, que elas estão corretas. (Hallin; Mancini, 2010, p. 295)

Para eles, a hipótese do funcionalismo estrutural de modernização como uma mudança linear para uma maior diferenciação parece cada vez mais simplista, diante do argumento central de Habermas e Bourdieu de que os *media* perderam autonomia em relação ao mercado e o sistema econômico.

Além disso, a profissionalização nos *media* noticiosos, embora em muitos casos se tivesse desenvolvido num contexto comercial, de forma alguma se desenvolveu em total harmonia com a comercialização. Ela envolve uma forma de diferenciação que ocorre muitas vezes nas próprias organizações noticiosas, visto que os jornalistas afirmam a integridade dos critérios jornalísticos contra critérios puramente comerciais, e a sua própria autonomia contra a intervenção dos proprietários, comerciantes e pessoal de venda de publicidade. Vimos esta forma de diferenciação na “separação da igreja do Estado” que foi institucionalizada nos jornais dos Estados Unidos em meados do século XX, na autonomia dos jornalistas alcançada numa grande parte da imprensa de elite francesa no período que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra, ou nos estatutos editoriais que é possível encontrar em alguns sistemas Corporativistas Democráticos, bem como em sistemas de auto-regulação jornalística,

tais como conselhos de imprensa, que se destinam a preservar o mais possível os valores profissionais contra as pressões econômicas que atuam em proveito próprio. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 296-297)

Parece inequívoco que, implícito no conceito de comercialização, existe um entendimento pejorativo do discernimento/consciência do público, tendo em vista que se imagina que as pessoas não conseguem perceber o parallelismo político disfarçado de econômico na formação de pseudo-consensos que afirmam os interesses particulares da estrutura de poder (grupos que dominam o aparelho de Estado e as corporações do mercado) como se fossem expressão do bem-comum.

Portanto, é bastante plausível o argumento de que os *media* estão se tornando menos diferenciados em relação ao sistema econômico, ainda que estejam se tornando mais diferenciados em relação ao sistema político. Está é considerada uma tendência geral no sentido da não-diferenciação na sociedade contemporânea, pois, com a mudança para o neoliberalismo, a lógica do mercado tende a dominar amplos setores da sociedade – incluindo a política (funcionando cada vez mais como *marketing*), a educação, o lazer, os serviços sociais, etc. ‘Se os *media* cada vez mais comercializados estão a ocupar um lugar mais central na vida social podem tornar-se um agente importante neste processo mais amplo da não diferenciação. Este é claramente o argumento de Bourdieu’ (Hallin; Mancini, 2010, p. 298).

A percepção de que a comercialização dos *media* reforce o domínio “burguês” da comunicação política é ventilada pelos estudiosos, por envolver de forma clara a não diferenciação do sistema de *media* em relação ao mercado, comprometendo a autonomia profissional dos jornalistas a partir de “uma subordinação dos *media* aos interesses políticos das empresas que pode diminuir o equilíbrio político na representação dos interesses sociais” (Hallin; Mancini, 2010, p. 302).

Quando colonizada pelo poder econômico do mercado, observa Robert Park (2008), a instituição do Jornalismo, no desempenho da sua função social de

articulação e mediação da discussão pública, deixa de cumprir suas obrigações de apurar, investigar, interpretar e cobrar a responsabilidade diante dos valores morais e éticos vigentes na sociedade e, assim, não possibilita a formação do tribunal da opinião pública e, por conseguinte, o funcionamento pleno das instituições democráticas.

Isso ocorre, segundo Park, devido ao poder da imprensa em influenciar a “formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política” (Park, 2008, p. 71). Acrescenta o estudioso que o papel da imprensa não é simplesmente orientar o público a respeito das questões envolvidas, pois, além disso, precisa “criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder da imprensa” (Park, 2008, p. 72).

De forma complementar nesta reflexão, Elizabeth Noelle-Neumann (2003) chama a atenção para a pressão que o tribunal da reputação da opinião pública exerce para induzir as pessoas e governos à conformidade com os valores éticos e morais existentes, sob pena de serem condenados à desaprovação e ao isolamento social. Segundo Noelle-Neumann, isto constitui um controle social que se manifesta através do medo do isolamento que constrange as pessoas a se manterem em silêncio ao se perceberem contrárias a um posicionamento tido como majoritário.

Neste ponto, a estudiosa alemã desenvolve o conceito de “clima de opinião” para dar conta da complexidade que os veículos de comunicação de massa acrescentam ao entendimento da noção que o indivíduo tem das tendências do seu meio social. Para Noelle-Neumann, ao apresentarem um posicionamento minoritário como majoritário, os meios de comunicação podem induzir os seus apoiadores a manifestarem entusiasticamente seus pontos de vista em público, enquanto as demais pessoas, ao se sentirem minoritárias, são pressionadas a se manterem caladas com medo do isolamento social.

Como exemplo, Elizabeth Noelle-Neumann (2003, p. 206) comenta o episódio do assassinato de um fiscal federal ocorrido na Alemanha em 1977,

quando a cobertura midiática foi fraca e não conseguiu articular o tribunal da opinião pública para condenação do crime:

Apesar de comentários editoriais tibiamente condenatórios, que apenas ocultavam uma aprovação subjacente, a publicidade produziu uma impressão de que se podia estar secretamente satisfeito por saber que um fiscal federal havia sido assassinado e que isto podia se expressar publicamente sem correr o risco de isolamento. Algo semelhante acontece sempre que uma conduta tabu seja apresentada publicamente – pelo motivo que seja – sem que a qualifiquem de má, de algo que se deve evitar ou condenar. É muito fácil saber se nos encontramos com uma notoriedade que estigmatiza ou com uma que perdoa um comportamento. Dar a conhecer uma conduta que viola normas sem censurá-la energicamente a faz mais adequada socialmente, mais aceitável. Todos podem ver que esta conduta já não isola. Os que rompem normas sociais anseiam com frequência receber as mínimas mostras de simpatia pública. E sua avidez está justificada, porque desse modo a regra, a norma, se torna debilitada”.

2.16 CATEGORIAS PARA ANÁLISE DO JORNALISMO

O grau de autonomia dos jornalistas na produção das notícias, efetivamente, se constitui na questão central na avaliação da qualidade do jornalismo, ou, com outras palavras, da diferenciação do sistema dos *media* noticiosos dos sistemas político e econômico. Com este propósito, a análise comparativa apresenta-se como auspiciosa para a investigação social, porque chama a atenção para a variação e a similitude nos desempenhos jornalísticos, contribuindo para o aprofundamento dos estudos. Assim, a análise comparativa de veículos e sistemas de *media* de diferentes países permite superar o caráter etnocêntrico que atinge boa parte dos estudos de *media* nos países centrais, enquanto nos países periféricos, com tradições menos desenvolvidas de investigação dos *media*, possibilita ir além da tendência que se verifica de importar mecanicamente “a literatura emprestada como se ela pudesse ser aplicada, sem problemas, em toda a parte” (Hallin; Mancini, 2010, p. 16).

Também para estes pesquisadores, faz-se necessário superar a tradição positivista da *Mass Communication Research* norte-americana, que restringia o estudo da comunicação ao âmbito individual.

(...) No campo da comunicação, aqueles que fazem a análise ao nível do sistema muitas vezes são cépticos quanto ao “positivismo”; os “positivistas” no campo da comunicação tendem a concentrar-se entre pessoas que trabalham a nível individual. Durante muitos anos a investigação empírica na comunicação era quase sinônimo do paradigma dos efeitos dos *media*, que se interessava não por estruturas mais amplas dos *media* mas com os efeitos de mensagens particulares sobre atitudes e convicções individuais. (...) Pensamos, todavia, que não é necessário reivindicar energicamente a identidade entre ciência natural e ciência social para concluir que a análise comparativa é útil para estabelecer as relações entre sistemas de *media* e o seu enquadramento social e político. (Hallin; Mancini, 2010, p. 18)

Os estudos de Hallin e Mancini limitaram-se aos sistemas de *media* dos Estados Unidos, do Canadá e da maior parte dos da Europa Ocidental, excluindo apenas alguns países muito pequenos. A pesquisa, então, teve como objeto países com níveis comparáveis de desenvolvimento econômico e muita cultura e história política comuns. Contudo, por se tratar de modelos que funcionam como referência para os sistemas de *media* do resto do mundo, o seu estudo pode ser útil para construção de novos modelos.

A questão do grau de autonomia no funcionamento dos *media* ou de sua determinação pela estrutura social, política e econômica é entendida como uma relação de influências recíprocas. Neste sentido, Hallin e Mancini (2010) ponderaram que há consistentes evidências de que as instituições de *media* têm um impacto próprio noutras estruturas sociais:

Há também variações históricas no grau até onde os *media* são o reflexo ou são independentemente influentes, e muitos especialistas defendem a tese de que existe uma tendência importante no sentido de uma maior influência dos *media*, sobretudo em relação ao sistema político.

A convicção de que os *media* se tornaram uma importante variável “exógena”, que afeta outras instituições políticas, é uma razão pela qual os especialistas em política comparada começaram a prestar atenção às instituições de *media* que até então ignoravam. Vale apena registrar que, tal como os especialistas da comunicação prestavam pouca atenção à análise comparativa, os peritos da política comparada atribuíam pouco valor aos *media*. (p. 22)

Numa descrição sumária das características dos três modelos trabalhados por Hallin e Mancini, o mais importante, tendo em vista que se tem como tendência inquestionável que para ele convergem os outros dois, é o **Modelo Liberal**, que prevalece em Inglaterra, Irlanda e América do Norte. Nos sistemas identificados nesta modelo verifica-se um domínio relativo dos mecanismos do mercado e dos *media* comerciais. No **Modelo Corporativista Democrático**, que prevalece transversalmente no Norte da Europa, persiste uma coexistência histórica de veículos de comunicação comerciais vinculados a grupos sociais e políticos organizados, com um papel do Estado relativamente ativo, mas legalmente limitado. No **Modelo Pluralista Polarizado**, predominante nos países mediterrâneos do Sul da Europa, constata-se a integração dos *media* com os partidos políticos e um forte papel do Estado, ao mesmo tempo em que os *media* comerciais apresentam um desenvolvimento histórico mais fraco do que nos outros modelos.

Hallin e Mancini advertem que estes modelos foram concebidos como tipos-ideais, não-homogêneos, dinâmicos, e suas características são inter-relacionadas, se misturando, muitas vezes. Por exemplo, os sistemas *media* ingleses e americanos, embora inseridos no Modelo Liberal, apresentam aspectos bastante diferentes sob muitos aspectos, mesmo que seja habitual falar-se de um único modelo de jornalismo anglo-americano. A Itália e a Espanha, apesar de compartilharem grande número de características, têm história política muito diferente, com a primeira usufruindo um sistema de “consenso” político e um governo democrático de meio século, enquanto a Espanha padece de jornalismo anglo-americano como se fosse um “único” tem um sistema maioritário e uma tardia transição para a democracia.

Alemanha diferencia-se bastante das pequenas democracias que também fazem parte do Modelo Corporativista Democrático. A França configura um caso misto entre os Modelos Pluralista Polarizado e Corporativista Democrático, ainda que fazendo parte do primeiro modelo. Situação parecida com a da Inglaterra, um caso misto entre os Modelos Liberal e Corporativista Democrático.

Diante destas ressalvas, Hallin e Mancini manifestam a esperança de que esta concepção de modelos seja útil para lançar luz sobre as suas variações, pois destacam que o seu “principal objetivo não é a classificação dos sistemas considerados por si só, mas a identificação de padrões distintivos da relação entre as características dos sistemas”. (Hallin; Mancini, 2010, p. 25)

Na explicação do grande destaque alcançado pelo modelo liberal consagrado na teoria normativa, originário da experiência americana e, em menor medida, da britânica, eles observam que esta concepção liberal atingiu uma difusão tão grande em todo o mundo, como resultado da campanha montada pelo governo e pela imprensa dos EUA nos primeiros anos da Guerra Fria, que outros conceitos de jornalismo foram relegados aos esquecimento, como os desenvolvidos pelos pragmáticos e interacionistas simbólicos, George Mead, Charles Peirce, John Dewey, Robert Park, William Isaac Thomas e outros estudiosos da Escola de Chicago.

Na avaliação dos métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa em comunicação, Hallin e Mancini argumentam que, diante da dificuldade de interpretação do significado das sutis insinuações culturais existentes no fluxo diário do discurso político nos *media*, a sua análise comparativa se faz mais difícil do que em outras áreas da política comparativa e, com certeza, mais difícil de quantificar.

Sublinharíamos aqui que a investigação comparativa de modo algum exige dados quantitativos, embora esses dados possam muitas vezes ser bastante úteis. Em larga medida aquilo de que precisamos em termos de comunicação é de mais casos qualitativos de estudo, baseados, por exemplo, na análise de dissertações ou na observação de campo – es-

tudos de casos efetuados com um enfoque teórico que lhes confere um significado mais amplo para a compreensão comparativa dos sistemas políticos e de *media*. (Hallin; Mancini, 2010, p. 30)

Os sistemas de *media* da Europa Ocidental e da América do Norte foram comparados por Hallin e Mancini a partir de quatro dimensões principais: (1) a forma histórica de desenvolvimento dos mercados de *media*, especialmente quanto a existência menor ou maior de uma imprensa de circulação de massa; (2) o paralelismo político; ou seja, o tipo e a natureza das ligações entre os veículos de comunicação e os partidos políticos ou até que ponto o sistema de *media* expressa as principais divisões da sociedade; (3) o nível de conquista e consolidação do profissionalismo jornalístico; e (4) as formas de intervenção do Estado no sistema dos *media*.

Segundo estes pesquisadores, embora seja notável que cada uma dessas dimensões para análise comparativa dos sistemas jornalísticos pode ser vista, em certo sentido, como uma dimensão única, quantitativa, com relação aos níveis altos ou baixos da circulação da imprensa, paralelismo político, profissionalismo jornalístico ou intervenção do Estado, faz-se necessário ter claramente a consciência de que “cada uma destas dimensões e que as diferenças qualitativas muito mais subtis sentido, como uma dimensão de er bastante izaçcomubnicações primeiros anos é complexa e que as diferenças qualitativas muito mais subtis se tornam importantes à medida que começamos a analisar sistemas concretos de *media*.” (Hallin; Mancini, 2010, pp. 35-36)

Como dimensão comparativa dos sistemas de *media*, o surgimento histórico de uma imprensa de massa tem tantas e profundas implicações no desenvolvimento dos *media* como instituições políticas, que nenhum país que não tenha desenvolvido até os princípios do século XX um sistema de circulação de jornais em larga escala “jamais o conseguiu fazer depois disso, mesmo que os seus níveis de literacia e padrão de desenvolvimento econômico e político tivessem convergido com os dos países que registraram níveis muito elevados de circulação” (Hallin; Mancini, 2010, pp. 38-39).

Porém, Hallin e Mancini salientam que vários outros aspectos da natureza da estrutura dos mercados de *media* devem ser levados em conta na análise, especialmente a distinção entre os sistemas jornalísticos a partir da nítida separação entre a imprensa sensacionalista, associada ao personalismo, à espetacularização, à comercialização e à lógica de mercado, e os jornais de “qualidade” ou de referência, comprometidos com causas coletivas e com a prestação de um serviço público.

O jornalismo teve sempre muitas funções: fornece informações aos atores econômicos sobre e acontecimentos como naufrágios, guerras ou inovações tecnológicas que possam afetar os seus interesses, e fornece entretenimento sob a forma de notícias com interesse humano e o equivalente impresso do mexerico. Desde o início da era da imprensa, particularmente desde o tempo da Reforma, o apoio a causas políticas também constituía uma função central dos *media* impressos, e entre finais do século XVIII e princípios do século XIX, quando o jornal começou a emergir como uma força na vida política, tornou-se a sua principal função em todos os países referidos neste estudo. O jornalista político era um, ou uma, publicista que viu nele o papel que lhe cabia para influenciar a opinião pública em nome de uma facção ou de uma causa política, e em muitos casos os jornais foram criados por iniciativa dos partidos políticos ou de outros agentes políticos, ou financiados por eles.
(Hallin; Mancini, 2010, p. 40)

No entanto, no final do século XIX emergiu um modelo contrastante de jornalismo político, em que ao jornalista era atribuído o papel de árbitro neutro da comunicação política, isento de interesses e causas particulares, apresentando informações e comentários servir uma causa política, prestar um serviço de uma imprensa de massaários “isentos” de partidarismos. Isto estava em consonância com o ideário de uma imprensa comercial, cujo objetivo era exclusivamente fazer dinheiro, sem preocupação em servir uma causa política.

Nenhum analista sério dos *media* defenderá que o jornalismo, seja em que parte do mundo for, é literalmente neutro. Dedicou-se um tremendo corpo de investigadores ao desmantelamento dessa noção, mostrando que mesmo quando os jornalistas estão empenhados de forma efetiva numa ideologia de “objetividade”, as notícias incorporam valores que emergem de uma gama de influências, que vão desde rotinas de recolha de informação a padrões de recrutamento de jornalistas e convicções ideológicas partilhadas da sociedade em termos gerais. Nem seria correto estabelecer uma dicotomia muito marcada entre uma imprensa comercial e uma politicizada: como veremos, os *media* comerciais podem ser partidários, e os não comerciais – mesmo os que são financiados por partidos políticos – podem adotar normas de equilíbrio político. Todavia, persistem diferenças importantes entre os sistemas de *media* quanto ao grau de intensidade das ligações entre os atores políticos e os *media* e ao equilíbrio entre o apoio a causas públicas e as tradições neutras/informativas do jornalismo político. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 40-41)

A questão da profissionalização é analisada por Hallin e Mancini a partir da dimensão da **autonomia**, que constituiu sempre uma parcela relevante da definição de profissionalismo, sendo uma das principais razões por que muitas ocupações lutam para “profissionalizar-se”, com o intuito de justificar mais controle sobre o seu processo de trabalho. As confrarias dos médicos e advogados são casos clássicos de êxito desta reivindicação.

(...) ao contrário dos médicos e advogados que fornecem serviços pessoais, os jornalistas trabalham numa indústria em que a norma é produção em massa. Quase nunca são proprietários dos seus próprios meios de produção, mas sim empregados assalariados de grandes empresas. De certo modo, a profissionalização do jornalismo começa precisamente quando os primeiros repórteres contratados entram em cena, e a ocupação do jornalista começa assim a diferenciar-se da do impressor ou da do político/proprietário. Exceptuando alguns momentos históricos (...), os jornalistas reivindicaram, e quase nunca alcançaram, o direito de controlar diretamente as organizações de *media*. Contudo,

foram muitas vezes bem-sucedidos ao alcançar uma relativa mas significativa autonomia dentro das organizações. Ou, dizendo de outra maneira, o controle do processo do trabalho no jornalismo é, numa medida significativa, colegial, no sentido de que a autoridade sobre os jornalistas é exercida principalmente pelos seus colegas jornalistas. (Deve-se notar que a autonomia de que estamos a falar aqui não é a de jornalistas individuais, mas do corpo de jornalistas considerado como um todo.) (Hallin; Mancini, 2010, pp. 48-49)

É admirável o mérito do posicionamento de Hallin e Mancini de distinguir na organização empresarial dos *media* o papel institucional desempenhado pelos jornalistas e a engenharia ideológica dos proprietários e seus dirigentes, cuidado que, mais recentemente, escapou a pesquisadores de mérito como Stuart Hall, embora possa ser identificado em estudosos mais antigos, como Warren Breed, em 1955, e John Dewey, em 1927.

No mesmo sentido, para conquista de padrões mais elevados de qualidade no desempenho do jornalismo junto à sociedade, outro elemento destacado como importante no conceito de “profissionalismo” é a orientação no sentido de uma ética de serviço público, o que muitas vezes é entendido como uma ideologia do jornalismo, especialmente pelos liberais.

Contudo, a adoção de uma ideologia do jornalismo como um “dever público” constitui um importante desenvolvimento histórico e não devia ser rejeitada como uma “mera ideologia” nem ser aceite como puro altruísmo. Trata-se de uma concepção específica histórica do papel dos jornalistas na sociedade, com consequências importantes na prática jornalística e na relação dos *media* com outras instituições sociais. E é necessário explicar o seu desenvolvimento diferencial em sociedades diferentes. A ética do serviço público pode ser muito importante no caso do jornalismo, em comparação com outras ocupações que reivindicam estatuto profissional: porque ao jornalista falta o conhecimento esotérico, as reivindicações dos jornalistas relativas à autonomia e à autoridade dependem numa medida particularmente grande da sua pretensão de

que servem o interesse público. Uma das manifestações mais claras do desenvolvimento de uma ética de serviço público é a existência de mecanismos de auto-regulação jornalística que, em alguns sistemas, estão organizados sob a forma, por exemplo, de “conselhos de imprensa” (ou por vezes “conselhos audiovisuais” para os *media* eletrônicos) e que por vezes operam informalmente, e isso varia bastante em termos de força, quer estejam ou não formalmente organizados. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 50-51)

Para a correta compreensão da excelência na atuação jornalística, evidencia-se a diferença de significado entre profissionalismo e instrumentalização, esta sendo entendida como o controle dos *media* por agentes externos – partidos, político, grupos ou movimentos sociais, ou agentes econômicos que procuram influência política – que se servem deles para intervir no mundo da política. Embora o jornal de um partido político seja em certo sentido um instrumento para a intervenção da agremiação partidária no mundo da política, muitos jornais partidários se afastam de uma concepção puramente instrumental na sua função social. Por outro lado, muitos jornais comerciais foram criados pela iniciativa privada para servir como veículos de intervenção política.

Como é óbvio, na medida em que as organizações de *media* são instrumentalizadas desta maneira, a profissionalização, tal como a definimos previamente, será baixa: aos jornalistas faltará autonomia, os critérios políticos mais do que critérios claramente jornalísticos guiarão o exercício do jornalismo, e os *media* servirão interesses particulares em vez de funcionarem como um “**consdos editoriaiss, nio sentido de influenciarem os conteentalizaçsam afastar de uma concepçjamificar o monopórcio público**”. (Hallin; Mancini, 2010, p. 51)

Mesmo que, geralmente, o termo *instrumentalização* seja utilizado para referir a instrumentalização política, os pesquisadores chamam a atenção para o fato de os *media* poderem ser também “instrumentalizados” com fins comerciais. É neste sentido que é compreendida a publicidade. As organizações de

media são frequentemente sujeitas a formas de instrumentalização comercial, desde a exibição de produtos em filme e na programação da televisão, às exigências de anunciantes no sentido de influenciarem os conteúdos editoriais e até formas mais sutis de pressão.

Garantem Hallin e Mancini que se trava um debate considerável sobre a relação entre a comercialização dos *media* e a profissionalização, com alguns considerando que uma e outra estão essencialmente em harmonia e que a comercialização reduz a instrumentalização política. De uma maneira geral, o ponto de vista dos autores é que a profissionalização pode ser ameaçada tanto pela instrumentalização política quanto pela comercialização, e em muitos casos por ambas ao mesmo tempo. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 51-52)

Assim, não se pode deixar de levar em conta que os interesses comerciais, em geral, estão promiscuamente imbricados com os interesses do Grande capital que monopoliza a grande mídia, bem como com os dos grupos políticos que controlam o aparelho de Estado. Portanto, o grau de instrumentalização política/comercial dos *media* e de comprometimento do profissionalismo jornalístico depende, sobretudo, do nível de consciência/discriminamento do público para rejeitar os pseudo-consensos em que interesses particulares aparecem mitificadamente como expressão do bem-comum, bem como para exigir a afirmação dos interesses verdadeiramente coletivos/públicos. Ou seja, é preciso considerar o público e a sua autoridade na definição da forma de funcionamento do sistema de *media*.

As duas dimensões do paralelismo político e da profissionalização estão de fato claramente relacionadas. Uma maneira de pensar sobre a profissionalização ético. (...) a polêmica significativa de outros campos sociais profissionalizações mitificamente como expressões é nos termos da teoria da diferenciação: um alto grau de profissionalização do jornalismo significa que este é diferenciado, como instituição e formas de prática – incluindo a política; ou pondo isto em termos da sociologia de Bourdieu, a profissionalização existe quando o jornalismo se desenvolve como um campo distinto dotado de autonomia significativa de outros

campos sociais, incluindo o político. (...) Ou, segundo uma outra perspectiva, é claro que historicamente o desenvolvimento da profissionalização jornalística desgastou o paralelismo político sob importantes aspectos, diminuindo o controle sobre os *media* exercido pelos partidos e outras organizações políticas, e criando práticas comuns que obscurecem as distinções políticas entre as organizações dos *media*. Todavia, julgamos que a relação empírica entre estas duas dimensões é apenas rudimentar, e que não existe qualquer justificação convincente para as tratar como sendo conceptualmente sinônimas. (Hallin; Mancini, 2010, pp.53-52)

Na verdade, a relativa influência do sistema de *media* nas instituições políticas e vice-versa pode variar historicamente, com alguns períodos em que as forças políticas dominam o sistema de *media*, enquanto outros o sistema de *media* é mais independente (ou mais determinado por forças econômicas) e pode exercer de forma mais autônoma influência sobre o mundo político. E isto não só por causa da complexidade dos sistemas políticos genuínos, como também porque as variáveis políticas interagem com várias outras influências sobre os sistemas de *media*. Assim, “os *media* são, num sentido muito importante, uma instituição política, mas também são (e cada vez com mais frequência) negócios, sendo moldados por muitos fatores econômicos (Hallin; Mancini, 2010, p. 61).

A concentração do capital é outro fator sublinhado pelos pesquisadores como relevante, tanto o grau de concentração do grande capital na indústria dos *media*, em termos concretos, como na economia, em termos gerais.

Parece provável que onde o capital está mais concentrado haverá um grau bastante elevado de inter-relacionamento entre o Estado e os proprietários de *media*, quer através de subsídios e regulação quer sob a forma de laços de clientelismo e alianças partidárias, e também – sendo os outros fatores iguais – uma tendência dos *media* para serem influenciados por interesses empresariais externos. (Hallin; Mancini, 2010, p. 62)

Os papéis desempenhados pelo Estado como proprietário, regulador e financiador dos *media* estão associados às diferenças mais gerais do lugar que o Estado ocupa na sociedade, desde o nível mais básico com a distinção entre as *democracias liberais* (os Estados Unidos como o melhor exemplo) e as *democracias do Estado providência* (predominantes na Europa). Para Hallin e Mancini, a diferença não é absoluta, até porque o Estado representa um papel significativo, porém também limitado em todas as democracias capitalistas. Contudo, asseguram que é na relação com os sistemas de *media* onde se mostra mais nítida a distinção entre o papel limitado que o Estado desempenha nos Estados Unidos e nas tradições europeias onde se mantém uma intervenção estatal mais ativa.

Assim como o Estado na Europa assume a responsabilidade de financiar os serviços de saúde, o ensino superior, as instituições culturais, como orquestras sinfônicas e operas, e muitas vezes os partidos políticos e as igrejas, também se responsabiliza pelo financiamento da televisão e, num grau significativo, pela imprensa. Os *media* têm sido considerados na Europa, ao longo da maior parte do século XX, em primeiro lugar como instituições sociais, e só secundariamente, se é que o são, negócios privados. Assim como se espera que o Estado, na Europa, desempenhe um papel ativo na mediação dos conflitos entre o capital e o trabalho, ou na manutenção do bom funcionamento das indústrias nacionais, também se espera que intervenha nos mercados dos *media* para levar a cabo uma variedade de objetivos coletivos, desde o pluralismo político e a melhoria da qualidade da vida democrática (...), à harmonia racial e à manutenção da língua e da cultura nacionais. A diferença entre os Estados Unidos e a Europa quanto ao grau de intervenção do Estado pode de fato ser mais acentuada no caso da *media* do que em outras áreas da vida social, uma vez que a tradição jurídica da América confere à liberdade de imprensa – entendida em termos de os agentes privados estarem livres da intervenção do Estado – um primado invulgar em relação a outros valores sociais. Pode observar-se uma clara manifestação desta diferença no fato de os países europeus regularem, de um modo

geral, na comunicação política: muito deles proíbem publicidade política paga; alguns limitam a duração dos períodos de campanha; outros regulam o tempo dado aos políticos no serviço público e/ou na televisão comercial. Nos Estados Unidos, os tribunais consideram que essa regulação viola a Primeira Emenda. (Hallin; Mancini, 2010, p. 63)

Apesar destas diferenças quanto ao papel social do Estado na Europa Ocidental, especialmente na continental, a tendência de homogeneização dos sistemas de media em favor do modelo liberal é atribuída à poderosa pressão da comercialização, que transformou tanto os *media* escritos como os eletrônicos na Europa. Denominando este fenômeno de “dilúvio comercial”, Hallin e Mancini observam que, além de mudanças na estrutura social, muitas forças se combinaram para produzir esta transformação que atingiu especialmente o sistema de rádio e TV europeu.

Em primeiro lugar, emergiram formas competitivas de rádio e TV, e estas absorveram as audiências destas estações emissoras públicas, minaram a sua legitimidade e contribuíram para uma mudança na percepção da programação dos *media* que, com a multiplicação dos canais – segundo uma contagem foi registrada uma mudança de 35 canais em 1975 para 150 em 1994 (...) –, acabaram por parecer menos uma instituição, a um público proporcionado e partilhado por todos na sociedade, e mais uma mercadoria que podia ser escolhida pelos consumidores individualmente considerados.(Hallin; Mancini, 2010, p. 282)

Para estes estudiosos, uma ampla série de consequências decorrem da comercialização dos *media*, primeiramente na forma clara de afastar os sistemas de *media* europeus da discussão consistente e consequente da política mundial para priorizar o mundo do comércio, o negócio do mercado.

Isto muda a função social do jornalismo, porque o principal objetivo do jornalista já não é a disseminação de ideias e a criação de um consenso social em torno delas, mas a produção de entretenimento e de informação que pode ser vendida a consumidores individuais. E isso contribui claramente para a homogeneização, minando a pluralidade dos sistemas

de *media*, enraizada em sistemas particulares políticos e culturais dos Estados-nação, e encorajando a sua substituição por um conjunto comum global de práticas de *media*. (...) as forças comerciais começavam a fazer-se sentir sob vários aspectos antes do dilúvio comercial da década de 1980: na mudança para os jornais comerciais, através da importação de conteúdos americanos de *media* e da imitação das práticas americanas, através da publicidade em alguns sistemas europeus, através; e parece certo que intensificaram o processo numa sociedade vibrante para a homogeneização social e na cultura do que é das emissões de rádio e TV transnacionais, e devido ao colapso do monopólio do serviço público na Itália em finais da década de 1970. É sem dúvida plausível que se a Europa estava a transformar-se mais numa sociedade individualista de consumo na década de 1980, o crescimento da rádio e TV e a comercialização da imprensa contribuíram para essa tendência; e parece certo que intensificaram o processo a partir da década de 1980. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 284-285)

2.17 A comercialização e as novas técnicas da mídia

No avassalador processo de comercialização que gerou a homogeneização dos sistemas de *media* em benefício do modelo liberal, Hallin e Mancini descrevem com perspicácia as suas implicações importantes no processo da comunicação política, com a criação pela mídia comercial de novas e poderosas técnicas de representação e de criação de audiências, obrigando os partidos e os políticos a elas se conformarem para manterem chances de triunfar no novo cenário da comunicação.

Duas das mais importantes dessas técnicas – intimamente relacionadas uma com a outra – são a personalização e a tendência para privilegiar o ponto de vista do “cidadão comum”. (...) Na era dos *media* comerciais, os políticos tornaram-se cada vez mais “estrelas dos *media*” que representam bem para lá das fronteiras da política: eles aparecem em programas desportivos, em entrevistas a determinadas pessoas e em programas de entretenimento (Mancini, 2000). A personalização, pode dizer-se, não é

uma característica exclusiva da televisão, mas dos *media* comerciais populares em geral: em lado nenhum ela é mais forte do que na imprensa sensacionalista da Inglaterra, Alemanha ou Áustria; e, em todo o lado, tem uma importância crescente nos *media* escritos. (Hallin; Mancini, 2010, p. 285)

A tendência de colocar em destaque a perspectiva do “cidadão comum” provocou uma mudança relevante nas tradições anteriores do jornalismo europeu, que historicamente estavam intensamente focadas nas perspectivas dos representantes oficiais dos partidos, dos grupos organizados e do Estado, enquanto que, com esta mudança da mídia comercial de privilegiar a perspectiva dos cidadãos individuais, a cobertura das notícias passou a desenvolver novas formas de *infotainment*, com uma nova forma de articular a discussão dos assuntos públicos nos moldes dos *talk shows*, onde os políticos, quando aparecem, são claramente relegados para um papel secundário, e o “senso comum” é privilegiado em relação ao discurso político. Assim, é provável que estas mudanças venham contribuindo para a decadência da influência do partido tradicional de massas e das organizações sociais a ele ligadas.

Portanto, a comercialização pode ser responsabilizada por uma mudança no equilíbrio do poder entre os *media* e as instituições políticas, diante do crescimento crucial do papel do jornalismo no estabelecimento da agenda da comunicação política.

(...) Como é natural, a política é tratada de forma diferente da do passado, através de gêneros de discurso que aumentam a possibilidade de dramatização. (...) Em estreita relação com a questão de saber se o conteúdo político será marginalizado num sistema de *media* cada vez mais comercializado, levanta-se a questão de saber se é provável que a comercialização conduza a uma alienação das massas da vida política. Mais uma vez existem pontos de vista contraditórios. Muitos argumentam que o relevo dado pelos *media* comerciais à vida privada, o desinteresse pelos atores políticos coletivos, a ênfase nos escândalos e com frequên-

cia o retrato negativo da vida política terão tendência para minar o envolvimento do público no processo político. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 288-289)

Por outro lado, existem variações importantes nos sistemas políticos dos países considerados aqui que indicam como provável a persistência de suas peculiaridades, apesar das mudanças das instituições e da cultura política que se verificaram. Uma variação muito relevante neste sentido é a diferença entre os sistemas de governo presidencialista e parlamentarista, com especial consequência nas suas implicações para a governabilidade.

A separação dos poderes no governo dos Estados Unidos impôs uma pressão contínua sobre o presidente no sentido de este cortejar a opinião das massas através dos *media* a fim de manter acesso o apoio popular em relação às suas medidas. No sistema parlamentar britânico, contudo, o primeiro-ministro e o seu gabinete podem contar com a disciplina partidária para garantir a passagem de quase toda a legislação proposta. (Blumer; Kavanaugh; Nossiter, 1996, p. 59, conforme Hallin; Mancini, 2010, p. 290)

Contudo, para avaliação das consequências sociais do desempenho da mídia noticiosa, o aspecto mais importante na reflexão sobre a diferença entre os sistemas de governo presidencialista ou parlamentarista e o funcionamento da mídia não é este que diz respeito às conveniências da governabilidade pela estrutura de poder, mas antes a consideração ao direito dos cidadãos de terem uma mídia mais transparente que lhes permita refletir racionalmente sobre os seus problemas coletivos e participar de forma democrática das deliberações, o que só pode se dar através de um debate público abrangente que contemple uma diversidade significativa de versões existentes na sociedade. Esta questão evidencia bem a implicação da qualidade da cobertura política da mídia noticiosa e o nível de consciência e participação das massas na discussão pública e na deliberação política.

Considera-se com frequência que a homogeneização significa uma mudança no sentido do profissionalismo jornalístico neutro, do tipo

que se tem mostrado particularmente forte nos Estados Unidos. Isto, como vimos, é uma nítida predição da teoria da modernização/diferenciação (Funcionalismo estrutural), que vê as instituições de *media* construídas em torno da ideia do profissionalismo neutro como o mais desenvolvido. E na verdade tem-se verificado uma tendência significativa nesta direção. Mas aqui existem limitações e tendências contrárias bastante importantes que devem ser sublinhadas. Não só persistem as formas de jornalismo de causas nos países europeus, onde elas foram sempre fortes, mas também começam a proliferar outras novas, e isto está a acontecer no sistema Liberal pelo menos tanto como nos outros sistemas. Se existe aqui convergência, não está a evoluir apenas numa direção. (Hallin; Mancini, 2010, p. 292)

Como evidência de contratendências à homogeneização liberal, Hallin e Mancini citam o caso dos países Corporativistas Democráticos, onde, embora tenha havido uma tendência importante para a neutralidade como norma jornalística e estratégia de mercado, persiste o paralelismo político na imprensa nacional, que não dá sinais de desaparecer no futuro imediato. Assim, registram que nos sistemas liberais estão surgindo novas forma de jornalismo de causas. Isto pode-se verificar até nos Estados Unidos, onde os programas de entrevistas e debates politizados com convidados, tanto na rádio como na TV a cabo, são cada vez mais comuns, e veículos como a Foz News vêm se diferenciando das outras redes de rádio e TV com um claro perfil político, evidenciado tanto no conteúdo como nas preferências da sua audiência.

Segundo os pesquisadores, os fatos sugerem que não existe uma conexão necessária entre a comercialização dos *media* e o profissionalismo neutro, sendo até provável que a mudança para a comercialização crie formas novas de jornalismo de causas e de paralelismo político, mesmo quando reduz as antigas.

Por fim, é importante ter em mente que (...) o profissionalismo neutro nos *media* noticiosos baseava-se em parte numa separação do

jornalismo de uma lógica comercial das indústrias de *media*. Como a comercialização diminui esta separação, reduzindo muitas vezes a autonomia dos jornalistas dentro das organizações de *media* e desfazendo as fronteiras entre as notícias e o entretenimento, não é provável que o profissionalismo neutro desapareça, mas que se veja reduzido a um gênero entre muito outros. Isto é evidente no aumento dos gêneros de *infotainment*, designados por vezes como as “novas notícias” (Taylor, 1992), que frequentemente se afastam do ideal profissional tradicional da objetividade. (Hallin; Mancini, 2010, p. 294)

2.18 A CRÍTICA DE HABERMAS E BOURDIEU À TEORIA DA DIFERENCIACÃO

Hallin e Mancini levantam uma questão importante para avaliar a teoria da diferenciação do funcionalismo estrutural norte-americano: Vale a pena se entender a mudança nos sistemas de *media* da Europa Ocidental e da América do Norte como um processo de “modernização” no sentido do funcionalismo estrutural – como um movimento para uma maior diferenciação dos *media* em relação às outras instituições sociais? Para eles, inicialmente, essa hipótese parece pertinente. No entanto, argumentam que uma sociedade diferenciada depende dos *media* para unir atores e instituições que já não estão ligados por laços mais diretos, conforme a teoria da diferenciação.

Ao mesmo tempo, existem problemas reais com a teoria da diferenciação e com o conceito de modernização associado a ela como um meio para atender a mudança no sistema de *media*. (...) consideramos duas perspectivas alternativas para a teoria da diferenciação, associadas a Habermas e Bourdieu, em que ambas defendem que a história dos *media* pode, sob muitos aspectos, ser vista como um processo de não-diferenciação. A nossa análise sugere, em aspectos importantes, que elas estão corretas. (Hallin; Mancini, 2010, p. 295)

Neste sentido, concordam que a hipótese do funcionalismo estrutural de modernização como uma mudança linear para uma maior diferenciação

parece cada vez mais simplista, diante do argumento central de Habermas e Bourdieu de que os *media* perderam autonomia em relação ao mercado e o sistema econômico.

Além isso, a profissionalização nos *media* noticiosos, embora em muitos casos se tivesse desenvolvido num contexto comercial, de forma alguma se desenvolveu em total harmonia com a comercialização. Ela envolve uma forma de diferenciação que ocorre muitas vezes nas próprias organizações noticiosas, visto que os jornalistas afirmam a integridade dos critérios jornalísticos *media* critérios puramente comerciais, e a sua própria autonomia contra a intervenção dos proprietários, comerciantes e pessoal de venda de publicidade. Vimos esta forma de diferenciação na “separação da igreja do Estado” que foi institucionalizada nos jornais dos Estados Unidos em meados do século XX, na autonomia dos jornalistas alcançada numa grande parte da imprensa de elite francesa no período que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra, ou nos estatutos editoriais que é possível encontrar em alguns sistemas Corporativistas Democráticos, bem como em sistemas de auto-regulação jornalística, tais como conselhos de imprensa, que se destinam a preservar o mais possível os valores profissionais contra as pressões econômicas que atuam em proveito próprio. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 296-297)

Parece inequívoco que, implícito no conceito de comercialização, existe um entendimento pejorativo do discernimento/consciência do público, tendo em vista que se imagina que as pessoas não conseguem perceber o paralelismo político disfarçado de econômico na formação de pseudo-consensos que afirmam os interesses particulares da estrutura de poder (grupos que dominam o aparelho de Estado e as corporações do mercado) como se fossem expressão do bem-comum. É evidente que a verdadeira legitimidade social – e não a apenas formal legitimidade sistêmica – dos *media* garante muito mais a credibilidade e, consequentemente, a audiência para valorização, a curto, médio e longo prazos, dos espaços comerciais da organização empresarial noticiosa.

Segundo Hallin e Mancini, no caso dos Estados Unidos existem fortes evidências de que esta forma de diferenciação vem diminuindo – reduzindo a autonomia dos jornalistas e pondo em questão a noção dos *media* noticiosos como “instituição pública”, que hoje já não é líquida como era nas décadas de 1950 até o final da década de 1970.

Embora os *media* norte-americanos tivessem tido sempre um caráter principalmente comercial, as pressões comerciais intensificaram-se com a desregulação da rádio e da TV e as mudanças dos padrões de titularidade que sujeitaram os jornais à influência da *Wall Street*. Mudanças semelhantes estão nitidamente em curso em toda a Europa, em diferentes graus, de forma mais acentuada na esfera da rádio e da TV. (Hallin; Mancini, 2010, p. 297)

Na análise da diferença entre a lógica dos *media* e a lógica política, observam que as mudanças dos sistemas de *media* representam a prevalência da primeira em benefício da segunda, colocando como exemplo a determinação na seleção dos artigos cada vez mais, não por critérios políticos – tais como princípios de representação proporcional –, mas por critérios jornalísticos ou com base nos *media* sobre o que constitui uma “boa história”.

A consideração de Hallin e Mancini de que a lógica dos *media* é uma lógica híbrida está enraizada em dois desenvolvimentos que se sobrepujaram historicamente e que em importantes aspectos se entrelaçaram, mas que também são distintos: o crescimento do profissionalismo crítico, muito importante nas décadas de 1960 e 1970 e que vem diminuindo de ritmo ou foi mesmo regredindo; e a comercialização, que estava começando nas décadas de 1960 e 1970, mas que foi acelerado nas décadas de 1980 e 1990.

O primeiro ajusta-se muito melhor do que o último à história contada pela teoria da diferenciação. O crescimento do *infotainment* como uma forma híbrida de programação é disso uma boa ilustração. Luhmann argumenta que a diferenciação do conteúdo dos *mass media* em três gêneros – notícias e assuntos de interesse público, publicidade e

entretenimento –, cada um deles com diferentes funções sociais, constitui “a mais importante estrutura interna do sistema de *mass media*” (2000: 24). Mas a comercialização mina claramente esta forma de diferenciação, não só por esbater de fato as fronteiras entre as notícias e o entretenimento como também entre a publicidade ne os outros dois, quando a colocação do produto, por exemplo, aumenta no entretenimento e as notícias são usadas para promover a venda de produtos dos conglomerados de *media*. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 297-298)

Portanto, é bastante plausível o argumento de que os *media* estão se tornando menos diferenciados em relação ao sistema econômico, ainda que estejam se tornando mais diferenciados em relação ao sistema político. Está é considerada uma tendência geral no sentido da não-diferenciação na sociedade contemporânea, pois, com a mudança para o neoliberalismo, a lógica do mercado tende a dominar amplos setores da sociedade – incluindo a política (funcionando cada vez mais como *marketing*), a educação, o lazer, os serviços sociais, etc. “Se os *media* cada vez mais comercializados estão a ocupar um lugar mais central na vida social podem tornar-se um agente importante neste processo mais amplo da não diferenciação. Este é claramente o argumento de Bourdieu” (Hallin; Mancini, 2010, p. 298).

Também é especialmente relevante a questão sobre a diferenciação dos *media* das classes sociais, uma vez que o fato de os *media*, no sistema moderno liberal, fazerem parte do “grande negócio” não impede a sua diferenciação da classe social.

Uma grande parte dos acadêmicos europeus, por outro lado, tem-se referido ao longo dos tempos à imprensa comercial como a “imprensa burguesa”. Isto é típico da imprensa escandinava, por exemplo. A substituição dos jornais partidários e da rádio e da TV públicas por *media* comerciais podia por isso ser vista como um reforço do poder de uma classe social particular sobre o sistema de *media* como um todo. Como vimos, o argumento de que os *media* comerciais refletem um preconceito de classe no sentido de que têm uma inclinação para a direita política

também tem sido sustentado, com grande vigor, pelos acadêmicos nos países Liberais (e. g., Murdock e Golding, 1977; Westggard, 1977; Curran, 1979). A imprensa comercial britânica tem manifestado sempre uma inclinação fortíssima para a direita política. (Hallin; Mancini, 2010, p. 299)

A perspectiva de que a comercialização dos *media* reforce o domínio “burguês” da comunicação política é ventilada pelos estudiosos, por envolver de forma clara a não diferenciação do sistema de *media* em relação ao mercado, promovendo “uma erosão da autonomia profissional dos jornalistas alcançada na parte final do século XX e também, possivelmente, uma subordinação dos *media* aos interesses políticos das empresas que pode diminuir o equilíbrio político na representação dos interesses sociais” (Hallin; Mancini, 2010, p. 302)

(...) observamos que, consistente com as opiniões de Habermas e Bourdieu, também estão em curso importantes processos de não-diferenciação. O mais importante aqui, o processo de comercialização, embora possa acelerar a diferenciação dos *media* das instituições políticas, tem tendência para subordinar à lógica do mercado e da luta das empresas por quotas do mercado, diminuindo com frequência a autonomia dos jornalistas e de outros profissionais da comunicação. Neste sentido, os *media* tornam-se menos diferenciados das instituições econômicas ao ficarem mais diferenciados das instituições políticas. (Hallin; Mancini, 2010, pp. 308-309)

Por fim, Hallin e Mancini chamam atenção para a relevância da aplicação das observações sobre o Modelo Liberal nos estudos de casos de sistemas de *media* de outros países, particularmente da América Latina, que têm sido muito influenciados pelo modelo da América do Norte. Aliás, a enorme influência do modelo liberal sobre o resto do mundo deve ser atribuída ao “neoliberalismo e à globalização (que) continuam a difundir estruturas e ideias liberais de *media*” (Hallin; Mancini, 2010, p. 312)

2.19 A IDEOLOGIA NA NOTÍCIA COMO DISCURSO COGNITIVO E SOCIOCULTURAL

Na análise da produção, recepção, usos e funções socioculturais do discurso da mídia, Teun Van Dijk (2017) salienta a contribuição da análise de discurso para descrição e explicação sistemática das estruturas das mensagens noticiosas, chamando a atenção para a relevância desta tarefa em face da importância das notícias na vida quotidiana devido ao fato de que a maior parte do nosso conhecimento social e político das nossas crenças sobre o mundo deriva dos relatos noticiosos.

Para o pesquisador holandês, é preciso se ter em conta as importantes dimensões ideológicas das mensagens noticiosas, que se evidenciam nas implicações de que muita da informação de um texto não está explicitamente expressa, mas é deixada implícita, pois palavras, frases e outras expressões textuais podem implicar conceitos ou proposições que são inferidas com base no conhecimento compartilhado, fazendo com que a análise do “não dito”, por vezes, seja mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso num texto.

Há vários tipos de implicações: implicações lógico-semânticas, pressuposições e formas mais fracas como sugestões e associações. (...) muitas das implicações ideológicas decorrem não só do facto de se dizer pouco, mas também do facto de serem ditas demasiadas coisas irrelevantes sobre os actores das notícias. O exemplo bem conhecido dos relatos noticiosos sobre minorias é o uso de rótulos étnicos ou raciais irrelevantes nas histórias de crime. (Dijk, 2017, p. 66)

A descrição da formação das notícias é desenvolvida por Dijk a partir da superestrutura, que usualmente organiza a função global dos tópicos num esquema abstrato formado por categorias convencionais que hierarquizam os relatos noticiosos como títulos, lead (formando em conjunto o sumário), acontecimentos principais, contexto, história (que formam em conjunto a categoria condições), reações verbais e comentários.

Segundo ele, típico nas histórias das notícias é que estas categorias, bem como seu conteúdo semântico global, são expressos de forma descontínua, como “prestações” através do texto: em cada categoria é expressa primeiro a informação mais importante, uma estratégia de cima para baixo que resulta a chamada estrutura de relevância de um texto (pirâmide invertida), contendo a atribuição da importância implicações ideológicas.

O estilo é o resultado textual de escolhas entre modos alternativos de dizer mais ou menos a mesma coisa usando palavras diferentes ou uma estrutura sintáctica diferente. Essas escolhas estilísticas também têm implicações sociais e ideológicas, porque elas assinalam frequentemente as opiniões do repórter sobre os actores das notícias e os acontecimentos das notícias, bem como as características da situação social e comunicativa (o seu uso num tabloide) e as pertenças de grupos dos falantes: por exemplo, um jornalista específico é branco, homem ou de classe média. Assim, o uso de “turba” e “turba a soldo” em vez de multidão” ou de “manifestantes” pode ser interpretado como assinalando a posição ideológica do repórter sobre os manifestantes da ala esquerda, enquanto que ao mesmo tempo os desacredita junto aos leitores. Para além de expressar atitudes negativas e de manufacturar o consentimento dos leitores (Herman e Chomsky, 1988), o uso dessas palavras também mostra a dimensão cultural da linguagem das notícias: o estilo da linguagem quotidiana e popular dos tabloides. (Dijk, 2017, p. 68)

A análise de discurso das notícias, salienta o estudioso, não se limita às estruturas textuais, pois estas expressam ou sinalizam opiniões e ideologias como significados “subjacentes”, que estão relacionados com o texto e ficam evidentes através da análise do contexto cognitivo, social, político e cultural.

A abordagem cognitiva assenta na premissa de que os textos não “têm” significados, mas que lhes são atribuídos significados pelos utentes lingüísticos, ou, para ser preciso, pelos processos mentais dos utentes da linguagem. De outra maneira, precisamos de explicitar as representações cognitivas e as estratégias dos jornalistas na produção do relato

noticioso e as do leitor quando comprehende e memoriza os significados. São necessárias algumas noções teóricas para explicar as estruturas mentais e os processos que aqui estão envolvidos. Primeiro, na compreensão textual, o significado de um texto é em si gradualmente e estrategicamente construído e representado na memória como uma representação do texto. Segundo, os utentes linguísticos, e assim os jornalistas e leitores, têm uma representação única, pessoal, dos acontecimentos da notícia referidos pelo texto (...). Esta representação do acontecimento na memória é designada como modelo (da situação ou do acontecimento). Um modelo representa aquilo que um utente da linguagem comprehendeu sobre o acontecimento que o texto refere, e nós comprehendemos um texto se formos capazes de construir um modelo mental do acontecimento referido. Este modelo não integra apenas a informação que é expressa através da representação do texto; também contém muita outra informação sobre o acontecimento. Esta informação não está expressa no texto, porque se assume que os leitores a conhecem e porque o repórter considera que é irrelevante. Alguma desta informação pressuposta é derivada de scripts sobre expulsões e manifestações. Estes scripts são culturalmente partilhados, representações do conhecimento convencional sobre episódios bem conhecidos da vida social. (Dijk, 2017, p. 69)

Desta maneira, van Dijk observa que os objetivos do discurso, os seus actos comunicativos e as características da audiência estão contidos no modelo específico do contexto comunicativo em curso, o chamado modelo contextual, que controla a informação do modelo do acontecimento que será vista como comunicativamente relevante para incluir no texto. Como exemplo, o estudioso explica que, no discurso sobre minorias, tanto na imprensa como nas conversações diárias, os utentes da linguagem com preconceitos não expressam usualmente opiniões negativas sobre minorias, como elas estão representadas nos seus modelos de acontecimentos étnicos; além disso, juntam desmentidos, como por exemplo “Eu não tenho nada contra negros (turcos, refugiados), mas...”. Com estas dissimulações pretendem evitar

causar má impressão (“Ele é racista”) e para “salvaguardar as aparências” do falante. O modelo de contexto controla os aspectos interaccional e comunicativo do discurso e o relaciona com situações sociais e estruturas.

(...) os modelos de acontecimentos na memória não só integram conhecimento, mas também opiniões ou crenças avaliativas sobre acontecimentos e seus participantes (...). Se um relato noticioso é tendencioso, isto acontece usualmente porque o modelo mental do jornalista contém estruturas e opiniões que favorecem uma perspectiva ideológica específica sobre um acontecimento. Por este motivo, a análise crítica do significado do discurso envolve de facto frequentemente uma tentativa de reprodução das crenças nos modelos subjacentes do falante/escritor. Do mesmo modo que os modelos integram conhecimento “aplicado” (instanciado) de scripts, também integram opiniões específicas derivadas das estruturas de opinião gerais, socialmente partilhadas, como são as atitudes. De uma forma mais genérica, então, dizemos que os modelos são baseados nas representações sociais ou cognições sociais. Ao contrário das opiniões específicas, que podem ser pessoais, essas cognições sociais são típicas de grupos, como o grupo de jornalistas de tabloide, ou grupo maior dos indivíduos da ala direita na Grã-Bretanha. Se as cognições sociais sobre diferentes grupos sociais e acontecimentos sociais são similares, dizemos que estão a ser controlados pelo mesmo quadro fundamental de interpretação, isto é, pela mesma ideologia. Essa ideologia integra as normas básicas, os valores e outros princípios orientados para a realização de interesses e finalidades do grupo, bem como para a reprodução e legitimação do seu poder. (Dijk, 2017, p. 70)

Através das cognições sociais que relacionam discurso e falantes com estrutura social e cultural, quer dizer, através das representações que os utentes da linguagem fazem das estruturas sociais, podemos relacionar microestruturas da ação discursiva de comunicação com macroestruturas sociais de grupos (jornalistas, manifestantes, refugiados, minorias) e instituições (jornais, governos, tribunais).

Por outras palavras, os modelos e as cognições sociais constituem, por assim dizer, a interface entre texto e contexto, que é a forma como e onde os jornalistas homens e brancos representam o seu grupo e pertença de classe, e é esta representação geral dos endogrupo e dos exogrupo que é usada estrategicamente na forma de modelos sobre um acontecimento específico, modelos que por sua vez controlam as rotinas de recolha de notícias, a interpretação pelo repórter das fontes e dos textos-fonte, bem como os modelos como o acontecimento da notícia é descrito no relato noticioso. (Dijk, 2017, p. 71)

O poder social da imprensa, garante Dijk (2017, p. 74), não se restringe à influência dos media nas suas audiências, mas envolve também o papel destes no quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou económicas da sociedade:

para perceber o papel da imprensa e das suas “mensagens”, precisamos de prestar uma atenção detalhada às estruturas e estratégias desses discursos e aos modos como estes se relacionam com dispositivos institucionais, por um lado, e com a audiência, por outro. Por exemplo, os tópicos ou padrões de citações nos relatos das notícias podem refletir os modos de acesso dos vários actores das notícias ou das fontes aos media, enquanto que o conteúdo e a forma de um título num jornal diário podem influenciar subtilmente a interpretação e assim os efeitos persuasivos dos relatos noticiosos entre os leitores.

Após descrever o poder social uma relação entre grupos ou instituições, envolvendo o controlo por parte de um grupo (mais) poderoso ou instituições (e dos seus membros) das ações e mentes (dos membros) de um grupo menos poderoso, o pesquisador acrescenta que esse poder pressupõe um acesso privilegiado a recursos socialmente valorizados, como força, riqueza, rendimento, conhecimento ou estatuto. E o compara com o poder da mídia, considerando-o “geralmente simbólico e persuasivo, no sentido em que estes têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as

mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar directamente as suas acções". (Dijk (2017, p. 75)

No quadro de uma perspectiva mais crítica, o estudioso holandês registra que muitas análises do poder social, incluindo as análises do poder dos media, fazem usualmente referências ao abuso de poder, compreendido como várias formas ilegítimas ou de alguma forma inaceitáveis de exercício do poder que se utilizam de determinados critérios, normas ou valores.

Por exemplo, a manipulação como uma forma de acionamento do poder dos media é avaliada usualmente de forma negativa, porque a informação mediada é tendenciosa ou ocultada de forma tal que o conhecimento e as crenças da audiência mudam numa direção que não vai necessariamente ao encontro dos seus melhores interesses. Para distinguir poder legítimo ou aceitável de abuso de poder, uso o termo dominância para me referir a esta última forma de exercício de poder. A dominância implica usualmente processos de reprodução que envolvem estratégias dirigidas ao acesso preferencial continuado a recursos sociais e à legitimação dessa desigualdade. Outra noção importante da análise do poder (dos media) é a noção de acesso. Tem sido mostrado que o poder se baseia geralmente no acesso ao discurso público, por exemplo, ao discurso dos *mass media*. Assim, o controlo dos meios de comunicação de massa constitui uma das condições cruciais do poder social nas sociedades de informação contemporâneas. (Dijk, 2017, p. 76)

O poder social dos grupos de elite e das instituições definido pelo seu acesso preferencial ao discurso e à comunicação só é efectivo se assumirmos que esses discursos são importantes ou influentes para afetar seriamente as vidas de muitos indivíduos. Assim, quanto maior o número de indivíduos afetados, maior é o alcance do acionamento do poder discursivo. Mais especificamente, o discurso público pode afetar as mentes de muitos indivíduos. Portanto, "o grau ou os modos de acesso à imprensa constituem usualmente também uma medida do grau de poder da elite" (Dijk, 2017, p. 77).

Por outro lado, lembra Dijk que o acesso especial às mentes do público não implica necessariamente controlo, pois não só o público tem alguma liberdade em particular no uso das mensagens dos media, como também pode não “mudar a sua mente” segundo as linhas desejadas pelos mais poderosos.

Rejeição, descrença, crítica ou outras formas de resistência ou desafio podem estar envolvidas e sinalizarem desta forma modos de contra-poder. Por outras palavras, a influência definida como uma forma de controlo da mente é quase sempre problemática, como é o poder dos media e dos grupos de elite que tentam ter acesso ao público através daqueles. (Dijk, 2017, p. 78)

Contudo, ele pondera que a existência de insuficiências educativas pode limitar seriamente a compreensão das notícias, uma vez que a falta de poder dos leitores pode envolver o acesso limitado (passivo) ao discurso dos media e impedi-los de perceber (completamente) os próprios textos informativos ou os acontecimentos abordados nos textos.

Para explicitar a noção crucial do modelo no estudo da compreensão da notícia, Dijk o define como a representação mental de uma experiência, isto é, de um acontecimento que as pessoas observam, que participaram ou sobre o qual lêem.

De cada vez que que as pessoas lêem um relato noticioso formam um novo modelo sobre esse acontecimento (ou atualizam um já existente). Assim, “compreender um relato noticioso” significa que os leitores são capazes de construir nas suas mentes um modelo dos acontecimentos abordados nos textos noticiosos. Esse modelo pode incluir as suas opiniões sobre o acontecimento. Embora esses modelos representem a compreensão subjetiva dos leitores sobre os acontecimentos, os modelos integram instâncias particulares de conhecimento e de opiniões partilhadas socialmente sobre coisas como motim, bairros sociais, pobreza, negros ou racismo. Então, o conhecimento e as atitudes do grupo social do leitor determinarão os modelos que ele ou ela constroem a propósito dos acontecimentos abordados no jornal. (Dijk, 2017, pp. 78-79)

Neste contexto, faz parte dos objetivos de um relato noticioso e dos seus autores que os leitores formem um modelo do acontecimento noticiado, com a manipulação de suas estruturas e conteúdos para formação de noções como as de “significado preferencial” ou “compreensão preferencial”.

De facto, podemos doravante falar simplesmente de “modelos preferenciais”. Esses modelos preferenciais formam o âmago dos processos de persuasão, de desinformação e do controlo do público pelos media, especialmente se eles forem inconsistentes com os melhores interesses dos leitores, mas consistentes com os interesses das elites. Um dos muitos modos de influenciar a estrutura de um modelo (e assim a compreensão de um acontecimento noticiado) é manipular a informação importante, colocando-a mais ou menos de forma proeminente no relato noticioso, nos títulos, leads ou em fotografias. Inversamente, se os jornalistas ou as suas fontes de elite quiserem menos ou nenhuma atenção para certos aspectos do acontecimento noticiado, tomarão as devidas precauções para que essa informação fique menos saliente ou ausente do relato noticioso, de fora a que também não seja proeminente no modelo do acontecimento noticiado. Do mesmo modo, os textos noticiosos podem enfatizar ou menosprezar as causas ou consequências dos acontecimentos ou as características dos actores nos acontecimentos noticiados (Dijk, 2017, p. 79)

Segundo o estudioso, o controle estratégico do conhecimento constitui um elemento crucial para compreensão do discurso e, assim, no controle do acesso ao discurso e ao contrapoder, crítico da contra-interpretação e compreensão. No entanto, acrescenta que, para além do conhecimento, há outras formas cruciais no que hoje em dia genericamente se designa como cognição social, tais como esquemas de opiniões socialmente partilhadas tradicionalmente conhecidas como atitudes; enquanto o controle do conhecimento influencia a compreensão, o controle das atitudes influencia a avaliação.

A aceitação da guerra contra o Iraque, bem como a aceitação da guerra fria contra os comunistas, anterior àquela, dependem crucialmente da sua legitimidade e justificação, que por sua vez depende dos modos como o inimigo e as suas acções são retratados nas notícias. Tal explica as imagens penetrantes e perfeitamente claras de “Impérios do mal”, terroristas, ditadores, agressão arbitrária e outras formas percebidas de ameaça à segurança de cada e aos interesses legítimos. Em suma, o controlo das atitudes pode ser o resultado do controlo dos discursos da comunicação de massa, bem como dos seus tópicos, significados, estilo e retórica: o controlo exercido pelos próprios jornalistas ou, indirectamente, por aqueles que estes aceitam como fontes credíveis. Obviamente, esses resultados dependem do acesso a fontes de informação alternativas, do conhecimento e crenças produzidos pelas oposições e de ideologias mais fundamentais. Estas ideologias são definidas como mecanismo básico das cognições sociais de um grupo, isto é, como sistemas de normas e de valores que controlam a coerência e o desenvolvimento de atitudes sociais mais específicas. (Dijk, 2017, p. 81)

Desta maneira, o professor holandês adverte que, a partir do momento em que esses padrões fundamentais de conhecimento, de atitudes e de ideologias estão devidamente enraizados e naturalizados devido à repetição das notícias e outras formas de discurso público, eles “atuarão” mais por si sós quando as pessoas têm de avaliar os acontecimentos noticiados.

Depois de algum tempo, há pouca necessidade de manipular de forma visível o acontecimento específico e as opiniões dos leitores em cada um dos casos. Uma vez dados os “fatos” (cuidadosamente escolhidos), ainda que apresentados de uma forma aparentemente objetiva, os leitores produzirão eles mesmos os modelos preferenciais das elites e podem mesmo agir de forma conforme: um consenso ativo substituirá um consentimento passivo ou tácito. Neste caso, o controlo ideológico é virtualmente total, ou “hegemônico”, precisamente porque o texto e a fala

persuasivos passam a não ser vistos como ideológicos, mas como verdades auto-evidentes, como é o caso do discurso dominante nos Estados Unidos. (Dijk, 2017, pp. 81-82)

Segundo o pesquisador, a análise das relações complexas entre ideologia, opiniões e discurso da mídia não deve ser reduzida a posições individualistas, dualistas ou mentalistas. Pelo contrário, o que procuramos mostrar de um modo preciso é a forma como os elementos da estrutura societal (tais como grupos, instituições, poder e desigualdade), assim como as práticas sociais diárias do discurso e outras formas de interação entre indivíduos enquanto membros de grupos, estão sistematicamente relacionadas com as dimensões construídas socialmente da mente desses membros.

Para ele, só as teorias sociocognitivas integradas permitem explicar em detalhe a forma como as ideologias sociais ‘monitorizam’ as práticas diárias dos atores sociais como os jornalistas e, inversamente, explicar a forma como as ideologias são formadas e mudadas através da interação quotidiana e do discurso dos membros em contextos societais de relações de grupos e de instituições como a imprensa.

Na defesa de uma nova teoria da ideologia, Teun van Dijk (2017, p. 188) vislumbra três componentes principais.

- a. *Funções sociais*. Uma teoria das funções que as ideologias desempenham para grupos ou instituições dentro da estrutura societal deve responder à questão simples de saber, antes de mais, por que razão as pessoas desenvolvem e usam ideologias.
- b. *Estruturas cognitivas*. Neste contexto, deve ser desenvolvida uma teoria acerca da natureza mental, dos componentes internos e das estruturas das ideologias, bem como sobre as suas relações com, por um lado, outras estruturas cognitivas ou representações sociais (como os valores, as normas, as atitudes, as opiniões e o conhecimento partilhado socialmente) e os modelos pessoais e contextuais (experiências, intenções, planos,

etc.), por outro. Assim, a teoria deve responder às questões da constituição das ideologias e do modo como elas orientam as práticas sociais.

- c. *Expressão discursiva e reprodução*. A teoria deve abordar os modos como as ideologias são expressas, adquiridas e reproduzidas pelas estruturas do texto e da fala socialmente situadas, alcançando uma perspectiva mais ampla relativa aos modos como as ideologias são expressas e reproduzidas em geral pelas práticas sociais.

(...) contrariamente à visão convencional, não limitamos as ideologias ao seu papel na reprodução e na legitimação da dominação de classe. Para começar, os grupos dominados também precisam de ideologias, por exemplo, como base para a resistência. Em segundo lugar, isto significa que, em geral, as ideologias não são ‘verdadeiras’ nem ‘falsas’, mas sim mais ou menos efectivas na promoção dos interesses de um grupo. Por último, iremos por conseguinte assumir que a função social principal das ideologias reside na coordenação das práticas sociais dos membros de grupos para a realização efectiva das finalidades de um grupo social e para proteção dos seus interesses. Isto aplica-se tanto às práticas sociais internas ao grupo, como à interação com membros de outros grupos. Dada esta função genérica das ideologias, é obviamente verdade que muitas ideologias se desenvolvem precisamente para sustentar, legitimar ou controlar conflitos de grupo, bem como relações de poder e de dominância. (Dijk, 2017, p. 189)

Ao considerar que as práticas sociais pressupõem vastas quantidades de crenças socioculturais e específicas de grupos ou de representações sociais, tais como conhecimentos, atitudes, normas, valores e ideologias, o pesquisador observa que a nova teoria entende que as ideologias são a base ‘axiomática’ das representações mentais partilhadas pelos membros de um grupo social, ou seja, representando os princípios básicos que governam o julgamento social, aquilo que os membros dos grupos pensam estar certo ou errado, ou ser verdadeiro ou falso.

As ideologias gerais partilhadas pelos membros de um grupo e as atitudes de grupo específicas que elas organizam podem ser expressas diretamente no discurso: por exemplo, através de expressões genéricas como ‘as mulheres são menos competentes’ na ideologia machista chauvinista. No entanto, a maioria do discurso de opinião, incluindo o da imprensa, é mais específica e expressa, não só opiniões partilhadas pelo grupo, mas também conhecimento pessoal e opiniões sobre pessoas específicas, acontecimentos e situações. (...) Essas opiniões pessoais e específicas derivam de atitudes ou de opiniões partilhadas socialmente, assim como da forma como são representadas nos chamados modelos mentais as experiências e avaliações pessoais. (Dijk, 2017, p. 191)

No entendimento do pensador holandês, os modelos constituem a interface crucial entre o social e o pessoal, entre o geral e o específico, entre representações sociais e a sua aplicação no discurso e noutras prática sociais, representando, essencialmente, as experiências quotidianas das pessoas, como sejam a observação ou a participação em ações, eventos ou discurso e, ao contrário das representações sociais, são pessoais, subjetivos e dependentes do contexto: “eles são constituídos por aquilo que as pessoas sabem e pensam sobre acontecimentos particulares, e explicam o facto de esses acontecimentos e ações serem subjetivamente interpretados. Assim, os modelos explicam a razão pela qual as interpretações do discurso são construtivas”. (Dijk, 2017, pp. 191-192)

As pessoas ‘modelam’ continuamente os acontecimentos das suas vias diárias, incluindo os eventos comunicativos em que se engajam, ou sobre os quais lêem na imprensa. Por conseguinte, as ações de lembrar, contar uma história ou editar envolvem modelos sobre a ativação de modelos passados, enquanto as intenções, planos, ameaças e anúncios envolvem modelos sobre acontecimentos futuros e ações. Em suma, todas as nossas práticas sociais são monitorizadas (intencionadas, percebidas) segundo modelos mentais. (Dijk, 2017, p. 192)

2.20 TEORIAS DO JORNALISMO

Tradicionalmente, o primarismo epistêmico da ideologia de ciência positivista, com a sua teoria da verdade como correspondência perfeita entre a representação e a realidade, impunha uma concepção teórica da função institucional do jornalismo extremamente menosprezada, relegando a mediação jornalística a ser tão melhor quanto maior a capacidade do profissional jornalista de se anular, para deixar que a própria realidade viesse a determinar a notícia.

É esse o fetichismo implícito na chamada teoria do espelho, que reifica o papel do jornalismo como apenas a mera descrição o fato consumado, a resenha do acontecido, acreditando que a concepção positivista mitificada da “objetividade” pudesse identificar a verdade absoluta, relegando a interpretação e a apresentação da diversidade significativa de versões e fontes como se fossem um zelo desnecessário. Nesta perspectiva da teoria do espelho, aparentemente, se confere um estatuto muito elevado, ao jornalista de ser quase um Deus (onisciente) capaz de ter acesso à verdade absoluta, mas uma avaliação que não precisa ser muito exaustiva comprova que isso não passa de uma presunção descabida devido ao limite humano do falibilismo. Esta presunção, inclusive, pode gerar no profissional jornalista uma má consciência cínica de achar que dispõe de um instinto mágico para identificar a notícia, um “faro” para descobrir o noticiável.

A despeito de toda a engenharia ideológica da epistemologia positivista para disseminar no senso comum uma noção obscura da dimensão construtivista do jornalismo, este que efetivamente se constitui, quando é exercido com excelência profissional, em espaço que possibilita aos cidadãos o uso público da própria razão para solucionar seus problemas, como dizia Kant, ou seja, para alcançar o ideal republicano de predestinar a ação dos seus representantes políticos e definir os rumos que a sociedade deve tomar, funcionando como um estuário da história em construção. Esta é a concepção mais elevada do papel institucional desempenhado pelo jornalismo.

2.21 TEORIA DO ESPELHO

Nos países desenvolvidos, a imprensa cresceu como uma indústria, apresentando um processo duplo que se verifica em todo o século XIX e continua no século XX de comercialização dos mídia e de profissionalização dos seus agentes, os jornalistas. Neste processo um novo paradigma das notícias como informação iria substituir o paradigma tradicional que concebia a função dos meios de comunicação social atuar como arma política e os jornalistas como militantes partidários. Com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais. Nesta concepção é pressuposta a possibilidade de uma separação precisa, rigorosa e total entre informação e opinião.

Essa presunção, ainda hoje prevalecente na maioria das redações, vincula-se ao positivismo, que reinou na ciência e em todo esforço técnico-científico ambicionando imitar o novo invento da máquina fotográfica, capaz de reproduzir o mundo real como um espelho. A reflexão crítica sobre o mito da objetividade esbarra em resistências dos próprios jornalistas. Essa reação dos profissionais evidencia o caráter ideológico do mito da objetividade, haja vista o seu significado, como falsa consciência, no empobrecimento da visão epistemológica da relação do jornalismo com o mundo, escamoteando a sua função estratégica no processo social de construção da realidade, isto, sim, se constituindo em fator de aviltamento da profissão. Aos jornalistas é cobrada a humanamente impossível tarefa de espelhar (ou reapresentar perfeitamente) o mundo, o que o torna um profissional que nunca consegue atingir o desempenho que lhe é atribuído, ao mesmo tempo em que não é reconhecida a sua dimensão maior, e efetivamente real, de participar da construção do mundo, por ser a mídia o local, por excelência, onde se processa a reprodução simbólica da realidade, funcionando como o local ou estuário onde a história em construção é germinada.

A teoria do Espelho, oferecida pela própria ideologia dominante no campo jornalístico (pelo menos nos países ocidentais), foi a primeira teoria oferecida

para explicar por que as notícias são como são. É a teoria mais antiga e entende que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, “doa a quem doer”. Embora não tenha teóricos conceituados que assumam, abertamente, seu posicionamento, a Teoria do Espelho ainda é hegemônica na maioria das redações.

2.22 A TEORIA DO GATEKEEPER

A teoria do *Gatekeeper* foi desenvolvida por David Manning White (1999), em 1950, nos Estados Unidos, com o mérito de ser, segundo Traquina (1999), a primeira concepção teórica que conferiu ao jornalista uma margem de ação ou intencionalidade, a qual não era concebida nem na tradição da teoria do espelho, nem no âmbito das concepções marcadas pela visão esquemática da dicotomia infraestrutura/superestrutura do marxismo economicista, que desautorizava a importância da reprodução simbólica da realidade ao considerar as formas de consciência mero reflexo das determinações do modo de produção econômico.

A formulação de White foi inspirada em Kurt Lewin, que usou o termo *gatekeeper* pela primeira vez aplicado ao jornalismo, salientando que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação depende de certas áreas dentro dos canais funcionarem como *gates* regidos por regras imparciais ou por um grupo “no poder” de tomar a decisão de “deixar entrar” ou de “rejeitar”. Assim, uma notícia é transmitida de um *gatekeeper* para outro na cadeia de comunicações. De repórter para o responsável de *rewriting*, do chefe de seção para os redatores responsáveis pelos “assuntos de Estado” de várias associações de imprensa, o processo de escolha e de rejeição não para. E, finalmente, chegamos ao nosso último *gatekeeper*, aquele que foi objeto de estudo. É o homem que é habitualmente conhecido como o redator telegráfico do jornal não metropolitano. Ele tem a seu cargo

a seleção das notícias nacionais e internacionais que aparecerão na primeira página e seu posterior desenvolvimento nas páginas interiores, bem como a sua composição.

No seu artigo, David Manning White aplica o conceito de *gatekeeper* ao jornalismo, originando assim uma das tradições mais persistentes e prolíferas na pesquisa sobre as notícias. Na teoria de White, o processo de produção das notícias é concebido como uma série de escolhas, onde um fluxo de notícias tem de passar por diversos “portões” (os famosos *Gates*), que são momentos de decisão em relação aos quais o *gatekeeper* (o jornalista) tem de decidir se vai escolher ou não essa notícia, deixá-la passar ou não. O conceito de *gatekeeper* seria altamente influente numa fase do estudo do jornalismo que cobre as décadas de 50 e 60 (...) e continua nos anos 90 a alimentar todo um filão de investigação, embora sem a hegemonia que conseguiu em tempos passados (Traquina, 2001, p. 54).

O grande problema da teoria de David Manning White – explicável diante da época extremamente marcada pela guerra fria e o que ela acarretou como condicionamento desta ideologia social para reprimir a ideologia epistêmica nos meios acadêmicos, com a supremacia do funcionalismo estrutural da *Mass Communication Research* e da sociologia da comunicação dominante – foi a paradigmática postura de situar a mediação do jornalista como acontecendo em situação de absoluta liberdade, ocultando a tensão do conflito dos “autênticos interesses dos repórteres”, como já registrava Dewey, com os poderosos interesses particulares dos controladores da indústria cultural e da estrutura de poder de uma maneira geral.

Na investigação o critério porque o editor telegráfico selecionava ou rejeitava os artigos fornecidos pelas três agências noticiosas, David Manning White constatou que foram rejeitadas quase nove décimos das notícias, o que levou à conclusão de que a seleção das notícias é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*.

O registro de Traquina (2016, p. 205) da rejeição de uma notícia “com a anotação demasiado pró-comunista” evidencia neste critério de noticiabilidade a forte influência da ideologia social reinante na época da guerra fria sobre a ideologia epistêmica funcionalista estrutural.

Assim, durante a hegemonia do funcionalismo estrutural, não foi problemático o surgimento nos Estados Unidos, em 1950, do conceito de *gatekeeper*, pois não contrariou, já que até corroborava, alguns posicionamentos tradicionais da *mass communication research*, como o de entender a seleção das notícias como um processo puramente de escolha pessoal do jornalista, sem pressões ou coações dos proprietários dos veículos, das agências de publicidade e anunciantes ou do Estado.

À medida que White analisou a atuação de *Mr. Gatekeeper* durante uma determinada semana escolhida, ficaram patente nas notícias certos padrões. Em quase todos os casos onde tinha escolha entre notícias de agências noticiosas concorrentes, *Mr. Gatekeeper* preferiu os “conservadores”, expressão utilizada não só em termos da sua conotação política mas também em termos do estilo de escrita. O sensacionalismo e a insinuação parecem ser consistentemente evitados.

Segundo Traquina (2026, p. 149), no que diz respeito à sua preferência do estilo de escrita, “*Mr. Gatekeeper* mostrou claramente que não gosta de notícias que contenham muitos números e estatísticas. Em quase todos os casos em que uma agência noticiosa apresentou algum com números e estatísticas e a agência concorrente apresentou outro sem a presença destes, sendo assim mais interpretativo, era este último que aparecia no jornal”.

Na medida em que este *gatekeeper* é representativo dos editores telegráficos como um todo, a investigação revelou que não parece existirem escolhas conscientes das notícias por categorias, embora, na específica semana em análise, verificou-se uma ênfase dada às notícias de interesse humano.

2.23 A Teoria Organizacional

Em 1955, Warren Breed desenvolve a Teoria Organizacional, com uma abordagem sociológica mais consistente em que o produto jornalístico é tido como resultado das injunções e constrangimentos impostos aos jornalistas pela organização empresarial dos veículos de comunicação de massa. Claramente na contramão da linha “administrativa” dos estudos da época, a teoria de Warren Breed só pôde disseminar-se nos estudos científicos dos meios acadêmicos norte-americanos a partir dos anos 70, quando começa a ruir a hegemonia positivista-funcionalista.

Warren Breed (1999) teve a brilhante percepção do conflito que se verifica nas redações da indústria cultural da mídia noticiosa entre as aspirações dos jornalistas e os interesses de seus patrões que controlam estas organizações empresariais. Evidentemente, que esta perspicácia de investigador científico, em 1955 – época conhecida como da “Guerra Fria” dos Estados Unidos contra a União Soviética, em que foi empreendida a “caça às bruxas” do Macarthismo, campanha anti-comunista liderada pelo senador Joseph McCarthy – condenou esta teoria a um silêncio que só veio a ser quebrado décadas depois com a pesquisa de *News Making* de Gaye Tuchman (1999).

Durante os anos 50, a investigação é essencialmente quantitativa, e a metodologia dominante é a análise de conteúdo. Em 1955, uma primeira abordagem nitidamente sociológica é avançada no trabalho pioneiro de Warren Breed, que avança uma nova teoria sobre o jornalismo – a teoria organizacional – em que é sublinhado o peso dos constrangimentos organizacionais no trabalho jornalístico, abrindo assim um filão de investigação que só iria atingir um papel importante no estudo do jornalismo a partir dos anos 70 (Traquina, 2001, pp. 54-55)

Segundo Breed, a política editorial das organizações empresariais jornalísticas tem o objetivo de constranger os jornalistas a se conformarem com os limites que lhes impõe, através de expedientes sutis e dissimulados para evitar que se tornem evidentes e venham a comprometer o “tabu” de que os

proprietários não devem reprimir o trabalho dos jornalistas na redação, ou seja, que venham a comprometer a autocertificação dos meios de comunicação de que só devem se posicionar em favor dos interesses do conjunto da sociedade, seguindo o rumo guiado pelas galerias da opinião pública.

Os principais dirigentes das organizações convencionais são os artífices de uma política empresarial, mas também têm de assegurar o conformismo em relação a essa política. A situação do *publisher* (proprietário) do jornal é um caso análogo. Como dono ou representante de propriedade, tem o direito de estabelecer a política editorial do jornal e de verificar se as atividades redatoriais estão coordenadas. Na prática, no entanto, a aceitação não é automática por três razões: (1) a existência de normas de ética jornalística; (2) o fato de os subordinados (repórteres, etc.) tenderem a ter atitudes mais “liberais” (e, consequentemente, percepções) do que o *publisher* e poderem invocar as normas para justificar escritos contra a política; e (3) tabu ético impedindo o *publisher* de obrigar subordinados a seguirem a sua orientação. O objetivo deste ensaio é observar como é que esta vem a ser mantida e onde é ultrapassada. (Breed, 2026, p. 213)

Observa o pesquisador que os “jornalistas” dividem-se em duas categorias principais: os “executivos” – o *publisher* e os seus editores – e os *staffers* – os repórteres, os redatores e revisores, etc. A “política” pode ser definida como a orientação evidenciada por um jornal, não só no editorial como também nas crônicas e manchetes dos acontecimentos selecionados. Neste contexto, as “normas profissionais” são de dois tipos: as normas técnicas envolvem as operações de recolha, escrita e preparação das notícias; e as normas éticas que dizem respeito à obrigação do jornalista para com os leitores e para com a sua profissão, e incluem ideias como responsabilidade, a imparcialidade, a exatidão, o *fair play* e a objetividade.

Cada jornal tem uma política editorial, admitida ou não. A orientação manifesta-se na “parcialidade”. O proprietário tem naturalmente muito a dizer (muitas vezes na forma de voto) sobre as decisões de políticas.

A orientação política é disfarçada devido à existência de normas éticas de jornalismo: a orientação política transgride estas normas muitas vezes, mas nenhum executivo está disposto a ser acusado de dar ordens para distorcer uma notícia.

Os executivos determinam a política editorial, mas não podem recolher e escrever pessoalmente as notícias. Têm que delegar estas tarefas aos *staffers*, e é nesta altura que as atitudes ou interesses dos *staffers* podem entrar em conflito com as dos executivos. De 72 *staffers* entrevistados, 42 mostraram que tinham opiniões mais liberais do que seu *publisher*; 27 tinham opiniões semelhantes, e somente três eram mais conservadores. Analogamente só 17 entre 61 *staffers* afirmaram ser republicanos.

Na investigação desenvolvida do trabalho da equipe editorial, a principal questão diz respeito a como é mantida a orientação política apesar de muitas vezes transgredir as normas jornalísticas, de, muitas vezes, os jornalistas discordarem dela, e de os executivos não poderem legitimamente ordenar que ela seja seguida? Os dados provêm de entrevistas com cerca de 120 jornalistas, na zona Nordeste dos Estados Unidos. Os jornais foram escolhidos para servir um grupo “médio”, definidos como aqueles que têm uma tiragem diária entre 10.000 e 100.000 exemplares. Nesta questão, existe a necessidade prática e democrática de uma “imprensa livre e responsável” informar os cidadãos dos assuntos do momento. Muitas críticas à imprensa provêm da parcialidade da orientação política do *publisher*. Disto existem muitos casos flagrantes. A descrição dos mecanismos de manutenção da orientação política pode sugerir a razão pela qual esta crítica é, muitas vezes, infrutífera, pelo menos no sentido estrito

Seis fatores, no entendimento de Warren Breed, funcionam para constranger os jornalistas a se conformarem aos limites da política editorial da empresa: 1 – a autoridade institucional e sanções; 2 – os sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; 3 – as aspirações de mobilidade; 4 – a ausência de grupos de lealdade em conflito; 5 – o prazer da atividade; 6 – a notícia torna-se um valor.

A primeira forma de indução ao conformismo é a socialização do redator no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial. Nem nunca lhe será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. A orientação política é um elemento importante das normas da redação, e é aí que ele a apreende.

O jornalista, todos os dias, tem obrigação de ler o seu jornal, o que permite identificar as características do periódico, pois o profissional tende a imaginar as suas notícias a partir de outras que vê no jornal. A produção noticiosa é um guia para reconhecimento das normas do jornal. Assim, um jornalista regional nota que os políticos dos diversos posicionamentoa no espectro ideológico. As notícias acerca das diversas etnias também são de tipos diferentes. Quando é indicado a escrever acerca de um destes grupos, o seu enquadramento tenderá a refletir procedimento padrão nestas pautas. Os exemplos dos editores e colegas mais velhos também servem de guias de controle. Ao perceber que suas matérias são constantemente censuradas, o repórter é levado a pensar que existe preconceito a esse respeito e inferir que pode vir a sofrer reprimenda se insistir no enquadramento rejeitado.

Da mesma maneira, um dirigente pode repreender um jornalista por violação da orientação política, mas a reprimenda é, geralmente, indireta, devido à natureza dissimulada da política. Apesar disso, a aprendizagem não deixa de ter lugar, mesmo que de forma disfarçada, podendo se perceber que o chefe nunca ordena, sendo a sua ordem repassada de forma mais sutil, com uma indicação negativa, na maioria das vezes, simplesmente com um abanar de cabeça.

Por outro lado, Breed teve a importante sensibilidade de perceber um espaço de relativa autonomia do jornalista para abrir espaço nos limites da

política editoria, a fim de ampliar o horizonte de conhecimento do seu público, através de procedimentos que evidenciam que o poder dos controladores das organizações empresariais jornalísticas não pode se sobrepor a autoridade do público:

1. As normas da política editorial nem sempre são claras, muitas são vagas e não estruturadas. A política editorial é dissimulada por natureza e tem um largo raio de ação. A política, se for explicitamente planejada, terá de incluir motivações, razões, alternativas, desenvolvimentos históricos, e outro material complicado. Assim, surge uma zona de crepúsculo que permite um raio de desvio.
2. Os executivos podem ignorar certos fatos específicos e os *staffers*, que têm o trabalho de andar a pé (e de telefonar), para obter notícias, podem aproveitar esta situação para subverter a política editorial. Respaldado em suas crenças pessoais e/ou códigos profissionais, o *staffer* tem a opção de seleção em muitos pontos, decidindo quem entrevistar ou ignorar, que perguntas fazer, citações anotar, o que realçar ou enterrar e, de um modo geral, que tom dar aos vários elementos possíveis da notícia.
3. Além da tática da “pressão” explorando a ignorância dos executivos de certos fatos, os *staffers* podem utilizar a tática da “prova forjada”. Embora a política editorial de um jornal possa entender não dar destaque a um determinado assunto, um *staffer* que obtenha uma boa “estória” sobre esse assunto pode “publicá-lo num outro jornal através de um *staffer* amigo e apresentá-lo depois ao seu próprio editor, alegando que a matéria se tornou demasiado importante para ignorar.
4. Na reportagem iniciada pelo próprio *staffer*, sua autonomia é maior do que na reportagem atribuída que é entregue pelo editor. Na primeira, a função do repórter muda, pois nenhum editor interferirá, podendo assim o repórter ganhar a função de “editor” e selecionar as “estórias” a continuar ou a ignorar. Muitas vezes o editor pode não concordar com o repórter, mas não se sentirá a vontade para vetar a matéria devido ao fato dela ter sido iniciativa do *staffer*.

5. Os *staffers* com um estatuto de “estrela” podem, facilmente, transgredir a política editorial.

Portanto, as reflexões de Warren Breed contemplam duas questões que são frequentemente esquecidas ou ocultadas nos estudos sobre o jornalismo: em primeiro lugar, que, normalmente, a produção jornalística reproduz a versão das fontes oficiais da estrutura de poder alinhando-se com os interesses das elites e da classe dominante, por conta não só da pressão conservadora do acervo de conhecimentos partilhada intersubjetivamente no pano de fundo cultural, mas também pelas pressões dissimuladas e subrepéticas dos meios de controle sistêmicos (o poder dos grupos que controlam o aparelho de Estado e o dinheiro das grandes corporações do mercado); e, em segundo lugar, a possibilidade de, nas situações de crise, o jornalismo ter que institucionalizar na sua pauta as reivindicações da periferia. Assim, os posicionamentos dissensuais das classes e grupos sociais vulnerabilizados e frequentemente excluídos da discussão pública, conseguem formar opinião consistente, mobilizar multidões através da solidariedade e exercer poder comunicativo com natureza material capaz de forçar os representantes do Poder Legislativo a aprovarem leis progressistas – das quais são bons exemplos as leis Afonso Arinos contra a discriminação e Maria da Penha contra a violência doméstica – ou rejeitarem iniciativas legislativas contrárias aos interesses republicanos do conjunto da sociedade – como foi o caso do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 37) que pretendia proibir o Ministério Público de investigar os crimes, especialmente os de “Colarinho Branco”, derrotado depois dos protestos de rua em junho de 2013 –, e os representantes dos poderes Executivo e Judiciário a cumprirem estes novos dispositivos legais.

2.24 A TEORIA DA AGENDA SETTING

As notícias representam uma necessidade generalizada das pessoas para tomar conhecimento de acontecimentos que não assistimos diretamente. Todos os indivíduos são diariamente produtores de notícias, na maneira como testemunham e comentam o que acreditam ser o mundo pré-determinado,

embora os jornalistas tenham necessidades especiais de informações para produzir as suas notícias. Portanto, as notícias são resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos mídia.

As pessoas fazem relatos de atividades que tornam observáveis como acontecimentos reais e padronizados. De uma maneira análoga à criação de um mundo espacial com sentido, esses acontecimentos são usados como pontos de referência temporais para o ordenamento do passado e do futuro. Os passados e os futuros são construídos e reconstruídos, como um processo contínuo das rotinas diárias. Em tais construções, atividades infinitas não são presenciadas, e algumas passam a ser observáveis. Estas últimas transformam-se em recursos – disponíveis e realmente necessários – para dividir, demarcar e moldar a vida, a história e o futuro.

Na concepção da Teoria do Agendamento, o conceito do noticiável não é um conjunto finito de coisas que “realmente aconteceram lá fora” e do qual se faz a seleção, pois não é análogo à percepção seletiva do mundo físico, mas o que está realmente acontecendo é idêntico ao que as pessoas prestam atenção.

Assim, os passados e os futuros não são realizados, de uma vez por todas, com novos acréscimos para enriquecer um “todo” estabelecido. Um novo acontecimento reinforma aquilo que cada acontecimento anterior era, cada um tendo um sentido obtido a partir do contexto em que está inserido. Inquestionavelmente, o acontecimento não pode ser considerado independente da sua interpretação, já que uma ocorrência é um acontecimento cognizado que pode ser infinitamente dividida e elaborada em acontecimentos e ocorrências complementares, vindo a ser considerada como ocorrências importantes aquelas que são especialmente relevantes na demarcação do tempo.

Neste contexto, a Teoria do Agendamento procura entender as relações entre os diferentes tipos de necessidade de notícias e como é que as necessidades de notícias produzem o “conhecimento” social e político dos públicos.

Assim, é imprescindível o aprofundamento sobre as pressuposições epistemológicas da forma como observamos a realidade dos acontecimentos e suas consequências no entendimento das diversas situações das pessoas de acordo com a estratificação social e nas suas possibilidades de participarem da deliberação política articulada e mediada pela mídia noticiosa.

Neste sentido, é necessário observar a pressão da teoria dos efeitos limitados, preservada como hegemônica pela Escola Sociológica Funcionalista até a década de 70, fica patente na argumentação inicial da Teoria do Agendamento (*Agenda Setting*), que sempre partia, timidamente, da ressalva de que a mídia não teria nenhuma capacidade de influir sobre a opinião das pessoas, mas que haveria indícios de que, a médio e longo prazos, poderia indicar os temas que se deveria levar em consideração como relevantes na análise da realidade. Portanto, só 30 anos após os primeiros trabalhos é que a Teoria do Agendamento vai realizar uma “virada pelo avesso” no seu paradigma, salientando que os mídia não só nos dizem em que pensar, mas também como pensar nisso e, consequentemente, o que pensar.

Na apresentação de ensaio, já desenvolvido em âmbito livre das pressões ideológicas da teoria dos efeitos limitados, Harvey Molotch e Marilyn Lester (2016, p. 34) explicam a concepção da teoria da *agenda setting* de como se dá a relação das pessoas com as notícias.

Toda a gente precisa de notícias. Na vida cotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos diretamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma. Ao invés, nós enchemo-nos uns aos outros de notícias. Embora aqueles que fazem a sua vida no trabalho jornalístico (repórteres, *copy editors*, *publishers*, tipógrafos, etc.) tenham necessidades suplementares de notícias, todos os indivíduos, em virtude dos modos como vêm e relatam aquilo que crêem ser o mundo pré-determinado, são diariamente produtores de notícias. As notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos mídia. Este ensaio procura

compreender as relações existentes entre os diferentes tipos de necessidade de notícias e como é que as necessidades de notícias das pessoas diferentemente posicionadas perante a organização do trabalho jornalístico produzem o “conhecimento” social e político dos públicos.

Na fundamentação teórica da Teoria da *Agenda Setting*, Molotch e Lester registram que as comunidades criam demarcações temporais que são partilhadas por aqueles que são considerados e se consideram indivíduos competentes na coletividade. Neste sentido, o **tempo público** é o termo para representar a dimensão de vida coletiva em que as comunidades humanas têm a ter o que é considerado ser um passado padronizado e perceptualmente partilhado, presente e futuro. As concepções de um indivíduo da história e do futuro dependem dos processos em que os acontecimentos públicos se transformam em recursos da discussão pública. Os historiadores e jornalistas ajudam a realizar esta tarefa para vários públicos, oferecendo aos cidadãos um leque de ocorrências a partir das quais se elabora um sentido do tempo público.

Para acentuar a importância das notícias na definição da noção de realidade das pessoas, Molotch e Lester asseguraram que o trabalho de promover ocorrências ao estatuto de acontecimento público extrapola a necessidade de acontecimento daqueles que fazem a promoção, pois, ao contrário do caso dos acontecimentos privados, implica a vivência da experiência para um grande número de pessoas. Assim, fica claro que o impacto público implica que o efeito multiplicador social do trabalho daqueles que criam notícias para públicos é muito maior que o efeito das pessoas que criam notícias para elas próprias e os seus semelhantes mais chegados.

Antes de se tornar um acontecimento público, uma ocorrência tem que passar por um conjunto de agências, cada uma das quais contribui para construir, através de um grupo distinto de rotinas organizacionais, o significado final que o evento virá a ter. De uma maneira geral, Molotch e Lester concebem a constituição dos acontecimentos por três agências: (1) os **promotores da notícia** – indivíduos que identificam (e tornam-na assim

observável) uma ocorrência como especial; (2) os **jornalistas e editores** que, trabalhando os materiais fornecidos pelos promotores, transformam ocorrências em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão; e (3) os **consumidores de notícia**, que assistem as ocorrências disponibilizadas como recursos pelos meios de comunicação social e criam nos seus espíritos uma sensação do tempo público.

De uma maneira bastante lacônica, Molotch e Lester ponderam que os promotores da notícia, além do interesse na **promoção** de certas ocorrências para utilidade pública, também se mobilizam na **prevenção** de certas ocorrências de se tornarem acontecimentos públicos, ou seja, têm interesse também, no caso dos promotores ligados às fontes oficiais, de impedir que os assuntos inconvenientes para a estrutura de poder venham a público.

Por “promoção” nós entendemos a ação de um ator que, ao presenciar uma ocorrência, ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas. Nalguns casos, a promoção pode ser direta – como no trabalho de relações públicas ou numa atividade política transparente. Noutros, o trabalho de promoção não é tanto para proveito próprio, como acontece quando um cidadão tenta denunciar um mal para a saúde. Assim, a conferência de imprensa é realizada em função do impacto público que se espera ter. (Molotch; Lester, 2016, p. 39)

A segunda agência é formada pelo pessoal da mídia que seleciona as ocorrências que deverão se tornar acontecimentos públicos, contemplando as mais especiais, interessantes ou importantes. É preciso verificar o valor de uma “estória”, o que pode envolver meses de pesquisa ou uma fugaz introspecção ou consulta com um colega.

A típica concepção do papel dos meios de comunicação social, pelo menos no Ocidente, nas sociedades formalmente sem censura, é que eles são como que os repórteres-refletores-indicadores de uma realidade objetiva, composta de acontecimentos reconhecidamente “importantes” do mundo. Armado de tempo e dinheiro, um especialista com “faro para a notícia” será conduzido a ocorrências que indexam, efetivamente, essa

realidade. Qualquer desvio deste ideal tende a ser tratado como “parcialidade” ou uma outra circunstância patológica. (Molotch; Lester, 2016, p. 40)

A natureza da mídia, como organização formal, com rotinas de trabalho na redação, instituições de criação de lucros, está estreitamente vinculada ao conteúdo das notícias publicadas. Assim, os jornalistas ou *news assemblers* têm necessidades e interesses diferentes, como já observava Dewey, dos promotores de ocorrências da estrutura de poder. A coincidência ou não dos interesses dos *news assemblers* com os dos diferentes tipos de promotores constitui uma questão essencial para compreensão do conflito político/ideológico que envolve a produção de significados midiáticos e a deliberação sobre os assuntos coletivos que define o caminho que a sociedade deve tomar para resolver os seus problemas.

Os poderosos promotores podem tentar aumentar a correspondência entre as suas necessidades de acontecimentos e as dos *news assemblers*, pressionando a mídia a alterar as suas rotinas de trabalho. As sanções que os poderosos exerciam para controlar as rotinas da mídia podem ser diretas e grosseiras (por exemplo, discursos ameaçadores, boicotes de publicidade) ou sutis (por exemplo, prêmios de jornalismo e o estímulo, através de entrevistas regularizadas, fugas de informação e conferências de imprensa). Isto aconteceu com todos os grandes canais de televisão norte-americanos (*networks*) que abandonaram a “análise imediata” de discursos presidenciais como resposta a pressões da Casa Branca. O que pode se tornar um “cânone profissional” jornalístico foi historicamente provocado pelos poderes institucionalizados para manter a hegemonia ideológica. Neste caso, as necessidades de acontecimentos dos *news assemblers* submeteram-se às dos promotores. (Molotch; Lester, 2016, pp. 40-41)

A terceira agência é composta pelos consumidores da notícia que vão mediar o trabalho publicado e radiodifundido nos meios de comunicação social, desempenhando o mesmo tipo de atividade constituinte que os *news*

assemblers, ou seja, aderindo ou não aos sentidos disponibilizados pelos promotores da notícia. Isto indica uma certa margem de autonomia, embora o resíduo de biografia, materiais anteriores disponibilizados pela mídia e o presente contexto, tenham uma destacada influência na predisposição da mediação do consumidor de notícias. Portanto, o trabalho do público na avaliação da notícia e em sua transformação em acontecimento público, isto é, contemplado nas conversas públicas, é parecido com o dos promotores e dos *news assemblers*, mas com duas importantes diferenças reconhecidas por Molotc e Lester (1999, p. 42): “o lote de ocorrências disponíveis enquanto recurso tem sido radicalmente truncado através do trabalho noticioso de outras agências; ao contrário dos *news assemblers*, não possuem, habitualmente, qualquer base institucional donde possam difundir o seu trabalho”.

Na classificação de Molotch e Lester, distinguem-se os seguintes tipos de acontecimentos: 1. **Acontecimentos de rotina** – Acontecimentos distinguíveis pelo fato de o *happening* em que presumivelmente se baseiam serem realizações intencionais e pelo fato de as pessoas que se encarregam do *happening* (“os executores” ou *effectors*) serem idênticas àquelas que os promovem. Como a promoção de uma ocorrência em acontecimento público depende da adoção desta “estória” pelos jornalistas, o acontecimento pode ser ainda distinguido em alguns subtipos de rotina: a) quando os promotores do acontecimento têm **acesso habitual** aos *news assemblers*; b) quando os promotores do acontecimento procuram perturbar o acesso de rotina dos outros aos *news assemblers* com o intuito de criarem acontecimentos pró prios (**acesso disruptivo**); e c) quando o acesso é conseguido pelo fato de os promotores e os *news assemblers* serem os mesmos (**acesso direto**).

O acesso habitual existe quando um indivíduo ou grupo está tão bem localizado que as suas próprias necessidades de acontecimento normalmente coincidem com as atividades de produção jornalística do pessoal dos meios de comunicação social. Desta forma, o acesso habitual está praticamente limitado à estrutura de poder, aos altos funcionários do governo, às principais figuras coletivas e a certas personalidades célebres.

Essas pessoas, especialmente as de vida pública, estão mais preocupadas na manutenção dos seus pódios e na organização das notícias de modo a que os seus objetivos não sejam afetados, na contínua competição para criar públicos. Essa competição pode envolver lutas ocasionais com outras figuras poderosas ou, por outro lado, com grupos contestatórios, procurando dar um conjunto diferente de experiências públicas. Não obstante as competições intra ou intergrupos, o acesso habitual encontra-se geralmente entre aqueles com extrema riqueza ou outras fontes institucionais de poder. De fato, este poder é tanto um resultado do acesso habitual como uma causa contínua desse acesso. O acesso de rotina é uma das importantes fontes e sustentáculos das relações existentes de poder. (Molotch; Lester, 2016, p. 44)

Por outro lado, aqueles que, em geral, estão localizados na periferia da estrutura de poder e querem contribuir para a experiência pública contam geralmente com a disrupção, já que têm de “fazer notícia”, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de “agitação”. Assim, os “pouco poderosos” perturbam o mundo social na tentativa de mudar as formas habituais de produção de acontecimentos, reunindo multidões em local que possibilite visibilidade e possa quebrar a rotina promovendo uma disrupção das atividades normais e se constituindo em “ameaça” ao mundo social para conseguir entrar na pauta de cobertura dos meios de comunicação social de massa.

O acesso direto, em geral, acontece no jornalismo investigativo, quando os *news assemblers* vão “desenterrar” as notícias que, frequentemente não interessam aos poderosos que se tornem públicas. Muitas vezes, a contrariedade da estrutura de poder evidencia-se na tentativa de inibir o jornalismo investigativo acusando-o de falta de “objetividade” ou de incorrerem em “muckracking” (grupo de jornalistas que marcou o jornalismo americano no fim do século XIX e início do século XX com trabalhos de investigação sobre a corrupção e as desigualdades sociais da época. Assim, foi atribuído ao termo *muckraker* o significado de, literalmente, “raspar a imundície”). Esta

situação mostra, como comenta Stuart Hall, que nem sempre o processo de legitimação dos meios de comunicação coincide com a necessidade de legitimação da estrutura de poder.

O caso do acidente difere de um acontecimento de rotina em dois pontos: (1) o “*happening*” subjacente não é intencional, e (2) aqueles que o promovem como acontecimento público são diferentes daqueles cuja atividade deu origem ao acontecimento.

Os escândalos, por sua vez, partilham características tanto dos acidentes como dos acontecimentos de rotina, mas diferem também de ambos. Um escândalo implica uma ocorrência que se torna um acontecimento através da atividade intencional de indivíduos que não partilham as estratégias de produção de acontecimentos dos “executores” das ocorrências. Como um acontecimento de rotina, o *happening* provocador do escândalo é intencional e o acontecimento é promovido; mas, ao contrário de um acontecimento de rotina, a promoção não é feita opor aqueles que originalmente despoletaram o *happening*.

Nós vemos a mídia refletir não um mundo exterior, mas as práticas daqueles que detêm o poder de determinar a vivência dos outros. (...) Advogamos a análise dos meios de comunicação para conhecer as necessidades de acontecimento e os métodos através dos quais aqueles que têm acesso à mídia acabam por determinar a experiência dos públicos. Podemos procurar os métodos através dos quais a hegemonia ideológica é realizada examinando os registros que são produzidos. Visto desta maneira, uma abordagem dos meios de comunicação de massas procura não a realidade, mas os propósitos que estão subjacentes às estratégias de criação de uma realidade em vez de uma outra. Para o cidadão ler o jornal como um catálogo dos acontecimentos importantes do dia, ou para o sociólogo utilizar o jornal para a seleção de tópicos de estudo, é preciso aceitar-se como realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder. Só no acidente e, secundariamente, no escândalo, é que o tra-

balho político de rotina é suplantado de modo significativo, permitindo assim o acesso à informação que é diretamente hostil a esses grupos que geralmente advêm da produção do acontecimento público. (Molotch; Lester,2016, pp. 50-51)

2.25 A TEORIA DA AÇÃO POLÍTICA

A teoria da ação política, segundo Traquina (2001), tem uma versão de direita, que atribui aos jornalistas uma postura anti-capitalista, estando sempre favorável às reformas e contra a iniciativa privada, e uma versão de esquerda que identifica na cobertura jornalística norte-americana um completo comprometimento com o governo/ordem institucional estabelecida e com as grandes corporações do mercado.

Para Traquina (2001), nas teorias de ação política, de uma maneira geral, os mídia noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, as notícias são entendidas como distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão de mundo, da sociedade.

Na versão de direita, Traquina (2001, p. 163) cita os estudos de Kristol (1975) e Efron (1979), no qual o argumento é que os mídia norte-americanos, particularmente, as grandes cadeias de televisão, fazem parte de uma nova “classe” de burocratas e intelectuais que têm interesse em expandir a atividade reguladora do Estado à custa das empresas privadas. E esta nova classe utiliza os mídia na propagação das suas opiniões anticapitalistas. Cada vez mais, o discurso da extrema direita em todo o mundo segue a linha da versão de direita da Teoria da Ação Política, atuando especialmente nas redes sociais digitais através de bolhas e câmaras de eco onde prevalece seu discurso monológico radical com a exclusão de toda argumentação contraditória.

Na versão de esquerda da teoria de ação política das notícias, o papel dos jornalistas é pouco relevante, menos, quase invisível, reduzido à função de executantes a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites. Inserida claramente numa tradição marxista ortodoxa, onde

o fator econômico é determinante, esta versão é macrossociológica, ou melhor dito, macroeconômica (...) Herman e Chomsky (1989) argumentam que o conteúdo das notícias não é determinado ao nível interior (isto é, ao nível dos valores e preconceitos dos jornalistas), nem ao nível interno (isto é, ao nível da organização jornalística), mas ao nível externo, ao nível macroeconômico (...) Herman e Chomsky defendem a posição de que os mídia reforçam os pontos de vista do *establishment* (o poder instituído), devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação social e dos anunciantes. (Traquina, 2001, pp. 164-165)

Neste segundo caso, um trabalho de referencia é o desenvolvido por Edward Herman e Noam Chomsky sobre estudos de casos de cobertura de notícias de pares de acontecimentos semelhantes – o conflito no Camboja e em Timor Leste e as eleições em El Salvador e na Nicarágua – que mostram o uso seletivo de critérios de atenção de acordo com as agendas políticas nacionais. Na versão de esquerda da teoria da ação política, a concepção sobre os princípios da teoria da democracia está vinculada às definições que se tem de “verdade” e ao âmbito da informação e das notícias necessárias a todos os cidadãos, no qual está implícita a exigência de uma diversidade significativa de versões e fontes sociais nas matérias jornalísticas. Isto implica que os assuntos selecionados pelos meios de informação devem englobar todos os temas que sejam de interesse substancial para a maioria da população. No mesmo sentido, também se prevê que, quando há uma série de fatos plausíveis e sistemas de interpretação que têm relação com um tema, todos esses fatos e sistemas devem estar disponíveis para inspeção pública. Assim, se apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população, quer por censura tácita ou oficial, a condição de **diversidade significativa** não é atendida. Da mesma maneira, se os temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão restritos aos limites da mídia e não chegam ao grosso da população, o resultado é o que pode ser chamado de **diversidade sem sentido ou “marginalizada”**. Esta é a concepção fundamental da teoria da ação política desenvolvida por Edward Herman e Noam Chomsky.

Nesta perspectiva, a eficácia dos meios de comunicação de massas, normalmente como veículos das perspectivas oficiais ou da classe dirigente, é realçada pela credibilidade que a mídia adquire nas suas divergências ocasionais com as instituições estabelecidas, como as corporações ou o governo. A credibilidade dos meios de comunicação de massas deriva também do fato de o seu comportamento, frequentemente, homogêneo, surgir “naturalmente” a partir da estrutura industrial. Das fontes convencionais, da ideologia, do patriotismo e do poder do governo sobre as principais fontes da mídia que definem a noticiabilidade e os enquadramentos do discurso. A autocensura, as forças do mercado e as normas das práticas noticiosas podem produzir uma perspectiva particular tão eficazmente como uma censura formal do estado.

Alguns estudos de salas de redação e de *gatekeepers* descobriram a limitação do conteúdo das notícias em face da necessidade de fontes dignas de crédito e da coação de padrões dominantes do mercado. Contudo, é difícil utilizar estes estudos como indicadores da diversidade significativa, porque são estáticas as suas descrições dos fatores que influenciam a mídia e não conseguem situar este processo num contexto social mais amplo. O foco no conflito entre os *gatekeepers* e destes com os indivíduos e grupos que procuram moldar a mídia leva-os a concluir que há algum espaço para opiniões dissidentes. Mas esta “diversidade” só é significativa nos casos individuais ou da mídia e não no âmbito maior da estrutura de poder no qual as notícias desempenham um papel importante.

Uma forma auspíciosa de investigar as atividades dos meios de comunicação de massas é a da “**propaganda framework**” (a propaganda como quadro de análise). Este método de análise foi desenvolvido em face do fato de a mídia tratar constantemente temas semelhantes de maneira diferente, conforme os interesses dos Estados Unidos. Assim, foram escolhidos pelos pesquisadores da teoria da ação política dois casos de massacres em massa no Sudoeste Asiático e de duas eleições na América Latina, para analisar o conteúdo da cobertura das notícias sobre a vida da “estória” e depois comparar aqueles resultados com a expectativa de que as diferenças políticas

e/ou ideológicas nas relações do acontecimento com a política dos Estados Unidos possa explicar diferenças na estratégia e atuação da mídia. O resultado das análises evidencia com clareza a opção da cobertura da mídia de favorecimento dos países alinhados com os Estados Unidos e de oposição radical àqueles considerados seus “inimigos”.

A perspectiva dos estudos da teoria da ação política atribui, numa visão crítica pouco comum, ao sistema econômico e ao mercado uma extrema capacidade de manipulação ideológica sobre a produção jornalística.

Esta abordagem apoia-se em certas propriedades estruturais da indústria dos meios de comunicação de massas, particularmente na interligação destes com o mundo dos negócios e o governo, que sugerem influências ideológicas sutis. Os meios de comunicação de massas norte-americanos estão altamente concentrados, com cerca de uma dúzia de entidades dominando o fluxo das notícias para o público e capazes de estabelecer o valor destas por decisão própria. Elas são todas grandes empresas fortemente dependentes da publicidade no que diz respeito a rendimentos e ligadas a outras grandes firmas por laços comerciais e pessoais. Todas são membros diretos ou sucursais de membros importantes da comunidade corporativa. Quando uma grande proporção dessa comunidade é agitada por um assunto ou curso de acontecimentos, tais como elevada agressividade laboral, transgressões do estado provisória ou nacionalismo revolucionário no Terceiro Mundo, poder-se-ia esperar que os grandes meios de comunicação corporativos refletissem estas atitudes e respondessem em consonância. (Herman, 2016, p. 216)

Na perspectiva de investigação sobre a mídia da versão de esquerda da Teoria da Ação Política, o governo é também um fator principal no sistema de produção de notícias centralizado, como legislador, regulador, condutor da política externa e fonte principal da mídia. Especialmente na política externa, o poder do governo e das mídias corporativas é muito grande. Subjacente a uma estrutura de propaganda está a suposição de que este poder concentrado produzirá provavelmente uma interpretação previsível dos

acontecimentos e de que a mídia servirá periodicamente o “interesse nacional” quando necessário. Em resumo, uma “propaganda *framewkork*” aborda a questão da tendência principal da mídia na construção do consenso e da ideologia, mais do que os episódios individuais de conflito a propósito de uma “estória” particular e as exceções à margem dessa tendência.

O uso de uma “propaganda *framewkork*” para analisar e comparar a cobertura de acontecimentos semelhantes tem o mérito da simplicidade. A técnica comparativa permite à análise ir além das explicações ou racionalizações dos participantes, colocando a interpretação dentro de um contexto mais vasto do que aquele que o *gatekeeper* modela ou que alguns estudos isolados permitem. Esta abordagem fornece um enquadramento interpretativo para a análise de conteúdo que dá atenção ao curso da cobertura de um só tema determinado. Pegando numa unidade de análise maior, a função ideológica de escolhas das mídias pode ser identificada e pode explicar a base da escolha de notícias e o processo de cobertura.

A pesquisa na linha da “propaganda *framework*” sugere a seguinte hipótese: quando surgem situações em que podem ser “marcados pontos contra países inimigos” ou ideias ameaçadoras, os meios de comunicação de massas serão frequentemente ativos em “campanhas publicitárias” de grande intensidade e paixão. Pelo contrário, quando acontecimentos muito semelhantes ocorrem em países amigos, as mídias mostrarão interesse pelas circunstâncias especiais envolvidas e prosseguirão uma política de negligência benigna.

As campanhas dos meios de comunicação social relativas aos acontecimentos no Camboja e em Timor Leste, e as eleições na América Central contêm pronunciadas manipulações dicotômicas de símbolos e agendas políticas. Estas campanhas dos meios de comunicação social foram bastante bem-sucedidas ao salientarem questões políticas e ao fazerem importantes afirmações ideológicas para todo o público e ao mundo em geral. Nestes casos não se ouviram vozes dissidentes em nenhum dos principais meios de comunicação social dos Estados Uni-

dos, mesmo quando essas vozes pudessem ter sugerido informações relevantes que tivessem sido “omitidas” ou “não selecionadas”. (...) Estes dois estudos são apresentados como ilustrações do fato de uma “propaganda framework” estar frequentemente ligada à atuação dos meios de comunicação de massas dos Estados Unidos – e que em tais casos a diversidade de opiniões significativas pode estar ausente da cobertura de questões noticiosas importantes. (Herman, 2016, p. 223)

Portanto, a denúncia desta abordagem da pesquisa de jornalismo da teoria da ação política do atrelamento da mídia noticiosa norte-americana aos interesses ideológicos do governo e das grandes corporações do mercado é tida como teoria da conspiração, em algumas perspectivas teóricas embasadas residualmente na avaloratividade científica explícita do positivismo ou mesmo tributárias da filosofia da história marxista com a ideia de um determinismo absoluto das formas de consciência pelo modo de produção capitalista.

O processo de investigação do modelo de “propaganda framework” é aplicado através de cinco filtros. O **primeiro filtro** compreende a propriedade empresarial de grande escala e a orientação para o lucro dos órgãos de comunicação, cuja maioria está concentrada num pequeno número de corporações gigantescas que buscam satisfazer os interesses do sistema político e econômico.

O **segundo filtro** é a orientação em função do lucro visado através do seu objetivo maior declarado de maximizar as audiências, especialmente as que mais interessam aos anunciantes, ou seja, aquelas que têm dinheiro para gastar.

O **terceiro filtro** está vinculado à dependência quase completa das fontes oficiais da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as grandes corporações do mercado com estratégias agressivas na promoção de uma imagem favorável das suas atividades empresariais e mantêm um controle cuidadoso sobre as condições do acesso dos media ao pessoal, a relatórios, publicações, conferências de imprensa e atividades

conexas. Os *media*, a pretexto de economizar recursos, centram a sua cobertura em pessoas e locais mais suscetíveis de gerar “notícias”, sobretudo agências de governo, câmaras municipais, serviços de emergência e outros.

O **quarto filtro** diz respeito ao temor da mídia das reações adversas das fontes oficiais que infligem sobre os veículos e jornalistas quando não informam de acordo com o roteiro traçado por essas fontes. Essas reações podem assumir a forma da negação de acesso a fontes de notícias cobiçadas e confiáveis, ou de crítica, ridículo e humilhação dos repórteres, quando não retaliações nos créditos e outros benefícios financeiros, como as isenções fiscais.

Finalmente, o **quinto filtro** é exercido através da imposição de alinhamento da mídia com os enquadramentos ideológicos do governo, principalmente no contexto do anticomunismo, e que, hoje, se expressa na convergência ideológica da ordem estabelecida com os supostos benefícios do capitalismo global neoliberal.

Uma relevante contribuição para o aprofundamento do modelo de propaganda framework da Teoria da Ação Política de esquerda pode ser encontrada na reflexão de Oliver Boyd-Barrett (2023), que reconhece a utilidade dos cinco filtros de Herman e Chomsky para identificar áreas em que devem ser procuradas provas de colaboração, intencional ou não, entre os media de *mainstream* e os objetivos de propaganda do sistema. No entanto, lamenta que o modelo não identifica métodos para determinar o peso relativo dos filtros independentes em diferentes contextos, algo que seria útil para seu desenvolvimento futuro.

Há uma certa falta de precisão na caracterização de alguns dos filtros. O modelo privilegia os fatores estruturais que determinam uma seleção de notícias propagandizada e, portanto, evita ou marginaliza a intencionalidade. Este artigo estende o modelo de modo a incluir a “compra” (*buying-out*) de jornalistas ou das suas publicações por serviços de informações e organizações de interesses especiais relacionadas. Aplica-se o modelo alargado de seis filtros às controvérsias sobre as reportagens

do New York Times acerca dos antecedentes da invasão americana do Iraque em 2003, da questão das armas de destruição maciça e, particularmente, aos relatos da correspondente do jornal Judith Miller, no contexto de uma crítica mais ampla da cobertura da guerra efetuada pelos media generalistas dos Estados Unidos. (Boyd-Barrett, 2023, p. 141)

O artigo conclui que o filtro das operações noticiosas de rotina carece de ser contrabalançado pelo seu oposto, particularmente os desvios não rotineiros a procedimentos operacionais padrão. Se é certo que as provas da ação de outros filtros se afiguram mais fracas, isto ficou a dever-se provavelmente às dificuldades de observação, pois há poderosas razões de natureza dedutiva que recomendam a manutenção de todos os seis filtros no âmbito da análise da propaganda midiática.

É sabido que os *media* frequentemente se alinham com a propaganda do Estado, mais intensamente ainda em tempos de guerra (veja-se Boyd-Barrett, 2003a; Kellner, 1992; Knightly, 2002). Edward Herman e Noam Chomsky (1988) desenvolveram um modelo de propaganda de cinco filtros para explicar este fenômeno, um modelo que liga bem com a sociologia da comunicação mediada.

Segundo o pesquisador, a compra direta de influência midiática por fontes poderosas, ou a “compra” de jornalistas individuais ou dos seus media por agências governamentais e autoridades é uma área da qual Herman e Chomsky pareceram propositadamente afastar-se. Contudo, Boyd-Barrett acredita que eles quiseram demonstrar que a cumplicidade da mídia noticiosa com a propaganda não precisou de qualquer teoria da conspiração, o que não é exatamente a mesma coisa que demonstrar que a conspiração não existe. Para ele, Chomsky enquadra-se num grupo de intelectuais esquerdistas por princípio contrários a “teorias da conspiração”, mesmo levando em conta que esta concepção se constitui em considerável instrumento para marginalização das críticas sobre o comportamento da ordem estabelecida, optando por explicar a corrupção em termos de sistemas sociais, em vez de imputá-la a agentes humanos específicos.

O estudioso classifica como “peculiar” a posição de Chomsky sobre a mídia noticiosa norte-americana, uma vez que “existem provas irrefutáveis de uma infiltração dissimulada de larga escala da CIA nos media – por definição, uma ilustração da “conspiração” em ação. Em meados da década de 1970, as investigações do Senado e da Câmara de Representantes sobre a CIA expuseram ampla infiltração dissimulada nos meios de comunicação” (Boyd-Barrett, 2023, p. 143).

A CIA tinha publicado centenas de livros cujo objetivo era minar a União Soviética e o comunismo. Alguns foram baseados em provas inventadas. A agência era proprietária de dezenas de jornais e revistas em todo o mundo. Carl Bernstein, de reputação “Watergate”, em 1977 revelou que mais de 400 jornalistas norte-americanos, ao longo de mais de 25 anos, haviam sido empregues pela CIA, desde freelancers até agentes da CIA trabalhando sob disfarce. A colaboração jornalística com a CLA ia da busca de informação até ao desempenho de papéis de emissários de espiões. Quase todas as principais organizações americanas de notícias tinham sido infiltradas, geralmente com a cooperação dos níveis superiores de gestão. Os *media* infiltrados pela CLA incluíam a Associated Press, ABC, CBS, Hearst Newspapers, Miami Herald, Mutual Broadcasting System, NBC, New York Herald Tribune, The New York Times (NYT), Newsweek, Reuters, Saturday Evening Post, Scripps-Howard, Time/Life e United Press International. Muitos proeminentes jornalistas, editores e empresas editoras foram implicados. (Boyd-Barrett, 2023, p. 143).

O pesquisador também citou memorando da CIA, citado por Cockburn e St. Clair (1999, p. 32), que explicava que a Agência mantinha “relações com repórteres de todas as principais agências noticiosas, jornais, revistas noticiosas e cadeias de televisão” e que, em muitos casos, “persuadimos repórteres a adiar, alterar, guardar ou mesmo a não publicar histórias que poderiam ter prejudicado os interesses de segurança nacional ou ameaçado fontes ou métodos”.

E registrou ainda que esta denúncia foi confirmada pelo jornal The Guardian em 1991 (citado por Pilger, 1998, p. 496), cujo correspondente Richard Norton-Taylor revelou que cerca de 500 britânicos influentes haviam sido pagos pela CIA através do corrupto e hoje extinto Bank of Commerce and Credit International (BCCI), incluindo 90 jornalistas, muitos em altas posições.

Boyd-Barrett (2023) revelou que, após meados da década de 1970, muitas funções de propaganda foram transferidas pela CIA e pelo Congresso para organizações privadas, através de condutas como a Fundação Ford e organismos semelhantes; exemplos incluem a Asia Foundation, Congress for Cultural Freedom e a National Endowment for Democracy. E acrescentou que, em tempos mais recentes, como na preparação para a guerra no Iraque, foram identificadas práticas oficiais de desinformação sendo manipuladas através da criação de novas unidades, tais como o Office of Special Plans, do Pentágono.

A inclusão do fenômeno da “compra” no modelo de propaganda aumenta o elemento de intencionalidade dentro de um modelo predominantemente estrutural (Klaehn, 2003). O modelo original não exige que indivíduos conscientemente decidam enganar o público, embora não rejeite essa possibilidade; em vez disso, concentra-se em como a economia política das operações de media reforça, em vez de pôr em causa, as relações hierárquicas de poder na seleção de notícias. Filtros como a dependência de fontes oficiais e seu subconjunto, as operações noticiosas de rotina, podem transmitir uma ideia relativamente inocente de certos tipos de relacionamento colaborativo entre jornalistas e membros das comunidades dos serviços de informações. (...) No entanto, ‘comprar’ sugere o exercício de um controle direto, ainda que secreto, sobre os media noticiosos, não simplesmente como cobertura para uma atividade de serviços secretos, mas para fins de manipulação pelo Estado da opinião pública e propaganda – um nível de fusão entre o Estado e as práticas dos media noticiosos que vai para além da mera dinâmica da economia política quotidiana. (Boyd-Barrett, 2023, p. 145).

Garante o pesquisador que a cobertura de televisão norte-americana da invasão do Iraque é um eloquente exemplo de um jornalismo acrítico e chocantemente entusiástico da propaganda de guerra, que induziu os jornalistas a uma colaboração, direta ou indireta, com terceiros, quer se trate de agências governamentais ou agências de relações públicas para a desinformação. Neste sentido, citou um grupo de media, a Clear Channel, que usava as suas ondas para organizar manifestações pró-guerra, mostrando uma guerra sem sangue, disfarçando os horrores da batalha e mesclando as notícias com o entretenimento.

Segundo o estudioso, o caráter manipulador da política norte-americana para a mídia noticiosa ficou muito claro nas instruções do presidente da CNN Walter Isaacson aos seus correspondentes internacionais no Afeganistão, em 2001, para que minimizassem as histórias de morte e destruição causada pelos bombardeamentos americanos, com receio de que isso pudesse minar o apoio popular ao esforço militar americano. Para garantir que cada reportagem da CNN sempre incluía uma justificação para a guerra, Davis ditou uma linguagem específica para ser adotada após cada atualização dos números de baixas civis.

Boyd-Barrett faz referência a um processo rigoroso de intimidação, com um clima de medo e autocensura, para adesão aos objetivos da campanha de propaganda da administração do governo norte-americano, suficiente para levar algumas pessoas a suspeitar de que houve um elemento de “compra”, embora outras explicações alternativas (por exemplo, zelo patriótico “excessivo”, ou a compensação controlada entre apoio e acesso à informação) também possam ser pressupostos.

2.26 O CASO DO NEW YORK TIMES 2002-2004

No final de junho de 2003, era cada vez mais claro para a maioria dos comentaristas que a administração Bush havia mentido sobre as armas de destruição maciça (ADM) no Iraque para justificar a invasão de março. Uma história do Washington Post (WP) dissecau as histórias de Judith

Miller do NYT, argumentando que Miller havia agido como canal para histórias vindas das forças armadas americanas e de agências de informações. Miller tinha ligações a think tanks de direita e pró-Sionistas como o American Enterprise Institute, o Instituto Hudson, Washington Institute for Near East Policy e o Middle East Forum. Ela havia ainda cultivado uma relação com Ahmed Chalabi, condenado no passado por desvios de dinheiro e presidente do Congresso Nacional iraquiano (INC), um grupo de exilados financiado pelos Estados Unidos e com estreitos laços com a liderança civil do Pentágono. Miller funcionou como elo de ligação entre as forças armadas dos EUA e o INC. Chalabi tinha-lhe providenciado informações errôneas que viriam formar a base de muitas histórias de primeira página do NYT relativas às armas de destruição em massa. (Boyd-Barrett, 2023, p. 145).

De acordo com a investigação do pesquisador, a jornalista Judith Miller foi figura proeminente na construção da maquinaria de desinformação para estimular a invasão do Iraque, através de relatos noticiosos com base em fontes anônimas e boatos, que posteriormente se revelavam falsos, construindo uma agenda política oculta e desempenhando um papel direto na promoção de uma guerra ilegal.

Assim, vê o New York Times, juntamente com todos os outros grandes meios de comunicação americanos, implicado na farsa montada para justificar a invasão do Iraque e servir de fachada para o negócio pretendido pelas agências de informações, os militares, a Casa Branca e outros segmentos do aparelho de Estado. Através dos filtros do modelo de propaganda, as opiniões divergentes inclusive de muitos peritos em assuntos relacionados com a produção nuclear, serviços secretos e outros, tanto dentro como fora das da administração e das agências governamentais, cujas opiniões eram às vezes congeladas, marginalizadas e enterradas no fundo do rodapé das últimas páginas dos jornais.

Para Boyd-Barrett, as manifestações de *mea culpa* que os grandes jornais norte-americanos e as redes de televisão fizeram pretenderam ocultar que,

devido à gravidade dos seus erros, estes veículos da mídia noticiosa eram muito mais culpados do que haviam admitido. Eles não haviam conseguido, por exemplo, identificar a agenda real da guerra, a conexão israelita, a imprecisão do bombardeio de “precisão” e o uso de armas aditivadas com urânio empobrecido. As suas falhas continuaram após a guerra, como no atraso dos relatos das atrocidades de Abu Ghraib e sua aparente falta de interesse em vítimas civis em Fallujah e Najaf. Desta maneira, acredita que não se pode esquecer a responsabilidade do modelo de propaganda de ação política através da mídia noticiosa nas milhares de mortes no Afeganistão, no Iraque e também dos jovens soldados norte-americanos. Responsabilidade esta sobre o homicídio de milhares de seres humanos que não pode deixar de ser imputada à intencionalidade de grupos que controlam o aparelho de estado e as grandes corporações do mercado que compõem a estrutura de poder, especialmente a indústria bélica, não como uma teoria da conspiração que isenta a culpa individual pelos crimes atribuindo-os exclusivamente às injunções funcionais do sistema, mas como associação criminosa para usufruir dos espólios da guerra.

2.27 A Teoria Estruturalista

No seu relevante estudo sobre as teorias do jornalismo, Nelson Traquina (1999) observa que, à exemplo da versão de esquerda de Herman e Chomsky da teoria da ação política, a teoria estruturalista é outra teoria macro-sociológica que sublinha enfaticamente, em grande parte devido à herança marxista que as duas teorias partilham, o papel dos mídia na reprodução da ideologia dominante. O estudioso português, no entanto, ressalva que, ao contrário da teoria da ação política de Herman e Chomsky, a teoria estruturalista reconhece a autonomia relativa dos jornalistas em relação a um controle econômico direto.

No entanto, Stuart Hall, Chas Chratcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts e outros pesquisadores da Universidade de Birmingham são bem claros quando, referindo-se ao posicionamento marxista-estrutural de Louis Althusser, atribuem o frequente alinhamento do jornalismo aos interesses

ideológicos da estrutura de poder: “Nesta altura, os *media* – embora invocados luntariamente e através das suas próprias vias ‘autônomas’ – tornaram-se efetivamente um aparelho do próprio processo de controle – um aparelho ideológico do estado”. (Hall et. Al., 2016, pp. 247-248)

Para estes autores, embora se prestem, geralmente, para legitimar os interesses poderosos das elites políticas e econômicas, as notícias não podem ser entendidas como estando, de uma maneira determinada, completamente controladas por esses setores dominantes, devendo ser antes consideradas um produto social resultante de vários fatores: a organização burocrática dos mídia; a estrutura dos valores-notícia (a ideia do ‘fora do normal’, do negativo, das pessoas de elite), que constituem o elemento fundamental da socialização e a prática e a ideologia profissional dos jornalistas; e o próprio momento de construção da notícia, que envolve um processo de identificação e contextualização, onde mapas culturais do mundo social são utilizados na organização. Portanto, além da organização burocrática dos veículos de comunicação na produção de notícias em tipos específicos e dos critérios ou valores-notícia que ordenam a sua seleção e hierarquia, existe o momento da sua própria construção que frequentemente passa despercebido, embora igualmente importante, quando o jornalista presume o seu público e o *stock* de sentidos, conhecimentos e saberes que partilha com a audiência, para pretender que o seu produto seja compreensível e tenha legitimidade. Desta forma, busca-se evitar que o mundo seja representado como desordenado e caótico, identificando e relacionando as notícias com outros acontecimentos do conhecimento público.

Um acontecimento só “faz sentido” se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais “mapas” culturais do mundo social, não poderiam “dar sentido” aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é “noticiável”. As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no

limbo da “desordem” – devem ser trazidos aos horizontes do “significativo”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Esse processo de ‘tornar um acontecimento inteligível’ é processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona. (Hall et al, 2016, pp. 225-226)

Desta maneira, mesmo denunciando que, como parte da indústria cultura, a mídia noticiosa faz parte da operação necessária à garantia da hegemonia ideológica, os estruturalistas, contudo, ponderam que a sua sintonia com os interesses da estrutura de poder não se dá, apenas, por conta do fato do controle acionário das organizações empresariais de comunicação social pertencer ao grande capital.

Nesta seção queremos começar por explicitar a “adequação” entre as ideias dominantes e as ideologias e práticas dos *media*. Isto pode ser simplesmente atribuído – como algumas vezes o é em teorias de pura conspiração – ao fato de que os *media* são, em grande medida, pertença de capitalistas (embora essa estrutura de propriedade seja corrente), uma vez que isto seria ignorar a “relativa autonomia” do dia-a-dia do jornalista e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico direto. Em vez disso, queremos chamar a atenção para as mais rotineiras estruturas de produção de notícias, para observar como é que os *media* vêm, de fato, e em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço. Devemos aqui insistir numa distinção crucial entre definidores primários e secundários. (Hall et. al., 2016, p. 228)

A tremenda desigualdade na relação entre os jornalistas e os poderosos do Estado e do mercado fica patente na distinção que Stuart Hall faz destes agentes sociais como definidores primários da notícia, enquanto os profissionais da imprensa figuram apenas como definidores secundários. O relevante na relação estrutural estabelecida entre os *media* e os *primary definers* é que permite aos definidores institucionais impor a definição ou interpretação primária do tópico em questão. Desta forma, esta interpretação comanda a ação em toda a discussão subsequente e determina os termos de referência que guiarão todas as futuras coberturas ou debates, indicando o que deve ser considerado relevante ou irrelevante.

Os *media* não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são só por si naturalmente noticiáveis. As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. Um aspecto da estrutura de seleção pode ser visto na organização de rotina de jornais respeitantes a tipos regulares de áreas noticiosas. (...) Dado que a organização e o pessoal de um jornal o direcionam para certas categorias de itens, existe ainda o problema de selecionar entre os muitos itens que se apresentam em cada uma das categorias, aqueles que se sente virem a ser de interesse para o leitor. É aqui que a *ideologia profissional* do que constitui ‘boas notícias’ – o sentido do valor-notícia do jornalista – começa a estruturar o processo. Ao nível mais geral, isto envolve uma orientação para itens que são ‘fora do comum’, o que de certo modo vai contra as nossas expectativas ‘normais’ acerca da vida social, o inesperado terremoto ou a alunagem, por exemplo. Poderíamos chamar a isso o *valor-notícia primário ou fundamental*. Contudo, e com certeza, ‘a singularidade’ não esgota a lista, como nos será revelado ao olharmos para qualquer jornal. Desastres, dramas, os gestos do dia-a-dia – cômicos e trágicos – de pessoas vulgares, a vida dos ricos e poderosos, e temas tão perenes como o futebol (no inverno) e o *criket* (no verão), todos eles encontram um lugar regular nas páginas de um jornal. Duas coisas resultam disto:

a primeira é que o jornalismo tenderá a *realçar* os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc., numa ‘estória’ para reforçar a sua noticiabilidade; a segunda é que acontecimentos que maior pontuação tenham num número destes valores-notícia terão maior potencial noticioso do que outros. E acontecimentos com pontuação elevada em todas as dimensões (...) tornar-se-ão tão noticiáveis que serão interrompidos programas – como nos *flashes* noticiosos na rádio e na televisão – para que estas ocorrências possam ser comunicadas imediatamente. (Hall et. al., 2016, pp. 224-225)

Assim, os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineira e regularmente sobre quais as “estórias” que são “noticiáveis” e quais não são, quais as “estórias” que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais as que são para eliminar. Embora não estejam escritos em parte alguma, formalmente transmitidos ou codificados, os valores-notícia parecem ser largamente partilhados entre os diferentes meios de comunicação (embora tenhamos mais a dizer acerca da forma como estes são diferentemente *infletidos* por determinados jornais) e constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideológica dos jornalistas.

Contudo, para os pesquisadores da Universidade de Birmingham, estes dois aspectos de produção social de notícias – a organização burocrática dos *medias* que produz as notícias em tipos específicos ou categorias e a estrutura de valores-notícia que ordena a seleção e a posição de determinadas “estórias” dentro destas categorias – são apenas parte do processo. O terceiro momento é o da construção da própria notícia, igualmente importante, embora menos óbvio. Esta construção implica a apresentação do item ao seu *presumível* público de uma forma que seja inteligível a esse público.

Ao produzir a sua definição de realidade social, e o lugar do “cidadão comum” dentro dela, eles constroem uma imagem particular de sociedade que representa interesses de classe específicos como os interesses de todos

os membros da sociedade. Portanto, o processo através do qual a reprodução das ideologias dominantes é assegurada nos *media* é o produto de um conjunto de imperativos estruturais e não de uma conspiração aberta com aqueles que ocupam posições poderosas. Contudo, ponderam que o ciclo de reprodução ideológica não poderá ser encerrado antes de concluído o processo de transformação que os *media* realizam nos fatos e interpretações que os definidores primários fornecem para elaborarem estas “estórias” na notícia como um produto acabado. Ao mesmo tempo em que é necessário discutir a orientação relativamente passiva em relação às definições poderosas e autoritárias, é preciso também analisar aqueles aspectos da construção de notícias nas quais os jornalistas exercem um papel, relativamente, mais autônomo e ativo.

Muitas vezes, também, a necessidade dos veículos de comunicação de se legitimar junto ao público os leva a se confrontarem com as conveniências de legitimação dos grupos que controlam o parelho de Estado e as corporações do mercado, pois os *media* têm também motivos institucionais e racionais que diferem dos interesses da estrutura de poder. Assim, os autores estruturalistas têm o cuidado de admitir que o processo de reprodução das ideologias dominantes não está totalmente fechado quando reconhecem que os *media* são institucionalmente distintos das outras agências do Estado, pois possuem os seus próprios motivos e lógicas, que os podem levar a entrar em conflito com os definidores primários. Outro aspecto que contribui para esta possibilidade contrafactual está relacionado com o fato de que as instituições que compõem a estrutura do poder entram frequentemente em disputas.

Uma vez que os *media* são institucionalmente distintos das outras agências estatais, as suas iniciativas não advêm automaticamente do estado.

Na verdade, as oposições frequentemente aparecem de fato entre estas instituições dentro do complexo do poder na sociedade. Os *media* são também impelidos por motivos institucionais e racionais que diferem dos outros setores do estado. Por exemplo, o impulso competitivo de ser “primeiro com as notícias” pode não ser do interesse imediato ou

vantajoso para o estado. Os *media* muitas vezes querem descobrir o que os definidores primários preferiam manter calado. Os conflitos recorrentes entre políticos e os *media* indicam que os objetivos dos *media* e os dos definidores primários nem sempre coincidem. Apesar destas reservas, contudo, parece inegável que a tendência prevalecente nos *media* se verifica na direção da reprodução, entre todas as suas contradições, das definições dos poderosos, da ideologia dominante. Temos tentado sugerir a razão de esta tendência se inscrever nas próprias estruturas e processos do próprio ato de elaboração das notícias, e não poder ser atribuído à fraqueza dos jornalistas ou à prepotência dos seus patrões. (Hall et. al., 1999, p. 236)

Além do impulso competitivo de ser primeiro a dar as notícias, que pode não ser do interesse imediato ou vantajoso para o estado, os *media* muitas vezes também procuram descobrir o que os definidores primários pretendem manter em segredo: os constantes conflitos entre políticos e empresários e os *media* comprovam que os interesses dos veículos de comunicação e os dos definidores primários nem sempre coincidem. Contudo, é inegável que a tendência nos *media* é na direção da reprodução das definições dos poderosos, da ideologia dominante. Há, portanto,

um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas. Deste modo, os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Isto é o que Becker chamou de “a hierarquia de credibilidade” – a probabilidade daqueles que em posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade, e que dão opiniões sobre tópicos controversos, de terem as suas definições aceitas, porque tais porta-vozes são considerados como tendo acesso à informação mais precisa ou especializada em assuntos particulares do que a maioria da população. O resultado desta preferência estruturada dada pelos *media* às opiniões dos poderosos é que estes “porta-vozes” se transformam no que se apelida de definidores primários de tópicos. (Hall et al, 2016, p. 229)

No entanto, a costumeira adequação das ideologias e práticas dos media às ideias dominantes não deve ser entendida simplesmente como resultado do seu controle acionário pelos capitalistas, o que de fato geralmente acontece, pois é preciso levar em conta a relativa autonomia do dia-a-dia do jornalista e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico direto. Assim, os *media* vêm a se alinhar com as definições da estrutura de poder, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço.

Esta relação privilegiada dos definidores primários institucionais lhes possibilita estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico em questão e, a partir daí, coordenar a ação de todo tratamento subsequente, impondo os termos de referência que nortearão a construção de sentidos das futuras coberturas e debates. Os posicionamentos contrários a uma interpretação primária são obrigados a argumentar tendo como ponto inicial esta estrutura de interpretação, que estabelece o enquadramento do assunto ao apresentar os critérios a partir dos quais todas as contribuições subsequentes são rotuladas de relevantes ou irrelevantes para o debate.

Como resultado de uma sofisticada engenharia para ocultar esta questão através de concepções teóricas vinculadas a um paradigma epistêmico refém da ideologia positivista de ciência, a discussão sobre o papel institucional dos media foi sistematicamente negligenciado. O resultado desta maquinaria ideológica é fazer com que o público tenha uma visão naturalizada do papel dos *media*, de modo a não perceber que, “ao produzir a sua definição de realidade social, e o lugar do ‘cidadão comum’ dentro dela, eles constroem uma imagem particular de sociedade que representa interesses de classe específicos como os interesses de todos os membros da sociedade” (Hall et al, 2016, p. 231).

O aspecto significativo do trabalho dos *media* de transformar um acontecimento numa notícia acabada, codificada numa forma de linguagem particular, faz com que cada jornal tenha um enquadramento organizacional específico, expressando de forma diferente, de acordo com seu público destinatário específico, os acontecimentos, fontes e estruturas inferenciais.

Um aspecto ainda mais significativo do trabalho dos *media* é a atividade de transformar um acontecimento numa notícia acabada. Isto tem a ver com a maneira como um item é codificado pelos *media* numa forma de linguagem particular. Precisamente, como cada jornal tem um enquadramento organizacional específico, um sentido noticioso e os leitores, assim também cada um desenvolverá um modo de discurso regular e característico. Isto significa que o mesmo tópico, fontes e estruturas inferenciais aparecerão diferentemente mesmo em jornais com uma perspectiva semelhante, uma vez que as diferentes retóricas de discurso terão um efeito importante em modificar o item original. De especial importância na determinação da forma particular de discurso adotado será a parte específica do espectro dos leitores, aos quais o jornal acha que habitualmente se dirige: o seu público destinatário. A linguagem utilizada será, pois, a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente: a sua versão da retórica, imagens e *stock* comum de conhecimento subjacente que supõe que o seu público partilha e que, deste modo, constitui a base de reciprocidade produtor-leitor. Por esta razão queremos chamar a esta forma de discurso – diferente para cada saída de notícias – **o idioma público dos media.** (Hall et al, 2016, p. 232 – Grifo do autor)

Neste sentido, a apresentação das definições da estrutura de poder codificadas em variações de linguagem pública se constitui como processo de reprodução ideológica, porque, ao traduzir as afirmações dos definidores primários num idioma público, além de as tornar mais acessível aos públicos em geral, lhes dá força popular, naturalizando-as dentro do âmbito de compreensão da maioria da sociedade. A referência pública externa garante validade às posições dos poderosos objetivadas como um assunto público, conferindo um interesse muito maior do que se fossem expressas em relatórios feitos por técnicos e especialistas.

Este papel mais “criativo” dos media não é, obviamente, completamente autônomo. Tais traduções dependem do potencial de tradução da “estória” (sua noticiabilidade) e do seu apoio em tópicos familiares e

duradouros de interesse – hooliganismo, violência de multidões, comportamento de bandos de desordeiros. Este processo nem é totalmente livre e sem constrangimentos nem é uma reprodução simples e direta. É uma transformação e tais transformações necessitam de trabalho ativo da parte dos *media*. O seu efeito geral é, todavia, o de ajudar a fechar o círculo pelo qual as definições dos poderosos se tornam parte da realidade dada como adquirida pelo público, traduzindo o mundo não familiar para um mundo familiar. (Hall et al, 2016, p. 233)

2.28 Os *Media* e a Opinião Pública

O papel institucional dos *media* no processo de formação ativa da opinião pública – em sociedades onde o grosso da população não tem acesso direto nem poder sobre as decisões centrais que afetam as suas vidas, onde a política oficial e opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa – desenvolve a ligação e a mediação crítica orquestrando a opinião com as ações e perspectivas dos poderosos. “Os media não só possuem um quase monopólio do acontecimento social, como fonte primária de informação daquilo que acontece – também dirigem a passagem entre aqueles que estão ‘no saber’ e a ignorância estruturada do público em geral” (Hall et al, 2016, pp. 234-235).

Os posicionamentos contrafactual e contra hegemônicos, para conseguirem visibilidade na agenda dos media, dependem da existência de fontes organizadas e articuladas, de maneira a gerar contradefinições da situação. As ideologias, bem como as contra-ideologias, precisam ter uma infraestrutura estratificada nos grupos sociais e coletividades. No caso das posições contrafactual, isto depende, até certo ponto, de a coletividade que gera a contra-ideologia e exige explicações configurar-se, nem que seja num momento de crise, como uma força de compensação poderosa na sociedade, representando uma minoria organizada e substancial.

Muitos contradefinidores emergentes não têm, contudo, nenhum acesso ao processo de definição. Mesmo os definidores primários com aces-

so regular, como os porta-vozes sindicais oficiais, devem responder em termos pré-estabelecidos pelos definidores primários e as definições privilegiadas, e têm uma melhor oportunidade de serem ouvidos e influenciarem o processo precisamente se colocarem o seu caso nos limites desse consenso. (...) Se não aceitarem as regras do jogo, os contraporta-vozes correm o risco de ser definidos fora da discussão (porque infringiram as regras da oposição razoável) – rotulada como “extremista” ou “irracional” ou atuando ilegal ou inconstitucionalmente. Os grupos que nem sequer garantiram esta medida limitada de acesso são regular e sistematicamente estigmatizados, na sua ausência, como “extremos”, sendo as suas ações sistematicamente estigmatizadas, na sua ausência, como “irracionais”. O encerramento do tópico em torno da sua definição inicial tem mais facilidade de conseguir contra grupos que estão fragmentados, relativamente desarticulados, ou que recusam ordenar os seus objetivos em termos de exigências razoáveis dentro de um programa prático de reformas, ou que adotem formas extremas de luta de oposição para garantir os seus fins, ganharem um processo ou defenderem os seus interesses. Qualquer destas características torna mais fácil aos definidores privilegiados rotulá-los livremente, recusando-se a levar as suas contra-definições em linha de conta (Hall *et al*, 2016, p. 235).

Assim, embora não se limitem a transmitir a ideologia da “classe dirigente” num figurino conspiratório, pode-se perceber, claramente, que os *media* não desempenham, geralmente, o papel de definidores primários de acontecimentos noticiosos, reduzindo-se a uma posição secundária, ao acatar as definições daqueles que usufruem de um acesso privilegiado, “como de direito, aos *media* como fontes acreditadas. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos definidores primários” (Hall *et al*, 2016, p. 230).

Portanto, é a partir da relação estruturada entre os *media* e as suas fontes poderosas que se pode esclarecer a questão negligenciada do papel ideológico dos *media*.

É isto que começa a dar substância e especificidade à afirmação básica de Marx de que “as ideias dominantes de qualquer época são as ideias da classe dominante”. A argumentação de Marx é que a preponderância das ideias dominantes funciona primariamente porque, além da sua detenção e controle dos meios de produção materiais, esta classe também possui e controla os meios de “produção mental”. Ao produzir a sua definição de realidade social, e o lugar do “cidadão comum” dentro dela, eles constroem uma imagem particular de sociedade que representa interesses de classe específicos como os interesses de todos os membros da sociedade. Devido ao seu controle sobre os recursos materiais e mentais e o seu domínio das instituições principais da sociedade, as definições desta classe do mundo social oferecem a base racional para aquelas instituições que protegem e reproduzem a sua “forma de viver”. Este controle dos recursos mentais assegura que as definições disponíveis mais poderosas e “universais” do mundo social sejam suas. A sua universalidade garante que sejam partilhados, até certo ponto, pelas classes subordinadas da sociedade. Os que governam governam também através das ideias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através da sua manifesta coerção. (Hall *et al.*, 2016, pp. 230-231)

Portanto, é fato que nas principais instituições sociais, políticas e legais, a coerção e o constrangimento nunca estão completamente ausentes, o que é verdade nos *media* como em qualquer outro lugar. Assim, os jornalistas e as reportagens estão sujeitos a pressões econômicas e legais, assim como a outras formas evidentes de censura. Mas a transmissão de “ideias dominantes” depende mais dos mecanismos não coercivos para a reprodução. (Hall *et. al.*, 2016, p. 231)

(...) os *media* apresentam frequentemente informações de acontecimentos que ocorrem fora da experiência direta da maioria da sociedade. Os *media*, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Mais ainda, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acon-

tecimentos que são “novos” ou “inesperados”, aos *media* cabe a tarefa de tornar compreensíveis o que chamaríamos “realidade problemática”. Os acontecimentos problemáticos rompem com as expectativas comuns e são, por conseguinte, ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa de consenso, ordem e rotina. Assim, o delineamento, por parte dos *media*, de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os *media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos. (Hall et al, 2016, p. 228)

Assim, a reprodução ideológica é realizada não só com a concessão de acesso inicial, privilegiado e rotineiro às definições da situação que favorecem os poderosos, mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio de uma maneira tão natural e dada como adquirida, tão profundamente embutida nas próprias formas de comunicação em que são utilizadas, que se tornam praticamente imperceptíveis como construções ideológicas. Por isso, o alinhamento dos *media* jornalísticos aos interesses da estrutura de poder, às fontes oficiais definidoras primárias da notícia, se dá de forma involuntária:

Neste momento estamos precisamente no cerne das interrelações entre a cultura do poder e a “cultura de significação”. A articulação mútua destas duas agências “relativamente independentes” é, por esta altura, tão excessivamente determinada que não pode funcionar doutra forma que não seja a de criar um encerramento eficaz ideológico e controlador em torno do assunto. Nesta altura, os *media* – embora involuntariamente e através das suas próprias vias “autônomas” – tornaram-se efetivamente um aparelho do próprio processo de controle – um aparelho ideológico do estado (Althusser, 1971). (Hall et al., 2016, p. 340)

Desta maneira, a perspectiva estruturalista da Universidade de Birmingham evidencia certa contradição, porque mesmo se constituindo no paradigma construtivista, assume uma postura determinista com relação à possibilidade de uma ação consciente das pessoas de uma maneira geral e especificamente com relação aos jornalistas, sem vislumbrar a capacidade de ressignificação das definições das representações sociais da realidade e de mobilização pela mudança social, como concebem as teorias interacionistas. Na conclusão dos estruturalistas pelo não reconhecimento da intencionalidade dos jornalistas na adesão à ideologia dominante, atribuindo-a simplesmente a uma ilusória teoria da conspiração, não só incorre numa percepção ingênuas da capacidade crítica dos profissionais como também não distingue e problematiza a contradição existente na divisão dos papéis desempenhados na instituição jornalística entre os funcionários empregados, em geral com interesses vinculados à mudança social, e os proprietários e os seus dirigentes de confiança comprometidos com a conservação da ordem facticamente estabelecida.

Na perspectiva construtivista, a concepção interacionista pressupõe a possibilidade de ressignificação das crenças estabelecidas no acervo de conhecimentos partilhados na tradição cultural, de suspensão da convicção quando hábitos tidos por adquiridos demonstram ser malsucedidos e se evidencia uma situação de crise em que é preciso problematizar a questão na discussão pública em busca de um entendimento através de novo consenso, colocando a mídia noticiosa como o auspicioso lugar virtual onde os cidadãos podem construir a mudança social em busca da solução de problemas e de um mundo da vida melhor ou menos ameaçado. Para isso, o jornalismo configura-se como este espaço estratégico para a autoconstrução social humana, ou seja, para a construção de uma sociedade onde, de forma aproximativa, se supere a dicotomia dominantes/dominados, dirigentes/dirigidos, e o conjunto dos cidadãos possa concretizar o ideal republicano do autogoverno da sociedade.

2.29 A TEORIA DA PRODUÇÃO DA NOTÍCIA – NEWS MAKING

A proposta de Gaye Tuchman da Teoria da Produção da Notícia se apoia na convicção de que o homem constrói e constitui fenômenos sociais (Sádaba, 2007). Para Nelson Traquina (2001), a linha de pesquisa iniciada por Tuchman, no livro *News Making*, publicado em 1978, se inscreve na corrente do construtivismo social ao conceber as notícias como construção e rejeitar, concomitantemente, a concepção positivista que vê as notícias como espelho, por entender que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os mídia noticiosos, uma vez que as notícias ajudam a construir a própria realidade.

Apesar das diversas sensibilidades que existem dentro do paradigma construtivista, é partilhada a perspectiva que as notícias são um resultado de processos de interação social entre jornalistas, entre jornalistas e a sociedade, e entre os jornalistas e as suas fontes de informação. (...) Para o paradigma construtivista o mundo social e político não é uma realidade predeterminada e dura que os jornalistas refletem, e os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade. A atividade jornalística é, para estes teóricos, bem mais complexa do que a ideologia jornalística sugere (Traquina, 2001, pp. 62-63).

Nesta perspectiva teórica, a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutra, desprovida das marcas do comunicador, é impossível. Na teoria da produção da notícia (*News Making*), os veaes ameaças de processos de digos de digfamaçtnometodols Aires: La Cruj(Snjunto da sociedade possa repúculos jornalísticos estruturam necessariamente a sua representação dos acontecimentos em função de diversos fatores, que envolvem os aspectos de organização do trabalho jornalístico, as limitações de recursos e o próprio planejamento criado pela rede noticiosa para dar conta da imprevisibilidade dos acontecimentos (Traquina, 2001, pp. 60-61).

Diante do desafio imposto pela sua incontornável periodicidade e dos prazos de encerramento de suas edições, as organizações empresariais do campo jornalístico precisam estabelecer estratégias para otimizar a convivência com a dupla natureza da sua matéria-prima, isto é, a circunstância territorial, pois os acontecimentos cuja produção jornalística vai transformar em notícia podem surgir em qualquer parte, e a circunstância temporal, já que estas ocorrências entendidas como relevantes para serem inseridas no idioma público da mídia podem eclodir a qualquer momento. Portanto, as organizações jornalísticas enfrentam o desafio de colocar ordem no espaço e no tempo, prevendo a cobertura de setoristas nos locais com maior probabilidade de concentrar eventos noticiáveis e de plantonistas para registrar estes acontecimentos quando ocorrem. Assim, para organizar o espaço, as empresas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial; se impõem uma especialização organizacional, escalam ‘sentinelas’ em certas instituições que, do ponto de vista dos valores-notícia, sediam acontecimentos julgados com noticiabilidade; e uma especialização em termos de temas, quando se autodividem por seções, definindo os assuntos que preenchem as ‘rubricas’ do jornal.

Para ordenar seu funcionamento em relação ao tempo, as organizações jornalísticas procuram se estruturar para que a sua produção diária não seja prejudicada por não prever os momentos em que ocorrem os acontecimentos, levando em conta que estes veículos têm seus próprios ritmos e lapsos temporais. Desta maneira, o planejamento jornalístico é definido esperando que acontecimentos julgados com valor-notícia ocorram nalguns locais institucionais e não noutrios locais, bem como que se concentrem durante as horas normais de trabalho.

Além disso, a organização jornalística procura também planejar com antecedência o seu futuro através de um serviço de agenda, que registra a relação de acontecimentos previstos. Desta forma, a estruturação do trabalho jornalístico marca uma cadência, um ritmo, no qual destaca-se o valor do imediatismo e do ineditismo, a conceituação do jornalismo como relatos atuais sobre acontecimentos atuais. A sistematização destes procedimentos

induz como consequência uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas, encerrando concretamente os acontecimentos numa teia de facticidade.

Neste contexto, Gaye Tuchman, na sua pesquisa etnometodológica nas redações de jornais, identificou a utilização do conceito de “objetividade” pelos jornalistas como forma de mitigar as pressões contínuas impostas ao exercício profissional, tais como os prazos para realização das matérias, as constantes ameaças de processos de difamação e as permanentes repressões dos superiores.

Para Tuchman, três fatores ajudam o jornalista a definir um “fato objetivo”: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais. Por forma, são entendidos aqueles atributos das notícias que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. A análise do conteúdo envolve as noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. E, quanto às relações interorganizacionais, estas também dizem respeito ao conteúdo, pois as experiências dos jornalistas com essas organizações levam-nos a tomar por certas algumas coisas acerca delas.

Contudo, permanece na concepção jornalística da objetividade a mesma dificuldade encontrada pela presunção da ideologia de ciência positivista de atribuir-lhe a capacidade de verificar a propriedade última das pretensões de validade, como se constituindo num instrumento mágico de acesso à verdade absoluta. Segundo Tuchman (1999, p. 75), salientando a inconsistência lógica da aplicação do conceito mitificado de objetividade na produção da notícia, “os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”.

Portanto, resta ao jornalista o recurso de reivindicar a objetividade citando procedimentos que seguiu e que exemplificam os atributos formais de uma notícia ou de um jornal: a citação de outras pessoas para evitar a explicitação de suas próprias opiniões, constituindo a “objetividade” como um ritual estratégico para esconjurá os riscos da profissão.

Desta maneira, para os jornalistas, como para os cientistas sociais, a “objetividade” funciona como proteção contra eventuais cr (atributos dos notícias) fatos”. A citação de uma capacidade da sociedade possa repúlicas decorrentes de uma controversa apresentação dos “fatos”, mesmo que se constituindo, sem fundamentação científica, a proteção em ilusão mítica, mágica ou supersticiosa como no caso do colar de alhos do camponês. Apesar disso, alguns intérpretes do News Making acreditam que a reflexão de Gaye Tuchman atribui ao conceito de objetividade, realmente, a capacidade de proteger os jornalistas.

Porém, ao contrário dos cientistas sociais, os jornalistas têm um tempo e repertório limitados para definir e defender a sua objetividade. Enquanto o cientista social se ocupa da análise epistemológica reflexiva por um período extenso, o jornalista tem que tomar decisões imediatas relativamente à validade, fiabilidade e “verdade” a fim de conhecer os problemas impostos pela natureza da sua tarefa – o processamento de informação que se dá pelo nome de notícia, um produto feito diariamente no jornalismo impresso, ou em várias edições diárias no radiojornalismo e no telejornalismo, ou até em “tempo real” no caso do webjornalismo. O processamento das notícias não deixa tempo disponível para uma análise epistemológica mais reflexiva. Por isso, muitos jornalistas acreditam ter na objetividade uma noção operativa para reduzir os riscos colocados pelos prazos de elaboração de notícias dentro da periodicidade de seu veículo, pelas ameaças de processos difamatórios e pelas constantes pressões dos superiores pela obtenção de “furos”, especialmente a apresentação antecipada dos acontecimentos em relação aos concorrentes.

2.30 Objetividade, Conjecturas e a Teia de Facticidade

Com a exceção das reportagens que exigem investigação prolongada, o jornalista, em geral, tem menos de um dia de trabalho para se apropriar do *background* do acontecimento e obter as informações necessárias para a sua consistente contextualização e interpretação na produção do artigo. Neste processo, o repórter tem consciência que seu trabalho se submeterá a uma

cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes, que farão rigorosas conjecturas sobre a teia de facticidades que envolve a notícia.

O repórter sabe que o seu trabalho escrito passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia de editores e respectivos assistentes. Como os jornalistas esclarecem prontamente, o processamento de uma notícia envolve “conjecturas”. O repórter “faz conjecturas” sobre as preferências do editor da seção local e os seus assistentes, que fazem o mesmo gênero de conjecturas em relação aos editores da seção política, e estes em relação aos editores principais, que, por sua vez, fazem conjecturas sobre as preferências do diretor, e todos eles “conjecturam” a vontade do proprietário. Todos criticarão a notícia após a sua publicação. (Tuchman, 1999, pp. 76-77)

Nas sensíveis conjecturas desta cadeia hierárquica dentro do jornal, o adjunto do *managing editor* decide sobre a versão final do material, com possíveis correções das falhas e, nestes casos, críticas ao seu subalterno, o editor local, por estas “falhas”. Como o editor desta seção age da mesma maneira em relação ao editor da seção “cidade”, a conjectura repressiva desce pela cadeia hierárquica. Neste processo, é motivo de preocupação para os subordinados verificar que o artigo impresso não correspondia ao que escreveu. Assim, as repreensões e as correções fazem parte de um sofisticado sistema de controle social no funcionamento das redações que tem implicações nas promoções, na manutenção do cargo e na escolha para trabalhos importantes. Este fato é agravado pela delicada natureza da notícia como idioma público que afeta substancialmente a vida das pessoas, especialmente nos casos negativos de danos que podem acarretar processos judiciais contra os jornalistas.

Cada notícia é uma compilação de “fatos” avaliados e estruturados pelos jornalistas. Estes são responsáveis pela exatidão de qualquer um destes “fatos”. Os “fatos” são lidos tanto pelo leitor comum como pelo leitor “interessado” (a pessoa que o artigo cita, descreve e/ou noticia). Se o lei-

tor interessado sentir que pode provar que houve prejuízo para o seu negócio, reputação, etc., ele pode instaurar um processo por difamação. Embora os processos por difamação sejam relativamente raros, quando ocorrem trazem problemas financeiros às organizações jornalísticas. (...) Em suma, cada notícia acarreta perigos para o corpo editorial e para a organização jornalística. Cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento das suas tarefas diárias, afeta a sua reputação perante os seus superiores e tem influência nos lucros da organização. Dado que o jornal é composto de muitas notícias, estes perigos são múltiplos e onipresentes. (Tuchman, 2016, p. 78)

Portanto, o jornalista percorre no seu trabalho um território para o qual convergem os grandes problemas e conflitos de interesses reconhecidos como relevantes, portanto um “campo minado” constantemente repleto de temas altamente delicados e controversos que os colocam diante de possíveis críticas de parcialidade e até de processos judiciais. Neste contexto, os jornalistas acreditam poder se prevenir contra estas ameaças utilizando estratégias de trabalho identificadas com a “objetividade” das notícias, ou seja, estruturando os “fatos” de maneira descomprometida, imparcial e impessoal, para cumprir os prazos e evitar os processos de difamação. Isto exige o rigor na apuração dos acontecimentos, uma verificação que implica, conforme a pesquisa de Tuchman, a utilização de quatro procedimentos apropriados e estratégicos para garantir que se atinja os atributos formais de uma “notícia objetiva”.

1. **A apresentação de possibilidades conflituais.** Embora algumas pretensões de verdade não sejam facilmente verificáveis, aos jornalistas é cobrada a capacidade de serem capazes de identificar a verdade última dos “fatos”, o que implica, como o acesso à verdade absoluta é uma impossibilidade humana, o recurso da busca de fontes “credíveis” para atestarem a verdade das assertivas, preservando o repórter.
2. **A apresentação de provas auxiliares.** Muitas vezes, os jornalistas precisam conseguir provas que confirmem uma informação obtida. Para

corroborar esta afirmação, faz-se necessária a apresentação de provas auxiliares com a localização e citação de “fatos” suplementares, que possam ser aceitos como “verdadeiros”. A cobrança de apresentação de “fatos” auxiliares é frequentemente feita pelos *editors* aos repórteres.

3. **O uso judicioso das aspas.** Como os jornalistas têm as declarações de outras pessoas como se constituindo numa forma de prova complementar, ao colocar a opinião de alguém, eles acreditam que se excluem da participação na notícia e permitem o “fato” falar por se próprio, aquela concepção fetichizada da teoria do espelho de que é a própria realidade que deve definir a notícia, enquanto ao jornalista é atribuído o papel de meramente se anular. Sobre o uso das aspas para evitar acusações de parcialidade, Gaye Tuhman exemplificou com a observou feita na redação do *New York Times* da posição de um repórter que,

impressionado por uma manifestação de resistência à incorporação militar, utilizou aspas de todas as formas possíveis para satisfazer seus editores que ele sabia serem contrários à manifestação. Ele escreveu: “Algumas (milhares de) pessoas afluíram, ontem, até ao parque, onde um comício contra a incorporação e a guerra, “de um êxito surpreendente”, atingiu o seu clímax quando mais de ... jovens rasgaram as suas papeletas de incorporação. O teor das duas horas e meia de manifestação foi de que o movimento “Nova Esquerda” está a crescer e que tem de se expandir para acabar com a atual política americana e “construir uma América em que não nos envergonhemos de viver”. As citações nos três primeiros parágrafos foram retiradas de discursos do comício, embora a sua fonte não estivesse identificada na notícia. Embora o repórter concordasse com todas as afirmações e termos inclusos entre aspas, estas permitiram-lhe afirmar que não inserira as suas opiniões na notícia. Elas tornaram o artigo “objetivo” e protegeram o repórter dos seus superiores. A cobertura das manifestações era geralmente atribuída a este repórter, embora simpatizante com os manifestantes, e os seus *editors* não. Tivessem as suas simpatias sido percebidas, nunca mais ele teria sido enviado para futuras manifestações. Além disso, as suas

notícias teriam sido substancialmente alteradas, e não foram. Na realidade, entre eles, os *editors* elogiaram o trabalho do repórter. Em suma, o repórter manipulou os seus superiores, inserindo as suas próprias opiniões, seguindo um procedimento que eles equiparavam à objetividade. (Tuchman, 2016, pp. 82-83)

4. A estruturação da informação numa sequência apropriada. A indicação da objetividade também pode ser obtida através da estruturação da informação numa sequência apropriada, que constitui um atributo formal das notícias. Na técnica da “pirâmide investida”, é apresentada no primeiro parágrafo a informação mais importante de um acontecimento, com a apresentação, em ordem decrescente de importância, das outras informações menos relevantes. Este é o procedimento mais delicado para os jornalistas, tendo em vista que, enquanto em relação aos outros três atributos formais, o jornalista pode pretender, através dos supostos procedimentos da concepção de objetividade, se eximir de responsabilidade sobre o enquadramento da matéria dizendo que apresentou pontos de vista contraditórios, provas suplementares e que as citações e as informações entre aspas expressaram opiniões de outras pessoas, com respeito à ordem de importância na apresentação da informação, ele não pode deixar de assumir a responsabilidade sobre este juízo de valor. O máximo que pode invocar em sua defesa é que o *lead* foi determinado pelo “*news judgement*”.

Todavia, mesmo que um repórter possa, inconscientemente, imiscuir-se nas ideias de seus editores ao escolher um *lead*, submetendo-o assim à política da empresa, ele é que é a pessoa responsável pelo *lead* da notícia. Não pode dizer que a escolha pertence a outra pessoa qualquer. O repórter só pode invocar o profissionalismo e afirmar que o *lead* é validado pelo *news judgement*. A invocação do *news judgement* (perspicácia profissional) é uma atitude inherentemente defensiva, pois o *news judgement* é a capacidade de escolher “objetivamente” entre “fatos” concorrentes para decidir quais os “fatos” que são mais “importantes” ou “interessantes”. “Importantes” e “interessantes” denotam conteúdo. Por

outras palavras, ao discutir a estruturação da informação, o jornalista deve relatar as suas noções de conteúdo “importante” ou “interessante”. (Tuchman, 2016, p. 83)

No tocante à questão do imprescindível juízo de valor que o jornalista é obrigado a realizar sobre os conteúdos importantes ou interessantes, está implícita a fictícia separação completa pretendida pela ideologia epistêmica positivista da objetividade contida na teoria do espelho entre o fato da notícia e a opinião, bem como na classificação que os jornalistas usam no rótulo de “análise” para distinguir o artigo controverso dos outros artigos da editoria de informação geral.

Do mesmo modo que as aspas estabelecem, teoricamente, a distância entre o repórter e a notícia e assinalam que as matérias nelas incluídas podem ser problemáticas, “análise” indica que as matérias que a acompanham nem representam as opiniões da administração nem são necessariamente “verdadeiras”. Estas matérias são a interpretação do repórter dos “fatos”. Os leitores devem confiar e aceitar a informação do repórter de acordo com a avaliação das suas qualidades e pontos de vista revelados no seu trabalho geral e em análises anteriores. (Tuchman, 1999, p. 84)

No entanto, este recurso do rótulo “notícia de análise” como sugestão de objetividade envolve problemas, pois os jornalistas não conseguiram, durante os dois anos da pesquisa de Tuhman, respondê-la adequadamente. O relato de Tuchman sobre este episódio da sua investigação é o seguinte:

Um editor disse o seguinte, depois de ter divagado durante dez minutos sem conseguir ir ao fulcro da sugestão: “A ‘notícia de análise’ implica juízos de valor. A notícia objetiva não pressupõe juízos de valor, sejam eles quais forem... Não se pode eliminar o rótulo ‘notícia de análise’ e dizer qualquer coisa. Não, direi que um alarme toca na cabeça que pensa que a notícia está carregada e eu quero safar-me. Embora o leitor pense que o rótulo ... é pesado e poderoso, o ponto fulcral é o número e o grau de juízos de valor indocumentados na altura. Embora o editor

delineasse uma técnica formal para alertar o leitor, ele não conseguiu dizer o que determina o “número e o grau de juízos de valor indocumentados na altura”. Além disso, o editor reconhece a discrepância entre a razão para o seu procedimento e a interpretação que o leitor faz dessa atuação. Colocado perante o dilema, o jornalista invoca de novo o seu *news judgement* profissional – entendido como a sua experiência e senso comum que lhe permitam atribuir aos “fatos” o valor de “importantes” e “interessantes”. (Tuchman, 1999, p. 85)

Ao se apresentar à sociedade como possuindo uma capacidade secreta que o distingue das outras pessoas, o jornalista pretende fazer crer que o *news judgement* é um conhecimento sagrado, fundamentado em três generalizações: 1. Como as fontes de informação, em sua maioria, têm interesses pessoais a defender, para ser credível, um indivíduo tem de provar a sua fiabilidade enquanto fonte de informação através de um método de ensaio e erro. 2. A informação proveniente das autoridades da estrutura de poder, embora estas possuam interesses particulares a defender, é considerada mais precisa porque elas têm mais fatos disponíveis devido a posição que ocupam nas suas organizações. 3. As instituições e as organizações usufruem de procedimentos capazes de proteger tanto a instituição como aos cidadãos que a ela estão ligados.

Esta experiência organizacional do jornalista o predispõe contra hipóteses que contrariam as suas expectativas preexistentes. No entendimento dos profissionais de imprensa, as suas experiências com outras organizações durante um período de tempo validam o seu *news judgement* podem ser reduzidas ao “senso comum”, aquilo que os jornalistas consideram que a maioria deles acredita ser verdadeiro, ou dado como adquirido.

Como Schultz (1962) exprimiu de forma pertinente: “Basta salientar que todo o conhecimento dado por adquirido tem uma estrutura altamente socializada, quer dizer, que é suposta ser dado por adquirido, não só por mim, mas por toda a gente (significando ‘toda a gente’ aqueles com quem nos integramos)”. Seria interessante explorar mais profunda-

mente os tipos de informações que os jornalistas consideram “fatos”, afirmações cuja exatidão pode ser dada como adquiridas. Sugeriu outro trabalho que as noções que o jornalista toma por adquiridas são, de fato, um quadro da sua visão da realidade social e política. Embora uma tal afirmação exija uma reapreciação das relações interorganizacionais de uma organização de uma notícia, uma exploração intensiva deste tópico ultrapassa o âmbito deste ensaio. Aqui basta salientar que 1) alguns conteúdos podem ser aceitos como “fatos” se fizerem sentido, e que 2) o *news judgement* que justifica o termo “sentido” parece ser o sagrado saber profissional. Mas a experiência profissional especializada é uma defesa inadequada contra a crítica, uma vez que as críticas estão frequentemente a atacar esse mesmo saber. (Tuchman, 2016, p. 88)

Então, fica patente a clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados, bem como também a ausência de uma relação clara entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos). Assim, os atributos formais das notícias e dos jornais parecem depender de rituais estratégicos para legitimar o direito de reivindicar objetivos, como o jornalista que se pretende objetivo pelo fato de ter usado aspas.

2.31 A ABORDAGEM ETNOMETODOLÓGICA

Os estudos sobre o jornalismo foram enriquecidos a partir da década de 70 com a crescente utilização de uma abordagem etnometodológica, que, ao contrário de outras abordagens que focam o produto jornalístico, permite uma observação teoricamente mais informada sobre as ideologias e as práticas profissionais dos produtores das notícias, inclusive de momentos de crise, que podem corrigir qualquer visão mecânica do processo de produção.

A contribuição dos estudos etnográficos à compreensão do jornalismo é tripla. Em **primeiro lugar**, devido à abordagem etnometodológica, o estudo de jornalismo permitiu ver a importância da dimensão

transorganizacional no processo de produção das notícias, ou seja, todo o *network* informal entre os jornalistas e a conexão cultural que provém de ser membro de uma comunidade profissional. Em **segundo lugar**, permitiu reconhecer que as rotinas constituem um elemento crucial nos processos de produção das notícias. A importância das rotinas e das práticas na produção jornalística é um elemento-chave do novo paradigma construtivista que emerge nos anos 70. (...) As rotinas de produção englobam e são constitutivas da ideologia. Em **terceiro lugar**, serve como corretivo às teorias instrumentalistas que surgem com uma nova força nas décadas de 70 e 80 e que contribuíram de forma significativa para a crescente onda de crítica dos mídia e do jornalismo, que continua hoje de vento em popa. Nas teorias instrumentalistas há duas suposições: 1) o processo de produção das notícias envolve o conluio entre agentes e 2) a intenção consciente de distorção é crucial na elaboração das notícias. Ao sublinhar a importância das rotinas profissionais que os jornalistas criaram com o objetivo de apenas levar a cabo o seu trabalho quotidiano a tempo e horas, os estudos etnográficos do jornalismo questionam as teorias instrumentalistas e todas as análises que apontam para uma distorção intencional das notícias (Traquina, 2001, p. 62).

Nesta perspectiva, as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos formam o imenso universo de matéria-prima noticiável, cuja estratificação consiste na escolha do que será processado, isto é, do que se julga ser matéria-prima digna de ser erigida à condição de existência pública de notícia, ou seja, possuir noticiabilidade. Neste contexto, a profissionalização das pessoas dedicadas à atividade jornalística é fator essencial para o desenvolvimento do campo jornalístico autônomo, onde podem ser reivindicadas a autoridade e a legitimidade para exercício do monopólio de decidir a noticiabilidade dos acontecimentos e das problemáticas. Sem este monopólio, não se tem como pretender a independência do jornalismo e a competência dos seus profissionais.

Como a escola culturalista britânica, a teoria do *News Making* de Gaye Tuchman identifica a noticiabilidade como produto resultante de múltiplas negociações, que legitima o *status quo* e, assim procedendo, também enquadra os grupos sociais que atuam fora do consenso como marginais, considerando a sua marginalidade como tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado, através da realização de disruptões na normalidade da ordem estabelecida com a demonstração de atos de violência.

2.32 OS FUNDAMENTOS PRAGMÁTICOS DAS TEORIAS CONSTRUTIVISTAS

Quanto à questão de como o jornalista se posiciona diante de sua imperiosa relação com a apuração da realidade, Nelson Traquina (2005), na descrição das teorias construtivistas, as identifica com a perspectiva da construção social da realidade contrapondo-as à “ideologia do jornalismo” seguida nas redações, que preserva a concepção de uma correspondência tão perfeita da representação jornalística com os fatos que foi denominada de teoria do jornalismo como espelho da realidade. Assim, é possível identificar a ausência quase completa na literatura sobre o jornalismo da análise da duplidade de papéis existente na instituição jornalística (controladores acionários do investimento de capital nos veículos e seus dirigentes diretos, garantidores da política editorial, por um lado, e os jornalistas empregados da organização empresarial, a quem as legislações atribuem a responsabilidade de zelar pela credibilidade e fidedignidade das notícias junto ao público, por outro), com a admirável exceção de John Dewey, Warren Breed e poucos outros.

Neste caso, podemos vislumbrar, no mesmo sentido de que Breed fala de “tabu ético”, que faz com que os proprietários procurem determinar de forma dissimulada a atuação dos jornalistas, para evitar a perda de credibilidade do veículo diante da autocompreensão normativa que a autoridade do público o obriga a afirmar no espaço público, a existência de um tabu ideológico para o não reconhecimento da duplidade de papéis contraditórios na instituição jornalística. Com esta maquinção ideológica, a responsabilidade dos controlares do investimento de capital no veículo é ocultado,

enquanto é atribuído ao jornalista funcionário uma liberdade absoluta de *gatekeeper* para culpá-lo pelas distorções, porventura, verificadas.

Por outro lado, é patente o equívoco da perspectiva estruturalista de Hall de negar consciência e intenção deliberada na ação do jornalista, ao conceber a completa determinação da consciência dos indivíduos pela ideologia dominante capitalista, conforme a concepção marxista estruturalista de Louis Althusser, o que também contribui para a desvalorização do estatuto profissional do jornalismo.

A extraordinária contribuição de Traquina aos estudos sobre o jornalismo apresenta também outra lacuna quanto à avaliação epistemológica das diferenças das perspectivas construtivista e “realista”. Esta descrição possibilita situar estas diferenças como uma ruptura de paradigma científico propiciada pela guinada pragmática/lingüística, ao ensejar a superação da concepção “realista” entendida como expressão epistemológica do paradigma da tradição de ciência positivista, com a sua presunção de possibilidade de um conhecimento completo e acabado, capaz de verificar “objetivamente” a propriedade última das proposições (teoria da verdade como correspondência). No paradigma emergente do construtivismo desenvolve-se uma teoria consensual da verdade em que o conhecimento é concebido como um processo sempre incompleto, *ad infinitum*, provisório e permanentemente dependente da validação pelo consenso intersubjetivo da comunidade de comunicação, rompendo o selo metafísico que o paradigma tradicional atribuía à autoridade filosófica da consciência do sujeito transcendental para apontar o que seria válido, racional e verdadeiro.

Esta mudança na concepção epistemológica tem a capacidade de esclarecer por que o conhecimento dos “fatos reais, puros e absolutos” da presunção positivista constitui uma mitificação com implicações ideológicas graves, e muito piores do que as insuficiências teóricas, com a sua aplicação prática na realidade empírica do exercício profissional. O conhecimento sobre a realidade exige necessariamente do jornalista uma mediação sobre o filtro social constituído pelo mundo de referências (conjunto compartilhado de

interpretações, segundo Alsina), que precisa ter as suas escolhas justificadas detalhadamente de forma clara e transparente para o público. Porém, a partir do reconhecimento da diversidade de interpretações sobre a realidade social, o profissional precisa adotar uma posição pluralista de contemplar na representação jornalística todas as versões significativas envolvidas nos temas tratados na sua pauta (ouvir o outro lado), o que, certamente, foi agregado à deontologia da profissão por pressão dos jornalistas e do público para fugir do pensamento único e monolítico pressuposto na epistemologia positivista da objetividade, que não admite controvérsia sobre o “fato real, puro e absoluto”, contra o qual “não são aceitos argumentos”.

Por isso, fica evidente a contradição epistemológica existente nos conceitos de objetividade e profissionalismo no jornalismo, quando faz conviver a noção de que “é a própria realidade que faz a notícia ser como é” e o compromisso democrático com o respeito ao pluralismo.

Outra discussão auspíciosa colocada por Nelson Traquina surge de sua distinção no conjunto das reflexões construtivistas sobre o jornalismo das teorias estruturalista e interacionista, exatamente no tocante à capacidade de ação racional do jornalista na produção da notícia ou à sua determinação através dos mapas culturais de interpretação da realidade. Assim, a despeito do mérito de denunciar o alinhamento com os interesses ideológicos da estrutura de poder e que os “definidores primários” da notícia não são os jornalistas e sim as fontes oficiais, Traquina (2005, p. 180) observa que

a relação entre os chamados “definidores primários” e os profissionais do campo jornalístico é encarada como uma relação unidirecional: os chamados “definidores primários” comandam a ação. Neste ponto ponto-chave, a teoria estruturalista é criticada por um determinismo excessivo. Não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; os jornalistas nunca tomam a iniciativa, nunca desafiam os “definidores primários”, por exemplo, através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação, ou os furos. Segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação antes da definição

principal. Encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como objeto de interesse, recurso potencial para todos os diversos agentes sociais.

Na teoria interacionista, por sua vez, o papel do jornalista não é visto, conforme registra Traquina (2005, p. 204), como o de mero observador passivo, pois exerce uma atuação ativa na construção da realidade, sendo as notícias, portanto, compreendidas como o resultado de um processo de interação social, onde “o mundo social e político não é uma realidade predeterminada e ‘dura’ que os jornalistas ‘refletem’: a atividade jornalística é, para estes teóricos, bem mais complexa do que a ideologia jornalística sugere”.

Portanto, a complexidade ideológica da interação do jornalista com a direção do veículo e sua política editorial, as pressões das fontes e as expectativas do público que configuram o “cabo de guerra” sobre a disputa de poder pela definição da realidade exige uma compreensão mais aprofundada da “ideologia do jornalismo” e os conceitos de objetividade e profissionalismo que regulam o exercício profissional. Para que o discurso ideológico da classe dominante conquiste a hegemonia na sociedade precisa articular elementos periféricos das ideologias das classes subalternas para garantir a sua adesão ao projeto de dominação. Da mesma maneira, para obter o envolvimento dos seus jornalistas funcionários e a anuência do público às concepções de objetividade e profissionalismo contidas na sua política editorial, os proprietários e dirigentes dos veículos jornalísticos admitem ideias de imparcialidade, neutralidade, pluralismo e “*fairness*”, que são contraditórias com a epistemologia positivista da objetividade do conhecimento do fato “real” preexistente à apuração jornalística, enquanto não se tornam inconvenientes aos seus interesses corporativos estratégicos e não são cobrados pela sociedade.

Assim, diante deste desafio de tentar aprofundar estas questões epistemológicas e teóricas, bem como as questões ideológicas e práticas o exercício profissional, que, inclusive se insere na controvérsia sociológica

entre estrutura e agência, acreditamos que a chave para a sua compreensão pode ser apresentada com a resgate da Filosofia Pragmática da Comunicação.

2.33 TEORIA DA AÇÃO JORNALÍSTICA

Fundamentado na filosofia pragmática da comunicação, Manoel Chaparro (1994, p. 22) salienta que, o exercício profissional jornalístico implica três condições deontológicas relevantes, pois, como todo enunciado é a execução de uma ação social,

(1) o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções. (2) Porque as ações são conscientes, controláveis e intencionadas, cada jornalista é responsável moral pelos seus afazeres. (3) Se uma intenção se refere unicamente à execução de um fazer, então as intenções dos fazeres jornalísticos estão necessariamente vinculados aos motivos éticos próprios do jornalismo.

Por isso, Chaparro (1994, p. 22) afirma que “a âncora ética do jornalismo, da qual deriva a responsabilidade moral de cada jornalista pelo seu fazer, é o direito individual e universal de investigar, receber e difundir informações e opiniões”. E, assim, o pensador português destaca que, nos processos sociais, o jornalismo é o elo que cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação. “Eis aí o vínculo com o princípio ético universal que deve orientar a moral das ações jornalísticas e em função do qual o jornalista assume a responsabilidade consciente pelos seus afazeres profissionais (Chaparro, 1994, p. 23).

Neste sentido, diferentemente da concepção epistemológica positivista da objetividade como distinção entre fato e opinião, redutora do estatuto e completamente repressora do papel do jornalista, prescreve que

Sob o ponto de vista ético, a intencionalidade jornalística precisa do *porquê* (motivo), não do *para quê* (propósito). Conectada aos motivos éticos, a intenção controla a utilização das técnicas, inspira a curiosidade,

ativa a compreensão, gera critérios valorativos para a apuração, depuração e ordenação das informações e opiniões recolhidas. E dá direção à sensibilidade criativa, na elaboração do relato veraz (Chaparro, 1994, pp. 120-121).

No entanto, para exemplificação do limite da ação consciente do jornalista na definição dos critérios valorativos de sua apuração, adverte que a expansão da ação comunicativa está na esfera dos interesses do receptor, uma vez que o profissional precisa distinguir a autoridade do público de sua função, pois “denunciar à sociedade o comportamento corrupto e imoral de um presidente da República é dever do jornalismo e do jornalista; derrubá-lo é prerrogativa do povo organizado” (Chaparro, 1994, p. 121).

Desta maneira, o pensador português expressa, sobre a atividade jornalística na produção da notícia, três inquietações. 1 – Como se manifestam, se escondem ou se simulam os propósitos que motivam e as intenções que controlam as mensagens jornalísticas na imprensa diária brasileira. 2 – Que interesses estão conectados a tais propósitos e que princípios éticos inspiram as intenções ordenadoras da ação jornalística. 3 – Que influências a explicitação ou não explicitação das intenções exerce na vontade do leitor no que se refere à decisão de ler ou não ler, aceitar ou rejeitar a mensagem? (Chaparro, 1994, p. 13)

Para evidenciar a sua orientação com a Filosofia Pragmática da Comunicação, o pesquisador lembra que, nesta perspectiva epistemológica, segue-se o princípio de que o significado de uma concepção se expressa em suas consequências práticas, já que a Pragmática é o fenômeno das relações dos elementos discursivos com os usuários, uma vez que “no jornalismo as ações, os afazeres e seus contextos são de alta complexidade, pois se trata de um processo social e cultural de intermediação com múltiplos emissores produtores (de informações e opiniões) e receptores usuários”. (Chaparro, 1994, pp. 17-18)

O Chaparro acrescenta que a conexão teórica entre jornalismo e pragmática está assentada no reconhecimento de que a utilização da língua não se

reduz a produzir um enunciado, senão que esse enunciado é a execução de uma ação social, o que significa localizar o fazer humano no âmbito do cognitivo, sem o que o conceito de ação não seria satisfatório.

Ora, se a intenção controla conscientemente a ação, quando se trata de comunicação social, em especial quando a ação está na esfera da informação de interesse público, a intenção impõe o caráter moral à ação, e esse caráter moral por sua vez deve estar conectado a um princípio ético orientador. (...) E porque os propósitos jornalísticos se limitam à finalidade de informar tendo em vista o interesse público, a intenção – controle consciente do fazer – precisa de um princípio ético ou de um valor moral para escolher e administrar criativamente as técnicas do fazer tendo em vista a elaboração estética. (Chaparro, 1994, p. 22)

Para estudioso, o território do interesse público próprio do jornalismo é um território de conflitos, pois o direito declarado, na sua definição de universalidade pessoal, estabelece de imediato que esse direito deve ser assegurado aos que não o podem exercer. Por isso, lamenta a discriminação social que reserva a poucos o acesso aos meios informativos, observando que todas as cautelas prévias ou simultâneas que supõem filtros de qualquer tipo representam cortes consideráveis impostos ao fluxo, idealmente universal, do direito à informação, o que acontece, às vezes, até dentro dos próprios jornais, onde “estas limitações se estendem aos profissionais da informação, submetidos a controles administrativos e ideológicos”. (Chaparro, 1994, p. 23)

2.34 OS SINTOMAS DA DISTORÇÃO DE INFORMAÇÕES

O escamoteio ou a distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ao prejudicam alguém; a frequente prevalência dos objetivos

do marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com se protege o erro e se faz a apropriação anti-social do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social. (Chaparro, 1994, p. 108)

Este contexto negativo no cenário jornalístico leva o estudioso a diagnosticar a existência de uma patologia de princípios, que para ser bem compreendida precisa de um instrumental de análise numa nova base teórica, propiciado pela pragmática, capaz de descrever a ação jornalística na complexidade da mediação social que lhe é própria, bem como as implicações éticas que daí derivam, no plano da consciência e em termos de responsabilidade individual.

Segundo o pesquisador português, o modelo pragmático proposto, descritivo da ação jornalística, não é um cadeado racionalista, fechado à complexidade pluralista dos processos sociais e culturais, dentro dos quais ocorre o jornalismo, construindo processos pelo confronto e pela cooperação em três polos de interação.

Na concepção do modelo, as fronteiras para as interferências dos autores e atores sociais estão totalmente abertas nos três polos de interação: com a **sociedade**, que estabelece princípios e costumes, portanto, as razões éticas e morais; com a **atualidade**, representada não apenas pelo que acontece, mas também por aquilo que as pessoas querem dizer e saber sobre o que acontece; e com a **recepção ativa**, donde se dá o encontro de expectativas e perspectivas. A ação jornalística ocorre e desenvolve-se na dinâmica desse tripé e integrada a ele. Com a sociedade institucionalizada, o jornalismo e o jornalista interagem num cenário de obrigações e direitos, regulado pelas leis e pelos costumes. Daí derivam os balizamentos éticos e morais os *quê*s e os *porquês* que devem servir de motivo à ação jornalística, caldeados pela consciência profissional,

a faculdade moral de decidir pelo que é correto – o que supõe o conhecimento e a compreensão dos valores em jogo e a liberdade de ação. (Chaparro, 1994, p. 117)

Diante dos resíduos da ideologia epistêmica positivista da objetividade, sobretudo no obscurantismo colocado pelas noções de avaloratividade científica e neutralidade axiológica, Manoel Chaparro chama a atenção para a concepção de interesse estigmatizado pela ciência tradicional como prometedor dos propósitos dignos dos cientistas ou da honestidade dos jornalistas, pretendendo ocultar na discussão da atualidade acontecimentos e demandas que inviabilizam a recepção ativa do público frustrado em suas expectativas e perspectivas devido à falta da interação decorrente da ausência de circulação e negociação de interesses.

2.35 A questão maior do interesse

Depois de lembrar a visão pragmática de Kant de que interesse é aquilo que faz a razão se tornar prática e determinante da vontade, Manoel Chaparro (1994, p. 118) registra que “a palavra interesse é a que mais se repete nas definições do que seja jornalismo, simbolizado na notícia, sua expressão de essência”.

Aliás, nunca é demais lembrar que a atividade jornalística deve ser avaliada e avalizada pelas razões do interesse público, parâmetro gerador dos critérios jornalísticos de valoração da informação. E quanto mais vigorosos forem os atributos de relevância social da informação, maior será a dimensão do interesse público atendido. O interesse pode ser considerado, portanto, o atributo de definição do jornalismo. Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses. Esse atributo de definição pode alcançar maior ou menor intensidade, dependendo da existência, em maior ou menor grau, de atributos de relevância no conteúdo. (Chaparro, 1994, pp. 118-119)

Nesta perspectiva, pressupõe-se que o aprofundamento da discussão pública com a apresentação pluralista de uma diversidade significativa das versões

e fontes existentes na sociedade, através de um desempenho jornalístico que não se furte a fazer um juízo rigoroso do desempenho dos representantes políticos, exorta as pessoas que compõem o público a desenvolverem a sua consciência cívica e a exercerem com mais consistência a cidadania.

O estudo parte do pressuposto de que a intolerância, as discriminações e violências que vêm se agravando nos últimos tempos em nossa sociedade são consequências do recrudescimento da crise estrutural de sentido (Berger; Luckmann, 2004), alimentada pela comunicação sistematicamente distorcida produzida pela cobertura cotidiana da grande mídia - inclusive dos grandes portais da internet -, como estratégia de dominação da estrutura de poder que controla os aparelhos de estado e as grandes corporações do mercado, monopolizando com suas fontes oficiais o processo de formação de sentidos e identidades e a deliberação sobre os assuntos de interesse coletivo.

Portanto, a distorção sistemática da comunicação (Habermas, 1997) pode ser entendida como decorrência da prevalência dos critérios mercadológicos e burocráticos de seleção dos acontecimentos da pauta, que subestimam o discernimento do público entendido como constituído por pessoas que apenas buscam passivamente entretenimento no consumo das notícias sem vislumbrar a possibilidade desta representação simbólica contida nas notícias viabilizar a emergência da autoridade do público constituída pelo poder da coletividade para neutralizar os interesses particulares poderosos e subsidiar um exercício da cidadania ativo e eficiente para afirmação da soberania popular e aproximar a resolução dos problemas sociais.

2.36 A PESQUISA

O conteúdo dos resultados desta pesquisa está descrito através do relatório final intitulado “Qualidade do Jornalismo, Ética e Ideologia: A tensão entre Autonomia do Jornalista, Política Editorial e Autoridade do Público”, apresentado em atendimento ao edital da Chamada CNPq nº 09/2020 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Modalidade/Nível: PQ-2 - Processo: 305448/2020-0.

A pesquisa “Qualidade do Jornalismo, Ética e Ideologia: A tensão entre Autonomia do Jornalista, Política Editorial e Autoridade do Público” foi realizada nos anos de 2021, 2022 e 2023, para investigar a cobertura política dos periódicos nacionais Folha de São Paulo e O Globo e pernambucanos Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco, evidenciou uma acentuada tendência de comprometimento da diversidade significativa de versões e fontes na produção noticiosa, situação considerada preocupante diante da pressuposição assumida na investigação de que a qualidade do jornalismo está completamente vinculada à autonomia do jornalista para poder representar o pluralismo das interpretações existentes na sociedade. Portanto, na produção noticiosa, os diversos discursos ideológicos de classes, etnias, gêneros e orientações culturais, políticas e religiosas são concebidos como imprescindíveis para formação de uma opinião pública qualificada que, assim, possibilite a defesa do interesse coletivo diante da influência dos grupos que controlam os aparelhos de Estado e as grandes corporações do mercado, contribuindo com a consolidação democrática. Desta maneira, a pesquisa confirmou investigações anteriores que constaram na produção noticiosa dos periódicos estudados uma grande maioria de matérias com fonte e versão únicas, com várias fontes, mas todas inseridas numa mesma versão e também de diversidade reprimida, quando são apresentadas mais de uma versão, porém privilegiando e enaltecedo uma em detrimento da outra ou outras.

Neste sentido, os resultados coincidem com o reconhecimento de que a autonomia do jornalista foi não só reprimida, no âmbito organizacional, pela política editorial dos veículos e, de forma difusa, pela ideologia epistêmica positivista da objetividade, conforme a classificação de Jean Piaget e Rolando Garcia (2011), mas também pelas pressões sistêmicas externas da burocracia e do mercado, que, segundo Oliver Boyd-Barrett (2023), funcionam como filtros do modelo de propaganda para consecução dos interesses do sistema político e econômico. Coincidentes também no reconhecimento do desempenho precário das produções noticiosas nos três primeiros anos desta investigação figuram os resultados da pesquisa de Adriana Barssotti

(2023, p. 83), que responsabiliza por isso o jornalismo declaratório, que se restringe à mera divulgação do relato das fontes oficiais, sem qualquer interpretação crítica, considerando-o “uma das faces nefastas da estratégia da objetividade”.

Assim, a fundamentação epistemológica/metodológica foi baseada nas reflexões sobre qualidade do jornalismo de Christofeletti (2018), Rothberg (2020), na teoria da autoridade jornalística de Matt Carlson (2017) e nas teorias de jornalismo de Edward Herman (2016), Warren Breed (2016), Guy Tuchman (2016), Robert Park (2008), Edward Ross (2008), Hallin e Mancini (2010), Miquel Alsina (2012) e nas categorias de enquadramento de Mauro Porto (2008). Diante do grande número de matérias pretensamente “factuals” sem fontes em que só aparece a descrição do jornalista, especialmente inspiradas na teoria do espelho, foi introduzida uma nova categoria de análise: o enquadramento episódico de Mauro Porto. Nas entrevistas com os jornalistas, a maioria evidenciou, não só reconhecimento da pressão da política editorial dos veículos comerciais tradicionais comprometendo a autonomia dos profissionais, mas também a consciência de que, não só pode, como deve, negociar com os dirigentes dos jornais uma maior diversidade significativa de versões e fontes para contribuir para um maior esclarecimento do público e para a mudança social.

2.36.1 Tema

A análise da cobertura da editoria de política realizada pelos jornais de referência pernambucanos (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*) e nacionais (*Folha de São Paulo* e *O Globo*), foi desenvolvida desde 2021, para verificar a capacidade do jornalismo articular com autonomia a discussão pública com uma representação simbólica dos acontecimentos que contemple a formação da opinião pública como tribunal da aprovação ou desaprovação dos posicionamentos políticos, possibilitando a atuação republicana das instituições democráticas e estimulando a reflexão crítica e o exercício consequente da cidadania política por parte do público. Por isso, acreditamos que os resultados desta investigação possibilitem uma

avaliação consistente da cobertura política desses veículos nacionais e estaduais quanto à sua contribuição ou não para a consolidação do processo democrático. Infelizmente, a tendência que se evidenciou é de uma cobertura muito superficial e restrita às declarações das fontes oficiais, sem praticamente mediação crítica.

2.36.2 Metodologia

Assim, a pesquisa procurou construir um panorama da qualidade da cobertura noticiosa dos periódicos pernambucanos Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco e nacionais Folha de São Paulo e O Globo, em duas perspectivas.

- a. A primeira de acordo com os critérios de relevância na seleção das notícias, quando contemplam os legítimos interesses da sociedade, através da disponibilização de informações sobre a atuação dos representantes políticos que possam transformar positivamente a realidade das pessoas que compõem o público, fazendo-as compreender melhor seus problemas e, assim, a enfrentá-los buscando a sua resolução, o que enfatiza o seu caráter racional; e, no sentido contrário, de acordo com a classificação dos critérios de seleção de notícias como irrelevantes na medida em que a escolha dos acontecimentos é decidida pelo infoentretenimento, ou seja, pela intenção de atrair a audiência pela estimulação da emoção e do desejo de entretenimento através da espetacularização e do sensacionalismo.
- b. A segunda perspectiva no levantamento desta investigação científica focaliza no processo de produção jornalístico o momento estratégico da construção da notícia, em que se define o enquadramento do acontecimento com a interpretação de suas fontes e versões. Neste âmbito, é importante salientar a observação de Márcia Benetti (2010, p. 119) sobre a complexidade do estudo dos enunciadores para reconhecer a pluralidade e diversidade de versões e fontes no jornalismo, pois um discurso aparentemente polifônico pode ser “um discurso apenas falsamente plural”, quando as fontes enunciam “sob a mesma perspectiva, filiadas aos

mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras”.

Esta situação evidencia uma faceta sofística do processo de manipulação na produção jornalística em que se pretende conferir um caráter pluralista quando na verdade deste não passa de um simulacro, que dissimula a tendenciosidade simulando um enquadramento dialógico com várias fontes, mas na verdade apresenta apenas uma versão. Pode-se identificar este caso com o que Mauro Porto (2004) denomina de enquadramento plural fechado. As demais situações previstas na classificação de Porto são enquadramentos plural aberto (várias versões e fontes), restrito (apenas uma versão e fonte) e episódico (apenas com a fala do jornalista). Esta classificação mantém alta correspondência com as categorias de Edward Herman (2016): diversidade significativa de versões e fontes (a situação ideal das teorias democrática e do jornalismo) e a diversidade marginalizada ou reprimida (mais de uma versão, porém privilegiando francamente uma delas), a qual pode ser dobrada para contemplar a observação de Márcia Benetti na diversidade reprimida que pretende simular pluralismo com a apresentação de mais de uma fonte, mas com apenas uma versão.

A pesquisa elegeu como *corpus* da investigação, na sua primeira parte, a análise dos produtos (notícias) da cobertura política dos jornais de referência estaduais (*Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*) e nacionais (*Folha de São Paulo* e *O GLOBO*), veiculadas nas edições nos meses de abril, maio e junho de 2021, 2022 e 2023 (Fase 1). A escolha dos dois jornais pernambucanos e nacionais explica-se pela característica comum de se constituírem em jornais de referência para um público com maior capital cultural/simbólico e, portanto, mais exigente, o que pressupõe um maior nível de reflexão crítica e racionalização na construção da representação simbólica da realidade. Serão registradas nas matérias as suas posturas monológica (quando apresentar apenas uma versão dos fatos, com fontes e versões identificadas com as elites) e dialógica com diversidade significativa (quando for pluralista em relação às diversas interpretações sobre as questões em discussão, com a

concessão de espaço a atores sociais das diversas classes, etnias, religiões, gêneros e orientação sexual).

O objetivo geral desta investigação foi descrever como o discurso dos dois jornais nacionais e dos dois jornais pernambucanos se posiciona quanto ao nível de racionalização pressuposto na esfera pública, avaliando como a autonomia do jornalista diante da política editorial do veículo relaciona-se com a possibilidade da autoridade do público, ou seja, como a coletividade pode exercer influência para neutralizar a distorção sistemática da comunicação promovida pelos grupos que controlam o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado. Acreditamos que a consecução deste objetivo pode verificar a hipótese da autoridade jornalística articular uma discussão ética entre os diversos posicionamentos políticos contemplando o pluralismo e a diversidade de versões, ou seja, um enquadramento dialógico. Evidentemente, não se tratou de uma pesquisa de recepção, pois se restringiu a analisar como são concebidos e pressupostos pela produção jornalística a esfera pública e o seu nível de discernimento.

Os objetivos específicos, na análise dos produtos, relacionam o nível de relevância/irrelevância verificado na seleção dos eventos de campanha eleitoral como variável vinculada ao critério de importância e consequência das pautas para o público (jornalismo de prestação de serviço público), ou, no sentido oposto, atrelado simplesmente ao interesse de mercado da organização empresarial (jornalismo de infoentretenimento). Na medida em que a produção jornalística contextualiza, apura, investiga, inquire e questiona os posicionamentos configura-se a categoria de **validade**, cuja pretensão é o reconhecimento consensual racionalmente motivado, ou seja, concordância determinada exclusivamente pela lógica do melhor argumento: No sentido oposto, quando prevalece a coação de pressões externas configura-se a categoria de **facticidade**, exercida como pretensão de força e repressão à diversidade, configurando enquadramentos monológicos. Portanto, as avaliações a partir dessas categorias tiveram o propósito de mensurar como os periódicos investigados concebem o grau de racionalização, a capacidade de crítica e exercício de cidadania das sociedades nacional e estadual.

Desta maneira, a pesquisa construiu um panorama geral da qualidade do jornalismo impresso pernambucano e nacional de referência e seu papel na discussão política e na deliberação pública sobre questões de interesse coletivo, descrevendo como esta mídia noticiosa expressou o nível de crítica e cidadania concebido de seu público, a partir da forma como elabora a sua representação simbólica do processo político e da realidade do argumento, o que implica a contextualização de uma diversidade significativa de versões e vozes sociais, expressando enquadramentos dialógicos; verificar nas matérias jornalísticas a distribuição das fontes jornalísticas (tipos de atores sociais citados), a frequência e o tipo de acesso ao espaço da mídia noticiosa que dispõem; traçando um quadro dos resultados obtidos na coleta da fase quantitativa da pesquisa durante cada um dos anos de 2021, 2022 e 2023.

Neste processo, utilizando a classificação de Schmitz (2018) de autonomia (ideal, percebida empiricamente no ambiente de trabalho, e a efetiva mensurada na análise da produção jornalística), na Fase 1 foi aferido o grau de autonomia identificado na produção das notícia e na Fase 2 foram avaliados nas entrevistas como os jornalistas vislumbram idealmente o seu papel social e como percebe o grau de autonomia que dispõem empiricamente no seu exercício profissional.

Com isso, este projeto pretendeu evidenciar características dos produtos jornalísticos dos periódicos analisados, no primeiro momento quantitativo, e, na parte qualitativa, através da análise dos conteúdos coletados nas entrevistas da segunda fase, identificar os significados com que os jornalistas fundamentam as suas decisões diante das alternativas admitidas pela política editorial dos veículos.

A opção inicial por um tratamento quantitativo do corpus, no entanto, não se deve entendida como uma negação da importância da pesquisa qualitativa, mas como uma afirmação da compreensão de que a aplicação das duas perspectivas metodológicas é não só possível mas até recomendável, pois há compatibilidade técnica na sua utilização simultânea. Bauer, Gaskell e Allum (2012), pesquisadores da Universidade de Londres, chegam, inclusive, a

assegurar que não existe quantificação sem qualificação, pois a mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social, que constitui uma atividade qualitativa. “As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria” (Bauer; Gaskell; Allum, 2002, p. 24).

Na linha do pluralismo metodológico, Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 26) observam que diferentes metodologias, numa visão holística, têm contribuições diversas a oferecer ao “processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados”.

Assim, as categorias relevância/irrelevância e diversidade significativa/reprimida utilizadas referem-se à disposição da produção jornalística de estabelecer na discussão pública o debate sobre questões substantivas para a sociedade, entendendo-a como sujeito de sua história e, portanto, capaz de decidir os seus rumos futuros, o que pode consagrar a instituição jornalística como estuário da história em construção, local onde se pode concretizar, mesmo que de forma provisória e sempre incompleta, a utopia da democracia deliberativa.

É preciso registrar que o desenvolvimento da pesquisa identificou um número extremamente elevado de matérias “factual”, aparentemente, desoneradas de quaisquer implicações interpretativas, refletindo a concepção da ideologia epistêmica positivista da objetividade consagrada na teoria do espelho, que atribui ao jornalismo a função exclusiva de descrever (espelhar) a realidade. Assim, foi necessário adotar uma nova categoria analítica (variável), o Enquadramento Episódico, da classificação de Mauro Porto. Paradoxalmente, além das matérias em que não há nenhuma fonte, só o discurso do jornalista, descrevendo notícias factuais com informações pretensamente técnicas, sem nenhuma problematização carente de interpretação, verificaram-se matérias que especulavam a partir de “acenos” e

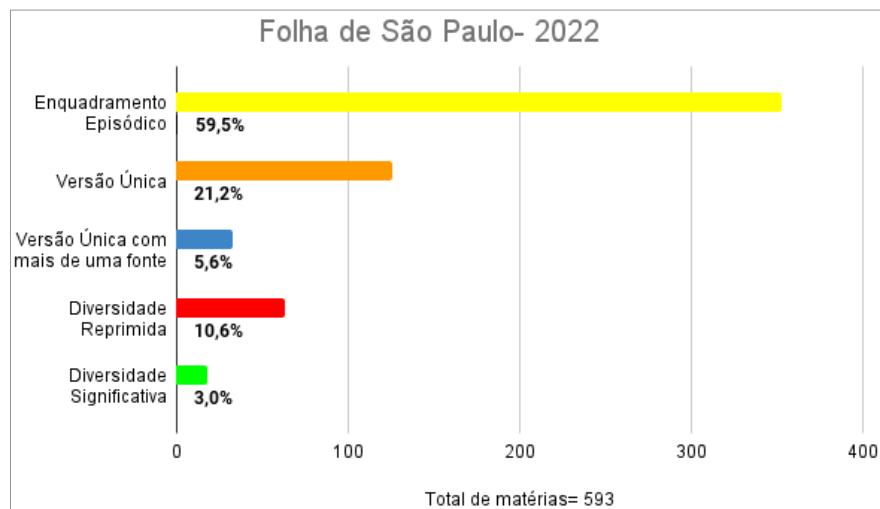
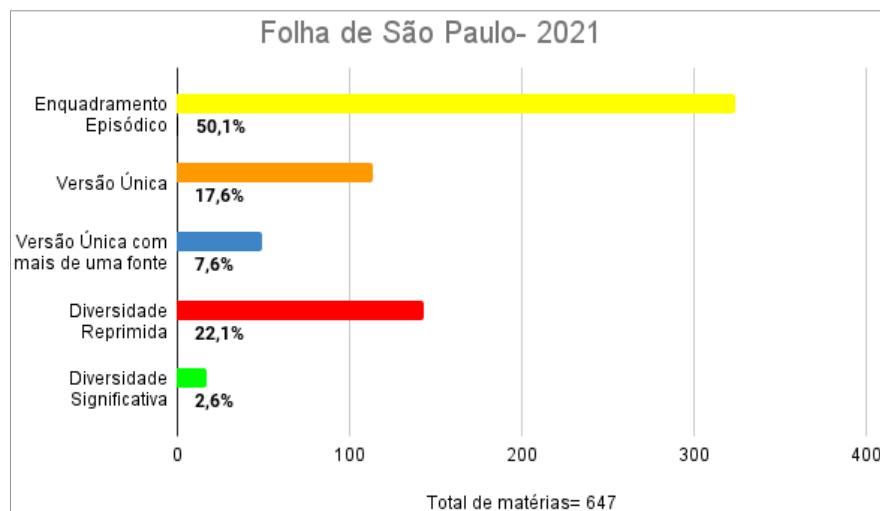
“sinalizações” de fontes anônimas e/ou indeterminadas revelando tendências nas disputas políticas, sem que o motivo do anonimato ou indeterminação fosse cogitado e discutido, estabelecendo um quadro de obscurantismo que não pressupõe a formação de um consenso racional na opinião pública e se restringindo a contemplar interesses particulares, possivelmente escusos, porque não ousam se assumir publicamente.

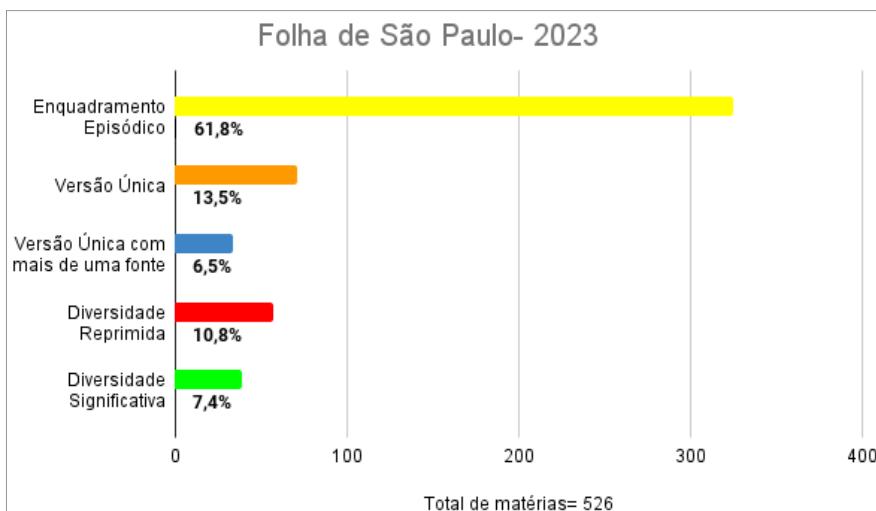
Também foi, especialmente, surpreendente, o grande volume de matérias identificadas na variável diversidade reprimida ou marginalizada, quando efetivamente a produção noticiosa apresenta mais de uma versão, porém privilegiando uma em detrimento da outra ou outras. Historicamente, a diversidade reprimida favorecia as posições hegemônicas da ideologia dominante e estigmatizava as versões vinculadas às classes subalternizadas e movimentos sociais da periferia que se posicionam de forma contra hegemônica. No período investigado, no entanto, a configuração de sentido desta variável foi completamente alterada devido à circunstância inusitada do discurso do presidente Bolsonaro, sobretudo depois das suas aberrações durante a pandemia, ter atingido um nível de desmoralização que passou a comprometer a já combalida credibilidade dos grandes veículos por conta do clima de opinião criado para respaldar o golpe contra Dilma, a prisão de Lula e a própria eleição do militar reformado em 2018.

Desta maneira, as reiteradas alegações de Bolsonaro contra as vacinas, o confinamento preventivo à Covid, bem como contra as urnas eletrônicas, ao Supremo Tribunal Federal e seus ministros e ao próprio Estado de Direito Democrático de uma maneira geral, foram beneficiadas pelo jornalismo declaratório (Barsotti, 2022), que não apurou, contextualizou e denunciou o conteúdo das falsas informações, tornando-se, assim, cúmplice dessa estratégia golpista. Então, a maioria da grande mídia, depois da evolução da pandemia, quando, inclusive, formou um consórcio para garantir a divulgação dos dados da Covid, não teve outra alternativa, para tentar reverter a sua crise de legitimidade, a não ser acusar como mentirosas as alegações de Bolsonaro, fazendo com que a variável da diversidade reprimida apresentasse uma elevada frequência com esta configuração de sentido.

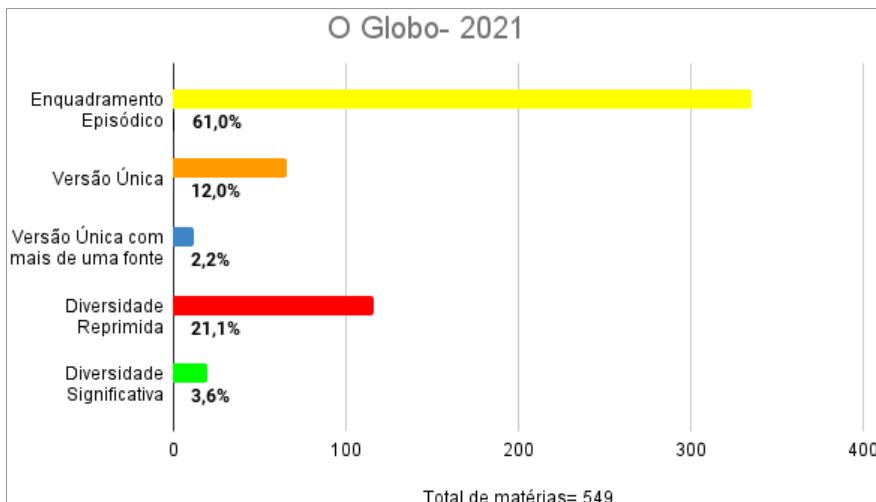
2.37 RESULTADOS ALCANÇADOS NA FASE 1

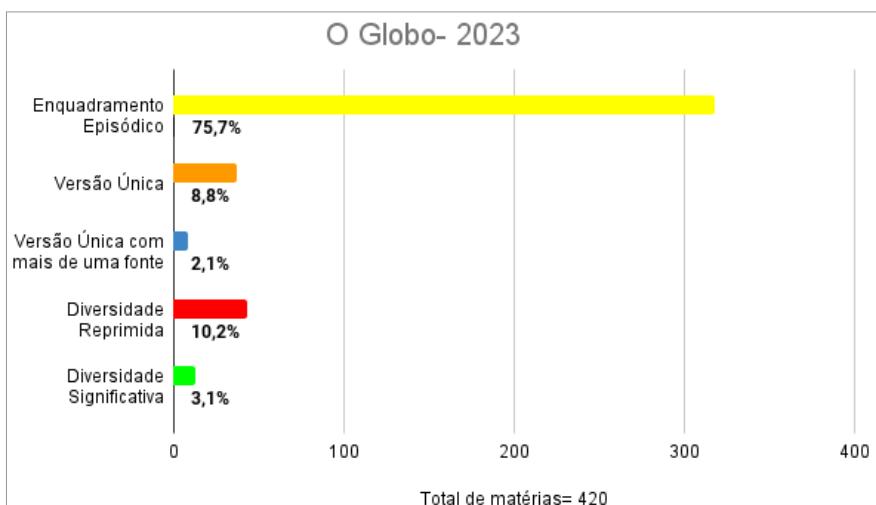
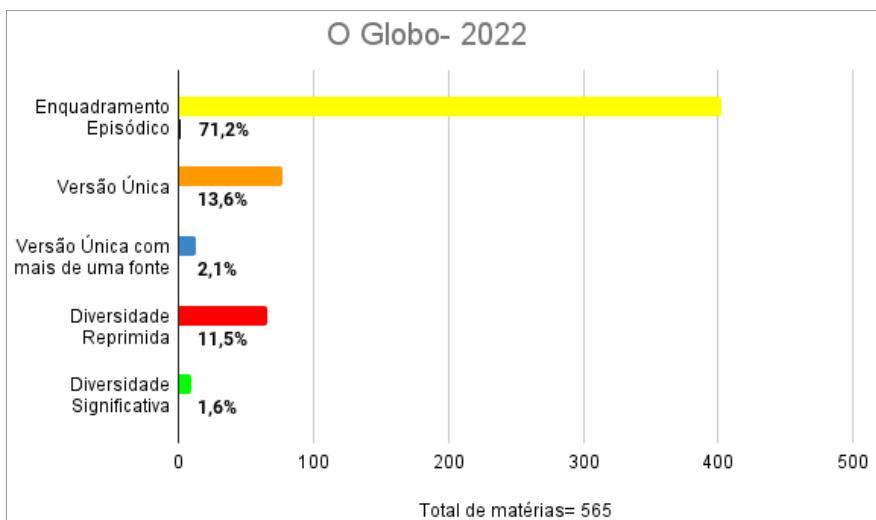
2.37.1 Folha de São Paulo – Frequências



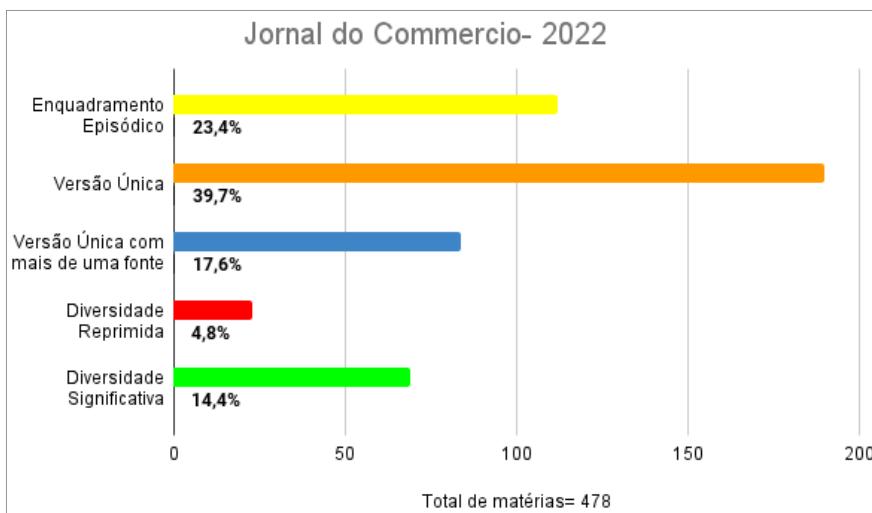
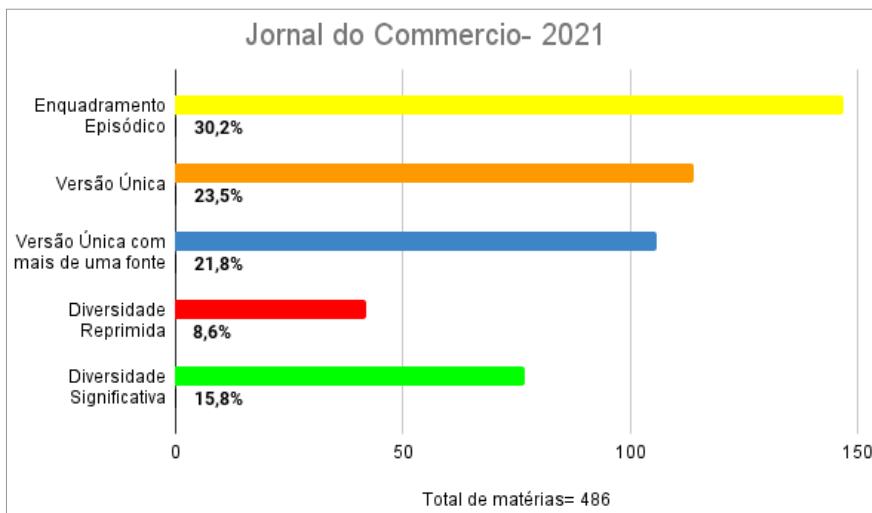


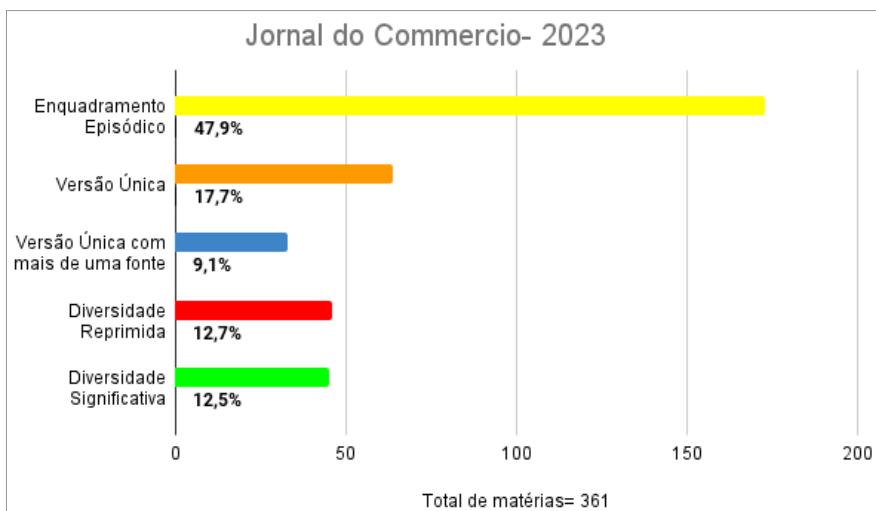
2.37.2 O Globo – Frequências



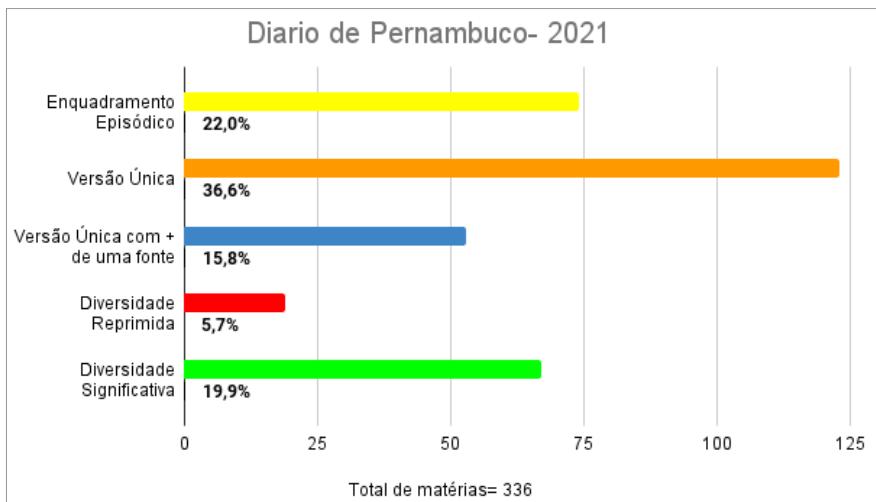


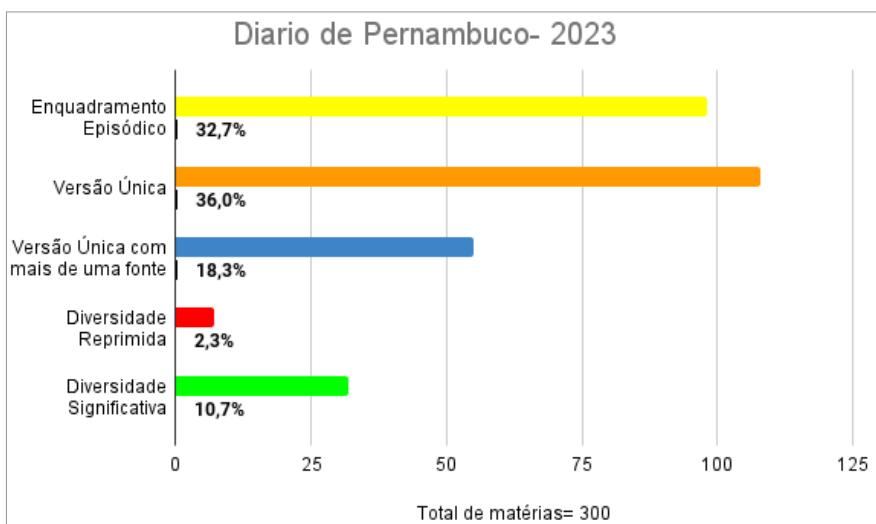
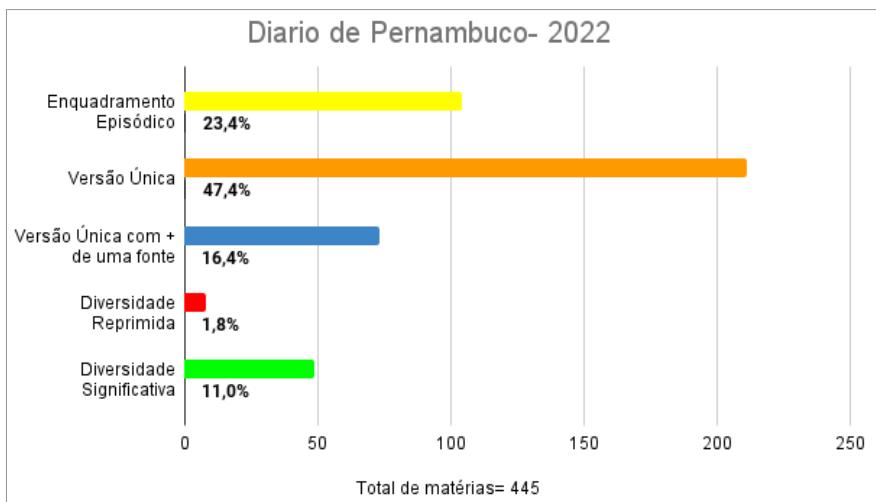
2.37.3 Jornal do Commercio – Frequências





2.37.4 Diario de Pernambuco – Frequências





2.38 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA FASE 1

Assim, creditamos que esta pesquisa propiciou um quadro consistente da qualidade da cobertura política dos periódicos **Jornal do Commercio**, **Diario de Pernambuco**, **Folha de S. Paulo** e **O GLOBO**, quanto ao seu papel de se constituir em referência para o exercício da cidadania política, assim

como, nos seus desvios e omissões, de contribuir para a disseminação de uma visão naturalizada da sociedade que desautoriza a consciência da responsabilidade do cidadão de participar da construção social da realidade, incorrendo numa comunicação sistematicamente distorcida para manipular a vontade popular nas deliberações públicas. Infelizmente, a segunda hipótese foi amplamente dominante, o que ficou evidenciado pela extremamente pequena frequência de matérias com diversidade significativa de versões e fontes verificadas na primeira fase da investigação.

2.39 RESULTADOS ALCANÇADOS NA FASE 2

A segunda parte da pesquisa foi realizada com as entrevistas gravadas com jornalistas dos citados periódicos nacionais e pernambucanos, nos meses de outubro e novembro de 2021, 2022 e 2023. As categorias analíticas aplicadas no tratamento dos dados coletados nestas entrevistas contemplaram as variáveis previstas nos objetivos geral e específicos, quanto à forma como os profissionais fundamentam teoricamente suas decisões: a) em relação à postura das matérias (monológica ou dialógica) e à utilização de pretensões de força ou validade para justificar os posicionamentos defendidos pelas fontes; b) sobre a escolha das fontes a serem ouvidas na cobertura política; c) na seleção dos acontecimentos o critério de relevância/irrelevância quanto aos legítimos interesses do público; e d) o grau de autonomia dos jornalistas em relação à política editorial do veículo.

Desta forma, após a coleta dos dados quantitativos, a pesquisa buscou sua autenticação como teoria crítica, aferindo a aceitação de seus resultados pelas pessoas envolvidas na investigação (jornalistas desses periódicos), através das entrevistas semiestruturadas.

Na descrição das formações discursivas (FDs), Márcia Benetti (2010. P. 112) observa que uma FD é uma “espécie de região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido – este segundo sentido, por sua vez, constituiria uma segunda FD”.

No mapeamento dos sentidos, é preciso limitar o campo de interpretação aos ‘sentidos nucleares’, isto é, a reunião, em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam aquele sentido nuclear. Assim, existem tantas formações discursivas quantos sentidos nucleares pudermos encontrar em um texto. (Benetti, 2010, p. 112)

Acrescenta Benetti (2020, p. 112) que uma configuração ideológica sempre determina o sentido, fazendo com ele venha definir “o que pode ser dito em cada conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra”.

Por isso conceitua-se uma formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito. Essa definição circular amarra a formação discursiva a uma formação ideológica, deduzindo que, daquela formação ideológica em particular, não poderia ser construído outro sentido que não aquele. (Benetti, 2020, p. 112)

Para fins de procedimento metodológico, Benetti (2010, p. 113) classifica de sequência discursiva (SD) os trechos recortados como sendo os mais significativos, expressivos e representativos de cada formação discursiva, numerando cada SD (SD1, SD2, SD3, etc.), para facilitar a organização do *corpus* da pesquisa.

Na utilização do esquema de Márcia Benetti de aplicação da análise de discurso nesta pesquisa, foram definidas as formações discursivas **FD1 - Autonomia plena**, quando, a exemplo da Teoria do Gatekeeper, o espaço de atuação do jornalista é concebido como de liberdade absoluta, sendo considerado como responsável exclusivo pela definição da notícia. Conceção contrária à de Stuart Hall (2016), que classificou o jornalista simplesmente como definidor secundário diante do papel de definidor primário das fontes oficiais da estrutura de poder, configurando a segunda formação discursiva **FD2 – Dependência Direta e Estrutural**. A partir da avaliação das posições aferidas nas entrevistas, pode-se reconhecer uma terceira formação

discursiva **FD3 - Autonomia Relativa**, quando os jornalistas reconhecem a contundente influência da política editorial dos veículos, mas afirmam, como descrito por Warren Breed e Herbert Gans, a possibilidade dos profissionais abrirem brechas nas barreiras impostas pela estrutura de poder para ampliar os limites da orientação corporativa das organizações empresariais, conferindo alguma diversidade significativa na representação das versões e fontes na articulação e mediação das deliberações políticas.

2.40 Análise das entrevistas com os jornalistas

Verificou-se nas entrevistas com os jornalistas, analisadas a seguir, uma razoável consciência da necessidade de enfrentar as contradições da ética deontológica, conforme a reflexão de John Soloski, e garantir a consecução do interesse público em relação à determinante influência dos interesses corporativos das organizações empresariais.

As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro semiestruturado para possibilitar um maior aprofundamento sobre a consciência dos jornalistas em relação à necessidade de autonomia no seu exercício profissional, especialmente quanto à política editorial do veículo, à relação com as fontes oficiais da estrutura de poder e ao compromisso ético da deontologia com o interesse público.

Para contribuir com o clima de confiança na coleta dos depoimentos, foi informado aos entrevistados que não seriam identificados pelos seus nomes e cargos, bem como os veículos. Assim, os periódicos estão referidos como A, B, C e D e os jornalistas como A1, B2, etc.

2.40.1 FD1 - Autonomia plena

Nesta formação discursiva será colocadas as sequências discursivas das entrevistas em que os profissionais expressam uma compreensão de que os jornalistas são os responsáveis exclusivos na definição das notícias, como se posicionam grande parte dos estudos da área. Enquadram-se nesta formação

discursivas as concepções que seguem a linha da Teoria do Gatekeeper, não reconhecendo a influência da política editorial e as pressões da estrutura de poder na definição da notícia.

2.40.2 FD2 – Dependência Direta e Estrutural

A segunda formação discursiva apresenta uma concepção de que o jornalista é completamente determinado pela ideologia “burguesa/capitalista” no seu entendimento sobre a realidade de uma maneira geral, mas também especificamente sobre o sentido da notícia, reduzindo-se a uma posição de subordinação estrutural aos “definidores primários” da informação jornalística, as fontes oficiais da estrutura de poder, chegando-se, como Stuart Hall, a dizer que a mídia noticiosa se alinha com os posicionamentos da ideologia dominante de maneira não intencional e não deliberada, conforme a concepção de Louis Althusser nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Na avaliação do papel da ideologia epistêmica positivista da objetividade, com a sua distinção entre fato e opinião, sobre a prática dos profissionais, é patente o perverso efeito de promover a desqualificação da interpretação e, consequentemente, o desempoderamento do jornalista de sua função de apresentar informações qualificadas, através de apuração, investigação, questionamento e opiniões fundamentadas e justificadas, para avaliação do público convocando-o a tomar uma posição a respeito. Assim, efetivamente, a ideologia epistêmica positivista da objetividade, concretizada na distinção entre fato e opinião, se constitui em e funciona como instrumento de opressão e tentativa de anulação absoluta da participação do jornalista na produção da notícia. Nesta formação discursiva também se enquadra a concepção da ação política de Noam Chomski e Edward Herman que não reconhece espaço para o jornalista se contrapor ao modelo de propaganda imposto pelas organizações empresariais e a estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado, submetido ao controle completo do sistema.

2.40.3 FD3 - Autonomia Relativa

Nesta terceira formação discursiva os jornalistas reconhecem a força da influência da política editorial dos veículos, mas afirmam a possibilidade de negociação, como relata Gaye Tuchman, ou de enfrentamento como num “cabo de guerra”, como classifica Herbert Gans, ou ainda como estratégias descritas por Warren Breed utilizadas pelos profissionais para abrir brechas nas barreiras impostas pela estrutura de poder e ampliar os limites da política editorial das organizações empresariais, conquistando posições de maior diversidade significativa na representação das versões e fontes na articulação e mediação das deliberações políticas.

2.40.4 FD1 - Autonomia plena – Análise das SD's

Ao analisar a formação discursiva que defende a existência de uma autonomia plena do jornalista, Sônia Serra (2001, p. 85) identifica a abordagem liberal-pluralista com a vinculação a uma concepção dos veículos de comunicação de massa como “organizações independentes da estrutura de poder da sociedade, controladas principalmente externamente pelos seus consumidores e pela competição entre as fontes e internamente pelos seus profissionais, influenciados pelos valores comuns da sociedade”. Nessa abordagem, é atribuída à mídia noticiosa as funções de vigilância sobre os governos, garantia de acesso de todas as interpretações e a disponibilização de representações objetivas para o estabelecimento de um debate amplo e geral nas questões de interesse público. Assim, de forma alguma a política editorial das organizações empresariais é tida como fator de constrangimento da autonomia dos jornalistas e de comprometimento da função social que lhe é cobrada pela opinião pública. Portanto, não se vislumbra nesta formação discursiva a possibilidade de conflito de interesse ideológico entre a política editorial da organização empresarial mantida pelos controladores acionários do veículo e seus dirigentes, por um lado, e os jornalistas, por outro.

A1 – SD1

O veículo em que trabalho se preocupa apenas em trazer para o leitor a melhor informação possível. O objetivo do jornal é oferecer informação de forma clara, isenta e didática sobre esses temas. Uma preocupação é de sempre dar destaque aos diversos lados da questão, de forma analítica. Assim, concordo com a política editorial do veículo em que trabalho, em sua defesa do senso crítico, do apartidarismo e da pluralidade de pontos de vista.

A2 – SD2

O jornal onde trabalho publica sua opinião editorial diariamente na página 2, mas orienta expressamente seus jornalistas a fazer reportagens pluralistas, que destaquem diferentes pontos de vista e sejam independentes tanto da opinião do próprio jornal quanto de interesses, seja quais forem.

B1 – SD 3

A cobertura do meu jornal é de muita qualidade. Eu trabalho aqui, eu... Enfim... sou muito suspeito para responder uma pergunta como essa. Mas eu acho que a gente busca, todo dia, fazer uma cobertura de qualidade dos principais assuntos. Por mais que a gente seja uma grande vidraça hoje, porque está todo mundo olhando muito o nosso trabalho, a gente não vai perder de vista sempre tentar esclarecer os fatos de forma transparente e de forma responsável.

C1 – SD 4

Um dos preceitos, uma das coisas que a gente sempre mantém aqui é que ela seja isenta, apesar de ter opinião, mas é possível ter opinião sem beneficiar ou prejudicar alguém especificamente, então isso é feito sempre. E os preceitos básicos do jornalismo, de escutar todos os lados, de poder apurar

bem, confirmar informações, eu acho que isso é o essencial, é isso que a gente vem sempre, sempre, a gente está mantendo aqui, tanto na coluna como na editoria de política mesmo.

C2 – SD5

Eu me surpreendo, às vezes, porque eu acho isso bonito no jornalismo... que a cobertura está acima das impressões pessoais dos editores, dos diretores de redação, eu acho que sempre está acima, mesmo que eles acreditem em algo determinado, mesmo que eles tenham uma opinião formada sobre alguma coisa, existe uma liberdade. trabalhar aqui, de colocar pontos de vista realmente dentro do jornal, no texto, que eu confesso que eu trabalho aqui há muitos, muitos e muitos anos. Eu trabalho aqui desde 2004, então já tenho muitos anos na empresa. Mas eu já trabalhei em paralelo em outros locais e já trabalhei antes também em outros locais. Eu nunca tive a liberdade para atuar que eu tenho aqui. E quando eu digo não é só no jornal, eu trabalhei quase 10 anos na TV, presentei o programa, então eu tinha uma liberdade editorial também no programa, na TV, que eu continuo tendo hoje na Coluna, então não tem restrição nenhuma, quando eu digo restrição nenhuma, é nenhuma mesmo, zero. Isso representa uma forma de respeito ao discernimento do público. Respeito ao discernimento do público e, principalmente, a visão do repórter. Porque eu acho que não se faz jornalismo sem o olhar do repórter. O olhar do repórter acho que é aquilo que existe de mais importante no jornalismo, porque a capacidade dele de escrever, a forma como ele coloca as palavras, tudo isso é técnica, claro, sensibilidade, mas é técnica também. Tudo isso pode ser alcançado com técnica. Agora, olhar, visão, você encontrar notícia em determinados... só o repórter tem. Então, acho que você respeitar isso, que eu acho que é o principal, o mais importante, o mais valioso que o jornalismo tem, acho que é essencial. A gente tem isso aqui.

Para justificar a posição de seu veículo de manter espaço de autonomia plena aos jornalistas, o profissional citou a importância da credibilidade para viabilização dos jornais, especialmente a partir da concorrência com as novas mídias.

A2 – SD6

Veículos sobretudo da grande mídia vivem de credibilidade. Sem ela, estão fadados a sumir num ambiente de extrema competição pela atenção do leitor, em que há novos atores como redes sociais, TV on demand, internet de forma geral etc. Jornais têm suas posições, que são expressas em editoriais, mas isso não contamina (ou pelo menos não deveria contaminar) a cobertura jornalística.

2.40.5 FD2 – Dependência Direta e Estrutural – Análise das SD's

No sentido completamente oposto à autonomia plena da abordagem liberal-pluralista, Sônia Serra (2001) registra a abordagem radical que acusa os meios de comunicação de exercerem, principalmente, a função de veiculação da ideologia da classe dominante, devido à sua subordinação aos interesses do Estado capitalista e demais organizações poderosas na sociedade, apresentando uma atuação controlada pelos governos, anunciantes e proprietários, sob a influencia das condições econômicas do mercado, o que concebe a atuação do jornalista completamente oprimida por esta dependência direta e estrutural. Nesta engenharia de dominação também é preciso destacar o papel da ideologia epistêmica positivista da objetividade, com a sua distinção entre fato e opinião, sobre a prática dos profissionais, evidenciando o perverso efeito de promover a desqualificação da interpretação e, consequentemente, o desempoderamento do jornalista de sua função de apresentar informações qualificadas, através de apuração, investigação, questionamento e opiniões fundamentadas e justificadas, para avaliação do público convocando-o a tomar uma posição a respeito.

Portanto, efetivamente, a ideologia epistêmica positivista da objetividade, concretizada na distinção entre fato e opinião, também se constitui em e funciona como instrumento de opressão e tentativa de anulação absoluta da participação do jornalista na produção da notícia. Nesta formação discursiva também se enquadra a concepção da ação política de Noam Chomski e Edward Herman que não reconhece espaço para o jornalista se contrapor ao modelo de propaganda imposto pelas organizações empresariais e a estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado, submetido ao controle completo do sistema.

Questionado sobre a existência no jornalismo brasileira de uma dependência direta e estrutural do jornalista aos interesses do sistema, o profissional reconheceu esta situação.

C3 – SD7

Existe, existe na imprensa brasileira, sim. A gente sabe que a situação econômica do país e a situação econômica dos meios de comunicação, a situação econômica desse mercado, tem sido preponderante também para que esse tipo de influência aconteça. Por que? O que é que acontece? Você tem jornais, por exemplo, especificamente os jornais, especificamente o impresso, você tem um custo de produção mesmo muito alto, até pelo aprofundamento que é dado, que é necessário para esse tipo de mídia, esse tipo de veículo. Então isso acaba fazendo com que haja uma dependência assim do poder público e da estrutura de poder, inclusive partidária ali no entorno.

D2 – SD 8

Um jornalista, inclusive, citou caso em que uma experiência exitosa para a qualidade da notícia foi reprimida pelas pressões da estrutura de poder dos grupos políticos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado.

Atuei em um mesmo jornal por mais de duas décadas. Quando fui contratado, um novo grupo empresarial acabara de comprar o sistema de comunicação. A partir daí, me foi possível perceber variações na política editorial ao longo dos anos, enquanto os administradores ganhavam experiência no mercado de comunicação, que até então não dispunham. De início, o jornal se portava de maneira mais flexível em relação às matérias investigativas, sobretudo envolvendo políticos, instituições e empresas. Porém, com o passar dos anos e a crescente pressão política e do mercado, regras foram sendo modificadas para ampliar o controle sobre a produção de notícias. Com o início dos anos 2000, foi formado um grupo de repórteres especiais, especializados em matérias investigativas, do qual eu fazia parte. Esse contingente garantiu ao periódico dezenas de premiações nacionais e regionais. Entretanto, as dificuldades financeiras enfrentadas pelos jornais a partir daquele período, assim como as pressões políticas e a dependência econômica da propaganda governamental terminaram por impor regras ainda mais rigorosas, criando dificuldades que acabaram levando à extinção do trabalho do citado grupo de jornalistas.

A dependência direta e estrutural à política editorial do veículo é tão forte que, algumas vezes, o jornalista chega a se sentir obrigado a abrir mão de sua autonomia relativa e a obedecer a proibições que sequer de fato existem, diante da dissimulação que envolve os constrangimentos exercidos pela direção para conformar os profissionais nos limites dos seus interesses corporativos. Isto foi relatado por um jornalista.

C4 – SD 9

Um exemplo do qual sempre lembro é o da então relação do jornal onde trabalho com a empresa de distribuição de energia local. Havia uma pré-definição de que não se poderia “bater” naquela empresa e os rumores era que “o jornal não pagava conta de luz”. Seria uma troca de favores. Isso aconteceu sistematicamente até que uma pessoa morreu eletrocutada em um poste enquanto passeava com seu animal de estimação. O caso era tão

grave que a diretoria do jornal - que não tem cunho jornalístico, mas tem interferência editorial - foi consultada. E para surpresa geral, nunca houve, de fato, um embargo para matérias “contra” a concessionária de energia. Foi, durante todo o tempo, um “achismo” que ninguém contestou.

2.40.6 FD3 - Autonomia Relativa - Análise das SD's

Recentemente foi evidenciada uma certa tendência de convergência entre as abordagens liberais-pluralistas e radical, por um lado, com os estudos liberais reconhecendo limitações estruturais no processo de produção de notícias, enquanto, por outro, a posição radical vem adotando uma visão mais aberta, plural e dinâmica, sob a influência do conceito gramsciano de hegemonia e a inspiração da noção de campo sugerida por Pierre Bourdieu, ambos considerando a mídia um espaço de conflito, de disputa. Desta forma, vem se fortalecendo o reconhecimento da existência de uma autonomia relativa do jornalista para influenciar na definição da notícia, possibilitando a ampliação dos limites da política editorial dos veículos e contribuir para a mudança social.

D2 – SD 10

Acredito que nunca houve essa liberdade absoluta para os jornalistas. Ainda que, na teoria, o gatekeeper seja um especialista em selecionar pautas e notícias, ele está vinculado a uma empresa jornalística – ou, nos dias atuais, pode também estar ligado a um coletivo, ONG ou entidades afins – o que limita seu poder decisório sobre o interesse da notícia. Há que seguir regras empresariais ou institucionais, evitando contrariar interesses dos patrões, das empresas/entidades ou dos seus mantenedores financeiros e políticos. Há uma série de regras estabelecidas por cada empresa de comunicação exatamente para controlar seus funcionários, quando não, para criar-lhes constrangimentos. Todavia, há brechas – também mencionadas por esses mesmos teóricos – que permitem, eventualmente, uma quebra das regras, seja utilizando técnicas de redação e narrativas que passem despercebidas

pelos controladores ou mesmo quando, impedidos de noticiar, repassem as informações a colegas de outros veículos mais democráticos, capazes de noticiá-las.

C4 – SD 11

Já tive minhas percepções de repórter respeitadas e requisitadas para reportagens, inclusive como diferenciais para ser escolhida para tocar determinada pauta; mas já tive inúmeras matérias “barradas” de publicação mesmo antes de serem escritas. Ou seja, já tive a oportunidade de definir o que seria, ou não, notícia, mas já fui impedida de trabalhar em cima do que era, incontestavelmente, notícia por algum embargo “acima” da redação. Leia-se: relações da diretoria do jornal, relações políticas, relações econômicas e até pessoais. Acredito em amplas realidades. Eu já li que jornalismo e censura são indissociáveis. Se for mesmo, afirmo que é possível driblar. Por um lado, até a forma de escrever e de titular um texto jornalístico pode ser determinante; por outro, infelizmente, muitas vezes, é recorrente que os jornalistas sigam essas regras editoriais sem questioná-las ou confirmá-las. Apenas seguem.

B2 – SD 12

Olha, eu tenho muito tempo de redação de imprensa tradicional. Existe um permanente confronto, que eu acho até saudável, entre os repórteres e os editores, que sempre tendem a ser mais conservadores, mais ajustados com o sistema. E o repórter vai ali pressionando. Muitas vezes o repórter sai perdendo, outras vezes não. Eu, por exemplo, sempre... Como repórter, sempre na minha vida inteira, enfrentei aí o sistema, o poder. Se você pesquisar, você vai ver, só de Eduardo Cunha são seis ações judiciais. E não é Eduardo Cunha preso, Eduardo Cunha da Lava Jato, nada disso. É lá de trás. Eduardo Cunha é poderoso. É Eduardo Cunha presidente da Câmara dos Deputados. Então, eu sempre fiz esse confronto. Nunca foi fácil. Eu

sempre precisei de intensificar o meu poder de convencimento dentro da redação para poder publicar as matérias. Muitas vezes eu saio ganhando, outras não.

D3 – SD 13

Não concordo com o conceito de que o jornalista trabalha na condição de liberdade absoluta, independentemente de se trabalha como autônomo ou para uma empresa. Também não acredito que o jornalista é completamente controlado pelas determinações editoriais do veículo em que trabalha. Acredito que trabalha em liberdade relativa. Creio que em certas circunstâncias é possível o jornalista empreender um cabo de guerra com a direção para ampliar os pontos de vista em torno de um tema.

C5 – SD 14

Não é razoável acreditar que o jornalista trabalha em condição de liberdade absoluta e que se pode atribuir a ele o monopólio pela responsabilidade na definição da notícia. Esta não é nossa realidade. É preciso considerar a linha que a empresa adota, a influência da audiência, os interesses do momento. Da mesma forma, não se pode dizer que, em geral, o jornalista seja teleguiado e não tenha nenhum peso na definição da notícia. Em alguns veículos, estas determinações são mais rígidas, buscando controlar tudo que é publicado. Mas, no geral, o jornalista pode agir buscando quebrar esse controle e levar ao público notícias que não são do estrito interesse da organização para a qual trabalha.

É muito importante salientar que, na perspectiva da concepção da autonomia relativa do jornalista na definição da notícia, mesmo os profissionais que trabalham em jornais conservadores da grande mídia podem em certas ocasiões fazer a diferença e conquistar posições de diversidade significativa de versões e fontes capazes de contribuir na discussão pública para o esclarecimento e a conscientização sobre problemas importantes para a mudança social. A posição radical, em geral, não reconhece esta possibilidade

e a relevância de jornalistas que se notabilizam por produções noticiosas progressistas ainda que trabalhando em veículos conservadores.

B2 – SD 15

É lógico que é um jornal conservador, né? Mas agora, eu nunca achei que isso atrapalhasse no noticiário. Eu nunca achei que isso atrapalhasse na nossa produção. Há uns três anos atrás, apareceu uma conta de uma parente do proprietário do jornal e nós publicamos. Eu fui o primeiro repórter a publicar uma matéria mostrando uma certa autocrítica do veículo com relação à cobertura do Regime Militar. Então, assim, tem que ponderar. Eu acho que, digamos, esses extremismos, essa redução, esse maniqueísmo, isso é muito ruim. Existe inclusive estigmatização contra reportagens do jornal hoje, né? Você vai num determinado protesto e fica impedido de colocar o seu crachá, você trabalhador como outro qualquer, porque você corre o risco de uma agressão física. Então assim, o problema de preconceito, pré-julgamento, existe em todos os setores, numa fase que a gente está vivendo da história brasileira, de extremo radicalismo e intolerância.

2.41 RELEVÂNCIA E IMPACTO DA PESQUISA

A Pesquisa, diante do exposto, oferece a relevante possibilidade de aprofundamento do estado da arte da teoria do jornalismo, tanto na denúncia das pressões e constrangimentos exercidos pelas organizações empresariais, por um lado, mas também quanto às possibilidades de ampliação do conhecimento sobre a capacidade do jornalista de conquistar maior espaço de autonomia na produção noticiosa e, assim, de exercer maior influência no processo de deliberação sobre as questões de interesse coletivo, revestindo-se de autoridade jornalística.

Na parte quantitativa da investigação, ficou clara a gravidade do comprometimento da qualidade das notícias diante da extremamente pequena frequência de abordagens com diversidade significativa de versões e fontes, prevalecendo uma quantidade acentuada de matérias com versão única,

com mais de uma fonte mas dentro da mesma versão do acontecimento ou mesmo quando são apresentadas mais de uma versão, embora com claro favorecimento de uma posição em detrimento da outra.

Na parte qualitativa das entrevistas com os jornalistas, por sua vez, revelou-se uma expressiva consciência crítica de boa parte dos profissionais que denunciam a postura autoritária e monológica dos proprietários e dirigentes que, geralmente de forma dissimulada, mas algumas vezes até de forma assumida, buscam intimidar a autonomia dos jornalistas para fazer prevalecer seus interesses corporativos e de classe. Contudo, a maioria dos jornalistas assegura que é possível conquistar uma autonomia relativa, quando os profissionais enfrentam um “cabo de guerra” com os proprietários e dirigentes dos jornais para conferir uma diversidade significativa de versões e fontes à sua produção noticiosa e, assim, contribuir para a mudança social.

- REFERÊNCIAS**
- Adorno, T. (1987). *A indústria cultural*. In G. Cohn (Org.), *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.
- Aragão, L. (2002). *Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Araújo, C. A. (2001). A pesquisa norte-americana. In A. Hohlfeldt, L. C. Martino & V. V. França (Orgs.), *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- Bakhtin, M. (2002). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Annablume.
- Barbero, J. M. (2001). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Barros, A., & Junqueira, R. (2005). A elaboração do projeto de pesquisa. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- Barthes, R. (2003). *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (Orgs.). (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Benetti, M., & Lago, C. (Orgs.). (2010). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1995). *A construção social da realidade* (12^a ed.). Petrópolis: Vozes.

- Berger, P., & Luckmann, T. (2004). *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: A orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes.
- Boyd-Barret, O. (2023). Judith Miller, o New York Times e o modelo de propaganda. In N. Traquina (Org.), *Questões críticas do jornalismo contemporâneo: Os papéis pulverizados do capitalismo*. Florianópolis: Editora Insular.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bourdieu, P., & Eagleton, T. (1996). A doxa e a vida cotidiana: Uma entrevista. In S. Žižek (Org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism: Perspective and method*. Berkeley: University of California Press.
- Blumer, H. (1987). A massa, o público e a opinião pública. In G. Cohn (Org.), *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor.
- Breed, W. (2016). Controlo social na redação: Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular.
- Chaparro, M. C. (1994). *Pragmática do jornalismo: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus.
- Carlson, M. (2017). *Journalistic authority: Legitimating news in the digital era*. New York: Columbia University Press.
- Castells, M. (2013). *O poder da comunicação*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Charaudeau, P. (2016). *A conquista da opinião pública: Como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto.
- Christofeletti, R. (2018). Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: Fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. *Revista Rumores*, 12(23).
- Cockburn, A., & St. Clair, A. (1999). *Whiteout: The CIA, drugs and the press*. New York: Verso Books.
- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e verdade: Para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Correia, J. C. (2005). *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Correia, J. C. (2011a). *Jornalismo e esfera pública regional: A imprensa regional em 8 cidades de pequena e média dimensão*. Rio de Janeiro: UFRJ/Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo/SBPJor.
- Correia, J. C. (2011b). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã, Portugal: LabCom Books.
- Correia, J. C. (2016). Prefácio. In A. Gradim, *Framing – O enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Dewey, J. (2004). *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Ediciones Morata.
- van Dijk, T. A. (2017). *Discurso, notícia e ideologia*. Famalicão, Portugal: Edições Húmus.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Esteves, J. P. (2003a). *Espaço público e democracia: Comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo, RS: Unisinos.
- Esteves, J. P. (2003b). *A ética da comunicação e os media modernos*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fidalgo, A. (1998). *Semiotica: A lógica da comunicação*. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior.
- Foucault, M. (2000). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gramsci, A. (1978). *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira.
- Gruppi, L. (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Edições Graal.
- Gans, H. (1979). *Deciding what's news: A study of Evening News, NBC Nightley News, Newsweek and Time*. Pantheon Books.
- Gans, H. (2003). *Democracy and the news*. Oxford University Press.
- Genro, A. (1977). *O segredo da pirâmide*. Tchê.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching: Mass media in the making & unmaking of the new left*. University of California Press.

- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Vozes.
- Gradim, A. (2006). *Comunicação e ética: O sistema semiótico de Charles S. Peirce*. Labcom Books.
- Gradim, A. (2016). *Framing – O enquadramento das notícias*. Livros Horizonte.
- Gradim, A. (2017). Para uma leitura semiótica das teorias de framing: Reinterpretando o enquadramento com base na categoria peirceana de terceiridade. *Revista Galáxia*, (35), 21–31. <https://doi.org/10.1590/1982-2554127832>
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (Vols. I-II). Edições Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2000). *Perfiles filosófico-políticos*. Grupo Santillana de Ediciones, 2000.
- Habermas, J. (2002). *A inclusão do outro*. Edições Loyola.
- Habermas, J. (2004). *Verdade e justificação: Ensaios filosóficos*. Edições Loyola.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista* (Vol. 2). Martins Fontes.
- Habermas, J. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. UNESP.
- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (2016). A produção social da notícia: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Insular.
- Hallin, D. C. (1994). *We keep America on top of the world: Television journalism and the public sphere*. Routledge.

- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2010). *Sistemas de media: Estudo comparativo – Três modelos de comunicação e política*. Livros Horizonte.
- Herman, E. (2016). A diversidade de notícias: Marginalizando a oposição. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Insular.
- Honneth, A. (1999). Teoria crítica. In A. Giddens & J. Turner (Orgs.), *Teoria social hoje*. Editora UNESP.
- Joas, H. (1999). Interacionismo simbólico. In A. Giddens & J. Turner (Orgs.), *Teoria social hoje*. Editora UNESP.
- Joas, H. (1996). Pragmatismo. In W. Outhwaite & T. Bottomore (Eds.), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Jorge Zahar Editor.
- Kant, I. (1993a). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Edições 70.
- Kant, I. (1993b). *O conflito das faculdades*. Edições 70.
- Klaehn, J. (2003). Behind the invisible curtain of scholarly criticism: Revisiting the propaganda model. *Journalism Studies*, 4(3).
- Kohlberg, L. (1981). *The meaning and measurement of moral development*. Clark University Press.
- Kuhn, T. (2007). *A estrutura das revoluções científicas*. Perspectiva.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (2008). *Metaphors we live by*. University of Chicago Press.
- Luhmann, N. (1993). *A improbabilidade da comunicação*. Vega.
- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. WMF Martins Fontes.
- Mead, G. H. (1992). *Mind, self & society*. University of Chicago Press.
- Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. EDUFSC.
- Meditsch, E., & Sponholz, L. (2011). Prefácio: Bases para uma teoria do jornalismo 2.0. In O. Groth, *O poder cultural desconhecido: Fundamentos da ciência dos jornais*. Vozes.
- Milovic, M. (2002). *Filosofia da comunicação: Para uma crítica da modernidade*. Plano Editora, 2002
- Mindich, D. (1998). *Just the facts: How “objectivity” came to define American journalism*. New York University Press.

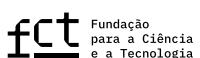
- Molotch, H., & Lester, M. (2016). As notícias como procedimento intencional: Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Insular. (Trabalho original publicado em 1999)
- Morrow, R., & Torres, C. A. (2002). *Reading Freire and Habermas: Critical pedagogy and transformative social change*. Teachers College Press / Columbia University.
- Noelle-Neumann, E. (2017). *A espiral do silêncio: Opinião pública, o nosso tecido social*. Estudos Nacionais.
- Park, R. (2008). Notícia e poder na imprensa. In C. Berger & B. Marocco (Orgs.), *A era glacial do jornalismo: Teorias sociais da imprensa*. Sulina.
- Peirce, C. S. (1935, 1958). *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. Hartshorne, Weiss & Burks. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- Peirce, C. S., & Fidalgo, A. T. (1993). *Como tornar as nossas ideias claras*. Labcom Books.
- Peirce, C. S. (1977). *Semiotics and Significs – The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*. Bloomington, Indiana University Press.
- Piaget, J., & Garcia, R. (2011). *Psicogênese e história das ciências*. Vozes.
- Ponte, C. (2005). *Para entender as notícias: Linhas de análise do discurso jornalístico*. Insular.
- Porto, M. (2004). Enquadramentos da mídia e política. In A. A. C. Rubim (Org.), *Comunicação e política: Conceitos e abordagens*. EDUFBA.
- Reese, S. D., Gandy Jr, O. H., & Grant, A. E. (2001). *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. Routledge.
- Reuters. (2004, 11 de março). Pentagon finance manager resigns.
- Rodrigues, A. D. (2011). *Paradigma comunicacional: História e teorias*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodrigo Alsina, M. (2009). *A construção da notícia*. Vozes.
- Rocha, H. C. L. da. (2003). Tradição, modernidade e mídia no Brasil. *Ciência e Trópico*, 31(1). Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

- Rocha, H. C. L. da. (2024). Consenso, consenso fabricado e dissenso resistente: A importância da ênfase dissensual na deliberação política. *Revista Logeion: Filosofia da Informação*, 11(esp.).
- Rocha, H. C. L. da, & Alves, A. G. (2020). Autonomia do jornalista, ética e política editorial: As implicações do enquadramento da notícia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(1), Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rocha, H. C. L. da, & Correia, J. C. (2017). Esferas públicas, intelectuais e mídia: Inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. *Revista Eptic*, 19(jan.-abr.). Universidade Federal de Sergipe.
- Ross, E. A. (2008). A supressão das notícias importantes. In C. Berger & B. Marocco (Orgs.), *A era glacial do jornalismo: Teorias sociais da imprensa*. Sulina. (Trabalho original publicado em ano desconhecido)
- Rothberg, D. (2010). Jornalismo e informação para a democracia: Parâmetros de crítica de mídia. In R. Christofoletti (Org.), *Vitrine e vidraça: Crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. Covilhã/Portugal: UBI LabCom Livros.
- Rudiger, F. (2014). Teoria e história: Da era da propaganda ao pensamento comunicacional. In V. França, A. Alde & M. Ramos (Orgs.), *Teorias da comunicação no Brasil*. EDUFBA.
- Sádaba, T. (2007). *Framing: El enquadre de las noticias*. La Crujía.
- Schmitz, A. (2019a). Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: Lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198585/PSOP0632-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Schmitz, A. (2019b). Os graus de lealdade do jornalista brasileiro às elites política e econômica. *71ª Reunião Anual da SBPC*, Campo Grande, MS. http://reunioessbpc.org.br/campogrande/inscritos/resumos/4019_1d403edcf61bac2b954621d1109e1dc69.pdf
- Schudson, M. (2010). *Descobrindo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Vozes.

- Serra, J. P. (1998). *A informação como utopia*. Universidade da Beira Interior, Série Estudos em Comunicação.
- Serra, S. (2001). A produção de notícias e a esfera pública internacional. In *Práticas midiáticas e espaço público*. EDIPUCRS.
- Serra, J. P. (1998). *A informação como utopia*. Universidade da Beira Interior (Série Estudos em Comunicação).
- Serra, S. (2001). A produção de notícias e a esfera pública internacional. In *Práticas midiáticas e espaço público*. EDIPUCRS.
- Simmel, G. (1973). In E. Moraes Filho (Org.), *Georg Simmel – Sociologia*. Ática.
- Soloski, J. (2016). O jornalista e o profissionalismo: Alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teoria e “estórias”*. Insular.
- Souza, J. P. (2004). Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia* – UFSC, 1(2), 2º semestre.
- Sponholz, L. (2009). *Jornalismo, conhecimento e objetividade*. Editora Insular.
- Tellería, A. S., Correia, J. C. F., & Rocha, H. C. L. (2017). Structural crises of meaning and new technologies: Reframing the public and private in the news media through the expansion of voices by the social network. In A. S. Tellería (Ed.), *Between the public and private in mobile communication* (pp. xx–xx). Routledge / Taylor & Francis Group.
- Thomas, W. I. (2009). *The Polish peasant in Europe and America*. The Collection of the University of Michigan Library.
- Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Vozes.
- Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. Editora Unisinos.
- Traquina, N. (2004). *A tribo jornalística*. Editorial Notícias.
- Traquina, N. (2016). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Insular.
- Traquina, N. (2023). *Questões críticas do jornalismo contemporâneo: os papéis pulverizados do capitalismo*. Insular.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. The Free Press.

- Tuchman, G. (2016). A objetividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Insular.
- Underhill, J. (2011). *Creating worldviews: Metaphor, ideology and language*. Edinburgh University Press.
- Vila Nova, S. (1998). *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: Entre humanistas e messiânicos*. Vega Gabinete de Edições.
- White, D. M. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp. xx–xx). Vega Editora.
- Wittgenstein, L. (1975). *Investigações filosóficas*. In *Os Pensadores* (Vol. XLVI). Editora Abril.

DOI FCT - LABCOM
<https://doi.org/10.54499/UID/00661/2025>



**COMPETE
2020**



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

LABCOM
UNIVERSIDADE
CENTRAL
DE
PORTUGAL
LABORATÓRIO DE
COMUNICAÇÃO

Consenso, Disenso e Mudança Social propõe uma reflexão crítica e atual sobre o papel do jornalismo na deliberação política contemporânea. Partindo da tensão entre consenso e disenso, a obra questiona o mito da objetividade e do jornalismo como mero “espelho da realidade”, defendendo uma perspetiva construtivista que reconhece o carácter interpretativo, mediador e potencialmente transformador da prática jornalística. Ao valorizar o disenso como motor da democracia, o livro contribui de forma decisiva para o debate sobre comunicação, poder, esfera pública e mudança social, tornando-se leitura essencial para investigadores, estudantes e profissionais da comunicação.

Heitor Costa Lima da Rocha tem PósDoutorado em Comunicação pela Universidade da Beira Interior/Covilhã/Portugal (2015), é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1983). Atualmente, é Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, e Pesquisador Produtividade do CNPq (desenvolvendo a pesquisa Qualidade do Jornalismo, Ética e Ideologia: A tensão entre Autonomia do Jornalista, Política Editorial e Autoridade do Público). Também é Vice-Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Política.